

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO

Maria Clara Capel de Ataídes

**A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):
uma perspectiva de suas estratégias e especificidades**

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação [] Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: MARIA CLARA CAPEL DE ATAÍDES

Título do trabalho: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): UMA PERSPECTIVA DE SUAS ESTRATÉGIAS E ESPECIFICIDADES

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Maria Clara Capel de Ataídes
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 25 / 06 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

**A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):
uma perspectiva de suas estratégias e especificidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário para a obtenção do grau de mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Agrário

Linha de Pesquisa: Fundamentos e Institutos Jurídicos da Propriedade e da Posse

Orientador: Dr. João da Cruz Gonçalves Neto

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

CAPEL DE ATAÍDES, MARIA CLARA

A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): uma perspectiva de suas estratégias e especificidades [manuscrito] / MARIA CLARA CAPEL DE ATAÍDES. - 2018.

204 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos.

1. Movimento de Mulheres Camponesas. 2. atuação. 3. estratégias de ação. 4. identidade. I. Gonçalves Neto, João da Cruz, orient. II. Título.

CDU 349.42



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTITULADA "A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): UMA PERSPECTIVA DE SUAS ESTRATÉGIAS E ESPECIFICIDADES" APRESENTADA E DEFENDIDA PELO(A) CANDIDATO(A) MARIA CLARA CAPEL DE ATAIDES.

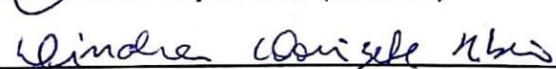
1 Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às 15:30 hs, na Sala de
2 Defesa do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Faculdade Direito da
3 Universidade Federal de Goiás, realizou-se a Sessão de Julgamento da Dissertação de
4 Mestrado intitulada "**A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC):**
5 **UMA PERSPECTIVA DE SUAS ESTRATÉGIAS E ESPECIFICIDADES**", apresentada e
6 defendida pelo(a) candidato(a) **MARIA CLARA CAPEL DE ATAIDES**. A Banca Examinadora
7 ficou assim composta: Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto, orientador e Presidente da
8 Banca, Prof. Dr. Claudio Lopes Maia, membro interno e Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro,
9 membro externo. Após a abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença
10 de todos, apresentou a Banca Examinadora e também o(a) aluno(a). Em seguida, foi dada a
11 palavra ao(a) candidato(a), pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, para fazer exposição
12 sobre o seu trabalho. Após a exposição, foi dada a palavra a Profa. Dra. Luciana de Oliveira
13 Dias para fazer suas arguições que foram respondidas pelo(a) aluno(a) no tempo regulamentar.
14 Em seguida, foi dada a palavra a Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro, para fazer suas
15 arguições que foram respondidas pelo(a) aluno(a) no tempo regulamentar. Em seguida, foi
16 dada a palavra ao Prof. Dr. Claudio Lopes Maia, para fazer suas arguições, que foram
17 respondidas pelo(a) aluno(a) no tempo regulamentar. Logo após, o Senhor Presidente da
18 Banca Examinadora teceu alguns comentários sobre o trabalho e informou aos presentes que
19 a Banca deixaria o recinto por alguns minutos, a fim de colher as notas de cada examinador. A
20 Banca retornou ao recinto e mandou convidar a todos para a proclamação dos resultados,
21 sendo considerado(a) APROVADA, e o(a) candidato(a) declarado(a) Mestre em
22 **DIREITO AGRÁRIO, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO AGRÁRIO**. Nada mais tendo a
23 declarar eu, Marcelo Cursino Suares, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada
24 conforme, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora



Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto (Presidente)



Prof. Dr. Claudio Lopes Maia (Membro)



Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro (Membro Externo)



Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (Membro Externo)

Goiânia, 16 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO

Maria Clara Capel de Ataídes

**A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):
uma perspectiva de suas estratégias e especificidades**

GOIÂNIA

2018

**A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):
uma perspectiva de suas estratégias e especificidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário para a obtenção do grau de mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Agrário

Linha de Pesquisa: Fundamentos e Institutos Jurídicos da Propriedade e da Posse

Orientador: Dr. João da Cruz Gonçalves Neto

GOIÂNIA

2018

Maria Clara Capel de Ataídes

A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): uma perspectiva de suas estratégias e especificidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de mestre em Direito, no dia 16 de abril de 2018, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto (UFG)
(Presidente)

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (UFG)
(Arguidora)

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (UFG)
(Arguidor)

Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro (UFG)
(Arguidora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto, por sua condução durante o processo de pesquisa, sua prontidão em me auxiliar e atender, e sua sensibilidade em todos os momentos que o procurei para qualquer conversa.

Sou grata à professora Dra. Luciana de Oliveira Dias e ao professor Dr. Cláudio Lopes, pela leitura atenciosa do trabalho e pelas observações e debates empreendidos na qualificação, o que foi muito importante para a reflexão e direcionamento final do texto.

A Secretária de Políticas Públicas para Mulheres da FETAEG, Tânia Fernandes de Pina Alcântara, não economizou esforços para que eu tivesse acesso à documentação da entidade sobre a atuação das mulheres em Goiás.

Agradeço, também, à equipe do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFG e à FAPEG, por favorecer meios para que eu pudesse me dedicar integralmente à pesquisa nos últimos dois anos.

Aos meus amigos, que tornam qualquer dificuldade um motivo de riso, e à Sofia, que me acompanhou em todos os momentos.

Agradeço ao meu pai Jézus, que sempre me apoiou incondicionalmente.

Por último, agradeço a minha mãe Heloisa, inspiração, força e espelho de mim.

RESUMO

A dissertação tem como objeto a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e suas implicações na sociedade agrária atual. As práticas e objetivos do MMC, primeiramente, foram analisados com fundamento na formação histórica do movimento, nos sujeitos que o compõem e suas reivindicações. Avalia-se como o movimento se inseriu na questão agrária que se desenrolou a partir das décadas de 1960 e 1970, contexto formador de suas estratégias. O feminismo característico do MMC, as particularidades das mulheres que dele fazem parte e as reivindicações pela agroecologia, sementes crioulas e soberania alimentar são exploradas também com o intuito de demonstrar como foram construídas as ações da organização. Em um segundo momento, a Economia Moral dos Conflitos, a Teoria do Reconhecimento e o Ativismo Público são utilizados para demonstrar a luta estratégica do movimento em questão. Por último, as especificidades da atuação do MMC foram evidenciadas no estado de Goiás, no qual foram analisadas a identidade das camponesas e o Feminismo Camponês Popular que elas propõem.

Palavras-Chave: Movimento de Mulheres Camponesas, atuação, estratégias de ação, identidade

ABSTRACT

This dissertation focuses on the role of the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), or Peasant Women's Movement, and its implications in contemporary agrarian society. Firstly, the MMC's practices and aims were analysed from the standpoint of the group's historical formation, members, and demands. An assessment was made of the way the group first came into contact with the agrarian issue that was being debated during the 1960s and 1970s, a period which served as the background for its strategy development. The MMC's characteristic feminism, the specificities of its members, and its demands for agroecology, creole seeds, and food sovereignty were also addressed, to show how the organization's actions were construed. Secondly, the moral economy of protests, recognition theory, and public activism are used to demonstrate its strategic struggle. Lastly, this study sheds light on the group's specific role in Goiás state, Brazil, analysing the identities of peasant women and the popular peasant feminism they posit.

Keywords: Movimento de Mulheres Camponesas, role, action strategies, identity

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| I- O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: HISTÓRICO E RESISTÊNCIA | 19 |
| 1.1.O HISTÓRICO DAS MULHERES E O MMC NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA | 19 |
| 1.2.A ATUAÇÃO FEMINISTA E A IDENTIDADE DAS MULHERES NO MOVIMENTO | 28 |
| 1.3.UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 38 |
| | |
| II- AS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS | 49 |
| 2.1.A ECONOMIA MORAL DOS CONFLITOS | 49 |
| 2.2.A TEORIA DO RECONHECIMENTO | 58 |
| 2.3.O ATIVISMO PÚBLICO..... | 69 |
| | |
| III- O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM GOIÁS | 78 |
| 3.1. EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS | 78 |
| 3.2. IDENTIDADE E CONFLITO NO MOVIMENTO | 87 |
| 3.3. FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR..... | 99 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 111 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 120 |
| | |
| ANEXOS | 127 |
| ANEXO I – CARTILHAS | 128 |
| ANEXO II - REPORTAGENS..... | 188 |

INTRODUÇÃO

A pesquisa possui como objeto o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), sua atuação e reivindicações para a construção de um novo modelo rural. O problema a ser solucionado no trabalho consistirá em responder quais as especificidades relativas à atuação desse movimento social em nossa atual sociedade. O MMC, nesse sentido, tem uma atuação permeada por estratégias particulares? Quais são elas e o que as aproxima e diferencia daquelas desenvolvidas por outros movimentos sociais? Quais os efeitos da atuação específica que caracteriza o movimento? A atuação no movimento promove a formação da identidade das camponesas que dele participam? A verificação da especificidade de sua atuação ocorrerá a partir da demonstração e análise de suas pautas e escolhas, para um maior reconhecimento de suas práticas, cultura e modo de vida.

Para isso, parte-se do pressuposto de que a união e o trabalho das mulheres camponesas que se inserem no movimento são essenciais à produção de alimentos no Brasil e à luta no meio rural. Pressupõe-se, também, que para impulsionar o movimento e suas reivindicações, são necessários marcos legislativos e políticas públicas que o fortaleçam, motivo pelo qual as estratégias do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) são organizadas a partir de debates que envolvem as estruturas estatais. Parte-se, ainda, da hipótese de que o MMC, a partir de sua organização e de suas lutas constantes, atua por meio de estratégias e táticas. Serão demonstrados, assim, como ocorre esse processo, quais são essas estratégias e como elas se inserem no contexto histórico e social brasileiro.

O trabalho se justifica em sua relevância social e teórica. A necessidade de ações estatais que promovam uma vida digna à camponesa e possibilitem sua autonomia e libertação, bem como a importância da mulher rural para o desenvolvimento no campo, são fatores que enfatizam a relevância social da pesquisa aqui realizada. A relevância teórica, por outro lado, ocorre mediante a contribuição da pesquisa para as discussões referentes aos movimentos sociais, seus fundamentos e interseccionalidades. O Movimento de Mulheres Camponesas terá sua lógica, estratégias e atuação analisadas a partir de referenciais teóricos obtidos, primeiramente, por meio de uma análise das estratégias de ação no âmbito dos movimentos sociais, de modo que serão avaliadas as organizações dos povos ingleses no século XVIII, que agiam fundados em uma Economia Moral dos Conflitos (THOMPSON, 1998).

Uma segunda abordagem teórica estará pautada na Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2003), a fim de demonstrar que o movimento atua conforme padrões de reconhecimento moral. Serão expostos, assim, quais são esses padrões e como estes se transformam em lutas coletivas pelo reconhecimento. Com suporte em um terceiro enfoque teórico, o Movimento de Mulheres Camponesas será observado a partir de sua relação com o Ativismo Público (CARTER, 2010), já que seu desenvolvimento se conecta a um engajamento particular em conflitos sociais. Busca-se demonstrar que sua organização está inserida em uma estrutura política e que suas ações se encaixam em um modelo de Ativismo Público.

Por fim, outro enfoque teórico envolverá a comparação entre o feminismo proposto pelo movimento, denominado Feminismo Camponês Popular, e a vertente Ecofeminista (MIES & SHIVA, 1993), em um destaque de suas similitudes. Presume-se que o Feminismo Camponês Popular se manifesta nas reivindicações e na luta diária do movimento, motivo pelo qual ele será abordado a partir das ações do MMC por um novo modelo de desenvolvimento. Para uma compreensão maior da mulher camponesa que faz parte do MMC, já que as ações do movimento social estão diretamente ligadas aos sujeitos que dele fazem parte, o feminismo interseccional (hooks¹, 2015; CRENSHAW, 2002) é utilizado com o objetivo de constatar uma identidade particular à mulher camponesa, que lhe é característica em decorrência de suas condições históricas, sociais e culturais.

A metodologia do trabalho foi desenvolvida, primeiramente, a partir da análise do portal eletrônico² do Movimento de Mulheres Camponesas. Presume-se que o portal, em sua abordagem do movimento social, consiste em uma compilação da história, organização, reivindicações e atuação das mulheres camponesas que dele fazem parte. É, por esse motivo, um meio direto de compreender e de dar voz às mulheres que o organizam e que divulgam o movimento. A página apresenta, quando aberta, as notícias mais recentes do movimento e de seus protestos. Suas abas dividem-se em “Quem Somos”, “História”, “Missão”, “Organização”,

¹ bell hooks é pseudônimo para Gloria Jean Watkins, nascida em 25 de setembro de 1952, autora e ativista estadunidense. Seu nome foi escolhido por ela em homenagem à avó, que se chamava Bell Blair Hooks. A autora já destacou sua preferência pela grafia do nome em letras minúsculas, já que seu desejo é o de ser conhecida por sua obra, e não por seu nome. Seus estudos relativos ao racismo se iniciaram a partir de suas próprias experiências. Quando criança a autora estudou em escolas para negros, já que nos EUA as escolas praticavam segregações raciais. Quando adolescente, viveu o racismo em escolas cujos ambientes eram majoritariamente brancos. Teve, por fim, muita dificuldade em entrar e se efetivar como professora da universidade em que lecionou, motivo pelo qual após sua entrada ela escolhe renunciar a seu nome e utilizar o codinome bell hooks. A escolha pelas letras minúsculas se dá com o intuito de evidenciar a subordinação e o apagamento da mulher negra no espaço da universidade, não merecedora sequer de um nome.

² <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>

“Lutas”, “Download” e “Contato”. A divisão “Quem Somos” explica quem são as mulheres que lutam no movimento e quais são suas pautas e simbologias. Em “História”, a trajetória do movimento é descrita e é esclarecida a categoria “camponesa”. Em “Missão”, são afirmados os princípios e valores do movimento, e em “Organização” é definido como ele se divide pelo país. Na aba “Lutas”, encontram-se as bandeiras de luta e os projetos dessas camponesas, e em “Download” foram reunidas as cartilhas elaboradas pelo movimento.

Em segundo lugar, as cartilhas também se constituíram em dado que foi explorado no trabalho. A partir delas é possível enxergar, de maneira esquematizada e objetiva, as pautas do movimento. É por meio delas que as mulheres camponesas divulgam e expõem seu trabalho e suas lutas à sociedade e a outras mulheres do meio rural. Sua importância, portanto, é evidente, já que instrumento para o fim da invisibilidade das mulheres camponesas e de sua atuação. Como terceiro dado, também foram utilizadas entrevistas feitas às mulheres do movimento, realizadas por Ísis Táboas (2014) em seu trabalho *Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*. Este teve como objetivo a pesquisa relativa às construções políticas e teóricas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para promover a eliminação da violência doméstica e familiar.

Em quarto lugar, também foram analisados jornais e revistas da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), coletados na própria Federação. Os jornais são mensais, e são essenciais para retratar a realidade da agroecologia em Goiás. As mulheres, além disso, estão sempre presentes em suas edições, motivo pelo qual são veículos de relevância para apresentar a vivência diária e os desafios das camponesas na região. Por último, dentre todas as reportagens que constam no portal eletrônico do movimento, foram selecionadas aquelas que descreviam a atuação do MMC na região de Goiás. Importantes, desse modo, as notícias escolhidas, para que haja um aprofundamento na caracterização da atuação do movimento na região. Foram coletadas, além disso, reportagens de outras fontes que relatavam a atuação do MMC no estado.

O **Capítulo I** consistirá na compreensão do movimento como um todo. Sua primeira abordagem, por isso, dar-se-á na construção histórica da questão agrária brasileira e no posicionamento do Movimento de Mulheres Camponesas nesse contexto. Isso porque as ações do movimento social, com o objetivo de tornar mais digna a vida no campo, têm relação direta com a situação de pobreza e dependência geradas pela modernização do meio rural. As reivindicações do MMC, em sua resistência, estão ligadas tanto à situação de miséria no campo

quanto ao patriarcado, que as afeta de maneira ainda mais crítica que no meio urbano. A resistência nesses dois âmbitos não os separa em diferentes esferas, já que os espaços de poder são majoritariamente ocupados por homens, bem como o objetivo final do movimento é a autonomia da camponesa. O patriarcado e o capitalismo são sistemas que caminharam juntos e que submeteram à dependência e à subordinação a mulher camponesa.

A partir da análise do MMC em seu desenvolvimento e resistência, mediante sua inserção na história da questão agrária brasileira, será possível demonstrar que o movimento, a partir de suas ações e finalidades, foi construído conforme diferentes forças que o moldaram e o caracterizaram como um movimento social de estratégias específicas. Com esse intuito, a questão agrária brasileira é retomada mediante a substituição do complexo latifúndio/minifúndio por um complexo agroindustrial, a partir das décadas de 1960 e 1970. A agricultura no Brasil, assim, perde sua autonomia em face da modernização dos processos de produção no campo e a noção de terra-matéria é gradativamente substituída pela de terra-capital. A modernização no campo, entretanto, trouxe efeitos trágicos à realidade rural, tais como a concentração fundiária e a diminuição na qualidade de vida de camponesas e camponeses. A atuação do MMC e seu projeto para o campo ocorrem contrariamente a essa modernização.

Contextualizada a questão agrária, será exposta como a luta da mulher camponesa se inseriu nesse processo. Nas décadas de 70 e 80 se desenvolve uma visibilidade maior em relação aos movimentos feministas. Nesse período, é realizada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW – *Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women*), e, a partir da década de 90, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). No campo, o período gerou o surgimento de diversas resistências, como a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o próprio Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Em um segundo momento, ocorre um aprofundamento em relação à proposta do MMC por um Feminismo Camponês Popular, e uma comparação de seus termos à linha do Ecofeminismo (MIES, Maria & SHIVA, 1993). O Feminismo Camponês Popular foi construído a partir de enfoques essenciais à construção de um novo modelo de desenvolvimento. Suas bandeiras, assim, envolvem a valorização do trabalho realizado por

mulheres, a agricultura familiar, a autonomia econômica das camponesas, o acesso à documentação pessoal e o combate ao patriarcado. O Feminismo Camponês Popular, por isso, está sempre atrelado às ações diárias do MMC, motivo pelo qual será tratado a partir dessas reivindicações e lutas. O Ecofeminismo é vertente feminista consolidada pelo trabalho de Vandana Shiva, estudiosa indiana, física e ativista ambiental. As propostas ecofeministas decorrem de um afastamento das noções ocidentais e eurocêntricas de desenvolvimento. Demonstra-se, desse modo, que as práticas do MMC e suas proposições se identificam com a perspectiva ecofeminista.

Para a problematização das condições que envolvem os sujeitos inseridos no movimento, é essencial que sejam conhecidos esses agentes e suas particularidades. As especificidades das mulheres camponesas que fazem parte do MMC, por isso, são exploradas por meio do feminismo interseccional. A partir desse enfoque, afasta-se da concepção de que a mulher se insere em uma categoria universal. As condições históricas, sociais e econômicas vividas por determinados grupos fazem com que eles estejam sujeitos a opressões ainda invisibilizadas pela sociedade, o que intensifica sua marginalização. É o que ocorre com as mulheres camponesas e que será demonstrado. Em decorrência dessas condições, vividas por elas, sua identidade lhe é particular e específica.

Por fim, o Movimento de Mulheres Camponesas possui diversas reivindicações. Suas exigências afetam primeiramente as mulheres camponesas, como a proposta de que as mulheres trabalhadoras rurais possuam documentação pessoal e profissional, mas também a sociedade como um todo, no que se refere à produção de alimentos saudáveis. As práticas e reivindicações do movimento escolhidas aqui para uma análise mais profunda envolvem essa dupla relação de beneficiados, as camponesas e o interesse coletivo. A proposta, na pesquisa aqui realizada, será a de um aprofundamento na luta do MMC pela agroecologia e pelas sementes crioulas, fatores que influem diretamente na construção da soberania alimentar. Será demonstrado, assim, que a partir do desenvolvimento agroecológico, o que inclui a utilização e preservação das sementes crioulas, será possível a consolidação de um projeto de soberania alimentar.

No **Capítulo II**, inicialmente, é abordada a Economia Moral dos Conflitos (THOMPSON, 1998), construída a partir da análise histórica dos movimentos sociais que se formaram durante a era dos cercamentos e das multidões inglesas no século XVIII. Procura-se demonstrar como as ações contrárias à consolidação da propriedade absoluta na Inglaterra não representaram movimentos desorganizados e sem uma lógica preestabelecida, mas estratégias

sociais dos pequenos proprietários para impedir ou retardar a prática dos cercamentos. O autor, ainda, em uma análise dos “motins da fome”, rejeita sua caracterização como movimentos desorganizados, fundados puramente na falta de alimentos. Essas ações populares possuíam fundamentos em costumes consolidados à época, e o desrespeito aos pressupostos morais vigentes na sociedade foi a principal causa da ação direta realizada por esses grupos.

As obrigações sociais que permeavam a sociedade e que justificavam os “motins” em suas ações contrárias ao aumento dos preços e à fome, foram denominadas pelo autor como uma “economia moral dos pobres”. O objetivo aqui proposto será o de demonstrar que o Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento social disciplinadamente organizado e de estratégias claramente pensadas conforme a organização da sociedade e do Direito, motivo pelo qual atua conforme táticas específicas para a consolidação de seu projeto rural. A Economia Moral dos Conflitos é visualizada por Honneth (2003) em sua elaboração da Teoria do Reconhecimento. A quebra de expectativas e consensos preestabelecidos na sociedade seriam a causa da violação de padrões de reconhecimento moral, por meio dos quais se formariam as lutas coletivas (HONNETH, 2003).

A luta pelo reconhecimento será avaliada conforme os três padrões de reconhecimento idealizados nos estudos de Hegel e George Herbert Mead, expostos na obra de Honneth (2003). São expostas três etapas de reconhecimento na formação da identidade do sujeito: o amor, o reconhecimento jurídico e a estima social. O desrespeito a essas etapas de reconhecimento recíproco seria formador de uma luta por reconhecimento. São observados, assim, quais padrões de reconhecimento são, quando violados, aptos à formação de uma resistência coletiva. A luta social, dessa forma, é encarada como um fator que contribui para o desenvolvimento da evolução moral da sociedade, já que a partir da atuação desses grupos marginalizados, que se formam em decorrência da quebra de uma expectativa moral, seria possível a diminuição da desigualdade na ordem jurídica e social (HONNETH, 2003).

O que se buscará, dessa forma, será uma demonstração de que o Movimento de Mulheres Camponesas atua, desde sua formação até suas reivindicações na sociedade, a partir da violação de padrões de reconhecimento moral. Por último, com o objetivo de especificar a estratégia de ação utilizada pelo MMC, será realizada uma comparação entre sua atuação e as atividades, no Brasil, das Ligas Camponesas. A formação das ligas, nos meados do século XX, e sua resistência à dominação e à exploração no meio rural, ocorreram por meio de ações apartadas do Estado, o que não descaracteriza essas ações como estratégias do movimento. O

distanciamento em relação ao Estado se dava como uma alternativa à reduzida existência de sindicatos rurais (MONTENEGRO, 2003). Demonstrar-se-á, assim, a diferença entre a atuação das Ligas Camponesas e a do MMC, que se insurgiu em outro contexto e, conseqüentemente, desenvolveu outro tipo de natureza em suas ações.

O MMC será analisado sob o referencial do Ativismo Público. Esse enfoque teórico foi compreendido na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual se desenvolveu ao longo dos anos de maneira a construir ações de interação com o Estado. O crescimento histórico do MST no Rio Grande do Sul mostra como o movimento passou de ações com “pedidos suplicantes” para uma “luta agressiva” e, posteriormente, consolidou-se por meio de um “engajamento crítico sustentado”. O propósito do movimento social, desse modo, é o de dialogar com o Estado para a conquista de direitos que são negados aos camponeses sem terra. Suas ações buscam formar uma opinião pública, pressionar o Estado e persuadi-lo por novas políticas no campo (CARTER, 2010). A proposta, assim, consistirá em demonstrar que o MMC, contrariamente às ligas camponesas e similarmente ao MST, realiza suas ações com o objetivo de dialogar com os mecanismos estatais.

Procura-se, após a análise dos três referenciais teóricos desse capítulo e de sua aplicação às atividades do movimento, o ponto de encontro entre os três, que também se vincula ao referencial da interseccionalidade (hooks, 2015; CRENSHAW, 2002) descrito no primeiro capítulo. A união entre os referenciais utilizados é concretizada no **Capítulo III**, a partir da análise do movimento e de suas práticas no estado de Goiás. Procura-se, assim, aplicar à realidade do estado os referenciais teóricos aqui utilizados, que consistem naquilo que resulta da Economia Moral dos Conflitos (THOMPSON, 1998), da Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2003) e do Ativismo Público (CARTER, 2010). A união entre essas teorias auxilia na análise relativa à identidade das mulheres rurais, que será realizada a partir do feminismo interseccional (hooks, 2015, 2017; CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). A aplicação desses referenciais será feita a partir de um enfoque na realidade do estado de Goiás, com a finalidade de se aproximar da identidade das camponesas na região.

No primeiro item, para compreender melhor e introduzir a maneira por meio da qual as camponesas atuam em Goiás, serão expostos jornais mensais da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG)³. Será exposta, nesses

³ Em 28 de outubro de 1970, os sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás, Anápolis, Pirenópolis, Goianópolis, Nova Veneza, Caturaf e Catalão reuniram-se em Goiânia e fundaram a FETAEG, com a finalidade de coordenar

documentos, a atuação de diversas camponesas na região. O objetivo será o de tornar evidentes a experiência e os entraves no desenvolvimento de um trabalho agroecológico e de uma produção orgânica, as dificuldades em ser mulher no meio rural, os obstáculos em se organizar, a importância dos sindicatos, da luta por políticas públicas, do empreendedorismo, da autonomia socioeconômica, da saúde e do combate à violência contra as mulheres no campo. As experiências relatadas, portanto, consistirão em uma forma de identificar problemas, opressões e desafios em comum no cenário que abarca as camponesas de Goiás.

Além dos jornais da FETAEG, outros veículos de comunicação serão utilizados para inserir o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na realidade de Goiás, fontes como o jornal O Popular e jornais do interior do estado. A partir disso, será possível verificar as origens da organização do movimento na região. Os documentos apontam, dessa forma, quais foram as possíveis primeiras pautas do MMC na região, bem como o período em que elas começaram a ocorrer e quem foi responsável por sua propagação. É a partir desse cenário geral que se torna possível analisar a identidade e os objetivos das mulheres camponesas que se organizaram pelo MMC em Goiás. Por essa razão, o próximo item promoverá um aprofundamento na relação entre o conflito e a identidade, que decorre da atuação específica do movimento.

Em um segundo momento, assim, com o intuito de observar qual é a atuação específica do movimento em Goiás, será analisada a identidade das mulheres que o integram. Para a compreensão dessa identidade, o feminismo interseccional anteriormente exposto será aplicado à realidade da região. Será explicado como a identidade, construída a partir do conflito, desenvolve-se a partir das múltiplas discriminações e do contexto específico em que vivem as camponesas no estado. A realidade particular das camponesas de Goiás será demonstrada a partir de discursos do próprio movimento, por meio de reportagens de seu portal eletrônico que demonstram as especificidades de sua atuação no meio rural.

Demonstrar-se-ão, então, as condições de conflito que impulsionam as camponesas em Goiás. O conflito fica evidente quando Kimberlé Crenshaw destaca diferentes vivências da discriminação, que ocorrem conforme fatores como a raça, a classe, a orientação sexual e o acesso à terra. A autora enfatiza como análises relativas aos direitos humanos são realizadas de maneira equivocada, por meio ou da “superinclusão”, quando o foco se coloca apenas na questão de gênero, ou da “subinclusão”, em que só os problemas relativos à classe dominante

e defender os interesses dos trabalhadores rurais goianos. A partir daí, novos sindicatos de trabalhadores rurais foram criados no estado.

são enxergados. Destacar-se-á, portanto, como ser camponesa em Goiás é um fator de formação de uma identidade específica, já que se insurge a partir da vivência de múltiplas discriminações.

Essa vivência específica será comprovada a partir de relatos, das camponesas, da maneira pela qual a Reforma da Previdência afetará de maneira mais grave sua vida no campo do que a das mulheres que vivem nas cidades. Isso ocorre porque as mulheres do meio rural estariam envolvidas em pelo menos três eixos de subordinação, já que a reforma afetará mais profundamente quem é trabalhador, quem vive na área rural e as mulheres. Colocar-se-á em evidência, assim, a subordinação interseccional estrutural, em que políticas de governo desfavoráveis agravarão estruturas básicas de desigualdade, o que afetará sobremaneira grupos já marginalizados (CRENSHAW, 2002). A vulnerabilidade das mulheres camponesas continuará a ser destacada a partir de fatores como a falta de acesso à terra, à saúde, a contaminação por agrotóxicos e a violência.

A violência no campo é especialmente retratada quando é feita uma comparação entre a violência conferida às mulheres negras, no período da escravidão, e aquela imposta às camponesas. Angela Davis descreve açoitamentos e estupros a que eram submetidas as mulheres negras, fatores que formavam traços específicos de suas personalidades (DAVIS, 2016). Foi a partir dessas vivências que se formaram as identidades das mulheres negras no período. Da mesma maneira, será demonstrado que a partir de opressões específicas é formada a identidade das mulheres camponesas, o que se demonstrará por meio da violência a elas conferida e de sua constante invisibilidade. As mulheres indígenas, por outro lado, são mais uma particularidade que existe no movimento, já que elas enfrentariam ainda mais subordinações, como a perseguição aos indígenas decorrente da luta pela regularização de seus territórios.

A opressão interseccional também será demonstrada no âmbito do trabalho, a partir de comparações entre o trabalho de mulheres negras nos Estados Unidos, nas lavouras de tabaco e algodão (DAVIS, 2016), e o das mulheres camponesas do MMC, que sofre com triplas jornadas, invisibilidade e desvalorização. No meio acadêmico, ainda, essa experiência é relatada por bell hooks, em sua descrição das enormes dificuldades encontradas pelas mulheres negras nesses espaços. Por esse motivo, a autora questiona a categoria universal “mulher” e propõe um estudo do gênero permeado por outros fatores (hooks, 2017). É com o objetivo de destruir essa categoria que o MMC possui objetivos específicos e reivindicações que se adaptam

às necessidades e à identidade das camponesas que fazem parte do movimento. Essas pautas, geradoras de conflitos, são especificadas no último item, com enfoque na realidade de Goiás.

O Feminismo Camponês Popular é a proposta do MMC que engloba suas pautas e atuações. Ele será explorado com o intuito de explicar os conflitos no âmbito do movimento, que foram formadores da identidade das mulheres que dele fazem parte. A proposta do movimento, com essa nova vertente, é a de unir o enfrentamento ao patriarcado à construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesse modelo estão inclusas a agroecologia, a preservação e utilização das sementes crioulas, a soberania alimentar e a reforma agrária. Somente a partir da consolidação dessas pautas, as mulheres camponesas poderão conquistar a autonomia no campo e o enfrentamento à discriminação de gênero. Essas reivindicações, contudo, são desafiadoras da ordem mantida pela sociedade patriarcal e capitalista, motivo pelo qual são causadoras de conflitos. Esses conflitos serão exemplificados por meio de jurisprudências em que o MMC aparece em sua luta. Somente a partir desses embates promovidos por sua atuação específica é possível identificar a verdadeira identidade das mulheres camponesas do movimento.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: HISTÓRICO E RESISTÊNCIA

1.1 O histórico do MMC na questão agrária brasileira

A partir da década de 70 não é possível que se fale em uma autonomia da agricultura no Brasil. Isso se dá em decorrência da modernização da agricultura e da substituição do complexo latifúndio/minifúndio por um complexo agroindustrial. A realidade do complexo latifúndio/minifúndio, que antes funcionava por meio de agentes do capital, como os comerciantes das cidades, passa a ser a de uma agricultura que fala por meio do complexo agroindustrial. A influência do capital se dá tanto na indústria que produz para a agricultura, como naquela que consome produtos agrícolas. Há, por isso, a partir das décadas de 60 e 70, um deslocamento na importância da terra-matéria para a terra-capital (MÜLLER, 1989).

Esse processo de modernização gera uma mudança no discurso das oligarquias, que antes vinculadas à terra-matéria passam, posteriormente, a considerar o complexo agroindustrial e a terra como capital. Uma das influências desse processo é a Revolução Verde ocorrida nos Estados Unidos que, para gerar um aumento da produtividade, desenvolveu pesquisas em sementes, insumos agrícolas e máquinas. O que atesta Geraldo Müller, nesse sentido, é que embora no início dos anos 70 já houvesse uma interdependência entre os setores agrícolas e industriais no Brasil, o que se designa de complexo agroindustrial, não houve uma fusão entre a agricultura e a indústria, mas hegemonia desta em detrimento daquela:

Neste sentido, a terra subordina-se ao capital industrial e financeiro. Na verdade, esta formulação é imprecisa. É o trabalho agrícola que se subordina ao capital, no contexto de uma industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital. (MÜLLER, 1989, p.39).

Moacir Palmeira (2011) atesta que o complexo agroindustrial se formou por meio da absorção de crédito agrícola, de insumos modernos, da mecanização da produção, do aumento da produtividade e da quantidade de matérias-primas. A industrialização da agricultura, que ocorreu sem que fosse modificada a estrutura da propriedade rural, gerou efeitos desastrosos no campo como a concentração fundiária, a desigualdade de renda, o êxodo rural, o aumento da exploração da força de trabalho em atividades agrícolas e o crescimento da taxa de

autoexploração nas pequenas propriedades, bem como a piora da qualidade de vida dos trabalhadores do campo. Por esse motivo utiliza-se a expressão “modernização conservadora” para descrever esse fenômeno (PALMEIRA, 2011, p. 87).

O processo mencionado, entretanto, não ocorreu de maneira homogênea no Brasil, mas mediante divergências em função de fatores como a região, os produtos comercializados, as políticas de crédito rural e os fluxos com o exterior. Exemplo desses produtos é a soja, que por não ser processada é colocada in natura no mercado, o que confere maior autonomia aos proprietários de terras e uma menor subordinação à indústria. Para Müller (1989), essa modernização parcial da agricultura tradicional, com a permanência de faixas atrasadas, agricultura em distintos estágios de industrialização ou que possui a união de fatores modernos e atrasados, é uma característica estrutural brasileira.

Esse processo não homogêneo também se verifica na análise realizada por José de Souza Martins (1997) da ocupação das fronteiras pelas frentes de expansão e pelas frentes pioneiras. A frente de expansão, frente demográfica, acontece por meio de uma relação que não é a do capitalismo clássico, mas que está eminentemente vinculada ao capital comercial, ao parceiro e ao campesinato. A frente pioneira, por outro lado, frente econômica, relaciona-se ao capital industrial, à burguesia, ao operário e ao capitalismo de trabalho. A análise da ocupação do território brasileiro por essas frentes possibilita que se enxergue a complexidade da questão agrária, já que cada região foi afetada de maneira diferente por cada frente.

O autor mostra, além disso, que a história das frentes de expansão no Brasil é a história do milenarismo camponês, já que os movimentos milenaristas ou messiânicos ocorreram nessas frentes, em momentos em que camponesas e camponeses foram expulsos de suas terras ou estavam ameaçados de expulsão. Há, por isso, um imaginário místico na fronteira, que não é uma simples ampliação de território, mas local repleto de significado:

Nesse sonho se manifesta a grande transfiguração produzida pela fronteira, de certo modo definidora da sua singularidade temporária e histórica: tempo e espaço se fundem no espaço limite concebido ao mesmo tempo como tempo limite. É no fim que está propriamente o começo (MARTINS, 1997, p. 203).

Esse processo variado é a demonstração de que, primeiramente, embora tenha acontecido um processo de industrialização formador de um complexo agroindustrial, não ocorreu uma total industrialização do campo e não se pode ignorar a existência de uma questão

agrária no Brasil. Existem ainda, embora apagados e invisibilizados pelo capital, camponeses e camponesas que resistem no campo e que utilizam seu conhecimento milenar de maneira a permanecer em seu território.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996), em uma análise do campesinato tradicional, expõe suas características. As camponesas e os camponeses clássicos, primeiramente, adotam um sistema de policultura-pecuária, adequado e aperfeiçoado conforme suas práticas. Em segundo lugar, utilizam-se de saberes tradicionais e de uma cultura particular que garantem sua sobrevivência tanto no presente quanto para suas gerações futuras. Em terceiro lugar, o sistema de policultura-pecuária, embora aperfeiçoado para garantir a subsistência camponesa, não é autônomo, já que existe uma sociedade de interconhecimento que cria relações de dependência entre as camponesas, os camponeses e outros atores do campo. Por último, a agricultura camponesa se diferencia da pequena agricultura e da agricultura de subsistência. Primeiro porque a agricultura camponesa, embora geralmente pequena e de poucos recursos, não é camponesa por ser pequena, mas pelos elementos já apontados. Segundo porque a agricultura de subsistência não necessariamente possui um projeto para futuras gerações, característica essencial da agricultura camponesa.

A autora destaca, ainda, que devido à complexidade histórica e cultural da realidade brasileira, o agricultor familiar possui, aqui, diferentes características. A primeira se constitui na fragilidade do sistema de produção, o que gerou uma precariedade estrutural. Essa precariedade impede que as camponesas e os camponeses no Brasil desenvolvam o sistema clássico de produção (a policultura-pecuária) e construam um patrimônio familiar. Há, também, uma dificuldade de inserção das camponesas e dos camponeses no mercado, que se reflete em processos de campesinização, descampesinização e recampesinização, movimentos que integram as frentes de expansão e as frentes pioneiras acima mencionadas. A segunda peculiaridade se constitui em uma busca por território, a qual gera uma grande mobilidade do agricultor e sucessivos deslocamentos espaciais. Isso se dá por meio de uma pressão direta da grande propriedade ou de uma lógica interna própria da agricultura camponesa. Por último, as camponesas e os camponeses brasileiros se caracterizam pelas atividades de alugar seu trabalho para terceiros, bem como de empregar trabalhadores alugados no estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1996).

É em meio ao contexto apresentado que, na década de 80, o Movimento de Mulheres Camponesas se consolida contrariamente à subordinação dos territórios e do sexo feminino ao

capital industrial e financeiro. O movimento resgata a denominação “camponês”, termo abandonado pela própria legislação, que de modo a trazer a questão para o âmbito estatal passa a utilizar a designação “agricultor familiar”. É o que confirma Isaura Isabel Conte (2010), ao destacar que o termo camponês entrou em desuso para que não fossem lembradas as Ligas Camponesas de 1940 e 50. O termo é retomado, conforme a autora, pela Via Campesina, com o objetivo de que fossem lembradas as ligas e lutas camponesas de enfrentamento a um sistema hegemônico no campo.

A denominação “camponesa”, conforme o portal eletrônico⁴ do movimento, representa aquela que, em um núcleo familiar e de produção agrícola e artesanal autônoma, satisfaz suas necessidades familiares e de subsistência, bem como garante recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. O movimento destaca as mulheres camponesas como produtoras de alimentos e garantidoras da subsistência da família. Dentro dessa categoria estariam a pequena agricultora, as mulheres negras, as descendentes de europeus, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.

Tratar de seus integrantes como “camponeses”, portanto, denota a resistência de um movimento contra-hegemônico que vai de encontro à ordem rural imposta e que busca adquirir as características do campesinato tradicional de maneira a permanecer e resistir no campo. É o que expressa uma das coordenadoras do movimento, em sua compreensão do que representa ser camponesa dentro do Movimento de Mulheres Camponesas:

Não tem como ser camponesa, sem ter um debate profundo sobre o território. O território camponês, da reforma agrária, dos ribeirinhos, envolve o jeito de vida, a cultura, a produção, tudo muito relacionado. Ela [a camponesa] vai na contramão desse modelo desenvolvimentista, que é os bens da natureza estarem a serviço do lucro e do capital. (...) Esses territórios para serem de campesinato tem que ser territórios livres de modelo de monocultivo, de veneno, de transgênicos, isso com certeza vai refletir nas relações sociais dentro desse grupo, desse território, na questão da violência, não tem como discutir agroecologia, se não discute também as relações com a natureza, entre seres humanos, não é só um modelo é um projeto de desenvolvimento a partir do saber popular, junto com técnicas e formação teórica, e respeito a uma sabedoria milenar que é do povo: resgate de sementes, melhoria de raças, que é o melhoramento natural dos galos, que é quando as galinhas ficam mirradas, por exemplo, o nosso povo sempre fez isso! Isso é cultura camponesa, isso é território, isso é desenvolvimento a partir do olhar desses camponeses, e não

⁴ Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/> Acesso em: 10/07/2016

de uma ciência e uma ideologia de mercado. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 39).

As décadas de 70 e 80 no Brasil representam um período de efervescência de diversos movimentos sociais. Esses movimentos se insurgiam de modo contrário à realidade apresentada de subordinação da terra ao capital. A realidade feminista também cresce por meio de diversos movimentos e tratados internacionais ratificados pelo país. Para Stela Nazareth Meneghel, Betânia Mueller, Marcell Emer Collaziol e Maíra Meneghel de Quadros (2013, p. 02), é na década de 1970 que a violência contra a mulher é visibilizada, de maneira que deixa de ser uma questão tratada no âmbito privado para constituir assunto de domínio do Estado. É na mesma década que surgem os primeiros movimentos feministas, e estes passam a ganhar repercussão na mídia, de modo que entre os anos de 1975 e 1979 acontece o que se denomina como a primeira fase do movimento. Nesse período foram problematizadas, principalmente, as liberdades democráticas, de maneira que é no ano de 1975, considerado como marco do início do Movimento Feminista no Brasil, que a questão da mulher é de fato colocada como obrigatória (RINALDI, 2007). Segundo Miriam Pillar Grossi (1988), é somente entre os anos de 1979 e 1982, quando se inicia a segunda fase do feminismo, que o tema da violência contra a mulher ganha espaço.

É nessa época que é realizada a primeira conferência mundial sobre a mulher, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1981 (CEDAW – *Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women*), que foi adotada pela Assembleia da ONU, em 18 de dezembro de 1979, e entrou em vigor em 03 de setembro de 1981. A violência contra as mulheres, contudo, só foi definida como violação aos direitos humanos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993⁵. Durante a década de 1990, o Brasil se tornou signatário de outras Convenções relativas aos direitos das mulheres, como a Convenção Americana dos Direitos Humanos, em 1992, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir

⁵ Segundo pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, por Carolina Andréa Campos Pimentel, em 2016, o mapa da violência em Goiás tem um quadro preocupante. Segundo a autora: “A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013), criada para investigar e averiguar denúncias de omissão por parte dos estados, concluiu que Goiânia-GO foi a 7ª capital mais violenta do país para as mulheres, com taxa de 6,8 homicídios por 100 mil mulheres no ano de 2012, mais alta que a taxa nacional, reafirmando a complexidade do problema e chamando a atenção para a necessidade de criação de políticas públicas específicas.” (PIMENTEL, 2016, p. 14).

e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), ratificada em 1995.

No campo, esse é um período de resistência camponesa no qual diversos grupos camponeses se organizam em busca da luta pela terra e por direitos sociais. É o que demonstra a autora Carmen Diana Deere, quando trabalha o pouco acesso histórico das mulheres à terra, bem como sua inserção nos movimentos sociais no Brasil. Esses direitos ocorrem, primeiramente, por um argumento “produtivista”, que busca a ampliação do bem-estar das mulheres e gera sua maior produtividade, o que implica em um maior bem-estar da comunidade. O segundo argumento é o do empoderamento, já que os direitos das mulheres à terra proporcionam seu maior espaço no âmbito familiar e na comunidade, o que contribui para o fim de sua subordinação ao sexo masculino no campo. Embora a luta pela reforma agrária no Brasil tenha se iniciado no início da década de 1960, as mulheres do campo fizeram parte de um maior processo de inclusão tanto nos movimentos sociais, quanto na busca pela reforma agrária e por direitos específicos que lhes foram negados historicamente (DEERE, 2002).

Os movimentos de mulheres rurais possuem sua origem no período da abertura democrática da década de 1980 e no fortalecimento do movimento feminista no Brasil. Como as estruturas de organizações no campo da década de 1980 eram os sindicatos, as reivindicações das mulheres rurais envolviam sua inserção nessas estruturas, bem como benefícios de seguridade social. Os sindicatos filiados à CONTAG, nesse período, consideravam que a participação nos sindicatos só cabia ao homem chefe de família. Além disso, o trabalho das mulheres⁶ no campo sofria com uma forte invisibilização. Apenas em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG, as pautas das mulheres no campo foram abordadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores.

Isso ocorreu por meio dos esforços do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão Central, de Pernambuco. O movimento foi oficialmente fundado em 1984, e suas reivindicações envolviam o aumento da participação das mulheres nos sindicatos. No sul, essas exigências também ocorriam por meio da Federação dos Trabalhadores na

⁶ Segundo Carmem Lúcia Costa e Heliany Pereira dos Santos (2013), ainda são muitos os desafios na luta pelo direito à diferença e o respeito à diversidade no âmbito do trabalho. Para discutir a precarização do trabalho das mulheres, as autoras se utilizam dos dados de Helena Hirata (2011), que articulam as discussões de gênero, etnia e renda: “em um estudo realizado sobre as condições da trabalhadora na sociedade atual no Brasil, na França e no Japão, ressalta que ainda as mulheres ganham menos que os homens, trabalham em cargos com pouco reconhecimento, sem muitas expectativas de ascensão profissional e sem o respeito aos direitos conquistados. A autora argumenta, ainda, que quando cruzamos estes dados com os dados referentes à renda e etnia, observamos que a maioria das mulheres pobres é negra e chefe de família.” (COSTA & SANTOS, 2013, p. 130).

Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), que juntamente com a CPT, em 1985, realizou o Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Por meio desse encontro surgiu a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG-RS. As mulheres, aproximadamente em 1987, representavam em torno de 29% dos membros dos sindicatos vinculados à CONTAG.

A CUT, também nessa época, organizou a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, que tratava das questões das mulheres no meio rural e urbano. A iniciativa se originou no estado da Paraíba, em 1985, momento em que a primeira Secretaria da mulher foi criada pelo Primeiro Congresso Estadual da CUT. A Secretaria foi uma das pautas do MMTR do Brejo, que também reivindicava os direitos das mulheres à terra. No Rio Grande do Sul, em 1986, o grupo conhecido como “as Margaridas” propunha que o título de propriedade fosse emitido no nome do casal (já que até então a titulação era apenas do homem) e que os direitos das mulheres à propriedade e à reforma agrária fossem reconhecidos (DEERE, 2002, p. 179-181).

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que possibilitou uma maior atenção do Estado às questões das mulheres no campo. Em 1986, além disso, foi organizado o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres Rurais pela EMBRATER. Nesse congresso também foi reivindicado um maior acesso das mulheres à terra. Ao longo da década de 1980 houve um crescimento do movimento autônomo de mulheres rurais em alguns estados. No final da década, os MMTRs surgiram no sul e no nordeste:

(...) os encontros de fundação das associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram nos seguintes anos: 1984 em Santa Catarina; 1985 no Paraná; 1986 na Paraíba; 1987 em Pernambuco e no Espírito Santo; e em 1989 no Rio Grande do Sul. Esses encontros eram geralmente antecipados por encontros em níveis municipais e regionais em um dado estado, e algumas vezes eles aconteciam por mais de alguns anos, começando no início da década de 1980. (DEERE, 2002, p. 182).

O primeiro encontro nacional de mulheres rurais autônomas foi apoiado pela CUT e pelo MST, em 1986, em São Paulo. O encontro concluiu pela não criação, naquele tempo, de uma organização nacional de mulheres rurais, e sim um fortalecimento das redes regionais. O primeiro encontro do MMTR-NE ocorreu em João Pessoa, em 1987, e sua discussão girou em torno de uma maior participação das mulheres nos sindicatos e da reivindicação pela reforma agrária. O Movimento de Mulheres Agrícolas (MMA-SC) de Santa Catarina, em 1986,

organizou campanha que tinha como objetivo colocar os direitos das trabalhadoras rurais na pauta constitucional.

Na CONTAG, os direitos de acesso à terra pelas mulheres foram fortemente reivindicados, questão que se destacou no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O seminário ocorreu em Brasília, em 1988, e denunciou abertamente o fato de que, por não possuírem a titulação da terra, as mulheres perdiam suas terras quando se tornavam viúvas. Houve, por isso, um forte lobby para que fosse estabelecido na Constituição o direito das mulheres à terra na reforma agrária. Foi por meio dessas lutas que a Constituição de 1988 previu os direitos das mulheres à terra, bem como a igualdade entre homens e mulheres rurais e urbanas em relação aos direitos trabalhistas e aos benefícios previdenciários (DEERE, 2002, p. 182-183).

O Movimento de Mulheres Camponesas se originou nesse contexto, em 1980. Nasceu sob o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, em 25 de julho de 1981, em Santa Catarina, distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Suas ações se iniciaram no primeiro semestre de 1983 (OLDIGES, 2013). O movimento possuía ligação com a Corrente Progressista da Igreja Católica, em defesa da Teologia da Libertação, e por isso ainda possui certas características do discurso católico. Valdete Boni (2013) destaca três momentos essenciais para o movimento. Primeiramente, por uma influência da própria igreja, não houve uma aproximação dos ideais feministas, motivo pelo qual se voltou somente a questões trabalhistas. As discussões de gênero só surgiram na década de 1990, segundo momento em que o discurso passa a reforçar noções de gênero, e não só de classe. Em um terceiro momento, o MMC englobou ideais de segurança alimentar, proteção ao meio ambiente, às florestas nativas e às sementes crioulas.

Em 1995, durante um suposto primeiro encontro que futuramente originaria o Movimento de Mulheres Camponesas, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, que reuniu agricultores ligados à Via Campesina⁷, representados pelos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de

⁷ A Via Campesina é movimento internacional que tem como projetos a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar, por meio da coordenação de pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da América, Europa, Ásia e África.

Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. A ANMTR, conforme o portal eletrônico do movimento, foi marcada por mobilizações e acampamentos estaduais e nacionais, celebração de datas históricas e significativas como o dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher) e o dia 28 de maio (Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher), por lutas pela ampliação dos direitos previdenciários, saúde pública, um novo projeto popular de agricultura, reforma agrária, documentação, pela formação política e ideológica do movimento e pela elaboração de cartilhas, vídeos, panfletos, folhetos e cartazes.

Durante a realização de um Curso Nacional, em 2003, que contou com a presença de mulheres de diversos estados, foi decidido que o nome dado à organização seria Movimento de Mulheres Camponesas. O objetivo do curso foi o de unificar os movimentos de mulheres camponesas que se espalhavam pelo país, bem como suas reivindicações e debates. É o que confirma a coordenadora do MMC:

Em 2003, no Curso Nacional, na Chácara do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), elaboramos materiais antes, era pra formação entre as dirigentes, já tava consensuado e ali já tava definido, o curso foi para acatar o que vinha de debate dos estados e fechar a proposta de nome, de bandeira, de lutas, a organização. O curso foi isto e tirar data pra fazer o lançamento público, daí em 2004, foi aqui em Brasília, tinham 1400 mulheres de 14 estados, tem uma representação já muito grande, oficializar um movimento com articulação em 14 estados é muito grande, foi por que esse processo já vinha, a ansiedade e a necessidade das mulheres. Depois fomos vendo o acúmulo de cada estado. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 19).

Há a possibilidade, contudo, de que o encontro de 1995 não tenha sido o primeiro, mas posterior a dois outros. É provável que, em decorrência da falta de uma sistematização de dados sobre a história das mulheres no campo, hoje não se possua muitas informações sobre essas reuniões. É o que relatou uma das coordenadoras do MMC, com o objetivo de reconhecer a luta invisibilizada de mulheres que contribuíram para a formação do movimento:

No andar da carruagem percebemos que esse não foi o primeiro encontro nacional, as mulheres já tinham feito duas tentativas de uma organização nacional e não conseguiram dar conta. Mulheres do campo que chegaram a fazer dois encontros nacionais, mas tiveram que recuar, porque não deram conta, porque não é fácil. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 17).

O Movimento de Mulheres Camponesas, portanto, criou um espaço próprio para reivindicações que antes faziam parte apenas de movimentos em esferas estaduais. Com isso, ampliou à esfera nacional lutas que até então corriam em paralelo. Embora a realidade local de cada movimento de mulheres rurais fosse repleta de particularidades e de anseios próprios, o

Movimento de Mulheres Camponesas, hoje como o maior movimento autônomo de mulheres camponesas brasileiras, tornou-se um espaço para o debate e a reivindicação de temas que permeavam a realidade de todas essas articulações. Entre esses projetos, figuram a segurança e soberania alimentar, proteção ao meio ambiente, às florestas nativas, perpetuação das sementes crioulas, biodiversidade, agricultura familiar, reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da exploração, opressão, dominação e violência contra as mulheres no campo. Seu objetivo, portanto, não é só a luta contra a desigualdade de gêneros, mas a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Para uma demonstração mais aprofundada da maneira pela qual o movimento social aqui analisado atua, busca-se demonstrar o papel das mulheres em seu âmbito.

1.2 A atuação feminista e a identidade das mulheres no movimento

O papel das mulheres no âmbito contra-hegemônico se dá tanto por meio de sua organização e da reivindicação de direitos negados a ela historicamente, quanto por seus conhecimentos tradicionais absorvidos a partir da vida em comunidade, o que trouxe como consequências uma forte relação com a natureza e o desenvolvimento da produção agroecológica. Mina Lorena Navarro e Lucia Linsalata destacam que a luta das mulheres é um freio essencial à destruição gerada pelo capitalismo globalizado. Isso se dá, primeiramente, por uma maior responsabilidade das mesmas em relação aos processos de reprodução. Sua preocupação reside, muitas vezes, na sobrevivência de sua família e em fornecer a ela uma alimentação adequada. Em segundo lugar, por uma ausência histórica de acesso à renda, a relação com a natureza e seus bens naturais foi e é uma escolha estratégica para a ascensão das mulheres (NAVARRO & COMPOSTO, 2014, p. 428).

As autoras discutem, além disso, a relação particular entre as mulheres e a natureza, destacada pela perspectiva ecofeminista. O vínculo é questionado muitas vezes por outras vertentes feministas, já que nessa ótica a mulher estaria associada à natureza, aos animais e à reprodução, enquanto o homem representaria a cultura, a razão e a produção. As autoras, contudo, propõem que esse distanciamento em relação à natureza deve ser desmistificado, já que gerado por um sistema capitalista que é extremamente destrutivo para a vida e o meio ambiente. A reprodução cria um laço entre as mulheres e o mundo natural. Essa simbiose faz com que as mulheres adquiram um conhecimento tradicional profundamente benéfico.

Por ejemplo, las mujeres desde hace mucho tiempo han sido cocineras, curanderas o tienen un jardín. Aprenden de las propiedades de las plantas, de las flores. A lo largo de Mesoamérica, ellas eran quienes escogían las semillas para la próxima cosecha y probablemente una de las razones por las que se tienen doscientos tipos de papa, de maíz, es tal vez por la magnitud de la selección de semillas. Ahora les es quitada y expropiada esa labor por los Monsanto's del mundo. Las curanderas y las agricultoras actuales están guardando y actualizando un conocimiento que es muy importante. (NAVARRO & COMPOSTO, 2014, p. 429).

Embora a conexão entre as mulheres e a natureza exista, essa relação não lhe é inata, mas construída historicamente em decorrência da divisão do trabalho entre o homem e a mulher. Ainda que tal divisão seja injusta, foi formadora de um conhecimento extremamente rico para as mulheres no campo, e que consiste em uma ferramenta não somente para a libertação feminina em relação à dominação patriarcal, mas para sua emancipação dos processos destrutivos de modernização da agricultura e de formação da terra-capital que ocorrem no campo desde as décadas de 60 e 70. O MMC propõe um novo projeto de feminismo, um Feminismo Camponês Popular, cujas principais bandeiras de luta são destacadas por Isaura Isabel Conte⁸, dirigente do movimento no Rio Grande do Sul.

Para Isaura, desta forma, as propostas desse feminismo envolvem: discussões constantes nas comunidades, para que as mulheres camponesas percebam sua exploração pelo sistema e iniciem sua luta contra o patriarcado e o capitalismo; a construção de espaços de discussão para as camponesas, locais preferencialmente apartados dos homens, para que essas mulheres obtenham autonomia; busca pela igualdade nas relações sociais de poder, a partir da divisão igualitária das tarefas domésticas e da perda do medo que as mulheres possuem em questionar essa desigualdade; acúmulo de conhecimento relativo ao projeto de agricultura camponesa que resiste ao agronegócio e às grandes empresas no campo; solidariedade entre as mulheres do MMC para a construção de um feminismo que se contraponha ao machismo e a todas as formas de violência; participação nas lutas populares que enfrentem o capital e o patriarcado (CONTE, 2007).

O Feminismo Camponês Popular, em seu objetivo de empoderar as mulheres camponesas e valorizar a cultura perpetuada por elas no campo, identifica-se com as propostas do movimento ecofeminista. Em um destaque da falência das ideologias ocidentais

⁸ Le Monde Brasil Diplomatique. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/o-feminismo-campones/>. Acesso em: 09/12/2017

universalistas, Vandana Shiva e Maria Mies rejeitam o dualismo entre a economia e a cultura. Afastam, assim, o universalismo eurocêntrico, androcêntrico e capitalista. As autoras propõem, por isso, uma busca não somente das diferenças, mas daquilo que conecta as mulheres e todas as formas de vida. A libertação das mulheres se encontra nas práticas daquelas que foram subjugadas pelo desenvolvimento hegemônico e que persistem lutando pela conservação de suas atividades e costumes.

Elas expõem claramente o que une as mulheres de todo o mundo e o que liga os homens e as mulheres a todas as formas de vida na natureza. O universalismo que desponta dos seus esforços em preservar a sua subsistência – a base das suas vidas – é diferente do universalismo eurocêntrico, desenvolvido por via do Iluminismo e da ascensão do patriarcado capitalista. Este universalismo não trata os “direitos” humanos universais em abstrato, mas antes em função das necessidades humanas comuns que só podem ser satisfeitas se as redes e as redes de sustentação da vida se mantiverem intactas e vivas. Estas “simbioses ou interligações vivas”, tanto na natureza como na sociedade humana, são a única garantia de que a vida, no mais amplo sentido, pode prosseguir nesse planeta. (MIES & SHIVA, 1993, p. 23-24).

É nessa perspectiva que o ecofeminismo surge, no fim da década de 1970 e início de 1980. Segundo SOUZA (2000), o ecofeminismo resgata a preocupação com o uso da natureza e sua destruição, e tem suas bases na ecologia profunda e na ecologia social. As ideias desse grupo propugnam a necessidade de novas práticas que reconheçam que a vida na natureza se mantém por meio da cooperação e do cuidado mútuo. Há um esforço para a criação de uma cosmologia e de uma antropologia que engloba a vida e o respeito à preservação da diversidade de todas as formas vivas, inclusive suas expressões culturais. A relevância social dessa concepção pode ser encontrada na experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Respeitar os conhecimentos populares que foram invisibilizados pelo capital, o que gerou impactos ambientais negativos, é necessário para promover mudanças em hábitos de plantio e cuidado da terra.

O início do ecofeminismo se deu por meio de diversos protestos ambientais gerados por desastres ecológicos. Sua primeira conferência ocorreu nos Estados Unidos, em decorrência de um derrame em *Three Mile Island*, e foi denominada “As Mulheres e a Vida na Terra: Uma Conferência sobre o Eco-feminismo na década de 80”. Foram discutidos temas como a ecologia, a militarização e a cura. Percebeu-se, desde então, que há, no movimento, uma identificação entre o desenvolvimento capitalista que devasta a natureza, a Terra e seus habitantes, com a opressão que por muitos anos subjugou o sexo feminino. Realizou-se, em

suas organizações, uma relação entre a histórica violência patriarcal e a destruição da natureza. Foi sugerido, assim, que o controle próprio de cada mulher sobre seu corpo não deveria ocorrer apenas em um âmbito privado, mas em escala global, já que a agressão não se originava apenas dos homens, mas das grandes multinacionais.

Mediante a percepção de que o paradigma da ciência é antinatural, patriarcal e colonial, o movimento ecofeminista descobriu a dimensão espiritual da vida. Percebeu, assim, que a tecnologia e a ciência só foram alavancadas após o assassinato de mulheres e seus conhecimentos originários de sua relação com a natureza, na “caça às bruxas”. A recuperação desses conhecimentos faz parte da libertação das mulheres. A ênfase espiritual, além de destacar a relação particular entre as mulheres e a natureza, ressalta que a vida só poderá ser conservada se as formas de vida forem vistas e respeitadas como elementos sagrados (MIES & SHIVA, 1993. p. 24-29).

A construção de um feminismo próprio, por parte do Movimento de Mulheres Camponesas, perpassa a identidade das mulheres que integram sua estrutura. Para a compreensão dessa identidade tomamos como base o feminismo de vertente interseccional. A luta da mulher branca e burguesa das cidades não é uma luta com a qual se identifica a mulher do campo. A simples oposição ao patriarcado e resistência à dominação da mulher pelo homem, portanto, não é suficiente para abarcar as condições das mulheres camponesas. Isso ocorre porque não existe a categoria universal “mulher”, mas mulheres que se inserem em processos particulares de sofrimento, discriminação e opressão. A perspectiva interseccional, portanto, é essencial para que o feminismo não se afaste da realidade das mulheres camponesas. Esse afastamento é descrito por integrantes do movimento:

Nós nos prendemos muito à nossa vivência prática, nossa concepção de feminismo é baseada em nossa prática, em nosso cotidiano. Muitas vezes falar em feminismo na nossa região é afastar as mulheres camponesas, porque tem uma concepção do feminismo mais burguês, aí o Movimento vem construindo essa nova forma de fazer luta feminista, que é um desafio inclusive pra dentro do Movimento [...] É o Feminismo Camponês Popular. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 79-80).

O “feminismo burguês”, mencionado pela integrante do movimento, é um feminismo que não abarca as mulheres camponesas. A crítica a um feminismo que não abarca as mulheres mais vitimizadas em nossa sociedade foi feita por bell hooks, em sua oposição a um feminismo que engloba apenas mulheres brancas, de classe média e alta. O discurso feminista dominado

por essa pequena parcela de mulheres, por isso, falha em compreender um Estado capitalista, sexista e racista. É necessário enxergar que o sexismo impactará de maneira diferente a vida de cada mulher, o que dependerá de fatores como sua classe, orientação sexual, religião e raça. Não existe, portanto, uma opressão comum, que coloca todas as mulheres no mesmo patamar, mas realidades construídas historicamente, nas quais existem diferentes graus de sofrimento (hooks, 2015, p. 197).

A autora diferencia, por isso, a opressão e o sexismo. Enquanto a opressão significa uma total “ausência de opções”, no capitalismo o sexismo afeta as mulheres que dele participam apenas em determinadas esferas. Restam, para as mulheres que se inserem no sistema, determinadas escolhas, motivo pelo qual muitas delas não acreditam na existência de mulheres que são oprimidas. Exploração e discriminação, por isso, são termos melhores para falar das mulheres que possuem escolhas dentro da sociedade moderna. Há mulheres, por outro lado, que sofrem com a opressão e com uma ausência completa de alternativas de vida. O feminismo deixa, muitas vezes, de abarcá-las, embora sejam as maiores vítimas de um sofrimento em diversos âmbitos (hooks, 2015, p. 197-198).

É preciso que o feminismo hegemônico seja reanalisado, para que não haja uma apropriação de seus ideais por parte de feministas liberais e conservadoras. O feminismo, desse modo, é uma teoria em constante mudança, e sua proposta de libertação não deve considerar apenas um grupo de mulheres, mas diferentes grupos em diversas condições estruturais, políticas e econômicas (hooks, 2015, p. 197-202). O Feminismo Camponês Popular proposto pelo Movimento de Mulheres Camponesas é um feminismo que engloba, diretamente, a realidade e as necessidades das mulheres camponesas, motivo pelo qual é um feminismo que, embora dialogue com o sistema, considera fatores específicos que se relacionam às camponesas pertencentes ao movimento.

As mulheres camponesas, portanto, fazem parte de um processo histórico formador de sua identidade, repleta de especificidades. A formação de uma identidade própria pode ser observada quando Kimberlé Crenshaw, ao demonstrar a ineficácia do sistema jurídico norte-americano no tratamento de indivíduos afetados por mais de um tipo de discriminação, destaca as mulheres negras como sofredoras de uma dupla discriminação, ora semelhante à enfrentada por mulheres brancas, ora análoga à sofrida por homens negros. A autora acentua, contudo, a discriminação enfrentada por essas mulheres em decorrência de sua existência como “mulheres negras”, o que não supõe uma soma entre a discriminação sexista e a discriminação racista, mas

uma nova categoria autônoma de preconceito. Existe, assim, a formação de uma identidade própria na “mulher negra”, que faz com que ela se torne uma categoria repleta de particularidades próprias e de uma opressão que as atinge de modo diferente (MOUTINHO, 2014, p. 207).

A formação dessa identidade é definida a partir da teoria da interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw. Parte-se, nessa teoria, do pressuposto de que existem diversos eixos de subordinação, de modo que diferentes sistemas discriminatórios podem atingir determinados grupos. Os sistemas múltiplos de subordinação, associados em torno de gênero, raça, classe, etnia, entre outros, definem identidades específicas, atingidas por opressões causadoras de sofrimento, vulnerabilidade e desempoderamento. É o que a autora explica por meio de uma metáfora:

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Por esse motivo, as mulheres que se encontram na intersecção desses cruzamentos estão sujeitas tanto à discriminação que surge de qualquer uma das vias, unicamente, como a uma opressão simultânea, gerada por exclusões que se unem nesse ponto comum. Quando falamos em direitos humanos e sua relação com o gênero, as violências sofridas pelas mulheres, em razão da questão de gênero, demoraram a obter proteção como as violências que eram sofridas também por homens. Somente após as conferências de Viena (1992) e Pequim (1995) ficou claro que as violências sofridas somente pelas mulheres também deveriam ser protegidas pelos direitos humanos. Do mesmo modo, a questão da discriminação racial foi, por muito tempo, afastada de sua diferença em relação às outras violências (CRENSHAW, 2004, p. 09).

Não se pode lidar com categorias separadas de pessoas, de modo que quando falamos em raça não tratamos apenas de pessoas negras, quando analisamos a discriminação de gênero não falamos apenas em mulheres, e quando trabalhamos com classe não nos referimos apenas a pessoas pobres. Não há essa separação entre os grupos, mas uma sobreposição entre as

opressões que cada um deles sofre. Existem, além disso, outros fatores que levam à exclusão, como a idade, a deficiência e a religião. Para demonstrar essa sobreposição, a autora expõe um caso que manifesta a natureza da interseccionalidade, um processo judicial movido pela empresa De Graffen Reed contra a empresa General Motors. O processo ocorreu em decorrência da discriminação de diversas mulheres afro-americanas, já que a General Motors se recusava a contratar mulheres negras (CRENSHAW, 2004, p. 9-10).

Na General Motors, e em outras indústrias, a discriminação era comum. Sua defesa consistiu no fato de que existiam negros na empresa, bem como mulheres brancas que ali trabalhavam. O que não havia, contudo, eram trabalhadoras mulheres negras. Os negros empregados na General Motors estavam nas linhas de montagem, postos considerados adequados para homens. As mulheres, por outro lado, encontravam-se em funções de secretaria, consideradas apropriadas a elas. Nenhum desses trabalhos, contudo, era considerado adequado às mulheres negras, motivo pelo qual o processo foi movido. O Tribunal, contudo, demandou que fossem produzidas provas das discriminações de gênero e de raça sofridas por essas mulheres, separadamente, o que não foi possível, já que havia homens negros e mulheres brancas na empresa. O processo, ao final, foi considerado sem fundamento (CRENSHAW, 2004, p. 10-11).

Há, nesse sentido, uma invisibilidade dentro de muitos movimentos sociais, em relação a discriminações múltiplas sofridas por determinados grupos. Da mesma maneira que Kimberlé Crenshaw destacou a identidade própria das mulheres negras, passível de uma discriminação específica que atinge somente seu grupo, as mulheres camponesas possuem uma identidade própria e um sofrimento que lhe é típico, que atinge suas práticas e seu modo de vida. Em primeiro lugar, a discriminação se inicia por sua condição de mulher e a dificuldade que isso sempre representou para uma emancipação na sociedade e nos próprios espaços de luta. O cuidado com a casa e com os filhos são fatores que por muito tempo constituíram um entrave à autonomia econômica das mulheres no campo.

Quando parte de um movimento social, a preocupação das mulheres camponesas não reside apenas na luta pela terra e pela questão de gênero, mas no estudo e na alimentação de seus filhos, o que consiste em uma dificuldade muito maior para a mulher que vive no meio rural. Além disso, a dependência econômica, gerada pela divisão do trabalho, ainda é um fator que fortalece a violência doméstica. É o que explica uma das coordenadoras do Movimento de Mulheres Camponesas:

Se uma mulher é violentada, tomamos o partido dela. Muitas mulheres escondem, porque ainda pensam que o homem tem direito de bater porque leva o alimento, fica muito difícil de ajudar, até mudar a forma de pensar dessa mulher. Sem contar o medo. O MMC conversa, a Lei Maria da Penha, agora se você tem uma vizinha que tem esse problema, você pode denunciar, daí o cara vai ser punido. Mas se fazemos sem consentimento dela, perdemos a confiança dela. Ela precisa querer ser ajudada. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 32).

A dependência econômica, por isso, faz com que as mulheres do campo se submetam a situações de abuso, em nome de sua sobrevivência e de seus filhos. No campo, ainda, a implementação da Lei Maria da Penha não foi tão eficaz, de modo que existe uma distância física e uma falta de conhecimento em relação aos centros de apoio. Em segundo lugar, as mulheres que se inserem no Movimento de Mulheres Camponesas fazem parte de um projeto por um novo modelo rural, contraposto ao agronegócio e sua hegemonia no campo. Sua produção é desafiadora de um modelo vigente, o que constrói sua identidade de resistência no campo e as torna alvo de uma exclusão por parte daqueles que se inserem e comandam os processos de apropriação da terra pelo capital.

Para a construção desse novo território e modelo de vida, as mulheres camponesas fazem parte de um processo de retomada das tradições e da cultura popular no campo. Seus projetos, por isso, envolvem a proteção ao meio ambiente e às florestas nativas, a soberania alimentar, o desenvolvimento das sementes crioulas, a consolidação da agricultura familiar, biodiversidade e a reforma agrária. A produção contrária a um processo hegemônico de dominação do campo pelo capital torna as mulheres que lutam no MMC um alvo maior de exclusões e discriminações por parte de um sistema que a considera um entrave ao desenvolvimento. Seu trabalho, desse modo, é invisibilizado tanto pelas próprias pessoas que vivem no campo, em decorrência de sua condição de mulher⁹, quanto pela sociedade como um todo, já que sua produção faz parte de um modelo alternativo de desenvolvimento rural.

⁹ Segundo Carmem Lúcia Costa e Heliany Pereira dos Santos, mesmo após anos de luta pela emancipação e pelo direito à inserção no mercado de trabalho, uma das dimensões centrais no movimento de precarização do trabalho é sua feminização. Esse fenômeno coloca milhares de mulheres, principalmente as negras, em todo o mundo, em situação de miséria, abandono, sem teto, chefes de família sem emprego ou em empregos parciais ainda mais precarizados. (COSTA & SANTOS, 2013, p. 131-132). A feminização pode ser conceituada nos trabalhos em que o empregador considera importante determinados atributos, supostamente femininos, para que o trabalhador tenha um melhor desempenho em suas atividades. (LINO, 2013, p. 153-154).

Em terceiro lugar, as mulheres camponesas têm uma cultura e uma mística que lhe são próprias. Na cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”¹⁰, seus encontros em defesa da importância das sementes são sistematizados de modo a destacar a relação das mulheres com a natureza, bem como o vínculo que existe entre as próprias integrantes que ali estão. As leituras contidas na cartilha, que serão realizadas nos encontros, estão repletas de poesias, cantos e metáforas para a intimidade entre as mulheres, a natureza e as sementes. A cartilha, desse modo, incentiva a união das mulheres com seu território e um auxílio mútuo entre as integrantes do movimento. Uma das sugestões de mística contidas na cartilha é que cada uma das presentes segure o alimento que levou ao encontro e leia a mensagem:

DIGNIDADE É BENÇÃO (Zenaide Collet)

Que o fruto de nosso trabalho transformado em alimento faça de nós mulheres corajosas na luta de preservação do ambiente.

Que ao redor de nossas casas nasçam as sementes transformadas em alimento e floresça a biodiversidade.

Que nós, nossas filhas(os) e netas(os) possamos crescer e se desenvolver como verdadeiras(os) cidadãs e cidadãos. Com direito ao trabalho, terra boa, água e alimentos saudáveis. Com direito de viver bem, em paz, alegre porque cultivamos a vida, o amor e a justiça.

Que o perfume das flores, a luz do sol oriente nossas ações de libertação. Queremos conviver em harmonia com a família e com o universo – casa de todos.¹¹

A mística que existe entre as mulheres do campo, contudo, é um fator que pode tornar suas propostas invisíveis ou repletas de irracionalidade para os que buscam uma teoria feminista universal. Por fim, o Movimento de Mulheres Camponesas, em sua extensão que abrange todas as regiões brasileiras e engloba mulheres de comunidades tradicionais, pequenas agricultoras, diaristas, acampadas, assentadas e indígenas, possui em sua composição um grande número de mulheres negras¹² e mulheres pobres, o que atesta uma vulnerabilidade maior ainda em relação

¹⁰ SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS. In: **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf Acesso em: 15/07/2016.

¹¹ SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS. In: **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf Acesso em: 15/07/2016.

¹² Segundo Sueli Carneiro, são desautorizadas cada vez mais, no Brasil, as ideias sobre a inexistência de um problema racial, sob o argumento de que o problema seria de ordem social. Todavia, pesquisas desenvolvidas por órgãos governamentais como o IPEA têm sido a principal alavanca para o reconhecimento dos negros brasileiros como um segmento com características específicas e desvantajosas em termos de inserção social no país. Por esta

à múltipla discriminação dirigida a suas integrantes. A participação de mulheres negras no movimento é enfatizada em diversos momentos em seu Portal Eletrônico.

A notícia “Lutadoras do Povo”¹³ ressalta que o dia 20 de novembro é o dia da resistência negra, data que se deve à morte de Zumbi dos Palmares e em que a proposta do movimento é a de lembrar mulheres negras invisibilizadas ao longo da história: Dandara dos Palmares (liderança do Quilombo Palmares), Acotirene, (matriarca do Quilombo dos Palmares), Tereza de Benguela (líder do Quilombo de Quarterê ou do Piolho - Mato Grosso), Zeferina (líder no Quilombo do Urubu - Bahia), Rainha Tereza do Quariterê (guerreira no Quilombo do Quariterê - Cuiabá), Maria Aranha (líder do Quilombo de Mola - Tocantins), entre outras.

A reportagem também expõe estatísticas relativas às mulheres negras no Brasil. As mulheres negras são 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica, 53,6% das vítimas de mortalidade materna, 65,9% das vítimas de violência obstétrica e 68,8% das mulheres mortas por agressão. Elas possuem, ainda, duas vezes mais chances de serem assassinadas do que as mulheres brancas, e entre 2003 e 2013 houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%. Fica evidente, assim, a opressão generalizada a que essa parcela do movimento está submetida. A participação das mulheres negras no movimento também fica clara na notícia “MMC/Sergipe participa de debate sobre enfrentamento ao racismo”¹⁴. No dia 11 de novembro, a integrante do MMC Sônia Malaquias destacou a interseccionalidade das mulheres do movimento ao reafirmar sua luta contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo:

Durante o mês de novembro, comemoramos o dia 20, dia da consciência negra. Mas quero ressaltar que, como mulher negra, não quero ser vista só neste mês, pois temos mais 11 meses que completa 1 ano. Quero falar da importância de ser trabalhadora em todos os espaços e, durante todo o ano, fazermos o enfrentamento ao racismo. Estamos numa jornada de luta de 500 anos de história em que houve pequenos avanços e buscamos lutar a cada dia para quebrar o paradigma de um Brasil patriarcal, machista, capitalista e racista.¹⁵

razão, a autora defende a urgência na implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil. O esforço decorre de um imperativo ético, moral e de ordem econômica, em um país apartado racialmente pela exclusão. (CARNEIRO, 2011, p. 54-55).

¹³ Movimento de Mulheres Camponesas. LUTADORAS DO POVO! Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/390> Acesso em 08/12/2017.

¹⁴ Movimento de Mulheres Camponesas. MMC/Sergipe participa de debate sobre enfrentamento ao racismo. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/389> Acesso em 08/12/2017.

¹⁵ Idem

É importante, portanto, uma análise da natureza da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas leve em conta, primeiramente, seu feminismo de vertente ecológica. O ecofeminismo, em seu tratamento da intimidade mística entre as mulheres e a natureza, bem como em sua oposição à racionalidade científica e tecnológica que destrói o meio ambiente, possui uma relação de extrema concordância com as reivindicações e práticas do MMC. Além disso, as mulheres que se inserem no movimento devem ser enxergadas por meio de uma ótica interseccional, já que sua realidade lhe confere uma identidade própria, bem como opressões que lhe atingem de uma maneira particular.

1.3 Um novo modelo de desenvolvimento rural

A proposta de construção de um novo modelo rural envolve determinadas escolhas por parte do movimento. A agroecologia, primeira escolha aqui analisada, é uma evidente prática contra-hegemônica. Sua análise não envolve apenas um fator técnico, mas um estudo do componente humano e cultural que a desenvolve na sociedade. Seu objetivo é o de construir um modelo de desenvolvimento de proteção ao meio ambiente e ao próprio ser humano. A agricultura de vertente agroecológica, por isso, utiliza-se de princípios e técnicas que possuem uma preocupação com a questão social e com a ecologia. Suas práticas são diversas, e para a transição do modelo hegemônico para o agroecológico podemos observar, por exemplo, a recuperação do solo, que reestabelece a matéria orgânica em sua potencialidade para a vida da terra. Essa recuperação deve acontecer pouco a pouco, gradativamente, em decorrência dos diversos anos de exploração do solo (LEONEL JÚNIOR, 2016, p. 74-75).

Outras práticas envolvem o respeito às épocas de produção e o aproveitamento de plantas que se adaptam melhor às condições do ambiente. A agroecologia trabalha com a diversidade de culturas, bem como a substituição de agrotóxicos por herbicidas e inseticidas biológicos. Existe, ainda, o consórcio entre culturas, o que implica em um conhecimento prévio de que plantas serão adubadoras para os cultivos principais, e quais são antagonistas para essas culturas e impedirão seu crescimento. Escapa-se, desse modo, da monocultura, e aproxima-se da formação de um desenvolvimento que alimente de fato o povo. A produção realizada desse modo tem um custo menor, já que haverá a diminuição dos gastos com agrotóxicos e

fertilizantes. Protegem-se, com isso, os trabalhadores do campo, que não terão contato com veneno em seu processo produtivo, e impulsiona-se o cultivo de alimentos saudáveis.

A tecnologia que se desenvolve para o pequeno agricultor também representa um desafio, já que a indústria de maquinaria agrícola está voltada aos grandes produtores e ao agronegócio. Para um modelo agroecológico que privilegie o pequeno produtor, as máquinas agrícolas devem ser pensadas não de modo a substituir o sujeito, mas para auxiliá-lo e valorizar sua atuação. Isso possibilitará que ocorram, ao mesmo tempo, uma maior produtividade e o crescimento da qualidade de vida do campesinato. A enorme variabilidade de plantas, em decorrência de um modelo que valorize a biodiversidade, é um fator que possibilitará um conhecimento cada vez maior em relação às plantas de caráter medicinal. Para que isso ocorra, esse conhecimento deve ser amplamente compartilhado, e não enclausurado nas mãos de companhias privadas (LEONEL JÚNIOR, 2016, p. 77-78).

A agroecologia trabalha com o conceito de agroecossistema e seu manejo pelo ser humano. O agroecossistema consiste em um ecossistema modificado pela atividade humana e suas tarefas agrícolas. Em um estudo da agroecologia, quando consideramos determinados espaços territoriais, delimitados geograficamente, encontramos uma relação entre o ecossistema e as atividades agrícolas humanas, que o modificam a todo tempo. Para uma compreensão maior dessas interações, devem ser investigadas as matérias ecológicas (bioquímicas e agrônômicas) que fazem parte daquele meio ambiente, bem como as questões estruturais e culturais que permeiam a vida dos sujeitos que sobrevivem dessas relações (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

O objetivo da agroecologia, nesse sentido, é o de ampliar e potencializar a produção em um ecossistema, a partir da profunda compreensão do mesmo e de uma redução dos impactos destrutivos decorrentes da ação humana. Isso porque, como são inevitáveis a interferência humana e a modificação do meio ambiente, a agroecologia busca aumentar a capacidade de regeneração do meio a partir de um maior respeito aos processos ecológicos. Para minimizar essas externalidades e seu possível efeito destrutivo em relação ao ecossistema, teorias como a aleopatia, a trofobiose e os consórcios florestais foram criadas. A trofobiose buscou a relação entre o equilíbrio nutricional das plantas e sua saúde. A aleopatia analisou o auxílio mútuo entre as plantas. Os consórcios agroflorestais consistem na combinação de plantas em diferentes estágios e animais, na mesma área, para um maior desenvolvimento e redução da degradação do local (SILIPRANDI, 2015, p. 89).

Dentro das práticas agroecológicas, os principais sujeitos a serem identificados são as camponesas e os camponeses. Somente a partir deles é possível que a agroecologia se desenvolva em respeito ao ecossistema e à natureza. Os fundamentos da agroecologia foram desenvolvidos por agricultores tradicionais, em suas práticas. É o que explica Emma Siliprandi:

Uma das principais premissas da agroecologia, como já foi colocado, é a análise da coevolução dos sistemas biológicos e sociais e o reconhecimento de que essa coevolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura. O rompimento dessa cadeia de coevolução – produzido, por exemplo, pela hegemonia da moderna ciência agrônômica, que afastou as pessoas do meio ambiente – estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna. (SILIPRANDI, 2015, p. 89).

O desenvolvimento dos agroecossistemas pode ser perseguido, portanto, a partir da união entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, motivo pelo qual a proposta agroecológica depende diretamente das populações rurais detentoras desse conhecimento. Os processos agroecológicos não podem ser vistos como imóveis no tempo, já que os ecossistemas estão sob um processo contínuo de modificação. O que se busca, assim, é um processo que construa uma relação cada vez mais sustentável entre o ser humano, em sua produção, e a natureza, em seu ecossistema original. A agricultura sustentável que será construída tem como objetivos: ser autossuficiente na utilização de insumos, tais como as sementes; incentivar a recuperação de conhecimentos tradicionais; utilizar recursos renováveis e acessíveis; reduzir o uso de recursos externos; manter sua capacidade produtiva; estimular práticas que beneficiem a região; e enriquecer a biodiversidade (SILIPRANDI, 2015, p. 90).

Os saberes que abarcam a vertente agroecológica são conhecimentos milenares, e que hoje sofrem com uma grande invisibilidade. Isso ocorreu em decorrência da modernização da agricultura e da construção da ideia de que as práticas camponesas representariam um enorme atraso para o desenvolvimento do meio rural. É importante, por isso, que haja uma reconquista desse conhecimento e uma reapropriação do mesmo pelos agricultores. Experiências como feiras de sementes e de agroecologia são essenciais para que esse objetivo seja implementado e os camponeses possam partilhar saberes desenvolvidos em suas famílias e em suas práticas diárias. Somente a partir dessas trocas é possível manter vivo esse conhecimento. No próprio âmbito de movimentos sociais essas vivências ocorrem. A luta no interior do MMC possibilita

que mulheres compreendam a agroecologia e façam disso um projeto, é o que demonstra uma das coordenadoras do movimento:

Fui estudar Agroecologia pelo MMC no Sul, eu ainda não entendia direito, não sabia o que rolava, tinha preconceito, discriminação contra o MST, por exemplo. Lá fui entender outra relação: porque os Movimentos se organizam, porque as mulheres do Movimento precisavam se organizar. Em determinado período, foi decidido pela coordenação do Movimento que as mulheres tinham que se organizar, decidiram que um dia da semana era para as mulheres estudarem feminismo, Movimento de Mulheres Camponesas, e fazer o debate político do projeto de agricultura camponesa, que passamos a chamá-lo de Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista e Popular. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p.23).

Exemplos, ainda, de experiências que possibilitaram a manutenção e a partilha dessas práticas, foram as Jornadas de Agroecologia e a Escola Latino-Americana de Agroecologia. As Jornadas de Agroecologia foram realizadas no Paraná, em 2002, por meio da organização de movimentos sociais, organizações da agricultura familiar, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos. Com o objetivo de construir uma sociedade sustentável e assegurar direitos de futuras gerações, o evento incluiu a exposição de experiências agroecológicas, a troca de conhecimentos, palestras para uma perspectiva politizada em relação ao tema e mais de 50 oficinas. A Escola Latino-Americana de Agroecologia também se situa no Paraná, no município da Lapa. Foi criada em 2005 e tem como objetivo a formação, a partir de cursos, de profissionais vinculados à agroecologia. Sua atuação se dá no âmbito de acampamentos, assentamentos e comunidades rurais (LEONEL JÚNIOR, 2016, p. 76-77).

A agroecologia está relacionada a diversas perspectivas. A primeira é relativa à reforma agrária. A estrutura agrária dos latifúndios, das monoculturas e do agronegócio é oposta à concretização das práticas agroecológicas. Somente por meio da reforma agrária é possível que a agroecologia seja implementada, já que o direito à terra consiste em um direito humano, e sua efetivação é necessária para que a agroecologia se consolide. A função social da terra é um parâmetro para que seja verificada a concretização desse direito humano, e a partir da agroecologia esse padrão pode ser atingido (LEONEL JÚNIOR, 2016, p. 94-100). A Constituição Federal, nesse sentido, exige os seguintes critérios para que a função social da terra seja consolidada:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A agroecologia atende claramente ao critério de aproveitamento racional e adequado da terra, já que existe um respeito ao solo por meio da escolha do momento adequado ao plantio, da rotação de culturas, da utilização de adubos orgânicos e de sementes crioulas. Desse modo, a produtividade vinculada à agroecologia abarca questões que não se restringem ao econômico, mas que consideram também fatores territoriais, humanos e de proteção ao meio. Por esse motivo, a agroecologia também priva por uma boa utilização dos recursos naturais e pela proteção ao meio ambiente. Isso se verifica nas agroflorestas, nas quais as particularidades da região são observadas para que o trabalho no meio seja realizado. Por meio da conexão entre a agricultura e o meio ambiente se constituem os agroecossistemas.

O desenvolvimento sustentável dos agroecossistemas é formador de uma relação cooperativa entre os camponeses, já que esse trabalho contra-hegemônico exige um esforço maior. Para o fortalecimento do trabalhador e da luta no campo, muitas vezes são formadas cooperativas que desafiam os insumos agrícolas convencionais. Os princípios agroecológicos, nesse sentido, não têm como objetivo somente a renda, mas a satisfação daqueles que vivem do campo e formam sua cultura a partir dele. Há, assim, uma valorização das relações de trabalho e uma busca de melhorias de vida em relação àqueles que vivem das atividades rurais (LEONEL JÚNIOR, 2016, p. 100-103).

Dentro desse ideal de produção de alimentos saudáveis, um folder do movimento (Agroecologia, uma alternativa para a continuidade da vida, s/d¹⁶) destaca, dentro de um projeto de agricultura camponesa, a agroecologia como uma alternativa para a continuidade da vida; a consideração das sementes crioulas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade; a preservação da biodiversidade, das matas, florestas, nascentes, rios, fontes e recursos hídricos;

¹⁶ AGROECOLOGIA, UMA ALTERNATIVA PARA A CONTINUIDADE DA VIDA. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/folder_agroecologia.pdf Acesso em 15/07/2016.

a reforma agrária; o acesso e controle dos meios de produção pelos camponeses; a valorização e reconhecimento do saber popular; a ciência a serviço da vida e do bem comum; o aumento do bem-estar no campo; o respeito às diferenças e o fim da discriminação das mulheres e da classe trabalhadora; o fortalecimento da cultura camponesa; a soberania alimentar e a independência na produção, e, por fim, a valorização da agricultura camponesa por meio de políticas públicas específicas que a auxiliem.

A utilização de sementes crioulas também é uma opção feita pelo movimento para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, bem como um objetivo que se insere no projeto agroecológico. As variedades modificadas em laboratórios diferem das sementes desenvolvidas pelas comunidades tradicionais a partir de saberes aprimorados por meio da sabedoria popular e das práticas intergeracionais ao longo dos séculos dentro de cada comunidade. As sementes crioulas fazem parte, por isso, de conhecimentos implementados e melhorados milenarmente pelos povos tradicionais do campo. É o que se verifica em seu conceito:

Sementes crioulas ou locais são aquelas melhoradas e adaptadas por agricultores e agricultoras, por seus próprios métodos e sistemas de manejo, desde que a agricultura se iniciou há mais de dez mil anos. Existem centenas de variedades de cada uma das espécies cultivadas. Cada uma delas evoluiu sob condições ambientais, sistemas de cultivo e preferências culturais específicas. (CORREA; WEID, 2006, p. 11-14).

O mercado atual é dominado por cultivares híbridos e transgênicos, desenvolvidos a partir de condições homogêneas e sistemas convencionais. O sistema de produção orgânico, por outro lado, exige espécies de maior variabilidade e capacidade de adaptação ao meio ambiente. O cultivo de sementes se encontra restrito a poucas empresas que tem como foco a produção de híbridos convencionais. Por esse motivo, políticas públicas de fomento à produção de sementes e de capacitação de agricultores familiares no desenvolvimento de suas próprias sementes são extremamente importantes, já que a semente crioula é pilar essencial para a construção da biodiversidade (SANTILLI, 2012).

Na cartilha *Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres Camponesas* (s/d), o Movimento de Mulheres Camponesas divulga a realização da Festa das Sementes, a qual coloca a recuperação das sementes como instrumento de luta pela soberania alimentar. Essas sementes crioulas, aperfeiçoadas por sua conservação pelos camponeses e povos indígenas, adaptaram-

se a diferentes ambientes, climas e regiões. Nas práticas do movimento são incentivadas as trocas de sementes, hortaliças e plantas medicinais.

A cartilha ressalta, ainda, como a modernização da agricultura, a Revolução Verde e o pacote de industrialização da agricultura implantado no Brasil nas décadas de 60 e 70 foram ineficazes para que se acabasse com a fome e a miséria no campo. O discurso do movimento atesta, por isso, a importância da soberania alimentar, na qual o povo tem autonomia para definir a produção e a distribuição de seus alimentos. Indica-se, assim, como a sabedoria popular está ligada à produção de alimentos saudáveis, enquanto a agricultura capitalista desenvolveu sementes híbridas, que só produzem bem com grandes quantidades de adubos, empobrecem o solo e provocam um desequilíbrio da natureza. A utilização dessas sementes tem como requisito, ainda, um grande custo de produção, já que necessária a aquisição de adubos químicos, agrotóxicos e implementos para a realização do plantio.

A agroecologia e o desenvolvimento de sementes crioulas propostos pelo movimento como parte de seu projeto de agricultura são instrumentos de harmonização entre o ser humano e a natureza. Sua utilização se dá em favor da multiplicação e defesa da biodiversidade, e optar por esse estilo de produzir representa a incorporação de um novo modelo de vida e de uma estratégia de resistência no campo. Os saberes das mulheres camponesas, além de tradicionais, são saberes locais segregados e que se insurgem contrariamente à subordinação do território camponês à lógica opressora do capital. As mulheres, por isso, são essenciais a esse processo de resistência e insurgência camponesa. O Movimento de Mulheres Camponesas é exemplo disso.

O MMC é um movimento social contra-hegemônico que se fundamenta em atividades próprias, desenvolvidas particularmente por cada região. Esses saberes, embora extremamente relevantes para a agricultura, o campesinato e o meio ambiente, encontram-se apartados de uma lógica científica global. Os conhecimentos propostos pelo movimento, em oposição a um sistema hegemônico econômico, cultural e social, são marginalizados por noções que privilegiam a tecnologia como o único instrumento para o progresso. Visão de desenvolvimento produzida por relações de poder e que difere daquela acumulada pelas camponesas tradicionais em seu trabalho de diversas gerações. É por isso que a agroecologia, a reprodução das sementes crioulas, os bancos de sementes, suas trocas e as feiras realizadas pelas mulheres camponesas representam claras divergências a teorias universais sustentadas por sistemas de poder preponderantes.

As práticas agroecológicas e de preservação das sementes crioulas são lutas que fazem parte de um projeto de produção de alimentos saudáveis reivindicado pelo Movimento de Mulheres Camponesas. A pauta, por isso, é fundamental para que seja consolidada a soberania alimentar. A soberania alimentar é um projeto que se identifica amplamente com as reivindicações do MMC, já que envolve eliminar a fome gerada pela política de *commodities*, preservar a qualidade dos alimentos e o meio ambiente, respeitar a natureza, acabar com a exploração do trabalho rural e desvincular os interesses do país às vontades de grandes transnacionais. Embora o campesinato produza, mundialmente, os alimentos da maior parte da população, seu trabalho é invisibilizado pela produção moderna e desenvolvimentista do agronegócio (FERNANDES, 2015, p. 45-46).

Em uma definição da soberania alimentar como território, é possível identificá-la como território material e imaterial. O território imaterial está ligado ao método, à produção de conhecimento e à construção de paradigmas. As relações de poder também existem no âmbito das ideias e do pensamento, motivo pelo qual o território material é produzido pelo território imaterial. O território imaterial, assim, é formador de correntes teóricas e de interpretações que influenciam diretamente na construção do território material. Ele se encontra inserido em um campo político e pode gerar a concretização de determinadas políticas públicas. Para pensar um território material, portanto, é necessário que sejam pensados tanto os territórios materiais quanto os indivíduos que os conceberam (FERNANDES, 2015, p. 42-45).

A soberania alimentar como território imaterial decorre da Via Campesina, organização internacional diretamente vinculada ao Movimento de Mulheres Camponesas. Em 1996, em documento intitulado “*The right to produce and access to land*”, a organização propõe a eliminação da fome e trata do alimento não como mercadoria, mas como parte da existência humana e de sua cultura. Por isso, é importante que sejam analisados os territórios do agronegócio e do campesinato. Enquanto o agronegócio aborda somente a segurança alimentar, são os camponeses que se utilizam do conceito de soberania alimentar. A segurança alimentar consiste apenas em oferecer alimentos industrializados àqueles que sofrem com a fome.

A soberania alimentar, por outro lado, oferece a esses indivíduos a possibilidade de produção de seu próprio alimento, bem como uma autonomia em relação ao conteúdo e a localidade da produção. A construção teórica de soberania alimentar produzida pela Via Campesina, nesse sentido, desconstruiu o território material (suas enormes extensões de terra) e imaterial (sua ideologia que subordina o campesinato) do agronegócio. A questão da fome,

consequentemente, foi tratada como uma questão política, e a reforma agrária foi revisitada. A concentração de terras decorrente do projeto de monoculturas do agronegócio se coloca diametralmente oposta ao modelo camponês da agroecologia e da biodiversidade (FERNANDES, 2015, p. 46-47).

Em um documento denominado “Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira”¹⁷, elaborado pelo Movimento de Mulheres Camponesas em parceria com a Associação Nacional de Mulheres Camponesas, o movimento teve como objetivo contribuir com a formação continuada das mulheres militantes. Para isso, foram realizadas entrevistas com mulheres dos estados de Sergipe, Amazonas, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Paraná e Santa Catarina. As camponesas, em seus relatos de vida que buscam uma defesa da biodiversidade, mostram-se elemento essencial para a efetivação da soberania alimentar a partir de suas práticas agroecológicas e de sua sabedoria popular.

Uma das entrevistadas, Ednalva Souza dos Santos, de 53 anos, residente no município Povoado Betume-Nerópolis/SE, viveu a agricultura com os pais e sua família desde criança. Hoje ainda é camponesa e ressalta como o MMC contribuiu para que ela pudesse expressar suas opiniões, resgatar sua identidade e se despertar para o manejo de plantas medicinais e sementes crioulas, bem como a agroecologia. Ednalva destaca que sua maior preocupação é a de produzir alimentos saudáveis, já que seu filho já sofreu com os efeitos do agrotóxico na terra. Seu maior desejo é o de compartilhar com outras pessoas a soberania alimentar conquistada por ela. A camponesa evidencia, ainda, que o preparo da terra e o lançamento das sementes são atividades protagonizadas majoritariamente por mulheres.

Lucimar Margarete Roman, de 48 anos, residente em São José do Cedro/SC, local em que nasceu, destaca que o MMC lhe apresentou um novo projeto de vida. A partir de uma nova formação possibilitada pelo movimento, e de um conhecimento adquirido em relação aos direitos das mulheres camponesas, Lucimar aprendeu sobre a agroecologia e seus princípios. Suas práticas, por isso, envolvem o cuidado com a terra, o controle de insetos, o consórcio de plantas e a manipulação de plantas medicinais. A diversidade do que é plantado, conforme a

¹⁷ CAMPONESAS PROMOVEDO SOBERANIA ALIMENTAR COM A DIVERSIDADE BRASILEIRA. Projeto MDS. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/folder_projeto_MDS_2011_web.pdf Acesso em: 08/01/2017.

camponesa, é essencial para a saúde de todos, motivo pelo qual sua produção envolve hortaliças, suínos, bovinos, frutas e legumes. Essa produção, além disso, é livre de agrotóxicos e se utiliza de adubos verdes.

Sandra Marli da Rocha Rodrigues, de 32 anos, pertencente ao município de Bom Jesus do Sul/PR, também salienta a importância da formação adquirida no MMC em relação à agricultura e à agroecologia. Com o MMC, além disso, entendeu a necessidade das mulheres camponesas em protagonizar sua própria luta dentro de um contexto de exploração por parte de uma sociedade patriarcal capitalista. Com o movimento, ainda, compreendeu a importância da agroecologia para a biodiversidade e para o ser humano. Destaca, também, a relevância em diversificar a produção para preservar a biodiversidade e garantir uma maior autonomia econômica às mulheres camponesas. Em sua produção podem ser observados legumes, hortaliças, cheiro verde, plantas medicinais, feijão, mandioca, milho, frutas, leite e derivados.

Sandra ainda evidencia que tudo que não é consumido pela família é comercializado. A busca por uma alimentação saudável permeia todo o processo de produção. O uso de agrotóxicos, por isso, é fortemente condenado, já que o possível lucro a ser obtido com sua utilização não compensa seus prejuízos ao meio ambiente e ao ser humano. Na mesma linha de uma produção saudável, Sandra fala do uso das sementes crioulas, de produtos orgânicos, cobertura verde, compostagens, pó de pedra, cinza e homeopatas. Ressalta, por fim, o valor das mulheres para a produção agroecológica a partir da preparação dos alimentos, de seu cuidado com a biodiversidade, com as sementes e sobre preparo de insumos orgânicos. A soberania alimentar, nesse sentido, estaria representada pelos seguintes elementos:

Penso que a soberania alimentar passa pela diversidade da produção, pelo incentivo, principalmente por parte do poder público, à produção agroecológica, pelas feiras diretas, pelas redes de comercialização, pela valorização dos produtos locais e regionais, dos costumes e hábitos alimentares dos povos. Nós precisamos urgentemente rever nossa relação com a mãe Terra, que já não aguenta mais tanta exploração. Precisamos fortalecer as lutas por novas relações entre as pessoas e destas com a natureza, forjando, na prática cotidiana, a transformação da sociedade.¹⁸

¹⁸ CAMPONESAS PROMOVENDO SOBERANIA ALIMENTAR COM A DIVERSIDADE BRASILEIRA. Projeto MDS. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_projeto_MDS_2011_web.pdf Acesso em: 08/01/2017.

É evidente, portanto, a preocupação do Movimento de Mulheres Camponesas com a soberania alimentar. A construção dessa soberania é possível mediante diversas propostas do movimento social, de modo que aqui foram destacadas a agroecologia e, dentro de seu âmbito, a utilização das sementes crioulas. Para a consolidação dessas práticas, percebe-se um evidente protagonismo das mulheres camponesas, que até então estiveram invisibilizadas nesse processo. Os movimentos sociais são instrumentos que possibilitam, a partir de suas atividades, formações e lutas, que essas mulheres sejam vistas por outras camponesas, em sua união, e pela própria sociedade, em suas reivindicações. Suas interações, por isso, ocorrem dentro do próprio movimento, a partir do vínculo entre mulheres que sofrem semelhantes opressões, e fora dele, em um diálogo com o poder público por melhores condições de vida. Por essa razão, demonstra-se, em seguida, como o Movimento de Mulheres Camponesas pode ser lido por meio da Economia Moral dos Conflitos (THOMPSON, 1998), da Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2003) e do Ativismo Público (CARTER, 2010).

CAPÍTULO II

AS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

2.1 A Economia Moral dos Conflitos

A análise realizada por Thompson (1998), em sua obra *Costumes em Comum*, indica que o costume e a cultura só podem ser compreendidos se visualizados dentro de um contexto que priorize os processos históricos em questão. O autor demonstra, assim, as práticas do povo inglês do século XVIII em um contexto de resistências e acomodações das tradições consuetudinárias, bem como da emergência de mudanças comportamentais que ocorrem com a consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra. O costume seria a prática cuja habitualidade e execução frequente formaria o direito consuetudinário, fundado nas ações reiteradas da população. O autor descreve, por isso, os conflitos de classes em torno da oposição entre a defesa de costumes locais e o desenvolvimento agrário por meio do direito e da lei.

O autor mostra, além disso, que o costume agrário não seria uniforme, mas que estaria ambientado e influenciado por diversas variáveis, por meio das quais cada classe social buscaria um maior número de vantagens. Com a pressão demográfica, o crescimento das cidades e dos empregos, o aumento do valor de mercado dos bens e uma lei que se adaptava ao “desenvolvimento” agrícola, os conflitos relacionados aos direitos comuns se ampliaram. Principalmente no século XVIII, ocorrem conflitos por conta dos cercamentos das áreas comunais. Com a reivindicação de cercamentos dos intitulados proprietários, a classe dos plebeus começa a perder direitos conquistados mediante costumes de “tempos imemoriais”, como colher das florestas comunais produtos para sua sobrevivência como lenha, turfa, respiga, e seu próprio espaço de sobrevivência.

A grande era dos cercamentos, entre 1760 e 1820, demonstra o frenesi pelo desenvolvimento agrícola em oposição à resistência dos que defendiam a economia baseada nos costumes, o que coloca o costume como lugar de conflito de classes. Exatamente pelo fato de o costume não ser imutável, mas possuir diversos significados para diferentes classes sociais, ele seria um veículo de conflito, e não de consenso. São dentro desses conflitos que evoluem as definições capitalistas do direito de propriedade. Os direitos comuns nas terras incultas eram redigidos com termos vagos ou incertos, mas durante julgamentos em tribunais ou processos de

cercamento esses termos se tornavam precisos. Nos dois casos os favorecidos eram os que possuíam poder e recursos, em detrimento dos pequenos usuários. Isso baseado em um “espírito de progresso” que dividia o direito de uso e o usuário. O direito de uso, assim, deixa de ser um costume para se tornar propriedade.

Com a reificação do direito e com a lógica do “desenvolvimento”, a lei se torna instrumento de expropriação de classe. Em nome da propriedade individual absoluta, ocorre a extinção dos direitos comuns e de uso das “camadas mais baixas”. Essa noção de propriedade foi reforçada por ideais como o de Locke, Sir. William Blackstone e Adam Smith. Para Locke, o que era comum possuía um viés negativo, já que não pertenceria a ninguém e estaria aberto àquele que dele se apropriasse. Assim, a origem da propriedade estaria relacionada ao trabalho, já que a partir do trabalho os indivíduos teriam tornado seus aquilo que era comum. Sir. William Blackstone descrevia a propriedade como um direito exclusivo e irrestrito, justificado pela lei. A função da lei, assim, seria a de delimitar cada propriedade exclusiva.

Adam Smith, também em favor da lei, declarava que a propriedade só teria valor quando “perfeita” e absoluta. A lei e a economia política, portanto, estavam aliadas em defesa de um modelo de rejeição aos costumes. Em 1780, fica clara a impaciência em relação àqueles que coexistiam na mesma terra. Isso pôde ser visto nas propagandas pelos cercamentos, em folhetos e em levantamentos agrícolas. Os *commoners* eram retratados como ociosos, ladrões, destruidores das terras e inimigos do progresso e do desenvolvimento. Em 1790, acontece o auge dos cercamentos, e o parlamento e a lei dão definições capitalistas à propriedade rural exclusiva. A propriedade comunal é considerada como um obstáculo ao desenvolvimento e à indústria, terra de ociosidade e de vadiagem (THOMPSON, 1998, p. 133).

Ao explorar a relação entre a lei e as ideologias dominantes em oposição aos usos do direito comum e a consciência costumeira, Thompson aponta os cercamentos como um território de conflito de classes. A lei foi utilizada como instrumento do capitalismo agrário e o cercamento parlamentar foi seu último ato, já que as relações na maioria dos locais já se encontravam monetarizadas e sujeitas às leis de mercado. As formas comunais, expressadas por John Clare como uma noção alternativa de posse, embora representassem o direito local e excluíssem estranhos daquela paróquia, simbolizavam a noção de lar e de segurança, de assistência aos pobres e de trocas de serviços e favores. Com os cercamentos, os *commoners* se tornam “estranhos em sua própria terra” (THOMPSON, 1998).

As estratégias dos *commoners* em defesa da propriedade comunal são demonstradas por meio de inúmeras fontes, como os processos judiciais nos quais a classe pobre lutava por seus direitos, adquiridos pelos costumes, ao adentrar os cercamentos através de escadas ou destruir parte do muro para obter acesso ao pasto, atitude pela qual comumente eram processados pelo ‘proprietário’ no Tribunal Senhorial:

Numa inspeção paroquiana, alguns trabalhadores podiam levar “um machado, um enxadão e uma barra de ferro [...] para demolir qualquer edificação ou cerca que tivesse sido erguida sem permissão” nas terras comunais ou incultas. Isso era tenazmente mantido como uma reivindicação legítima do direito. Mas essa é igualmente a razão de alguns infratores serem indiciados nos registros das cortes: Em Feckenham (Worcestershire), em 1789, por “demolirem, derrubarem e destruírem com podões, pás, enxadões, machados, serras” etc. catorze jardas de sebes; em Culmstock (Devon), em 1807, por entrarem num jardim e pomar com machadinhas, serras, picaretas e pás, derrubando as cercas, revolvendo a terra, armando uma tenda para impedir que o proprietário (ou pretenso proprietário) tomasse posse; em Porlock (Somerset), em 1774, por entrarem num jardim, derrubando sebes e cercas, estragando e roubando material de jardinagem. Essas ocorrências podiam ser pequenas brigas ou “tumultos”, mas também podiam ser ações premeditadas para criar um caso que julgaria o “direito” deles. (THOMPSON, 1998, p. 101).

O autor demonstra, por meio de um estudo de Jeanette Neeson, que os tumultos eram a variedade menos comum e eficaz de oposição aos cercamentos. Havia uma variedade de protestos que se contrapunham à situação, como lobbies, petições, destruição de registros, incêndios criminosos e derrubadas de cercas. Essas ações foram a causa de um retardamento dos cercamentos, e muitas vezes da alteração de seus termos. Deste modo, a racionalidade da lógica capitalista foi freada pelo instituto da posse da época, bem como pelos costumes arraigados nas comunidades.

Fica claro, ainda, que não era do interesse dos *commoners* que os conflitos em relação aos direitos comuns nas terras incultas fossem submetidos a tribunais. Esses direitos eram, em sua maior parte, relatados de maneira vaga. Sua definição se dava de maneira exata somente nos processos de cercamento ou em julgamentos em tribunal. Tanto nos processos de cercamento quanto nos tribunais, os pequenos usuários eram desfavorecidos por decisões à luz de um “espírito de progresso” que reificava os usos como propriedades. Natural a aversão dos *commoners*, por isso, ao encaminhamento de seus casos às instâncias mais altas das cortes, motivo pelo qual a lei era evitada, já que instrumento de desaprovação dos costumes e de expropriação de pequenos proprietários de terras (THOMPSON, 1998).

Essa variedade de ações contrárias à consolidação da propriedade absoluta na Inglaterra, longe de representarem aglomerações irracionais, constituíram-se em estratégias sociais dos pequenos proprietários. O objetivo, aqui, é realizar uma análise dessas estratégias, com o objetivo de promover uma demonstração mais profunda da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas. Isso porque o movimento social não age impulsionado por apenas uma força irracional, violadora da ordem estabelecida na sociedade. Suas reivindicações se inserem em um contexto social, cultural e econômico que molda seus objetivos e protestos. Os meios de comunicação, contudo, muitas vezes promovem uma redução da atuação dos movimentos sociais como perturbadora da ordem e do desenvolvimento social.

Thompson (1998), quando trata da economia moral da multidão inglesa no século XVIII, rejeita a palavra “motim”. Em um estudo dos “motins da fome” no século XVIII na Inglaterra, a visão de que existiram motins encobre um sujeito histórico com motivações complexamente construídas. Os protestos no século XVIII, por isso, não se trataram de meras reações a fatores econômicos, simples manifestações geradas pelo desemprego, a fome e o preço elevado. O autor busca, desse modo, uma análise que não afasta o fator econômico, as condições de falta de alimentos à época, mas que procura compreender as especificidades culturais, sociais e costumeiras que permearam a atuação daqueles que foram afetados pelos elementos econômicos. As ações populares do século XVII, portanto, possuíam objetivos concretos e disciplinados.

Os protestos retratados pelo autor não se reduziram a simples reações espasmódicas à fome, mas representaram movimentos racionalmente e economicamente organizados. Havia, assim, um senso de legitimação nesses processos, já que essas ações populares carregavam um senso de defesa dos costumes da época, bem como possuíam aceitação da comunidade. O “motim” buscava apoio em práticas costumeiramente aceitas dentro dos mercados. Havia, assim, um consenso entre o que se constituíam em práticas legítimas ou ilegítimas, de modo que esses movimentos estavam cientes das obrigações sociais que permeavam a sociedade e que os tornavam completamente legítimos em suas reivindicações. Essas normas, que justificavam os “motins” em suas ações contrárias ao aumento dos preços e à fome, foram denominadas pelo autor como uma “economia moral dos pobres” (THOMPSON, 1998, p. 152).

A “economia moral dos pobres” defendia um bem-estar comum, que encontrava suporte na própria tradição paternalista das autoridades. O desrespeito a esses pressupostos morais, unido à privação econômica, gerou a ação direta desses grupos. Em uma exemplificação

da economia moral dos pobres, o autor descreve a questão do pão no século XVIII. Enquanto a maior parte da população vivia majoritariamente do consumo de pães, a sociedade estava permeada, em suas leis e costumes, por um modelo paternalista. Quando as antigas práticas de mercado eram afetadas, o que abalava diretamente a população pobre e causava a fome, a população se insurgia em defesa dessas atividades.

O modelo paternalista privilegiava um mercado que ligasse diretamente o agricultor ao consumidor, de forma que os mercados eram supervisionados em favor dos agricultores e limitados para os comerciantes. O povo, assim, considerava o modelo como sua herança e direito. As autoridades, além disso, utilizavam-se do paternalismo em momentos de crise e de revolta. Sua prática, por isso, possuiu uma fragmentariedade reveladora das estratégias das populações insurgentes, já que durante as boas colheitas as autoridades não eram interpeladas, mas durante períodos difíceis as antigas práticas eram imediatamente invocadas. O povo, portanto, revoltava-se por práticas historicamente aceitas nos mercados e concedidas pelos próprios dirigentes da sociedade (THOMPSON, 1998, p. 155-160).

As revoltas ocorriam em decorrência da escassez e de medidas que geravam o aumento do preço dos cereais e da morte da população. A sofisticação dessas rebeliões se mostrou no padrão de “fixar o preço” perseguido por elas. Na época, a codificação realizada no *Book of orders* permitia que magistrados inspecionassem depósitos e celeiros e especificassem a quantidade que seria enviada ao mercado. Embora essa legislação tenha caído em desuso, o autor destaca a persistência da memória popular, que permaneceu com um padrão de atuação cada vez mais disciplinado, mas com suas origens nessas medidas. Cento e trinta anos posteriormente, as “turbas” se rebelavam contra a inexecução das leis, a exportação de grãos e os preços altos das provisões (THOMPSON, 1998, p. 176-179).

As insurgências consistiam na ida aos moinhos, fazendas e estoques. Nesses locais, os fazendeiros eram obrigados a vender seus grãos no mercado por um preço baixo, ditado pelos insurgentes. Sua atuação consistia na fixação dos preços no mercado, o que representa sua consciência e estratégia em relação às condições econômicas e sociais da época. Thompson destaca, por isso, que a moderação desses grupos se sobrepunha à desordem perpetrada por eles, de modo que suas ações eram apoiadas por um forte consenso popular. Toda a população possuía a forte crença, à época, de que era necessária a regulação dos preços. Além disso, a noção de que esses “motins” eram causados unicamente pela fome é questionada por Thompson

ao retratar as ocasiões em que indivíduos com fome invadiam casas não para se apropriar da comida, mas para penalizar os proprietários:

Na verdade, se quisermos questionar a visão espasmódica e unilinear dos motins da fome, basta apontar esse motivo contínuo da intimidação popular, quando homens e mulheres, quase a ponto de morrer de fome, ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar alimentos, mas para punir os proprietários. Reiteradas vezes, os cereais ou farinha eram espalhados ao longo das estradas e das sebes, despejados no rio, as máquinas do moinho eram danificadas, e as suas represas escoadas. Aos exemplos desse comportamento, as autoridades reagiam com indignação e espanto. Era sintomático (assim lhes parecia) do estado de espírito “desvairado” e perturbado de um povo com o cérebro inflamado pela fome. Em 1975, tanto o presidente do tribunal como Arthur Young deram palestras para os pobres, mostrando que a destruição dos grãos não era a melhor maneira de aumentar o suprimento de pão. (THOMPSON, 1998, p. 182).

A verdade é que não faltava inteligência à população pobre em decorrência da fome. Seu conhecimento da realidade local, ao contrário, era bem superior ao da *gentry*. Isso era possibilitado por informações adquiridas em seu trabalho nas docas, nos canais, nas carroças, nos moinhos e celeiros. Os motins possuíam um protagonismo forte das mulheres, que frequentemente os iniciavam. O autor relata, entre o fim do século XVII até o fim do século XVIII, mulheres com facas nos mercados para a fixação dos preços, mulheres protestando contra a exportação e em protestos violentos, quando “estavam assumindo ares de homens, e eram perfeitas fúrias”. Além disso, seu envolvimento no mercado e nas negociações era mais intenso, e sua experiência para detectar o peso insuficiente e a baixa qualidade dos produtos era maior (THOMPSON, 1998, p. 183-184).

Os motins destacados por Thompson, portanto, representam protestos fundados em um consenso acerca da economia moral do bem estar daqueles sujeitos, plenamente conscientes do funcionamento da sociedade e da economia que girava ao seu redor, bem como das lógicas do mercado à época. Existe uma racionalidade na luta contra os cercamentos dos campos na Inglaterra. A luta camponesa não ocorre com o objetivo de que sua permanência na terra ocorra para a submissão ao senhor. Há uma diferenciação, por parte dos camponeses e camponesas, em sua luta, entre um paternalismo opressor e um paternalismo que lhes favorece. A racionalidade camponesa destacada pelo autor se traduz na Economia Moral, que é uma noção de economia criada dentro do movimento camponês.

A Economia Moral dos Conflitos é referência para o estudo do Movimento de Mulheres Camponesas, movimento disciplinadamente organizado e de estratégias claramente pensadas conforme a organização da sociedade e do Direito. As ações e estratégias do movimento, desse modo, estão embasadas em seu histórico de luta e em seu presente de opressão e busca por melhores condições para as mulheres camponesas. A complexidade do MMC se verifica inicialmente por sua organização, já que o movimento tem um âmbito de atuação em todo o país.

Hoje, conforme seu portal eletrônico, o movimento se compõe, primeiramente, por um Grupo de Base que forma, organiza e articula as reivindicações pelos direitos das mulheres camponesas e sua libertação. Duas dirigentes do grupo coordenam essa instância. As Direções Municipais organizam as atividades do MMC em seu município e coordenam as relações com outras instâncias do MMC. São constituídas por uma dirigente de cada Grupo de Base. As Direções Regionais organizam as atividades do MMC nas Regionais dos Estados e tem sua direção composta por duas dirigentes de cada município. As Direções Estaduais articulam as atividades do MMC no Estado e são compostas por duas dirigentes de cada regional. A Coordenação Nacional confere linhas políticas ao MMC, organiza suas lutas e promove relações com os Estados e suas atividades. É composta por duas participantes de cada Estado.

A Direção Executiva executa e possibilita as proposições da Coordenação Nacional, é composta por 10 participantes desta e reúne as coordenadoras das equipes de trabalho. As equipes que compõem a Direção Executiva se dividem em categorias de lutas, formação, finanças, organização, relações internacionais, relações nacionais e comunicação. A instância máxima de decisão do MMC é o Congresso ou Assembleia Nacional, que de três em três anos busca um aprofundamento das decisões de assembleias ou congressos estaduais, nacionais e regionais. O MMC possui esferas em dezoito estados federativos e é o maior movimento autônomo de mulheres camponesas, além de possuir militância espalhada por todas as regiões brasileiras. Sua estrutura de apoio conta com um Escritório Nacional com sede em Brasília/DF, e uma Secretaria Nacional com sede em Passo Fundo/RS.

A atuação do MMC, além do mais, é permeada por estratégias específicas. Verifica-se, como sua principal estratégia, um claro objetivo de fortalecimento das mulheres camponesas. Isso se dá, primeiramente, na luta pela produção de alimentos saudáveis, aqui já exposta por meio da escolha pela agroecologia e da utilização das sementes crioulas por essas mulheres. A produção realizada por elas lhes confere uma autonomia no campo. Primeiro, pela possibilidade

de independência em relação aos próprios homens, mediante sua autossuficiência econômica. Segundo, pela insubordinação às grandes empresas de produção de alimentos, mediante a não dependência de suas sementes híbridas, adubos químicos e agrotóxicos. A experiência se traduz na soberania alimentar, na possibilidade de produzir seus próprios alimentos conforme sua própria cultura e tradição. Essa estratégia é visualizada pelo MMC a partir do empoderamento das mulheres camponesas, é o que expõe a coordenadora nacional do movimento:

[Falamos de um feminismo que] busca uma transformação social de verdade, o Movimento não trabalha para fazer assistência às mulheres, trabalha para o empoderamento delas, por que se a gente trabalhar o assistencialismo as mulheres não vão se empoderar e as mulheres não vão romper com as relações de poder estabelecidas na sociedade. E o empoderamento da mulher passa pelo enfrentamento à violência, a gente tem experiência que onde as mulheres estão mais organizadas, acessam crédito, têm mais acesso aos documentos básicos, têm terra em nome delas, algumas mulheres que viviam em situação de violência não estão mais vivendo. Se encorajam a enfrentar, muitas também por conta da renda econômica. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 37-38).

A produção de alimentos saudáveis, além disso, é uma estratégia de resistência das camponesas. Ao optar pela agroecologia, pela multiplicação das sementes crioulas, a preservação da biodiversidade, a recuperação ecológica do solo e a reforma agrária, o movimento se posiciona contrariamente à produção hegemônica no campo, sustentada pelo Estado e exaltada pela mídia. Resistir ao agronegócio é uma tática que fortalece o campesinato. Somente as camponesas e os camponeses, a partir de suas próprias construções ideológicas, são capazes de desenvolver um caminho para sua própria libertação. Por esse motivo, a resistência camponesa a um modelo de destruição do campo e da saúde humana é um elemento essencial à melhora de suas condições de vida no meio rural.

Outra estratégia que visa o fortalecimento das mulheres camponesas é a luta por sua documentação básica. Muitas das mulheres no campo não possuem sequer Cadastro de Pessoa Física, o que as torna extremamente dependentes de seus maridos. Em cartilha denominada Nenhuma trabalhadora rural sem documentos (2004)¹⁹, o movimento demonstra a necessidade de que as mulheres trabalhadoras rurais possuam documentação pessoal e profissional. A partir

¹⁹ NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. 2004. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_documentacao.pdf Acesso em: 15/07/2016.

disso, a cartilha explica passo a passo como conseguir os documentos de Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Carteira de Identidade, Título de Eleitora, Cadastro de Pessoa Física, Bloco de Notas de Produtora Rural, Título de Terra, Talão do INCRA e Contrato de Arrendamento, Parceria ou Comodato.

Em mais uma estratégia para a proteção e empoderamento das mulheres camponesas, o movimento se coloca em defesa da previdência, tão essencial à vida no campo. O trabalho na agricultura afeta muito mais intensamente a mulher, já que se inicia muito cedo, é uma atividade penosa e desvalorizada. A luta pela previdência, por isso, é essencial para sua saúde e proteção. O MMC se coloca, em Cartilha de esclarecimento sobre a reforma da Previdência Social (2016)²⁰, contra a Reforma da Previdência proposta pelo PMDB, que assumiu interinamente o governo federal. Essa reforma desvincula os benefícios previdenciários do salário mínimo, conquista da classe trabalhadora que passou a ser ameaçada pela proposta. O movimento exige, assim, a continuidade da Previdência Pública Universal conquistada por lutas de movimentos de mulheres trabalhadoras do campo.

Na cartilha Mulheres Camponesas na luta contra a violência (2014), a perspectiva de fortalecer e empoderar as mulheres também fica evidente. O objetivo do movimento, ao abordar o tema, é o de afastar o silêncio em relação à violência doméstica no campo. Incentiva aquelas que sofreram qualquer tipo de violência, a partir da força adquirida pela união entre as camponesas, a denunciarem seus agressores e lutar contra sua impunidade. As violências sofridas pelas mulheres no campo se diferenciam daquelas vivenciadas pelas que se encontram no âmbito urbano. Além da opressão, da violência física, moral e psicológica, as camponesas sofrem com a sobrecarga de trabalho, o uso de agrotóxicos e a concentração de terras. O movimento demonstra, assim, a partir do documento, sua luta pelo fim da cultura de submissão das mulheres, de sua dependência econômica e seu silenciamento.

Na mesma cartilha, o movimento declara o dia 8 de março como dia oficial de luta contra a violência. Destaca a prioridade, nesse dia, da realização de conscientizações, mobilizações e debates que visem a luta contra a violência. Além disso, o Movimento de Mulheres Camponesas

²⁰ CARTILHA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. 2016. Disponível em: http://www.nmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sobre_reforma_da_previdencia_social-2016.pdf Acesso em: 15/07/2016.

atesta sua participação na V Conferência da Via Campesina, em outubro de 2008, na cidade de Maputo, em Moçambique. Nessa ocasião, com o objetivo de acabar com o silêncio das mulheres camponesas em relação à violência sofrida por elas, foi lançada a campanha “Basta de Violência Contra as Mulheres”, que intensificou as mobilizações das organizações de mulheres vinculadas à Via Campesina Internacional em cada país.

Por fim, o Feminismo Camponês Popular, aqui já abordado, é um claro modelo estratégico de consolidação das mulheres no meio rural. Isso ocorre a partir de suas propostas de reconhecimento do trabalho das camponesas, da valorização de sua produção, da afirmação de sua identidade e da busca por sua autonomia financeira. Outras estratégias, além disso, consistem na união das mulheres camponesas em torno das práticas do movimento, o que as fortalece, bem como no diálogo do movimento com o Estado, a partir da reivindicação por políticas públicas. Essas questões serão abordadas mais profundamente nos próximos tópicos.

2.2 A Teoria do Reconhecimento

A partir da pesquisa em relação à dinâmica moral das camadas sociais baixas nos estudos de Edward Palmer Thompson, foi possível visualizar pressupostos normativos que permeiam a atuação das coletividades nos conflitos sociais. Para o autor, desse modo, a sobrevivência econômica e a pobreza não eram os únicos causadores das rebeliões sociais. A resistência, na luta contra os cercamentos dos campos na Inglaterra, estaria repleta de racionalidade. Haveria, assim, um consenso implícito que definiria a distribuição dos deveres e direitos em uma comunidade. A violação desse consenso impossibilitaria o reconhecimento social de determinados indivíduos e afetaria sua identidade (HONNETH, 2003, p. 262-268). O fortalecimento das mulheres camponesas a partir de seu encontro e união no Movimento de Mulheres Camponesas é demonstrado por meio de sua atuação, que se dá conforme padrões de reconhecimento moral. Expõe-se aqui, portanto, quais são esses padrões e como estes se transformam em lutas coletivas pelo reconhecimento.

Para desenvolver a ideia de um reconhecimento intersubjetivo formador de lutas sociais, decorrentes da violação de padrões que compõem a identidade de indivíduos pertencentes a uma coletividade, Axel Honneth (2003) se utiliza, primeiramente, da teoria social do reconhecimento desenvolvida por Hegel. Este, contudo, abandonou sua teoria, que tinha como

objetivo construir uma coletividade a partir de etapas da luta por reconhecimento, bem como se limitou a um âmbito metafísico idealista. As proposições metafísicas fazem com que a teoria incompleta de Hegel não se concilie facilmente com o pensamento teórico contemporâneo. Em seus escritos de Jena, seu objetivo consistiu na análise da construção ética do indivíduo por meio de um processo conflituoso, em etapas, no qual se verifica um potencial moral que permeia as relações humanas.

No modelo de Hegel, fundado em proposições idealistas, não é possível que sejam avaliadas de maneira específica as lutas de grupos motivados pelo reconhecimento, bem como as características concretas desses sujeitos em seu contexto histórico. Por esse motivo, as abordagens que posteriormente reviveram a teoria de Hegel buscaram uma aproximação maior das ciências empíricas, com o objetivo de não se perder no âmbito metafísico. Retomar as premissas de Hegel consiste, para Honneth (2003), na construção de uma teoria social normativa. Para isso, é preciso compreender que, no modelo de Hegel, a formação do Eu está diretamente relacionada à confirmação desse indivíduo por seu defrontante. Assim, o desenvolvimento de um indivíduo só ocorre quando ele se defronta com outro, e sua autonomia é confirmada pela autonomia deste. Somente a partir de sua compreensão pelo outro é possível a formação do Eu com agência e autonomia (HONNETH, 2003, p. 117-120).

Honneth (2003), contudo, descreve esse modelo como meramente especulativo, de modo que seu desenvolvimento só seria possível mediante sua inserção em uma análise empiricamente sustentada, a partir da compreensão de como essas relações se dão no mundo social. Em uma segunda tese, Hegel estabelece três formas de reconhecimento recíproco, possibilitadas aos sujeitos conforme seu grau de autonomia. As três relações de reconhecimento, que possibilitariam o reconhecimento do indivíduo em completa autonomia, seriam o amor, o direito e a eticidade. A crítica de Honneth (2003) persiste, contudo, já que essas propostas de reconhecimento permanecem em um âmbito puramente conceitual.

Por fim, em uma terceira tese, Hegel descreve o processo de formação das três formas de reconhecimento, formado por etapas de lutas morais. A cada uma das etapas ocorre um conflito intersubjetivo, formador do reconhecimento da autonomia dos sujeitos. A partir disso são construídas duas hipóteses. A primeira é a de que o desenvolvimento do Eu só se dá mediante a integralização das fases de reconhecimento recíproco. A segunda é a de que a falta do desenvolvimento dessas formas de reconhecimento gera o desrespeito, e uma conseqüente “luta por reconhecimento”. O que Honneth se propõe, com a teoria de Hegel, é a verificar se

ela se encaixa em um modelo empírico, a investigar se existe uma experiência de desrespeito social para cada forma de reconhecimento recíproco e a comprovar se existem de fato momentos históricos em que o desrespeito social ocasionou confrontos sociais (HONNETH, 2003, p. 121-122).

Na tentativa de elaborar uma abordagem empírica das formas de reconhecimento, Honneth (2003) resgata os pressupostos de George Herbert Mead, cuja teoria buscou explicar a evolução moral da sociedade. Mead demonstra que, a partir do momento que o ser humano reage a si mesmo e percebe o valor que suas ações têm para o outro, pode formar uma imagem de si. A consciência de si mesmo está relacionada à compreensão de significados, já que o entendimento acerca do sentido das próprias ações em relação ao outro possibilita que o indivíduo se reconheça. Para essa relação de conscientização da própria identidade, Mead traz o conceito de “Me”. O “Me” é representante das experiências subjetivas, e envolve uma consciência de si mesmo enquanto objeto, já que os sujeitos se conscientizam de si não como sujeitos ativos, mas a partir da perspectiva de um defrontante.

Por outro lado, para as respostas espontâneas que o indivíduo desenvolve antes mesmo de se colocar na perspectiva do outro, é apresentado o conceito do “Eu”. O “Eu” consiste na resposta direta e irrefletida do sujeito a problemas práticos, e essa atuação é anterior à consciência que o sujeito tem de si. É formada, assim, uma relação dialógica entre o “Eu” e o “Me”, este influenciando naquele e organizando as respostas internas do indivíduo para a formação de uma autoconsciência. O “Eu”, contudo, enfrenta também o “Me”, na medida em que cada sujeito reage diariamente à comunidade e às suas obrigações. Essa relação é a base da formação identitária dos que se inserem em uma coletividade. A partir desse estudo, Mead conclui que um indivíduo só enxerga a si mesmo quando entende suas ações a partir da perspectiva de outra pessoa (HONNETH, 2003, p. 125-136). O processo de formação da identidade moral, tanto dos indivíduos quanto da sociedade, é formado por essa relação:

(...) o “Me” incorpora, em defesa da respectiva coletividade, as normas convencionais que o sujeito procura constantemente ampliar por si mesmo, a fim de poder conferir expressão social à impulsividade e criatividade do seu “Eu”. Mead insere na auto-relação prática uma tensão entre a vontade global internalizada e as pretensões da individuação, a qual deve levar a um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social; pois, para poder pôr em prática as exigências que afluem do íntimo, é preciso em princípio o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação até mesmo como norma interiorizada. É a existência do “Me” que força o sujeito a engajar-se, no interesse de seu “Eu”, por novas formas de reconhecimento social. (HONNETH, 2003, p. 141).

A formação de um sujeito moral se dá conforme discordâncias frequentes com as quais os sujeitos reagem a imposições sociais em seu dia a dia. O “Eu”, nesse sentido, reage ao “Me”, contrapõe-se à comunidade e a determinadas normas que ela lhe impõe. Enquanto o “Me” interioriza normatividades sociais e adapta os indivíduos a um “outro generalizado”, em uma limitação de seus comportamentos, o “Eu” impulsiona o sujeito ao questionamento de normas que não o abarcam, que não são reconhecidas em seu meio em particular. Por essa razão, o choque que se perpetua entre o “Eu” e o “Me” é esclarecedor da formação do desenvolvimento moral nas sociedades e nos sujeitos que a compõem. O “Eu”, impedido da realização de seus impulsos por estritas normas do meio social, passa a antever uma sociedade que concretize suas expectativas. Na incerteza acerca da sociedade vigente, suas ações deixam de se justificar nas normas que vigoram e o “outro generalizado” é substituído pela ideia de uma sociedade que englobe suas pretensões (HONNETH, 2003, p. 141-143).

A partir desse conflito entre os impulsos por um maior reconhecimento e as normas sociais impostas à coletividade, Mead estabeleceu que a consolidação da autonomia pessoal se daria em etapas. Para a formação de uma teoria da sociedade, Honneth (2003) estabeleceu três padrões de reconhecimento recíproco entre aqueles que vivem em comunidade, a partir das teorias de Hegel e Mead e de etapas primariamente desenvolvidas pelos dois autores. A primeira esfera de interação, constituída das relações mais primárias que um indivíduo desenvolve, é a relação do amor. É representada pelas ligações emotivas, por meio das quais um sujeito preenche suas carências a partir de uma conexão com o outro. O padrão é demonstrado a partir da relação da mãe e do bebê, já que este só desenvolve uma autoconfiança a partir do momento em que é quebrada sua relação simbiótica com aquela. A criança se separa da mãe porque tem perfeita segurança do amor que esta lhe dedica. As relações amorosas simbióticas são, assim, interrompidas permanentemente pelo reconhecimento e pelo desenvolvimento da autoconfiança. Para Mead, a experiência do amor é a base que possibilita a construção dos outros padrões de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 159-177).

O segundo padrão de reconhecimento reside no reconhecimento jurídico. O reconhecimento jurídico difere do amor, porque seu conteúdo se modifica historicamente. Só é possível que um indivíduo se reconheça como portador de direitos quando enxerga outros membros da coletividade como possuidores dos mesmos direitos. Somente quando está ciente de suas obrigações o sujeito pode estar seguro de seus objetivos na sociedade. Reconhece,

assim, outros membros da comunidade a partir dos valores ali determinados, já que deseja que esses valores também sejam respeitados em relação a si mesmo. Contudo, somente a partir do assentimento livre e racional às normas impostas é possível considerar justificada determinada ordem jurídica. Apenas é possível imputar as normas de uma ordem jurídica a todos os sujeitos de uma coletividade, na medida em que esses indivíduos sejam livres e iguais.

As conquistas por direitos fundamentais possuíram o fundamento de que faltava igualdade a alguns indivíduos dentro da ordem jurídica imposta socialmente. A proteção jurídica não deveria se limitar, desse modo, à proteção das liberdades individuais, mas se ampliar para possibilitar a participação de sujeitos no processo público de construção de interesses. Para fazer parte desse processo de escolha política, necessário que aos membros da sociedade fossem fornecidas condições econômicas e culturais, motivo pelo qual houve um processo de inovação permanente de direitos. As inovações decorrentes desse processo ocorreram por meio de uma luta por reconhecimento, gerada por uma experiência de “reconhecimento denegado ou do desrespeito”. O reconhecimento jurídico é, desse modo, formador do autorrespeito, de maneira que só pode existir o respeito de si mesmo quando existe o respeito do outro. É o que explica Honneth:

(...) um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “auto-respeito”. (HONNETH, 2003, p. 197).

Desse modo, as violações ao reconhecimento jurídico só seriam corrigíveis mediante a resistência à ordem jurídica vigente. Só assim seria possível afastar a vergonha social gerada pela privação de direitos e pela exclusão que resultam da violação desse padrão de reconhecimento. A terceira forma de reconhecimento recíproco definida por Hegel e Mead foi a estima social. Por intermédio desse padrão, cada sujeito é alvo de um respeito social em decorrência de suas propriedades e características particulares. Diferencia-se do reconhecimento jurídico na medida em que, no âmbito deste, há um respeito pela categoria universal do ser humano, enquanto na estima social são respeitadas suas características particulares, que o diferenciam dos demais.

A estima social e o reconhecimento jurídico, por outro lado, se aproximam na sua dependência em relação à história e às tradições culturais. A estima se dará, nesse sentido,

conforme os valores que permeiam os objetivos sociais de uma comunidade. Há uma luta permanente de comunidades que buscam resgatar a importância de suas práticas culturais, e para que o valor das atividades que consistem na forma de vida desses grupos seja elevado, é necessário que eles busquem a atenção do poder público para as carências em relação a suas capacidades. Há, desse modo, uma chance maior de que o valor social dessa coletividade seja aumentado. Os confrontos sociais e econômicos estão ligados, por isso, a esse padrão de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 198-209).

Dentro de um grupo que atua nesses confrontos sociais e econômicos, para a elevação de seu valor na sociedade, existe a solidariedade. As relações solidárias fazem com que, dentro daquela comunidade, os indivíduos reconheçam um ao outro e se estimem mutuamente. Isso é gerado pela experiência comum de resistência aos processos de privação que lhes são impostos. A partir desse objetivo comum, os sujeitos ali contidos passam a valorizar e reconhecer as propriedades do outro. Modernamente, assim, estimar as propriedades do outro é considerar que aquelas particularidades são relevantes e necessárias para os objetivos comuns do grupo. Há, portanto, um interesse afetivo por essas características que compõem os indivíduos da comunidade, já que somente a partir delas o objetivo comum pode ser alcançado. Não há, contudo, uma medida fixa de contribuição estabelecida para cada indivíduo, de modo que a cada um é dada a chance de contribuir de acordo com suas próprias características e experiências (HONNETH, 2003, p. 209-211).

A experiência de desrespeito decorre do reconhecimento recusado. Somente a partir das três formas de reconhecimento um indivíduo pode se sentir completo em relação a suas finalidades e vontades. A autoconfiança (gerada a partir da experiência de reconhecimento do amor), o autorrespeito (formado por meio do reconhecimento jurídico) e a autoestima (possibilitada mediante a estima social) são formas mediante às quais um sujeito adquire autonomia plena. Nem todas as frações de reconhecimento, contudo, estão aptas à formação de conflitos e lutas sociais. Para que isso ocorra, deve haver um afastamento de vontades e objetivos individuais, bem como um enfoque maior nas questões coletivas. A luta só adquire seu caráter social mediante a transferência do âmbito individual à esfera de um grupo.

A experiência do amor, limitada às relações primárias, não possibilita uma generalização que abarque interesses públicos. Os padrões do reconhecimento jurídico e da estima social, ao contrário, permitem que experiências individuais se estendam a outros indivíduos e sejam universalizadas. A experiência do desrespeito no âmbito do reconhecimento

jurídico exclui o sujeito de direitos existentes em uma comunidade e, conseqüentemente, de pretensões com as quais todos aqueles em pé de igualdade podem contar. O indivíduo assim afastado da comunidade não é imputável moralmente e por isso não se considera capaz de formar um juízo de valor, o que gera a perda do autorrespeito (HONNETH, 2003, p. 213-223).

No âmbito da estima social, há uma desqualificação de determinados modos de vida ou crença, o que retira desses sujeitos a força de conferir valor social às suas práticas e potencialidades. Há, assim, uma desvalorização social que leva o indivíduo à perda de sua autoestima, experiência que é ameaçadora da identidade do ser humano. As lutas sociais, portanto, formar-se-iam a partir da ampliação das experiências de desrespeito individual aqui expostas, em uma busca coletiva por uma elevação das relações de conhecimento. A resistência política contida nas lutas por reconhecimento ocorre por meio da articulação de um movimento social. É o que explica Honneth:

Contudo, a fraqueza desse suporte prático da moral no interior da realidade social se mostra no fato de que a injustiça do desrespeito não *tem* de se revelar inevitavelmente nessas reações afetivas, senão que apenas o *pode*: saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos de vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende sobretudo de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224).

As experiências individuais de desrespeito constituiriam o impulso para a luta pelo reconhecimento a partir de uma ampliação de experiências pessoais a toda uma coletividade. Em decorrência dessa forte ligação, formada pela resistência social, entre as experiências sociais privadas e as finalidades comuns de um movimento social, ocorre a formação de uma identidade coletiva. A luta social, assim, é consequência de experiências morais, e os meios pelos quais ela ocorre não são previamente definidos, mas decorrentes do contexto vivenciado por cada coletividade em sua história e suas articulações. Resta em aberto, desse modo, se determinado movimento social fará ou não o uso da força, da simbologia ou da resistência pacífica.

Além disso, embora haja uma essência moral que influencia as ações dos movimentos sociais em suas lutas, nem sempre estes estão cientes de sua existência. A consciência dessa esfera moral permanece apagada pela perspectiva de que a luta social faz parte apenas de uma categoria de interesses. Além da busca por uma ampliação futura de padrões de

reconhecimento, o indivíduo que se insere na resistência coletiva encontra antecipadamente uma elevação desses padrões. Somente no âmbito desses movimentos sociais, por meio de experiências de reconhecimento e de solidariedade, o sujeito pode encontrar parte do respeito e da estima que lhes são negados pela sociedade.

Há uma diferença entre as lutas sociais motivadas pela perseguição de interesses, que o autor demonstra a partir de casos na história em que os movimentos possuíam objetivos econômicos e buscavam a sobrevivência, e as lutas fundadas nas experiências morais, decorrentes do desrespeito a expectativas de reconhecimento que formam a integridade psíquica do indivíduo. As duas perspectivas, contudo, completam-se, já que a teoria do reconhecimento corrige a visão lançada a determinados conflitos, considerados apenas na dimensão do interesse. Nesse sentido, muitos interesses de determinados grupos são determinados pela necessidade de um reconhecimento a eles relacionado. Determinadas reivindicações, que podem ser confundidas com meros interesses objetivos e materiais, na verdade estão ligadas, em determinadas comunidades e conflitos sociais, ao reconhecimento moral do outro (HONNETH, 2003, p. 253-261).

Como já foi demonstrado, as camponesas possuem uma identidade própria. Seu modo de vida no campo e suas reivindicações são um retrato da opressão específica sofrida pelas mulheres que fazem parte do Movimento de Mulheres Camponesas. Por esse motivo, ao se inserir no âmbito do movimento social, as mulheres camponesas encontram antecipadamente, na resistência coletiva, uma ampliação dos padrões de reconhecimento buscados pelo movimento. O movimento é fortalecedor das mulheres no campo, pois lhe possibilita um reconhecimento antecipado. Isso ocorre por meio da conexão com outras camponesas, que formam uma identidade coletiva a partir de seus sofrimentos e objetivos comuns. O protagonismo das mulheres é essencial no movimento, já que somente a partir das próprias camponesas é possível sua emancipação. O reconhecimento antecipado pela experiência no movimento é descrito por uma de suas coordenadoras:

O Movimento te forma e te dá base, te ensina, ele não te joga, ele te dá condições de defender [...] a importância das mulheres estarem empoderadas, de entender, não só dizer que é do MMC, mas por que é, o que é o MMC [...] O Movimento é livre e aberto, parte da sua identidade [...] ninguém assina ficha, as mulheres entram quando sentem necessidade de ser reconhecidas e respeitadas, a partir de sua identidade. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 24).

O reconhecimento das camponesas, portanto, inicia-se no interior do movimento, a partir do acolhimento e da solidariedade entre mulheres que lutam pelos mesmos fins. O MMC, como já foi aqui exposto, é reivindicante de um Feminismo Camponês Popular, de corrente emancipadora das mulheres no meio rural. O reconhecimento de seu trabalho, de sua produção e de sua identidade, bem como sua busca por reconhecimento institucional, a partir da valorização das camponesas como sujeitos da política agrária diante do estado, são elementos do Feminismo Camponês Popular que demonstram o fortalecimento das mulheres. Isso se dá a partir do reconhecimento que ocorre anteriormente às reivindicações por mudanças na sociedade. No interior do movimento as mulheres camponesas se sentem, mesmo que parcialmente, reconhecidas. A autonomia possibilitada pelas ações do movimento é uma das maneiras pelas quais o reconhecimento no interior do movimento fortifica as camponesas. É o que explicam integrantes do movimento:

[Empoderamento é] ter autonomia, porque nós mulheres antes não tínhamos, tinha que pedir permissão ao marido, avançamos muito. Trabalhamos muito isso no assentamento, ter nossa renda própria, através dos nossos artesanatos, ter cooperativa de mulher, porque antes até a autonomia financeira dependia dos homens. Muito humilhante e constrangedor pedir dinheiro para o parceiro pra tudo. Hoje, eu, enquanto mulher, tenho essa autonomia, ganhar meu dinheirinho, gastar naquilo que quero, com meus filhos, isso pra mim é um avanço, e esse avanço é parte de ser feminista. Ter seu próprio dinheirinho também é ser feminista. Se eu não tivesse meu dinheirinho talvez eu continuaria como Amélia. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 84).

O reconhecimento a partir da experiência de fazer parte do Movimento de Mulheres Camponesas também pode ser verificado em seus encontros e místicas. Na cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”, fica clara a intenção de promover um auxílio mútuo entre as mulheres que fazem parte do movimento. A relação entre as mulheres e a natureza é partilhada pelas mulheres que se inserem no movimento, o que decorre de sua produção tradicional e de sua cultura popular. A mística, promovida pelo movimento em seu encontro, impulsiona essa união em torno da natureza e das mulheres que ali se reúnem. Para isso, a cartilha estimula encontros em que há uma troca de conhecimento sobre a contribuição histórica das mulheres camponesas para o desenvolvimento da agricultura.

O sexto encontro planejado na cartilha, com o objetivo de proporcionar força e união às mulheres que lutam no MMC, chamou-se “SOMOS SEMENTES DE VIDA PARA FORTALECER A RESISTÊNCIA DAS CAMPONESAS “. A partir do plantio de sementes e da compreensão da natureza como parte de si e de seu processo de emancipação, as mulheres

camponesas se congregam em torno desse projeto, fortalecendo-se mutuamente. A cartilha propõe, nesse sentido, a construção de uma nova agricultura, de novos valores e princípios de vida. O projeto agrícola do Movimento de Mulheres Camponesas tem sua construção possibilitada pela união entre essas mulheres e sua maneira de enxergar uma vida melhor no campo. A leitura proposta na cartilha²¹ para o início do encontro, mensagem escrita por Carmelita Zanella, incentiva essa união:

MULHER AGRICULTORA

Como o verde que brota teimosamente em solo duro.

Tu desperta, querendo presente, querendo futuro.

E na busca és povo, és raça, és certeza!

Na lavoura, na casa, na luta. Mistura de força e coragem

A fibra, a dor, a canção

Mulher: conheces a enxada, a foice, a semente e do nascer ao poente escreves a história da planta.

Camponesa, conheces o preço, o imposto e a falta de pão. Camponesa, conheces a madrugada, a roupa lavada e o sofrimento.

Camponesa, conheces o choro da fome, o desmatamento da alma, ao perder a calma vendo as injustiças aumentarem.

Gritas no grito do filho, no desabafo do marido, na colheita do feijão e do milho. Gritas denunciando!

Desconheces tempo de folga. Reconheces que o tempo chegou. Tempo de conquista e de derrubada

Tempo de tirar o joio de plantação

Mulher enfrenta esta opressão, que te tira o direito de ser livre.

De ser mãe, companheira, mulher.

Reconhece que o tempo é propício. Tempo de fertilidade,

Tempo de gerar esperança e plantar organização.

Mulher camponesa! É preciso mais do que nunca gerar tua libertação.

²¹ SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS. In: **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf Acesso em: 15/07/2016.

O Movimento de Mulheres Camponesas persegue, na sociedade, o reconhecimento que lhe é antecipado em sua experiência no movimento. Suas reivindicações, por esse motivo, envolvem a libertação e o fortalecimento das mulheres por meio de diversos ângulos. Isso ocorre a partir de políticas básicas, como a conscientização das mulheres rurais para a obtenção de documentos pessoais e profissionais, bem como a melhora das condições de vida no campo, que afetam particularmente as camponesas. Para construir um campo que lhes promova autonomia e bem estar, o MMC possui estratégias complexas e organizadas. A primeira é o Feminismo Camponês Popular, já apontado aqui, que possibilita sua ascensão no campo contrariamente às relações patriarcais que sempre a oprimiram. A segunda consiste em um novo modelo de desenvolvimento rural, também exposto aqui por meio da produção de alimentos saudáveis, da agroecologia, das sementes crioulas e da soberania alimentar.

A valorização das práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas camponesas são exemplos de sua busca pela estima social. A proteção às sementes crioulas, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento rural, a agroecologia e a agricultura familiar como formas de produzir alimentos saudáveis são reivindicações que exemplificam o objetivo intrínseco ao movimento em obter uma estima social. Somente a partir da valorização das particularidades e capacidades pertencentes às mulheres camponesas é possível que elas obtenham a autoestima conceituada por Honneth. Esses atributos fazem parte de tradições e conhecimentos milenares desenvolvidos por essas mulheres, desvalorizados e invisibilizados pela sociedade, o que afeta diretamente a dignidade das camponesas que trabalham e vivem no campo.

Por outro lado, a partir dessas perspectivas almejadas pelo movimento em relação à sociedade, a busca do Movimento de Mulheres Camponesas pelo reconhecimento na ordem jurídica pode ser visualizada em sua reivindicação por direitos trabalhistas, em sua luta histórica por políticas públicas que favoreçam suas práticas, bem como na militância do movimento contra a Reforma da Previdência, prejudicial à situação das mulheres e de seu trabalho no campo. Essas pretensões têm como objetivo tornar as camponesas dignas da obtenção de um completo autorrespeito. Só a partir dessas lutas é possível formar a integridade social decorrente dessa forma de reconhecimento. A maneira pela qual as lutas por reconhecimento ocorrem de forma a dialogar com o Estado, como uma estratégia do MMC, é explorada no próximo item.

2.3 O Ativismo Público

As estratégias dos movimentos sociais descritas por Thompson (1998), em sua *Economia Moral dos Conflitos*, são visíveis na realidade brasileira. As ligas camponesas são um exemplo disso. Seu surgimento se deu em torno de uma questão agrária vinculada ao complexo latifúndio/minifúndio. É o que demonstra Antônio Montenegro (1964) ao relatar a história de João Lopes da Silva, apelidado de Bubu, trabalhador rural entrevistado pelo autor em 1987. A entrevista ocorreu com o objetivo de apresentar as relações entre trabalhadores rurais e patrões na década de 1940, no Nordeste. Com a proibição do sítio aos trabalhadores de cana e a falta de ajuda com medicamentos durante a convalescença de sua mulher, Bubu deixa seu trabalho com o senhor de engenho e rompe, assim, com a relação paternalista que ali existia. O autor deixa claro que essa atitude não ocorreu de maneira impulsiva ou impensada, mas se constituiu em estratégia que elimina a relação de dependência entre Bubu e seu patrão. É o que ele denomina “trampolinagem”, atividade relacionada à astúcia, sutileza, resistência e alteração de uma ordem opressora estabelecida. (MONTENEGRO, 2003, p.243-245).

A resistência dos trabalhadores a essa dominação no meio rural, nos meados do século XX, é o contexto no qual se insurgiram as ligas camponesas. Isso ocorre, primeiramente, com a fundação, na Galileia, da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Seu objetivo era o de auxílio, a partir de um fundo de ajuda mútua, no pagamento das dívidas que os agricultores adquiriam com os proprietários de terras. Havia uma preocupação desses trabalhadores, também, com a maneira com a qual seriam enterrados, motivo pelo qual a entidade assistencialista também era importante. Posteriormente, após o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPPP, esta passa a ser denominada pela imprensa de “Ligas Camponesas”. A imprensa tinha como objetivo apontar um caráter comunista na organização. Isso porque, de 1945 a 1947, durante a redemocratização, foi formado pelo PCB um movimento de união dos trabalhadores rurais que se denominou Ligas Camponesas (MONTENEGRO, 2003, p. 253).

A oposição ocorria entre os proprietários de terras e os trabalhadores, que muitas vezes viviam nessas terras. A exploração ocorria permeada por favores e apadrinhamentos. O domínio sobre os trabalhadores rurais se dava por meio de práticas como o “regime de condição”, em que o morador prestava dois ou três dias de trabalho por semana à fazenda. Na prática do “foro”, o foreiro arrendava um lote de terra e concedia ao proprietário dez a vinte dias por ano de

trabalho gratuito. No “pulo da vara”, a terra plantada era medida com uma vara, de forma que parte do que havia sido plantado pelo trabalhador era repassado ao proprietário. Existiam, ainda, barracões para venda de produtos básicos, nos engenhos de açúcar. O pagamento de muitos trabalhadores consistia em produtos desses barracões, e muitas vezes as compras eram anotadas em cadernetas. O controle dessas cadernetas pelos trabalhadores era muito difícil, já que a maioria deles eram analfabetos. As Ligas Camponesas se insurgem contra essa situação de exploração vivida pelos trabalhadores no Nordeste (MONTENEGRO, 2003, p. 260-261). Suas ações ocorreram taticamente e estrategicamente em resistência à exploração sofrida pelo trabalhador rural.

Desde sua criação, em 1954, o movimento sofre acusações de subversão da ordem e da propriedade por parte da mídia. Em 1960, o jornalista do The New York Times, Tad Szulc, relata um nordeste incendiário, com movimentos que, à semelhança do que ocorrera com Cuba, ameaçavam a governabilidade do país e do continente. O autor evidencia, contudo, que as ações tomadas no país não se dariam diretamente em razão de uma pressão dos Estados Unidos, mas que o que aconteceu estaria de acordo com os interesses de “setores dominantes políticos, econômicos, intelectuais e religiosos” do país. Fato é que o trabalho das Ligas de rompimento das relações de exploração e dominação no campo representou uma direção alternativa face à ausência de sindicatos rurais, em decorrência da resistência política de grandes proprietários. As Ligas, nesse sentido, agiam apartadas de um controle estatal. A criação dos sindicatos rurais, posteriormente, é o que impossibilitará a continuidade do desenvolvimento das Ligas, com seu esvaziamento (MONTENEGRO, 2003, p. 261-267).

Com o Golpe Militar em 1964, o fim do complexo latifúndio/minifúndio e sua substituição pelo complexo agroindustrial, processo aqui já relatado, é instituído o Estatuto da Terra, adaptado a esse novo complexo. O Estatuto da Terra, aliado à indústria e ao fim das oligarquias rurais tradicionais, trata da reforma agrária como política econômica com o objetivo de transformação da terra em terra-capital. A reforma agrária não é mais a que havia sido proposta pelas Ligas Camponesas, mas aquela implementada pelo Estado, da agricultura vinculada à indústria e a um ideal de desenvolvimento. O Estatuto da Terra, além disso, busca trazer o Direito Agrário para dentro do âmbito do Estado. Ocorre, por meio dele, a abolição do termo “camponês” e sua substituição pela expressão “agricultor familiar”. Seu intuito, da mesma maneira que a criação dos sindicatos rurais, é o de carregar as lutas e os conflitos no campo para uma perspectiva de controle estatal.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge nessa conjuntura de reforma agrária implementada pelo Estado. A atuação do MST, por isso, diferencia-se bastante daquela visualizada nas Ligas Camponesas. É por esse motivo que Carter (2010) analisa a perspectiva histórica do movimento e sua capacidade de unir pressões sociais com negociações estatais por meio de um **ativismo público**. Do mesmo modo que Thompson destacou que os motins de fome na Inglaterra não se constituíam em uma força irracional, mas possuíam uma lógica legitimada pela economia de mercado da época e pelas próprias autoridades, Carter busca demonstrar que as atividades do MST não se fundavam apenas em suas sólidas crenças, mas em estratégias inovadoras, táticas e ações contenciosas contextualizadas pelas oportunidades políticas existentes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve suas origens na paróquia do padre Arnildo, em Ronda Alta, na qual famílias camponesas sem-terra se abrigaram e partilharam refeições. Por esse local passou João Pedro Stédile, economista de origem camponesa que seria um dos futuros líderes do movimento social. Ocorreram diversas reuniões, em 1979, e a criação de uma rede local possibilitou a organização de três assembleias entre os sem-terra. Durante uma reunião com o governador Amaral de Souza, uma área lhes foi prometida. Cinco semanas depois, diante do não cumprimento da promessa, o grupo promoveu a ocupação da fazenda Macali, no dia 7 de setembro de 1979, dia da independência do Brasil. Nesse dia, portanto, os camponeses, os ativistas e o padre deram início ao principal movimento social da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CARTER, 2010, p. 199-201).

Carter (2010) destaca o estado do Rio Grande do Sul como essencial para a formação inicial e propagação do movimento. Nos últimos dez anos, embora a maioria dos acampamentos se encontrassem na região Nordeste e apenas 2% dos beneficiários da reforma agrária fossem do Rio Grande do Sul, registros mostram que o estado foi essencial na formação teórica e estratégica do movimento social. Ali ocorreu o primeiro grande acampamento (1981), a primeira grande ocupação de terras (1985), a fundação da gazeta do movimento (1981), a primeira escola em um acampamento (1982), as primeiras cooperativas e escolas itinerantes. A primeira sede do movimento também teve lugar no Rio Grande do Sul, antes de sua transferência para São Paulo (1986). O estado foi essencial, assim, para a extensão do movimento a outras regiões brasileiras. O autor, por esse motivo, realizou uma análise da atuação do movimento na região.

O MST é retratado na imprensa, muitas vezes, como possuidor de uma atuação fundamentada por suas ideologias revolucionárias. A ideia de que suas ações e protestos são fundados somente em suas sólidas crenças, contudo, reduz a natureza das reivindicações do movimento. Essa simplificação ocorre, comumente, com o intuito de depreciar o movimento e de ocultar as táticas e estratégias que permeiam sua luta. O MST, ao contrário do retratado, age conforme suas percepções de cada momento histórico, a partir das oportunidades políticas e dos recursos disponíveis que o cercam. Por isso, o desenvolvimento do movimento ocorre mediante um engajamento particular em conflitos sociais, que se denomina **ativismo público** (CARTER, 2010, p. 202-203).

O ativismo público está organizado e inserido em uma estrutura política, e suas ações tem como objetivo despertar a atenção da sociedade para suas ações, mobilizar políticas estatais por meio de suas reivindicações, bem como modificar determinadas concepções do corpo social em relação ao movimento e à questão agrária. A luta do movimento se diferencia de revoltas sem foco e insurgências armadas. Sua perspectiva está voltada à periodicidade, não violência, politização, visibilidade, autonomia e organização. É o que explica o autor:

As ações promovidas pelo ativismo popular voltam-se a: (1) atrair a atenção pública; (2) influenciar as políticas do Estado por meio de pressão, do lobby e das negociações; e (3) configurar as ideias, os valores e as ações da sociedade em geral. Normalmente, as mobilizações desse tipo empregam uma série de repertórios modernos de ação coletiva, como demonstrações, marchas, petições, reuniões de discussão, greves de fome, acampamentos de protesto e campanhas eleitorais, além de atos de desobediência civil, como piquetes, bloqueios de estradas e ocupações organizadas de terra e de prédios públicos. Diferentemente de outras abordagens ao conflito social, a orientação não violenta do ativismo público faz com que ele seja compatível com a sociedade civil e proporcione um instrumento democrático legítimo para fomentar a mudança social. (CARTER, 2010, p. 203).

Para que esse ativismo público seja possível, entretanto, o autor aponta como necessários dois requisitos: as oportunidades políticas e o acesso a recursos mobilizadores. As oportunidades políticas se caracterizam pelas organizações de poder em contextos políticos específicos, as quais favorecem ou barram as experiências dos movimentos sociais. Essas oportunidades são influenciadas, por isso, pela estrutura do Estado, sua tolerância a manifestações, as alianças políticas realizadas pelo governo e a maneira pela qual os movimentos sociais são retratados pela mídia. No caso dos recursos mobilizadores, os veículos coletivos utilizados para a atuação dos movimentos são sustentados por uma rede formal e informal de recursos humanos. Os recursos podem ser materiais e imateriais, e sua obtenção

pode se dar tanto internamente quanto externamente ao movimento. A combinação desses dois elementos possibilita que os movimentos realizem exigências persuasivas e negociem com o Estado. Para estimular as condições de pressão e as exigências realizadas, os movimentos se unem a grupos da sociedade civil e política.

Nesse sentido, o autor expõe etapas para a consolidação do ativismo público. Quando os recursos mobilizadores são baixos e as oportunidades políticas altas, há uma “revolta dispersada”. Quando tanto os recursos mobilizadores quanto as oportunidades políticas são baixos, ocorrem “formas cotidianas de resistência”. Quando os recursos mobilizadores são altos, mas as oportunidades políticas baixas, acontece uma “insurgência armada”. E, por fim, quando tanto os recursos mobilizadores quanto as oportunidades políticas são altos, ocorre um “ativismo público”. É o que demonstra o quadro elaborado por Carter:

Quadro 6.1 Formas de conflito social

| | | Recursos mobilizadores | |
|-------------------------|--------|----------------------------------|--------------------|
| | | Baixos | Altos |
| Oportunidades políticas | Altas | Revolta dispersada | Ativismo público |
| | Baixas | Formas cotidianas de resistência | Insurgência armada |

Fonte: CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel. (Org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 204.

A partir do contexto histórico em que se desenvolveu o MST, o quadro seguinte foi elaborado como um aprimoramento do anterior. Cada fase do movimento teve como fundamentos elementos essenciais do ativismo público: o diálogo e a negociação com o Estado. Cada um desses momentos, ao mesmo tempo, consiste em uma diferente modalidade de ativismo público, que se diferencia conforme as estratégias realizadas em cada período. Por isso, conforme o quadro, quando os recursos mobilizadores são baixos e as oportunidades políticas altas, há uma “confrontação desordeira”. Quando tanto os recursos mobilizadores quanto as oportunidades políticas são baixos, ocorrem “pedidos suplicantes”. Quando os recursos mobilizadores são altos, mas as oportunidades políticas baixas, acontece uma “luta

agressiva”. E, por fim, quando tanto os recursos mobilizadores quanto as oportunidades políticas são altos, ocorre um “engajamento crítico sustentado”.

| | | Recursos mobilizadores | |
|-------------------------|--------|-------------------------|--------------------------------|
| | | Baixos | Altos |
| Oportunidades políticas | Altas | Confrontação desordeira | Engajamento crítico sustentado |
| | Baixas | Pedidos suplicantes | Luta agressiva |

Fonte: CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel. (Org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 205.

Durante o primeiro período, as origens do movimento (1979-1984), as atuações do MST se encaixavam na modalidade de “pedidos suplicantes”, já que o objetivo era o de atrair a atenção do público ao movimento e incentivar doações da Igreja e do Estado. Na segunda fase (1985-1994) ocorrem transgressões à ordem imposta e manifestações de uma “luta agressiva”. Por fim, no terceiro período (1995-2006), o movimento amadureceu suas táticas e relações com o Estado e a sociedade civil, de modo que atingiu um “engajamento crítico sustentado”. (CARTER, 2010). Desse modo, o fato é que as estratégias “sofisticadas” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o levam a ser um movimento que difere das Ligas Camponesas por dialogar com o Estado e seus mecanismos, bem como o direito positivado. As ocupações realizadas pelo MST se diferenciam daquelas realizadas pelas Ligas, na medida em que buscam a criação de direitos e buscam provar, dentro da legalidade, a condição de sem terra.

Ao longo do trabalho foram apontadas diversas estratégias promovidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Neste tópico, porém, busca-se comprovar que as estratégias efetivadas pelo MMC, similarmente às efetuadas pelo MST, fazem parte de um diálogo constante com mecanismos estatais. A relação do movimento com o Direito, por isso, está em uma permanente construção. É o que deixa claro uma das coordenadoras do movimento:

Direito à aposentadoria, direitos previdenciários, para ter acesso às políticas públicas. As mulheres do movimento que colocaram os direitos previdenciários em pauta e fizeram surgir leis. Enfrentamento à violência contra a mulher foi o primeiro lema do MMC. Quando surgiu era pra se organizar para ter uma relação de libertação. Depois alimentação saudável e agroecologia. Hoje, esses são os dois carros chefes. Trabalhar produção de

alimentos saudáveis, resgate das sementes crioulas, como patrimônio da humanidade e o feminismo (...). (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 27-28).

A relação do MMC com o Estado se dá, conforme um primeiro enfoque, a partir da efetivação de direitos já postos. Exemplo disso é seu combate à violência contra as mulheres. Como já foi aqui apontado, a consolidação da Lei Maria da Penha no Campo foi ineficaz, com centros de apoio distantes e desconhecidos por diversas mulheres rurais. A militância do movimento, muitas vezes, buscou realizar a divulgação oral da lei, o que ainda não garantiu uma proteção efetiva às mulheres camponesas. Sua luta, diante disso, consiste na efetivação dos direitos protegidos pela lei, que são sua autonomia e integridade física, sexual e psicológica. Além disso, o movimento busca efetivar outros direitos, muitas vezes já alcançados por muitas mulheres no meio urbano, mas ainda distantes do rural.

A documentação das mulheres no campo, aqui já exposta, é exemplo disso. O direito à documentação pessoal é direito de todo indivíduo, mas sua aplicação às camponesas não ocorreu de maneira a transformá-las em cidadãs por meio do fornecimento dessa documentação. O objetivo do MMC, nesse sentido, consiste na efetivação desse direito a partir da conscientização e orientação das mulheres que não possuem documentos pessoais e profissionais. Outro direito que tem sua efetivação perseguida pelo MMC é o direito à saúde. A luta pela produção de alimentos saudáveis reflete essa perspectiva, mas no âmbito da saúde fornecida pelo Estado, o movimento busca fornecer informações à população camponesa. Isso ocorre por meio do documento publicado em seu portal eletrônico denominado “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”. A carta tem como objetivo informar a população do campo sobre direitos assegurados por lei desde 1990. Sua elaboração se deu pelo Ministério da Saúde, o que reflete a relação entre as reivindicações do MMC e as respostas do Estado ao movimento.

A dissidência do movimento em relação à Reforma da Previdência é outro exemplo de resposta do MMC a uma ação do Estado extremamente prejudicial à população camponesa. A luta contrária a uma reforma que prejudica especialmente as mulheres no campo, porque delas retira direitos já conquistados e essenciais às camponesas, é um claro exemplo do diálogo do MMC com as estruturas estatais. Isso também se verifica em sua oposição às mudanças instituídas pelo novo Código Florestal. O próprio Feminismo Camponês Popular proposto pelo movimento tem como um de seus objetivos o reconhecimento institucional das camponesas como sujeitos da política agrária em face do Estado, o que demonstra sua relação dialógica com

o mesmo. Como também foi exposto, a agroecologia e o uso das sementes crioulas são instrumentos para a consolidação da soberania alimentar. Possibilitar seu desenvolvimento envolve uma luta por políticas públicas, enfatizada diversas vezes pelo MMC. A luta histórica por políticas públicas é destacada por Hereda & Cintrão (2006), citadas por Silva (2013):

Na década de 1980 os movimentos das mulheres rurais contribuíram significativamente para a construção de políticas públicas voltadas a redução das desigualdades de gênero na agricultura principalmente no sul e no nordeste brasileiro. As autoras afirmam que os movimentos rurais têm sido promotores de avanço de políticas públicas, como na luta pela terra na forma de efetivação de política de assentamentos, movimento sindical, previdência social, e crédito voltado para a agricultura familiar. (HEREDA & CINTRÃO apud SILVA, 2013, p. 04).

A formação de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa é uma maneira de garantir a permanência das mulheres camponesas no campo, e isso só se torna possível a partir de políticas públicas e do fornecimento de crédito especial para as mesmas. É evidente a importância de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, já que estas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos em âmbito mundial, por meio da conservação de sementes, da agroecologia, e da garantia da segurança e soberania alimentar. Constata-se, também, uma invisibilidade desse trabalho, o que impossibilita a elaboração de políticas públicas de apoio às mulheres camponesas e uma vida digna no campo.

As políticas públicas, nesse sentido, são elementos essenciais para que esse trabalho seja reconhecido e possa se fortalecer. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro semestre da safra 2014/2015, 160 mulheres deram entrada no pedido de financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, o PRONAF. Isso representa R\$ 1,13 bilhão requisitado pelas trabalhadoras. É um número crescente em relação à safra anterior, observa o Ministério. Além do PRONAF, outros programas como o de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) têm procurado garantir direitos às camponesas. Há, ainda o PRONAF Mulher, linha oferecida especialmente para as mulheres, que financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil das mesmas. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse das agricultoras.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram que a participação das mulheres do campo na renda familiar (42,4%) é maior do que a das mulheres que vivem na cidade (40,7%). O Nordeste é a região onde a colaboração monetária das mulheres rurais é maior (51%)²². Embora haja iniciativas de fomentar políticas públicas de acesso ao crédito, regularização da documentação e auxílio à assistência técnica, elas ainda são tímidas em relação às necessidades e ao imperativo de se estimular políticas de igualdade de gênero associadas às práticas agroecológicas. Há, ainda, diferenças regionais significativas, uma invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar e a omissão de gênero em programas de apoio ao camponês.

As estratégias de ação do Movimento de Mulheres Camponesas, desse modo, demonstram que o movimento, da mesma maneira que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento que surgiu e se desenvolveu de maneira a dialogar com as estruturas estatais. Isso se manifesta em sua luta pelo reconhecimento das sementes crioulas, pela instituição da reforma agrária por meio do INCRA, pela exigência de políticas públicas voltadas às mulheres camponesas, pela documentação das mulheres do campo, sua participação em sindicatos rurais, entre outros. O movimento, por isso, não se encontra apartado do Estado ou age por meio de uma lógica irracional, mas se insere em uma luta entre diferentes concepções de direitos e atua mediante um ativismo público. Por meio de seu Feminismo Camponês Popular, que se manifesta a partir de suas reivindicações e da identidade de suas integrantes, dialoga com o direito positivado, motivo pelo qual possui total legitimidade em suas ações.

Após apresentar como o Movimento de Mulheres Camponesas pode ser lido, separadamente, a partir das três perspectivas teóricas aqui apresentadas, entende-se que os três referenciais utilizados nesse capítulo possuem um principal ponto em comum, essencial à análise do movimento social em questão. A Economia Moral dos Conflitos (THOMPSON, 1998), a Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2003) e o Ativismo Público (CARTER, 2010) possuem seu ponto de encontro no conflito. A partir dos três autores, conclui-se que a identidade se constrói a partir do conflito, da luta. A identidade das mulheres camponesas, analisada aqui conforme o Ecofeminismo (MIES & SHIVA, 1993) e o feminismo interseccional (hooks, 2015; CRENSHAW, 2002), será demonstrada a partir de sua relação com o conflito no âmbito do estado de Goiás.

²² Dados de 2014. Retirados do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://mda.gov.br> Acesso em 01/12/2015.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM GOIÁS

3.1 Experiências de mulheres camponesas

A luta das mulheres no estado de Goiás pode ser visualizada conforme marcos que ocorrem desde 1930. A luta por Sufrágio Universal na cidade de Goiás, antiga capital, e a inserção gradual das mulheres em espaços sociais e culturais, são exemplos do amadurecimento e da organização dos movimentos de mulheres na região. A resistência também pode ser encontrada nas lutas de mulheres pela restauração da cidadania, no Estado Novo, bem como durante a ditadura militar. Observa-se, hoje, o funcionamento de entidades que são fruto de diversas lutas na região. Entre elas se destacam o CEVAM (Centro de Valorização da Mulher), o CPM (Centro Popular da Mulher), o CONEM (Conselho Estadual da Mulher) e a Superintendência Executiva da Mulher e da Igualdade Racial²³. No âmbito dos movimentos sociais rurais, a participação das mulheres se destaca, entre outros, no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MCP (Movimento Camponês Popular), FETAEG (Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás) e no próprio MMC.

Destacam-se, assim, algumas experiências de mulheres camponesas no estado, o que demonstra a força e a importância da luta feminina na região. A Edição 128, de janeiro de 2017, do Jornal da FETAEG, destaca as práticas das produtoras do assentamento Lagoa Seca, município goiano de Barro Alto, na região central de Goiás, Vale do São Patrício. No local, onde as agricultoras oferecem hortaliças, frutas orgânicas, mel, frango caipira e ovos, a notícia destaca como a troca de mensagens pelo aplicativo Whatsapp foi um auxílio ao comércio dos alimentos oferecidos pelas camponesas. O assentamento Lagoa Seca, conforme destaca o Jornal, possui 27 famílias trabalhadoras rurais, que se ocupam majoritariamente da criação de gado leiteiro. O município de Barro Alto detém três áreas de reforma agrária e conta com 80 assentados.

²³ Documento Bases para o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. 2006. p. 10-11.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano XV, Edição 128, Janeiro de 2017. p. 04.

Na mesma edição, em matéria denominada “Desconstruindo e empoderando Amélia”, a presidente da Associação de Produtores de Rurais de Piancó, na região de Anápolis (GO), Amélia Ferreira Mendes, é retratada por sua força e independência no campo. A agricultora foi responsável pela criação da Associação, em 1996, e até hoje demonstra autonomia e liderança em seu gerenciamento. A matéria destaca como Amélia foi auxiliada por cursos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (Senar Goiás).



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano XV, Edição 128, Janeiro de 2017. p. 10.

Em matéria da Edição 129, de fevereiro de 2017, do Jornal da FETAEG, que retrata a importância da Agricultura Familiar e da mulher nessa atividade, é apresentada a história das irmãs Nayara Fernandes Coelho e Jaqueline Batista Coelho. As jovens de 18 e 16 anos, respectivamente, vivem no assentamento São Sebastião da Garganta, no município de Silvânia,

em Goiás. Com o plantio de pimenta malagueta, as duas descobriram uma complementação à renda dos pais. Hoje, possuem um plantio de meio hectare e 1600 pés de pimenta malagueta. Nayara relata que “quando éramos acampados só deus sabe das dificuldades que passamos (...) até conseguir essas terras. Por isso, eu e minha irmã, queremos ver essa plantação crescer cada vez mais. Essa é nossa vida”. Jaqueline, ainda, expõe suas expectativas: “A gente planta hoje e daqui a três meses começa a produzir e sabendo que o mercado é certo”.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano XV, Edição 129, Fevereiro de 2017. p. 04.

A Edição 130, de março de 2017, do Jornal da FETAEG, mostra a reunião de agricultoras familiares em Goiânia, no dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, contra a Reforma da Previdência. A passeata foi organizada pela própria FETAEG, em oposição à reforma que fixa a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres em 65 anos, e ignora a dupla jornada vivida pela maioria das mulheres no país. Tânia Fernandes, diretora da secretaria de Mulheres da FETAEG, destaca como a reforma será ainda mais prejudicial às mulheres camponesas, que já sofrem com inúmeras subordinações. Para os manifestantes, a Reforma da Previdência é um evidente retrocesso, o que afeta as mulheres de uma forma ainda mais crítica.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano XV, Edição 130, março de 2017. p. 06-07.

A Edição nº 125, de agosto de 2016, do Jornal da FETAEG, mostra o Seminário Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Polo Sindical Sudoeste Goiano, que ocorreu entre 02 e 04 de agosto, com coordenação da Secretaria de Mulheres da FETAEG. O evento ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros, e os temas tratados envolveram as mulheres camponesas: políticas públicas, empreendedorismo, autonomia socioeconômica, saúde e combate à violência. Também aconteceram visitas técnicas a propriedades rurais do município, com o objetivo de que as participantes visualizassem as produções orgânicas e familiares.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano XIV, Edição 125, agosto de 2016. p. 04.

Na Edição nº 124 do Jornal da FETAEG, de abril de 2016, foi realizada entrevista com Tânia Fernandes, atual secretária de Mulheres da Federação. A secretária sempre esteve comprometida com as questões rurais, já que seu pai era agricultor familiar. Tânia ajudou a fundar o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapaci, e foi fundadora do STTR de Nova Glória. Na entrevista, fala sobre a importância da existência dos sindicatos nos municípios, já que eles facilitam a vida dos agricultores e defendem seus direitos. Em relação às mulheres no campo, relata não considerar que ocorreram tantos avanços, mas que a titularidade nos processos do PNRH e o Fomento Mulher são exemplos de conquistas. Também indica um progresso, ainda que gradual, na representatividade das mulheres na política e no movimento sindical. Informa que na FETAEG a diretoria é formada 50% por mulheres.

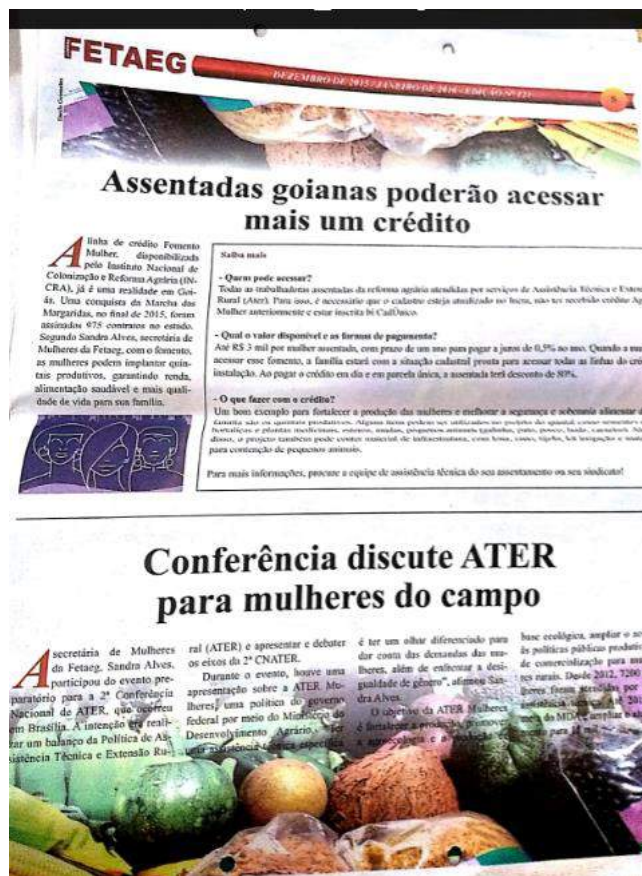
Tânia destaca, ainda, que acredita na importância da Marcha das Margaridas, embora muitas vezes as pautas apresentadas sejam muito amplas, de modo que deixam de abarcar as mulheres do campo e de produzir resultados satisfatórios. A secretária também critica o impeachment e a falta de mulheres nos ministérios após a posse de Michel Temer. Por fim, questionada sobre como trabalharia com as mulheres rurais goianas, responde que é necessário que as mulheres ocupem sindicatos e cargos. Seus projetos, assim, envolviam mulheres em cargos de liderança, saúde, políticas públicas para o público feminino e combate à violência.

A linha de crédito Fomento Mulher, mencionada por Tânia, é abordada na Edição 121 do Jornal da FETAEG, de dezembro de 2015/janeiro de 2016. É destacado que a linha, disponibilizada pelo INCRA, passa a ser realidade em Goiás como um resultado da luta da Marcha das Margaridas, no final de 2015, momento em que foram assinados 975 contratos. A secretária de mulheres da FETAEG à época, Sandra Alves, destaca que isso possibilita que as camponesas produzam quintais produtivos, o que garante a elas qualidade de vida, renda autônoma e alimentação saudável. No Jornal, ainda é explicado que todas as trabalhadoras assentadas da reforma agrária atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) podem acessar a linha.

Além disso, o valor disponível é de até R\$ 3 mil por mulher assentada, e o prazo para pagar é de até um ano, com juros de 0,5% ao ano. Quando o pagamento ocorre em dia e em parcela única, há um desconto de 80% para as assentadas. O documento ainda destaca que, para incentivar a soberania alimentar, uma boa opção para o crédito envolve a criação de quintais produtivos a partir de sementes de hortaliças, plantas medicinais, mudas e pequenos animais.

Na 2ª Conferência Nacional do Ater, que ocorreu em Brasília, para realizar um balanço relativo à política pública, foi discutido o Ater Mulheres.

Em relação a essa política, Sandra Alves destacou que “Ter uma assistência técnica específica é ter um olhar diferenciado para dar conta das demandas das mulheres (...)”. O Jornal destaca, ainda, que o objetivo do Ater Mulheres é o de fortalecer a agroecologia e a produção de base ecológica, bem como promover o acesso a políticas públicas produtivas de comercialização para mulheres. Ressalta que, desde 2012 até aquele momento, 7200 mulheres haviam sido atendidas. O objetivo do MDA seria o de ampliar esse atendimento, até 2019, para 15 mil mulheres.



Fonte: Jornal da FETAEG. Edição 121, dezembro de 2015/janeiro de 2016. p. 05.

A mencionada Marcha das Margaridas é tratada na Edição nº 49 de maio-junho/2007, do jornal da FETAEG. A reportagem destaca que duas mil mulheres eram esperadas para a marcha, que ocorreu nos dias 21 e 22 de agosto de 2007, em Brasília. As pautas foram o combate

à fome, à violência e à pobreza, bem como a construção de um Brasil com igualdade de gênero, paz e justiça.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano VI, Edição 49, maio/junho de 2007. p. 08.

A Marcha das Margaridas é discutida em outras edições do Jornal da FETAEG. Na Edição nº 52, de setembro de 2007, Divina Alves, secretária de mulheres da federação à época e membro da coordenação da Marcha, fala sobre perspectivas do movimento. Para ela, os resultados da manifestação dos dias 21 e 22 de agosto foram positivos, mas a luta é contínua. Em relação às reivindicações da marcha, o governo (à época sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva) forneceu respostas aos principais pontos pleiteados. Em relação às demandas por documentação para as trabalhadoras rurais, foi declarada a aquisição de 24 unidades móveis para a ampliação do programa, bem como o investimento de R\$ 11 milhões para o seu custeio e manutenção. Quanto ao combate à violência contra as mulheres, ocorreu um investimento de R\$ 1 bilhão, a partir do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

O pacto teve como focos a criação de juizados especiais para tratar da violência contra as mulheres, fortalecer delegacias especializadas em seu atendimento, campanhas de prevenção e foco em metas para o desenvolvimento de políticas que favoreçam as mulheres negras e camponesas. Foi declarado, ainda, que o Ministério da Saúde estaria elaborando uma política de saúde direcionada à população do campo e da floresta. As respostas às reivindicações da Marcha das Margaridas também envolveram a desburocratização do Pronaf Mulher, o apoio de projetos que priorizem a produção de alimentos tradicionais das comunidades para a garantia da segurança alimentar, bem como a regularização de reservas extrativistas.



Fonte: Jornal da FETAEG. Ano VI, Edição 46, fevereiro de 2007.

Na Edição 129, de fevereiro de 2017, do Jornal da FETAEG, é divulgado o III Seminário Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela FETAEG na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia. Os temas tratados no Seminário envolveram autonomia socioeconômica, empreendedorismo, saúde, combate à violência, reforma da previdência e políticas públicas. A Diretora de Mulheres da FETAEG, Tânia Fernandes, compara as mulheres à Mãe Terra, geradora de biodiversidade e vida. A diretora destaca a necessidade de produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, bem como de que haja uma união maior entre as mulheres, para que desafios sejam superados a partir dessa solidariedade.

O cenário das mulheres camponesas em Goiás, como demonstrado, é fértil. O Movimento de Mulheres Camponesas se constrói na região a partir de diversas perspectivas e reivindicações semelhantes às aqui relatadas. O movimento é citado em reportagem do O Popular de 08 de março de 2004, em Goiânia. A notícia relata que as mulheres constituem 60% dos trabalhadores pobres do planeta, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que o Movimento de Mulheres Camponesas é constituído por trabalhadoras rurais em sua luta por uma maior presença das camponesas nas políticas do governo para o meio rural.



Fonte: Jornal O Popular. 08 de março de 2004.

Percebe-se que, mesmo com a citação no veículo de comunicação goiano, o MMC ainda não possuía qualquer influência no estado de Goiás. É o que se evidencia em outra reportagem²⁴ do Diário do Norte online, em 02 de maio de 2009. A notícia, de título “MMC quer se organizar em Goiás”, mostra a catarinense Julciane Inês Anzilago, uma das representantes da coordenação nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que, em 2007, passou a viver Goiânia, e depois em Campinorte. Julciane foi organizadora de seminários, oficinas, encontros e cursos de formação com o objetivo de propagar os ideais do Movimento de Mulheres Camponesas em Goiás. Constatou-se, desse modo, o início da propagação do movimento no estado. A coordenadora Julciane destaca que:

A missão do MMC é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação e isto se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, com as mulheres sendo protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e desses com a natureza. (ANZILAGO, Julciane Inês, 2009, s/p).

A representante do movimento destaca características do mesmo, perspectivas que também seriam perseguidas no âmbito de Goiás. Aponta, assim, o papel das mulheres camponesas no combate à fome, na segurança alimentar, na defesa das sementes e no desenvolvimento da produção familiar camponesa a partir de um modelo agroecológico. Ressalta também a importância das mulheres na produção de alimentos, e o fato de que o MMC

²⁴Jornal Diário do norte. Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/mmc-quer-se-organizar-em-goias-3585> Acesso em: 01/12/2017

é um movimento classista (integrado por trabalhadoras do campo), autônomo (quem decide seu rumo são as mulheres que o integram) e popular democrático (confere voto e voz às mulheres).

3.2 Identidade e conflito no movimento

O feminismo camponês em Goiás e a inserção do Movimento de Mulheres Camponesas no estado ocorrem, como acima demonstrado, a partir do conflito. As lutas das camponesas na região e as pautas e características perseguidas pelo MMC são elementos que desafiam a ordem preestabelecida. Para definir qual é a atuação específica do movimento no estado de Goiás, essencial que seja definida a identidade das mulheres que o integram. A identidade, conforme tratado no Capítulo I, é construída a partir das múltiplas discriminações e da realidade específica vivida pelas camponesas. No capítulo II, é destacado que a identidade particular das mulheres camponesas é construída a partir do conflito²⁵. Em Goiás, em decorrência das condições de discriminação múltipla das camponesas que aqui habitam, são gerados conflitos formadores de identidade.

As condições de conflito em Goiás são evidentes, é o que se percebe na reportagem “MMC quer se organizar em Goiás”, já mencionada, em que a coordenadora do movimento destacou a necessidade de que o MMC se organizasse no estado e trouxesse suas pautas para a região. Fica claro, assim, o imperativo de que o estado recebesse um movimento que organizasse pautas para as mulheres camponesas do local. As condições de conflito relativas às mulheres camponesas em Goiás são geradoras de subordinações específicas vividas por essas mulheres. É nesse sentido que o feminismo interseccional de Kimberlé Crenshaw destaca que fatores relativos à identidade social de determinadas mulheres influenciam na maneira pela qual estas vivenciam a discriminação. Esses fatores envolvem orientação sexual, velhice, classe,

²⁵ Segundo Kathryn Woodward (2000), para tratar de questões identitárias é preciso compreender reivindicações essencialistas que tratam “sobre quem pertence e não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é fixa e imutável”. A autora dá exemplos de algumas versões da identidade étnica centrada na concepção de raça e relações de parentesco, ideias baseadas em uma concepção essencialista da história e do passado, na qual a história é construída como uma verdade imutável. A autora explica que a identidade é, na verdade, relacional, e estabelecida por marcações simbólicas relativas a outras identidades, bem como por condições sociais e materiais. Na marcação simbólica, geralmente, é definido quem é excluído e quem é incluído em tal classificação. O importante dessa noção é que algumas diferenças são marcadas, e outras podem ser obscurecidas, como afirma a autora: “a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero”. (WOODWARD, 2000, p. 13-14).

raça, saúde, desenvolvimento econômico, acesso à terra e recursos naturais, entre outros (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Para que a aplicação dos direitos humanos abranja todas as mulheres, a autora esclarece que a análise do gênero deve estar sempre ligada à observação de como ele se intersecta com outras identidades, para uma percepção de vulnerabilidades específicas de determinados grupos de mulheres. São demonstrados, assim, dois fenômenos que prejudicam as análises relativas à discriminação. O primeiro, denominado “superinclusão”, ocorre quando aspectos específicos da interseccionalidade são absorvidos pela questão de gênero. O problema, nesse caso, é tratado como um “problema de mulheres”, e são invisibilizadas quaisquer outras discriminações que interferem na questão. Quando isso ocorre, as soluções buscadas para o problema não são capazes de remediá-lo.

Para exemplificar a superinclusão, a autora fala do tráfico de mulheres, caso em que o problema é tratado somente sob o enfoque de gênero, enquanto é evidente sua ligação com a marginalização racial e social das mulheres envolvidas. Paralelamente à inclusão, discute-se a questão da “subinclusão”, que se dá quando problemas de determinadas grupos não são percebidos, já que não fazem parte do cotidiano dos grupos dominantes. É o que ocorre quando discriminações relativas à raça são invisibilizadas em grupos de mulheres, já que não é uma experiência vivida pelas mulheres de grupos dominantes. A subinclusão também acontece quando, em um mesmo grupo racial de homens e mulheres, ocorrem discriminações de gênero (CRENSHAW, 2002, p. 174-175).

Exemplo de subinclusão fornecido pela autora é o da esterilização forçada de mulheres. Embora as vítimas mais prováveis dessas violações aos direitos humanos possam ser reconhecidas a partir de um enfoque de raça e classe, a questão não é tratada a partir de um enfoque racial. Quando ocorre a subinclusão, portanto, a diferença no interior de um grupo faz com que violações se tornem invisíveis. Na superinclusão, por outro lado, a diferença não é sequer vista. A organização e o funcionamento cotidiano da sociedade fazem com que determinados eixos de subordinação não sejam percebidos, é o que explica Kimberlé Crenshaw:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que

a estrutura que coloca as mulheres na posição de “receber” tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. (CRENSHAW, 2002, p. 176).

O que se procura, aqui, é colocar a questão camponesa em primeiro plano (ao lado das questões raciais e de gênero), já que ela é considerada como um dos eixos fundamentais de subordinação das mulheres no meio rural. Exemplo disso pode ser visualizado em reportagem do portal eletrônico do movimento denominada “Mulheres debatem impactos da reforma da Previdência em suas vidas”²⁶. A notícia trata do Seminário “A Reforma da Previdência e as Mulheres Trabalhadoras! Mulheres organizadas e em luta!”, realizado em Brasília e coordenado pelo MMC, pela Marcha Mundial de Mulheres (MMM), pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Também contou com a presença de camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindisep-DF), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento Camponês Popular (MCP), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), do GT Mulheres da ANA e do Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC). No seminário, as mulheres presentes deixam claro que os prejuízos às mulheres rurais, com a reforma, serão ainda mais intensos. Eridiane Seibert, integrante do MMC, com a intenção de ressaltar que a reforma atingirá profundamente as trabalhadoras rurais, destaca que:

Nesta proposta de reforma pretende-se igualar as idades entre homens e mulheres, trabalhadores(as) urbanos e rurais, o que coloca em xeque a conquista desse direito, nessa diferenciação, porque não somos iguais, porque existem diferenças que são marcantes na forma de trabalho exercido por

²⁶ Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres debatem impactos da Previdência em suas vidas. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/363>. Acesso em 08/12/2017

homens e mulheres e por trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. As mulheres rurais vão perder 10 anos do direito conquistado.²⁷

É possível observar pelo menos três eixos de subordinação nos debates relativos à reforma da Previdência. A reforma afeta mais profundamente quem é trabalhador, quem vive na área rural e as mulheres. As mulheres camponesas, contudo, estão no centro da intersecção desses três aspectos, o que faz com que sejam as mais prejudicadas no processo. Na mesma reportagem do portal eletrônico do MMC, Sônia Coelho, integrante da Marcha Mundial de Mulheres, destaca que a reforma aumentará a desigualdade existente entre homens e mulheres, já que a Previdência não irá mais reparar as desigualdades no campo do trabalho:

Isso tem a ver com as mulheres receberem menos no mercado de trabalho, tem a ver com a dupla jornada, as mulheres são sobrecarregadas, trabalham muito mais no trabalho doméstico, no cuidado da vida, nos trabalhos da roça que não são reconhecidos. Agora, estão igualando o que é absolutamente desigual e num patamar de retirar mesmo os direitos da classe trabalhadora como um todo de mulheres e de homens, e que vai deixar a nossa população em condições mínimas de sobrevivência e vai colocar o Brasil como um dos países de maior desigualdade e concentração de renda do mundo. Não tem precedentes o que está acontecendo no Brasil, é escravidão mesmo!²⁸

As condições em que se encontram as camponesas, de intensa subordinação e de constante conflito, são formadoras de sua identidade. Em Goiás, essa realidade também é clara, o que se verifica na reportagem “Audiência Pública debate Reforma da Previdência em Goiás”. A audiência ocorreu em Padre Bernardo (GO), no dia 07 de março de 2017, e foi organizada pelo MMC e outros movimentos populares. Foi destacado, novamente, como o projeto de emenda constitucional afeta especificamente as mulheres trabalhadoras rurais, em razão das condições particulares de trabalho no campo e da sazonalidade da produção. O trabalho diário das camponesas é árduo, e a tripla jornada faz com que a aposentadoria tardia lhes prejudique imensamente²⁹.

²⁷ Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres debatem impactos da Previdência em suas vidas. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/363> Acesso em 08/12/2017

²⁸ Idem

²⁹ Movimento dos Pequenos Agricultores. Audiência Pública debate Reforma da Previdência em Goiás. Portal Movimento dos Pequenos Agricultores. Disponível em <http://mpabrasil.org.br/audiencia-publica-debate-reforma-da-previdencia-em-goias/> Acesso em 02/12/2017.

Quando se fala em um prejuízo maior conferido às mulheres camponesas em decorrência da Reforma da Previdência, Kimberlé Crenshaw fala em subordinação interseccional estrutural. Nessa perspectiva, políticas desfavoráveis se misturam a estruturas básicas de desigualdade, gerando uma situação grave de violação de direitos humanos relativos às vítimas mais vulneráveis. Uma política de violação do gênero, por exemplo, ocorreria em uma sociedade em que mulheres já são vulneráveis em decorrência de sua raça ou classe. Quando existe a interação entre efeitos superpostos de estruturas e determinadas políticas, são criados fardos excessivos a mulheres marginalizadas, mesmo quando essas políticas não se direcionam especificamente a essas mulheres. São elas, desse modo, que sofrem com a diminuição de serviços que antes eram fornecidos pelo Estado (CRENSHAW, 2002, p. 179-180).

A autora esclarece que um arrocho econômico é especialmente prejudicial a determinados grupos, de modo que funciona como um estrangulamento econômico e social para os mesmos. A Reforma da Previdência, como foi demonstrado pelos depoimentos das camponesas, é um dos exemplos de como a falha do Estado em fornecer um serviço prejudica de forma específica esse grupo. Além disso, podemos enxergar uma vulnerabilidade maior das mulheres camponesas quando o Estado negligencia a educação no campo. A divisão sexista do trabalho, que leva as mulheres a cuidarem dos filhos e da casa, faz com que a ausência de transporte e educação no meio rural as impeça de participar das lutas e movimentos sociais no campo.

A vulnerabilidade e a identidade específica das mulheres camponesas são visíveis em Goiás, na luta do MMC. Em notícia denominada “Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno”³⁰, foi relatado um encontro de mais de 40 mulheres do movimento no assentamento Padre Jovêncio, no município Padre Bernardo, em Goiás. Na reunião, as camponesas relataram os problemas específicos que as atingem, que vão desde a falta de acesso ao crédito pelas famílias rurais até a saúde das camponesas. Informaram, ainda, que a reforma agrária implantada pelo governo não é eficaz, já que a solução não consiste em apenas fornecer a terra às camponesas, mas em providenciar conhecimentos e condições para que elas possuam autonomia no campo.

³⁰ Movimento de Mulheres Camponesas. Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/114> Acesso em 08/12/2017.

Denunciaram, ainda, que devido ao uso de agrotóxicos por fazendas vizinhas, as quais contaminam as nascentes de água que abastecem o assentamento, mulheres sofreram abortos e entraram em depressão. Agricultoras também narraram a falta de transporte nos locais dos assentamentos, o que impede que elas se desloquem para a cidade e tenham acesso à saúde, à educação e ao escoamento da produção. Mesmo com mais de dez anos de constituição do assentamento, as camponesas ainda constataram que nele ainda existe falta de energia elétrica, falta de água de qualidade para o consumo humano e para irrigar os cultivos, êxodo dos jovens dos assentamentos para os grandes centros urbanos, bem como constantes ameaças sofridas pelas mulheres que vivem no local.

A subordinação interseccional sofrida pelas mulheres camponesas também se dá a partir da ausência de políticas públicas conferidas ao campo, o que afeta as mesmas de maneira específica. A política econômica voltada ao agronegócio e a falta de apoio à agroecologia e à soberania alimentar são exemplos disso. Em Goiás, essa realidade se demonstra nas atuações do Movimento de Mulheres Camponesas na região. Em reportagem do portal eletrônico do movimento denominada “Mobilizações do Dia Internacional da Mulher”³¹, que trata de encontro realizado em Uruaçu (GO), no dia 08 de março de 2014, foi relatado o Simpósio “Os Desafios Contemporâneos no Estado de Goiás em Relação às políticas para Mulheres”. Seu objetivo foi o de discutir a relevância das mulheres na sociedade e os desafios para assegurar-lhes políticas públicas. Em outro Simpósio, denominado “Os Desafios Contemporâneos no Estado de Goiás em relação às Políticas para Mulheres”, também foi discutida a necessidade de um direcionamento de políticas públicas às mulheres do estado, em decorrência de sua situação de subordinação.

Em outra reportagem do portal eletrônico do MMC, denominada “Contribuições das mulheres camponesas para a advocacia popular”³², é relatado como Rosângela Piovesani, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e estudante de Direito na Universidade Federal de Goiás (UFG), participou do 22º Encontro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) e assegurou a importância do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do qual faz parte. No encontro, a integrante do

³¹ Movimento de Mulheres Camponesas. Mobilizações do Dia Internacional da Mulher. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/162>. Acesso em 08/12/2017.

³² Movimento de Mulheres Camponesas. Contribuições das mulheres camponesas para a advocacia popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/385>. Acesso em 08/12/2017

movimento destacou a importância de uma atuação do Estado voltada especificamente às mulheres camponesas, especialmente no que cabe à violência contra as mulheres, documentação pessoal, ao registro da terra em seu nome e aos direitos ao território. Na mesma notícia, a importância do PRONERA é salientada e é realizada uma crítica ao possível término de sua continuidade:

Graças ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), as vidas de muitas/os jovens e adultas/os têm sido transformadas, as universidades têm sido ocupadas pelo povo e a educação tem sido um direito alcançado pelas famílias da Reforma Agrária. Porém, com os cortes das verbas destinadas ao Programa, o governo golpista ameaça a continuidade dos estudos das turmas do PRONERA. Com o estrangulamento financeiro, as mulheres e homens que hoje pintam de povo as universidades federais serão compulsoriamente alijadas do ensino superior, terão, mais uma vez, seus sonhos roubados. O horizonte que se apresenta para as famílias da reforma agrária é a luta contra o governo golpista e os cortes na educação.³³

A opressão interseccional é evidente quando se trata das camponesas. A situação pode ser comparada a exemplos conferidos por Kimberlé Crenshaw, quando a autora trata da subordinação interseccional intencional na Bósnia, Ruanda, Burundi e Kosovo. São retratados, assim, os estupros motivados por questões raciais, mas precedidos por propagandas racistas ou sexistas na Bósnia e em Ruanda. A propaganda sexualizada provoca, além da violência sexual, uma tendência das autoridades em duvidar da mulher pobre e racializada. Na Índia e nos Estados Unidos, estudos demonstram as falhas da justiça em penalizar estupradores de mulheres negras e latinas. Há evidências, ainda, de que a propaganda sexualizada influencia jurados a duvidar da credibilidade de mulheres negras que sofreram com o estupro, o que não ocorreria com mulheres brancas (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Angela Davis, ao descrever a vida da mulher negra no período da escravidão, relata que, enquanto os escravos homens eram submetidos somente a açoitamentos e mutilações, às mulheres o estupro era adicionado a essas penalidades. A autora destaca que o estupro consistia na demonstração do domínio econômico do proprietário sobre as mulheres negras como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 20). Essas mulheres, portanto, sofriam uma violência que só existia em razão de sua pele negra, que as tornava escravas, e de seu gênero, já que o estupro só se dava em relação às mulheres. A autora deixa claro, ainda, que eram exceções as mulheres negras que não se rebelavam contra as repressões violentas perpetradas pelos feitores. Descreve

³³ Idem

exemplos como o de uma jovem açoitada por “insolência”, arrastada até uma árvore e açoitada na frente dos filhos. Mesmo após o açoite e com sangue nas costas, a mulher não parava de delatar e ofender o feitor (DAVIS, 2016, p. 32).

Outro exemplo demonstra a constante resistência e impassibilidade das mulheres negras frente à escravidão, de modo que elas se juntavam a comunidades de fuga, organizavam ações de sabotagem e envenenavam os senhores. Nesse caso, após a fuga mal sucedida de uma mulher da Carolina do Sul, e como a mesma havia tentado repetidamente fugir da fazenda, de modo que qualquer oportunidade de escapar seria agarrada por ela, a mesma foi aprisionada com um pesado colar de ferro. Caso ela conseguisse quebrar o colar, um de seus dentes da frente seria arrancado para identificação. Andava pela casa com o colar de ferro, as costas laceradas e a boca mutilada. A resistência das mulheres à escravidão, portanto, era contínua. Em um confronto em Mobile, Alabama, em 1827, mulheres e homens lutaram em iguais condições, e jornais locais descreveram que sua luta ocorreu “como espartanos”.

A resistência, além disso, também ocorria de maneiras mais sutis, como quando as mulheres aprendiam a ler e escrever e transmitiam esse conhecimento aos demais. Foi por meio da submissão que a união entre as mulheres negras ocorreu, de modo que elas se reuniram em condição de igualdade e transformaram essa igualdade em resistência. É a partir desse conflito, por conseguinte, que se forma a identidade dessas mulheres, a partir de uma opressão que se diferencia daquela conferida à mulher branca:

Militantes das associações femininas antiescravagistas sempre contavam histórias dos estupros brutais sofridos pelas escravas quando exortavam as mulheres brancas a defender suas irmãs negras. Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (DAVIS, 2016, p. 39).

É possível visualizar essa opressão quando tratamos da violência contra as mulheres no campo. A violência ocorre fundada em um enfoque de gênero, mas sua invisibilidade é potencializada em razão da própria vida no meio rural. É o que mostra a reportagem “Sozinhas

– A história de mulheres que sofrem de violência no campo³⁴, a partir do relato de camponesas que já sofreram com a violência. Destaca-se, no vídeo, como a mulher que vive no campo possui uma vida isolada, de modo que ninguém a escuta quando esta é vítima de agressões. A agricultora Joana Fernandes Sebben indica que em sua região, de janeiro a maio de 2017, sete mulheres foram violentadas e mortas pelos companheiros dentro de sua própria casa. Ela alerta que, antes de serem mortas, essas mulheres sofrem com violências financeiras, físicas e morais.

Outra agricultora, Eraci Terezinha Eichelberger Seibert, conta que após um dia de trabalho árduo com seu marido, este lhe recebeu em casa com uma paulada na cabeça. Ela também narra como o marido a submeteu à violência emocional, quando lhe impediu de ir ao enterro do pai. Não permitiu, ainda, que ela se mudasse para cuidar da mãe, ameaçando tirar-lhe a filha. Outra camponesa, que não desejou ser identificada, descreve como fugiu de tiros de espingarda, facão, foices e machados. Revela que ao sair de casa tinha que usar roupas compridas para esconder as marcas da violência física que sofria. Outra, que também não desejou se identificar, expõe que se casou com 14 anos com seu primeiro namorado de 29, que lhe violentou sexualmente e lhe cortava com um facão. Por fim, após espancá-la diversas vezes, ele quebrou seu braço e sua costela.

Por fim, a agricultora Lucimar Roman explica por que a maioria das mulheres no campo sofre com a violência e não procura ajuda. Ela destaca que a questão é financeira e a maioria das mulheres não tem para onde ir, já que a dificuldade de locomoção no campo é muito grande. A distância dos vizinhos, explica ela, é grande, de modo que buscar ajuda se torna mais difícil. As camponesas, desse modo, também formam sua identidade a partir do conflito, a partir do sofrimento a elas infligido no campo. O Movimento de Mulheres Camponesas é um exemplo de como, a partir das opressões vividas no meio rural, as mulheres camponesas resistem e se organizam contrariamente ao patriarcado e ao agronegócio, o que possibilita a formação de sua identidade.

A violência conferida às mulheres camponesas pode ser encontrada na realidade de Goiás, por meio das constantes reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas relativas à violência doméstica no estado. Exemplo disso é a notícia do portal eletrônico do MMC aqui já mencionada, denominada “Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito

³⁴ BASTOS, Ângela. Sozinhas – A história de mulheres que sofrem violência no campo. Vídeo Reportagem. 07’40”. Diário Catarinense: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8> Acesso em: 28/01/2018.

Federal e entorno”³⁵, que relata encontro do Movimento de Mulheres Camponesas em Goiás. Na reunião, a dirigente nacional Rosângela Piovisani destaca a necessidade de um movimento forte e autônomo, em que as mulheres possuam espaço de fala. Ela destaca, assim, como um dos principais debates do MMC no país, a violência doméstica.

Além da presença das mulheres negras no movimento, que já foi anteriormente apontada como um fator que gera opressão interseccional, podemos verificar que as mulheres indígenas fazem parte do movimento e têm seu total apoio. Isso pode ser verificado na seção “Quem Somos”, do portal eletrônico do movimento, que cita as mulheres índias como integrantes do mesmo, bem como em notícias que mostram o apoio do MMC à questão indígena. Na reportagem “Apoio aos povos indígenas do Brasil”³⁶, é descrito um encontro em Luziânia (GO), no qual é tratada como ato genocida aos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, a instauração da Comissão de análise e aprovação da PEC 215, que transfere a regularização dos territórios e terras coletivas e a decisão sobre unidades de conservação do poder executivo para o Congresso Nacional. O MMC fornece seu apoio, no texto, aos indígenas Guarani e Kaiowá do TEKOHA YVY KATU – Mato Grosso do Sul, que lutam pela permanência em seu território. O apoio das camponesas aos povos indígenas é manifestado por meio de um abaixo-assinado anexado à notícia. As mulheres indígenas, portanto, estão inseridas no movimento e sofrem com múltiplas opressões.

O trabalho é outro âmbito no qual a camponesa vivencia a opressão interseccional. Ao avaliar a participação das mulheres no contexto da política agrária no assentamento Santa Marta, no município de Mundo Novo, em Goiás, Silvânia Maria Rosa considera que, mesmo beneficiárias de linhas específicas de incentivo à agricultura familiar, como o PRONAF Mulher, as mulheres assentadas têm dificuldades em reconhecer a importância de seu papel político e se posicionar de maneira a resistir no campo. A pesquisadora cita o exemplo de uma assentada de codinome Flor, que por submissão a uma família patriarcal, possui dificuldades em reconhecer sua importância como trabalhadora rural, atividades que delega ao marido:

Depois que a gente pegar o nosso lote, temos que ir atrás do dinheiro pra arrumar tudo, fazer o rancho, mas eu vou ficar em casa, e meu marido vai. Minha obrigação sempre foi cuidar da casa e dos meninos (três filhos

³⁵ Movimento de Mulheres Camponesas. Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/114> Acesso em 08/12/2017.

³⁶ Movimento de Mulheres Camponesas. Apoio aos povos indígenas do Brasil. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/155> Acesso em 08/12/2017.

menores). Eu cuido da casa e você de arrumar as coisas, falei pra ele. Essas coisas de reunião, banco, não gosto disso não. Fico aqui cuidando de tudo e ele que vá buscar os recursos pra melhorar nossa vida. Prefiro ficar junto com minhas companheiras. Mas tem umas que gosta de ir com o marido, não perde nem uma reunião dos assentados e quando ele vai pra cidade, se ela pode, vai junto. (...) Fui criada assim, meu pai nunca me deixou participar de nada e quando casei, meu marido também nunca se interessou que eu participasse de nada. Acostumei e agora fica custoso mudar³⁷. (ROSA, 2013, p. 187).

Angela Davis também destaca a perspectiva da classe trabalhadora por meio de um enfoque de gênero, raça e classe. A autora inicia destacando que as tarefas domésticas como varrer, cozinhar, lavar a roupa e as louças, arrumar a cama e ir às compras gastam, em média, de três a quatro mil horas por ano de uma dona de casa. O enfoque de classe é realçado quando ela demonstra a subjugação das mulheres pelo capitalismo. Na economia nômade e pré-capitalista dos masai, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres possui a mesma importância da criação de gado feita pelos homens. O prestígio social das mulheres masai, em relação à produtividade, é o mesmo conferido aos homens. Por outro lado, nas sociedades capitalistas, as donas de casa e seu trabalho doméstico têm seu prestígio diminuído e a sociedade burguesa as considera como servas de seus maridos.

A partir da inserção de um enfoque de raça às perspectivas de classe e gênero, Angela Davis trata da realidade das mulheres negras nos Estados Unidos. Da mesma forma que as camponesas aqui já descritas, as mulheres negras nos Estados Unidos trabalhavam fora de casa ao longo da história do país. Seu trabalho se dava ao lado dos maridos nas lavouras de tabaco e algodão, e quando a indústria se consolidou no Sul elas também se encontravam em locais que forjavam aços para ferrovias, refinarias de açúcar, fábricas de tabaco e serrarias. Seu trabalho, portanto, equivalia-se ao de seus companheiros. Diferenciavam-se das mulheres brancas na medida em que, além do pesado trabalho assalariado, realizavam também as tarefas domésticas, de modo que possuíam esse duplo fardo comparado pela autora à “capacidade de perseverança de Sísifo” (DAVIS, 2016, p. 225-233).

A opressão interseccional sofrida historicamente pelas mulheres negras no âmbito do trabalho pode ser comparada àquela vivenciada pelas mulheres camponesas. Estas, como já ressaltado, também são vítimas de duplas, e muitas vezes triplas jornadas, e seu trabalho tanto como domésticas quanto como agricultoras é extremamente invisibilizado. É o que se

³⁷ Entrevista no dia 04 de janeiro de 2012, no Assentamento Santa Marta – 22 de abril, em Mundo Novo/GO.

demonstra em suas constantes reivindicações pelo reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas. Essas exigências são recorrentes na atuação do Movimento de Mulheres Camponesas em Goiás. As integrantes do movimento demandaram a valorização do trabalho e da produção das mulheres camponesas em Oficina de Projeto intitulado “Produção de Alimentos Saudáveis Gerando Soberania e Segurança Alimentar”³⁸, que teve Goiás como um dos locais de realização. As reivindicações pela valorização do trabalho das camponesas também ocorreram em encontro no Assentamento Padre Jovêncio³⁹, no município de Padre Bernardo/GO, e nas Mobilizações do Dia Internacional da Mulher⁴⁰, em Uruaçu/GO.

Ainda relativamente à opressão interseccional no âmbito do trabalho, bell hooks descreve as dificuldades de inserção das mulheres negras no meio acadêmico. Destaca como as professoras e alunas brancas, em discussões relativas ao gênero, utilizam-se do termo “mulheres” para se referirem à experiência de mulheres brancas. A tentativa da autora, no ambiente acadêmico, de partilhar suas experiências e conhecimentos sobre o fato de que a identidade e o status entre mulheres brancas e negras eram diferentes, foi ignorada pelas feministas brancas. Foi compreendido, ainda, que a experiência negra só era tratada pelos acadêmicos quando estes se referiam ao homem negro. Por outro lado, quando a academia se referia às “mulheres”, a experiência da mulher branca era retratada como universal.

A autora, dessa forma, começou a questionar os preconceitos sexistas e racistas que permeavam as produções acadêmicas e que geravam uma falta de conhecimento generalizada em relação às mulheres negras. Havia, ainda, uma imensa dificuldade em construir um corpo de estudos feministas que abarcasse a realidade das mulheres negras. As mulheres negras permaneciam isoladas dentro do movimento feminista, e muitas vezes sofriam ataques de mulheres brancas que se sentiam ameaçadas pela desconstrução da categoria “mulher” e pela inserção da questão racial nos estudos feministas. O movimento feminista negro sofreu diante dessas dificuldades, já que existia sempre a prévia necessidade de “provar” às feministas brancas a necessidade de que os preconceitos raciais fossem reconhecidos e inseridos como

³⁸ Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres Camponesas participam de Oficina para debater sobre Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/33> Acesso em 08/12/2017.

³⁹ Movimento de Mulheres Camponesas. Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/114> Acesso em 08/12/2017.

⁴⁰ Movimento de Mulheres Camponesas. Mobilizações do Dia Internacional da Mulher. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/162> Acesso em 08/12/2017.

pauta no feminismo. Caso isso não ocorresse, haveria uma distorção nos estudos feministas, que desconsiderariam mulheres negras e de classes desprivilegiadas em suas análises (hooks, 2017, p. 161-165).

As mulheres negras, por essas razões, perdiam enormes esforços em sua tentativa de inserir a questão racial no movimento feminista, de modo que não sobrava espaço para que elas encarassem o pensamento feminista como uma maneira de elucidar suas compreensões da questão racial. As dificuldades consistiam no fato de que, por um lado, as feministas brancas não aceitavam um questionamento de seus paradigmas e, por outro, muitos negros enxergavam a aproximação das mulheres negras do feminismo como um gesto de traição. A autora explica, contudo, que à medida que o movimento feminista progrediu, ocorreu uma revolução nos estudos acadêmicos feministas, gerada pela desconstrução da categoria universal “mulher” por meio das feministas negras. O gênero, portanto, passa a ser estudado de maneira mais complexa, já que permeado pela raça e pela classe social (hooks, 2017, p. 165-167).

Dentro desse ideal de desconstrução da categoria “mulher” como universal, as mulheres camponesas em Goiás, na tentativa de tornarem visibilizadas sua identidade e reivindicações, formaram diversos espaços de luta e de exposição de seus conhecimentos. Esses espaços de conflito, formados a partir da consciência de que a mulher camponesa possui particularidades, colocam em evidência seus saberes e destacam sua oposição a entendimentos hegemônicos no campo. São, portanto, locais de construção da identidade das mulheres do movimento no estado. As reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas em Goiás, por isso, serão destacadas no próximo item, com o intuito de analisar com uma maior profundidade as lutas e conflitos que formam a identidade dessas camponesas.

3.3 Feminismo Camponês Popular

O Feminismo Camponês Popular é uma proposta teórica construída e aperfeiçoada pelo Movimento de Mulheres Camponesas a partir de experiências práticas de mulheres camponesas. Suas bases, como já mencionado, pautam-se tanto na destruição do patriarcado quanto em um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural. Em Goiás, essa proposta feminista já se manifestou em diversos encontros, momentos em que as perspectivas do movimento no estado são colocadas em evidência e seus objetivos são desenvolvidos a partir das discussões das mulheres que ali se encontram. As experiências das mulheres que constituem

o movimento e que participam dos encontros são essenciais à construção gradativa de um modelo feminista que abarque sua realidade de maneira completa.

O III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular⁴¹, realizado na cidade de Luziânia, em Goiás, teve como propósito desenvolver estudos que já haviam sido iniciados nos dois primeiros encontros, bem como reunir experiências do cotidiano das participantes. É nesse sentido que a integrante do movimento Rosângela Piovesani destacou, na abertura do encontro, que os seminários têm como objetivo a sistematização da luta feminista do movimento e das vivências diárias das práticas camponesas. A integrante ressaltou que esse aprofundamento é importante para a reafirmação e o fortalecimento da luta feminista e camponesa, para que seja possível a emancipação, libertação e autonomia das mulheres camponesas.

Para o desenvolvimento teórico do Feminismo Camponês Popular, foi formada a mesa “A construção do Feminismo Camponês Popular nas diferentes organizações”, que iniciou o seminário com a exposição de experiências de movimentos sociais populares no Brasil e em outros países. Para isso, o encontro contou com a presença de Iridiani Seibert, do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), Marinei Maria dos Santos, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Maria Amélia da Silva, da PJR (Pastoral da Juventude Rural), Karin Luna, da ANAMURI (Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas), do Chile e Fátima Aguilar, da CONAMURI (Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas), do Paraguai.

Um dos temas discutidos no encontro foi o da violência. Foi ressaltado, como já demonstrado aqui, que a violência atinge de maneira específica as mulheres camponesas, e é um grande entrave em suas vidas. Foi realizado um resgate histórico de como as camponesas foram vítimas de desigualdade nos próprios movimentos em que participavam, bem como em sua convivência com seus companheiros, motivo pelo qual elas passaram a se organizar em grupos e em setores específicos de mulheres. Por esse motivo, foram lembradas as mulheres que tornaram possíveis as lutas das camponesas atuais, com o objetivo de que, com a preservação de sua memória, elas não fossem mais invisibilizadas. Foram discutidos, além disso, avanços e entraves relativos à vivência do Feminismo Camponês Popular.

⁴¹ Movimento de Mulheres Camponesas. MMC realiza III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/386> Acesso em 08/12/2017.

Karin Luna, integrante de movimento social no Chile, expôs a dificuldade em divulgar o feminismo para outras camponesas, já que estas possuíam uma concepção equivocada de que participar do feminismo levaria a mulher a abandonar sua casa, seu marido e seus filhos. Marinei Maria dos Santos, do MPA, ressaltou a importância do Feminismo Camponês Popular para que as camponesas percebam suas necessidades no meio rural e lutem por espaços. Fátima Aguilar, do Paraguai, expressou as dificuldades das mulheres em perceber a violência de companheiros que estão fora de seu círculo familiar, bem como as opressões que as cercam. Também relatou problemas como a concentração de terras, que gera conflitos que envolvem camponeses e indígenas. Para ela, portanto, é necessário que as mulheres entendam que as violências exercidas contra seus corpos e territórios são elementos que estruturam o capital.

A integrante do MMC, Iridiani Seibert, fez um histórico da experiência das camponesas no Brasil e das lutas que ocorreram em âmbito internacional para a garantia da participação das mulheres nos espaços de luta. Iridiani, em seguida, reforçou os termos do Feminismo Camponês Popular como uma corrente que busca eliminar as desigualdades no campo e o capitalismo:

Reforçou que, para construirmos uma nova sociedade, com novos valores e culturas, é preciso transformar as relações entre homens e mulheres, dando um basta à hierarquia e à dominação. Para isso, Iridiane ressalta a necessidade de reafirmarmos o Feminismo Camponês e Popular como estratégia de luta para seguirmos abrindo brechas, dialogando com as mulheres da cidade, pois, para construirmos essa outra sociedade, precisamos que todas as mulheres estejam organizadas. Iridiane destacou, ainda, a importância de reafirmar o “Popular” como movimento de classe e de base, sendo radical no enfrentamento ao capitalismo.⁴²

O encontro, além disso, promoveu um estudo do Feminismo Camponês Popular a partir da metodologia dos Círculos de Cultura, de Paulo Freire, e foram realizadas apresentações de música, desenho e teatro. Foi realizada uma Jornada Socialista, e foi colocada em evidência a memória de mulheres como Margarida Alves, Doroty Stang, Dandara e Índia Juliana. No segundo dia do encontro, a integrante do MMC Catiane Cinelli compartilhou uma síntese cronológica do que ocorreu nas três edições do seminário. Destacou, assim, lutas e conquistas das mulheres camponesas desde 1980 até os dias atuais. No primeiro encontro, que ocorreu em novembro de 2015, foi discutido como surgiu a organização de mulheres ali reunidas, suas principais bandeiras de luta e avanços em sua elaboração, bem como os eixos em que se

⁴² Movimento de Mulheres Camponesas. MMC realiza III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/386> Acesso em 08/12/2017.

basearam os trabalhos apresentados: prática feminista, projeto de agricultura camponesa e enfrentamento à violência contra a mulher.

Na segunda edição do seminário, realizada em março de 2017, persistiu-se na construção do Feminismo Camponês Popular a partir da presença de mulheres de movimentos populares brasileiros, da UNAC, da CONAMURI e da ANAMURI. Foram realizados debates que colocaram o feminismo aliado à raça e à classe, para a construção de um feminismo socialista e classista⁴³. É o que indica a notícia “II Seminário Feminismo Camponês e Popular”⁴⁴, no portal eletrônico do movimento. Esse Seminário também ocorreu em Luziânia (GO), e a reportagem descreve a união de mulheres envolvidas em uma mística feminista, com participantes do próprio MMC e organizações do Paraguai, Chile e Moçambique. O objetivo foi o de acumular conhecimentos políticos, teóricos e práticos para o Feminismo Camponês Popular, e foi destacada a pluralidade das mulheres que compõem o movimento, bem como seu viés interseccional:

Para nós do MMC o feminismo camponês e popular é parte orgânica do processo organizativo da vida concreta das mulheres do campo; indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, sem-terra, extrativistas, agricultoras e a diversidade camponesa.

Nesse momento de retrocessos para a classe trabalhadora, de ofensiva do capital sobre nossos corpos, nossos territórios e bens naturais, de aprofundamento do golpe no Brasil é preciso acumular forças para seguir na luta por um projeto de transformação social internacionalista, socialista e feminista.

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ SOCIALISMO!⁴⁵

No III seminário⁴⁶, o objetivo consistiu em sistematizar todo esse acúmulo, que pode ser compreendido por meio de três eixos que embasam o Feminismo Camponês Popular: a agroecologia como uma posição política e como um tema que ultrapassa a produção de alimentos saudáveis, de modo que dialoga com outros âmbitos da luta das camponesas; a luta das mulheres e como elas se organizam e se unem por suas reivindicações; e o reconhecimento

⁴³ Idem

⁴⁴ Movimento de Mulheres Camponesas. II Seminário Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/371> Acesso em 08/12/2017.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Movimento de Mulheres Camponesas. MMC realiza III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/386> Acesso em 08/12/2017.

e processo de identificação como feministas. Após as três edições do encontro, o desafio relatado é o de que as mulheres presentes consigam alcançar outras camponesas em suas regiões, comunidades e grupos. Portanto, o que se demanda é “como esse Feminismo Camponês e Popular chegará às bases?”⁴⁷. Na notícia, é ressaltado que esse trabalho é realizado por meio do cotidiano de cada camponesa, a partir da produção de alimentos saudáveis e da multiplicação das sementes crioulas.

A agroecologia e a preservação das sementes crioulas, com o objetivo de consolidação da soberania alimentar, são práticas que constituem o Feminismo Camponês Popular, e que o fortalecem ao conferirem libertação e autonomia às trabalhadoras do campo. A ligação direta entre o feminismo proposto pelo MMC e a agroecologia pode ser visualizada em encontros do movimento. Na XIII Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina⁴⁸, realizada em outubro de 2017, o tema foi o “Feminismo Camponês” e o lema “Mulher e Agroecologia no campo e na cidade”. O movimento, dessa forma, foi afirmado como uma mística de resistência ao capitalismo e ao patriarcado. Foi ressaltada a luta contra o agronegócio e a escolha da agroecologia como um projeto social, de modo a ressignificar a relação entre os seres humanos e a natureza.

As camponesas que se manifestaram nos debates destacaram sua relação com a agroecologia. Elisabel Basso, com 14 anos de idade, relatou que sempre viveu a agroecologia junto a sua mãe, Maria Leci Basso. As duas aprenderam as práticas agroecológicas em espaços de formação do MMC. Sobre a agroecologia e sua importância na vida das camponesas, Justina Cima manifestou que, nos debates realizados, constroem-se “novas formulações que nascem da vida e são fundamentadas pelas experiências feministas e camponesas que seguem em construção no MMC e que encontram, na agroecologia, uma sustentação para a luta”⁴⁹. Ainda no que concerne à produção agroecológica das camponesas do MMC, a Assembleia promoveu uma “Mostra de Produção Camponesa”, que visibilizou o trabalho das participantes, as quais trouxeram artesanatos, sementes crioulas, plantas medicinais, chimias, compotas caseiras, entre outros produtos de seus quintais produtivos.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Movimento de Mulheres Camponesas. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina realiza XIII Assembleia Estadual. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/387> Acesso em 08/12/2017.

⁴⁹ Idem

Na notícia intitulada “Agricultura: agroecologia é o caminho”⁵⁰, disponível no portal eletrônico do MMC, fica claro que a agroecologia é um projeto contra-hegemônico transformador e uma pauta para a construção da soberania alimentar. No centro dos problemas atuais relativos à soberania alimentar, encontram-se o agronegócio e seus métodos de produção dependentes de agrotóxicos, fertilizantes e transgênicos. Propõe-se, assim, o fim do sistema agroindustrial que existe hoje, e o desenvolvimento de um novo paradigma focado na preservação dos conhecimentos populares e da biodiversidade. A agroecologia como um novo paradigma é exposta na fala de Vandana Shiva, na Rio +20:

Não devemos pensar o problema a partir do ponto de vista do dominador. Somos levados a acreditar que se não houver um transgênico, se não houver um organismo sintético, não há ciência. Somos obrigados então a mostrar outras ciências, que são mais ricas, sofisticadas e menos cruéis e violentas. Se a agroecologia como paradigma emerge hoje é porque o mundo está mudando para a compreensão de sistemas mais sustentáveis e holísticos. A outra ciência é um dinossauro do conhecimento. Precisamos seguir olhando para ele e dizendo que é grande. Precisamos também reconhecer que está caminhando em direção à sua extinção. E precisamos fazer crescer a nova espécie que vai sobreviver nesta grande fase de mudança de paradigma. (SHIVA, 2012).⁵¹

Na mesma notícia, destaca-se que a soberania alimentar tem como elementos a reforma agrária e outras soluções ligadas à reivindicação por políticas públicas para a agricultura camponesa. Entre essas soluções estão a produção agroecológica, sem fertilizantes e agrotóxicos. Ressalta-se que o modelo do agronegócio no campo só é possível em razão de subsídios e incentivos do governo, motivo pelo qual a resistência a esse modelo e a pressão colocada pelos movimentos sociais são tão importantes. Em item denominado “Mulheres ativas na construção da soberania alimentar”, a reportagem indica o trabalho das integrantes do movimento como essencial à vida no campo, e um esforço extremamente importante para a construção de uma alternativa ao modelo patriarcal, capitalista e racista que se impõe às camponesas.

Na mesma notícia, algumas mulheres retratam experiências que compõem a luta pela soberania alimentar, como a procura das mulheres indígenas do Equador pelo reconhecimento de seus saberes tradicionais; a luta das camponesas contra o avanço dos transgênicos, já que as mesmas sofrem com doenças que resultam do uso de agrotóxicos; e a resistência de mais de

⁵⁰ Movimento de Mulheres Camponesas. Agricultura: agroecologia é o caminho. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/41> Acesso em 08/12/2017.

⁵¹ Idem

150 famílias contra um projeto de inundação da chapada de Apodi, área em que há mais de 60 anos foi desenvolvida uma agricultura familiar baseada na agroecologia, na soberania alimentar e na convivência com o semi-árido.⁵² A agroecologia, portanto, está diretamente ligada ao projeto de soberania alimentar, já que o modelo agroecológico é ideal para que um povo seja capaz de produzir seu próprio alimento, por meio de um processo que respeite sua cultura e saberes.

As sementes crioulas, da mesma maneira, estão ligadas à soberania alimentar e à agroecologia, já que são elementos que compõem as práticas agroecológicas. É o que fica demonstrado na notícia “Camponesas para a soberania alimentar”⁵³, do portal eletrônico do MMC. Em entrevista realizada para o programa Planeta Lilás, organizado por militantes feministas na Rádio Cúpula dos Povos, entrevistadas do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia esclareceram sobre o papel das mulheres na agricultura camponesa. Vanessa Schottz, assim, elucida que as mulheres estão presentes na agricultura, na produção de alimentos e no resgate e conservação das sementes, de modo que se tornam protagonistas na bandeira de luta da soberania alimentar e da agroecologia.

Elizabeth Cardoso, da região da Zona da Mata em Minas gerais, questionada sobre o papel das mulheres no local, respondeu que existe uma crença de que a produção de café é o que sustenta a região. Ela esclarece, contudo, que as mulheres se descobriram produtoras de alimentos, de modo que coordenavam a produção dos quintais a partir do cuidado com as plantas, as hortas e os animais. Com o trabalho agroecológico realizado por essas mulheres, estas descobriram que a renda gerada por sua produção para o autoconsumo era equivalente à renda fornecida pelo trabalho com o café. Como seu trabalho não constava em índices econômicos ou no PIB, ocorria uma invisibilização. É somente a partir dos trabalhos dessas camponesas que a agricultura familiar se sustenta no Brasil.

Vanessa, em resposta a um questionamento sobre a “mercantilização da vida”, esclarece que a produção para o autoconsumo é essencial à luta pela soberania alimentar, já que desafia diretamente o sistema vigente. A produção de alimentos para consumo próprio é apartada do mercado, motivo pelo qual este busca destruí-la de diversas maneiras. Uma delas consiste na ocupação de territórios com a monocultura, de modo que com a destruição da diversidade as

⁵² Idem

⁵³ Movimento de Mulheres Camponesas. Camponesas para a soberania alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/36> Acesso em 08/12/2017.

famílias se tornam dependentes de produtos disponíveis no mercado. A publicidade, além disso, é um estímulo ao consumo de produtos industrializados. O trabalho das mulheres, que está diretamente relacionado à prática do autoconsumo, é fundamental à resistência contra o agronegócio e a monocultura voltada à exportação.

A militante deixa claro, ainda, que nem todas as mulheres trabalham somente para o autoconsumo. Muitas delas comercializam sua produção em feiras, e para o mercado institucional de alimentos a partir do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Enfrentam, contudo, diversas dificuldades, que ocorrem porque a estruturação das políticas públicas não contempla o trabalho e as necessidades das mulheres. Ela exemplifica que, para que as agricultoras acessem as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, é necessário o acesso ao “Documento de Acesso e de Aptidão ao Pronaf”, a DAP. Esse documento possui uma série de problemas, especialmente por ter um caráter “familiar”, de maneira que o protagonismo é sempre do homem. Se, em uma família, o homem é agente comunitário de saúde, e a mulher agricultora, a profissão desta não é reconhecida. Muitas mulheres que produzem, por isso, não conseguem acessar o documento. Em algumas ocasiões, os homens apresentam o documento e recebem o dinheiro para a esposa, o que também apaga a visibilidade do trabalho das camponesas e impede que elas sejam autônomas e recebam sua própria renda.

As pautas da agroecologia, das sementes crioulas e da soberania alimentar, portanto, são reivindicações que caracterizam e tornam o Feminismo Camponês Popular uma vertente feminista autônoma proposta pelo MMC. São reivindicações diretamente relacionadas, motivo pelos quais sempre aparecem juntas nas lutas do MMC, a exemplo do que consta na notícia “Mulheres Camponesas participam de Oficina para debater sobre Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar”⁵⁴, que trata de encontro que ocorreu em Goiás e que apontou a agroecologia e a conservação das sementes crioulas como elementos essenciais à viabilidade da soberania alimentar. A soberania alimentar como uma pauta do MMC também pode ser encontrada na reportagem “Jornada Unitária de Lutas por Soberania Alimentar”⁵⁵. A

⁵⁴ Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres Camponesas participam de Oficina para debater sobre Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/33> Acesso em 08/12/2017.

⁵⁵ Movimento de Mulheres Camponesas. Jornada Unitária de Lutas por Soberania Alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/143> Acesso em 08/12/2017.

notícia mostra a ocupação, por três mil camponeses e camponesas, da Secretaria da Fazenda, em Goiânia (GO), com a reivindicação por soberania alimentar.

As pautas por soberania alimentar, agroecologia e conservação e preservação das sementes crioulas só são passíveis de realização por meio da reforma agrária. Enquanto muitas mulheres não tiverem acesso ao território, a luta pela agroecologia e pela soberania alimentar não será sequer possível. Por essa razão, a reforma agrária é um objetivo sempre presente nas reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas. Em notícia do portal eletrônico do movimento⁵⁶, é relatado que mais de cinco mil camponesas e camponeses ocuparam estradas e prédios públicos em Goiás. As mobilizações ocorreram por meio do Levante Unitário de Lutas do Campo, que tinha como pedidos, entre outros, a permanência das famílias no campo, renda, qualidade de vida, produção de alimentos saudáveis e reforma agrária.

Foram ocupadas, assim, as BRs 060, em Jataí (GO), e 070, em Aragarças (GO). Além disso, a GO 164, entre Mozarlândia e Nova Crixás, foi fechada por mais de 300 pessoas, em um espaço de mais de 5 km de congestionamento. Em Goiânia, camponesas e camponeses ocuparam os prédios da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e da Superintendência Federal da Agricultura. A reforma agrária, assim, está inserida no Feminismo Camponês Popular proposto pelo movimento, porque constitui a base para que as mulheres camponesas possam lutar por pautas que possibilitem sua autonomia. É a partir das pautas e lutas decorrentes desse Feminismo elaborado pelo MMC, que surge o conflito formador da identidade das camponesas. É o que podemos observar em julgados referentes ao movimento na região de Goiás.

APELAÇÃO CÍVEL. INTERDITO PROIBITÓRIO. TURBAÇÃO OU ESBULHO IMINENTES. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. EXTINÇÃO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O Interdito Proibitório tem por finalidade repelir algum tipo de ameaça à posse exercida pela parte, sendo, portanto, cabível nas situações em que comprovado "justo receio" de ameaça de turbação ou esbulho - CPC, art. 567. 2. Meras alegações genéricas não dão ensejo à procedência do pleito possessório. 3. Mantém-se a sentença que julgou extinta sem apreciação do mérito, a pretensão inicial ante a ausência de quaisquer elementos de convicção aptos a demonstrar a existência de justo receio de turbação ou de esbulho da posse exercida pelo autor, a merecer a tutela preventiva. 4. Recurso desprovido.

⁵⁶ Movimento de Mulheres Camponesas. Em Goiás, mais de cinco mil camponeses ocupam estradas e prédios públicos. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/142> Acesso em 08/12/2017.

(TJ-DF 20160510039043 DF 0003850-22.2016.8.07.0005, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 25/10/2017, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/11/2017 . Pág.: 514/516).

O julgado acima é exemplo de conflito entre a empresa DuPont Pioneer e diversos movimentos sociais, entre eles o MMC. No julgado, recurso impetrado pela empresa, esta alega a necessidade de um Interdito Proibitório para que os réus se abstivessem de qualquer ato que implicasse em turbação ou esbulho de sua posse, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e perdas e danos. A empresa, no recurso, alegou que seu interesse de agir se sustentava na demonstração da existência do justo receio de invasão por meio de fatos concretos documentados e fotografados. A demonstração, de acordo com a Pioneer, se deu no fato de que possuía matriz em Santa Cruz do Sul-RS e filiais em Passo Fundo-RS, Toledo-PR, Guarapuava-PR, Catalão-GO, Porto Nacional-TO, Santa Rosa-RS, Formosa-GO, Itumbiara-GO e Brasília/Planaltina-DF e, em 02/10/2015, a unidade de Catalão foi “invasada” pelos membros dos grupos réus, razão pela qual possuiria justo receio de novas “invasões”.

O artigo 567 do Código de Processo Civil preceitua que aquele que tem a posse e sofre receio de que essa seja molestada “poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito”. O Interdito Proibitório tem por finalidade, assim, repelir ameaça à posse exercida pela parte, de modo que é cabível nas situações em que resta comprovado o “justo receio” de ameaça de turbação ou esbulho. Não foi o que ocorreu no caso em questão, já que a recorrente tentou justificar seu justo receio de “invasão” somente em ocupações prévias realizadas em sua filial em Catalão (GO), motivo pelo qual o recurso foi julgado improcedente.

O conflito prévio entre os movimentos camponeses e a empresa DuPont Pioneer é descrito no portal eletrônico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵⁷. A reportagem relata a ocupação em Catalão, mencionada pela empresa no Agravo de Instrumento acima. No dia 02 de outubro de 2015, cerca de 1500 camponeses ocuparam a empresa de híbridos e cultivares, em protesto contra a venda de sementes geneticamente modificadas para a agricultura. Participaram da ocupação o MST, Movimento Camponês Popular (MCP), **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)**, Movimento dos Atingidos por Barragens

⁵⁷ PACHECO, Iris. Camponeses ocupam a empresa de transgênicos DuPont, em Goiás. In **Portal do MST**. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/10/02/camponeses-ocupam-a-empresa-de-transgenicos-dupont-em-goias.html> Acesso em 05/12/2017.

(MAB), Levante Popular da Juventude, MOTU e Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM). A ocupação teve como fundamento as consequências desastrosas dos agrotóxicos e das sementes transgênicas à diversidade e soberania alimentar da agricultura camponesa.

A tentativa da transnacional, com o Interdito Proibitório, foi a de deslegitimar os movimentos sociais e suas pautas e a de transformar suas reivindicações, estratégias válidas e organizadas, em meras “invasões”. Na reportagem, destaca-se que as sementes transgênicas comercializadas pela DuPont Pioneer, embora tratadas pela empresa como mais vantajosas e produtivas, possuem diversas consequências negativas. Estas consistem em impactos à saúde humana e na dependência dos camponeses e camponesas em relação aos controladores do mercado de sementes. As sementes patenteadas pelas companhias originam plantas estéreis, de maneira que é necessário adquirir novas sementes a cada safra. Necessitam, além disso, de agrotóxicos específicos, produzidos pelas grandes empresas de sementes. As camponesas e os camponeses, desse modo, ficam sujeitos às tecnologias desenvolvidas por essas instituições.

Em contraposição às sementes transgênicas desenvolvidas pela DuPont Pioneer, a notícia coloca em evidência as sementes crioulas, selecionadas por várias gerações de famílias camponesas. As sementes crioulas possibilitam que essas famílias possam reproduzi-las e armazená-las, o que lhes confere autonomia durante os ciclos de semeadura e colheita. É divulgada, no texto, a II Feira e Festa das Sementes, Mudanças e Raças Crioulas, em Catalão (GO), que teve como objetivo demonstrar a produtividade e viabilidade das sementes crioulas e da produção agroecológica. Ocorreram, na feira, debates relativos à agricultura camponesa e a um novo projeto para o campo no Brasil. A finalidade, além disso, consistiu em promover a superação de um modelo rural pautado no agronegócio e no monocultivo, que submete a população rural ao empobrecimento e a condições precárias.

Em julgado posterior, de 14/11/2017, também um Interdito Proibitório pleiteado pela DuPont Pioneer contrariamente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Camponês Popular (MCP), **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)**, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude, Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) e Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), o caso foi julgado de maneira diferente. Em prejuízo aos movimentos sociais, o Interdito Proibitório foi julgado procedente. O caso era o mesmo apresentado anteriormente, já que como a filial de Catalão (GO) da empresa havia sido ocupada em uma manifestação contra a transgenia e o desmatamento, isso seria um indicativo de que as outras filiais também seriam.

Nesse caso, a justiça considerou que a ocupação da filial configurava demonstrativo de justo receio para a concessão da medida:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSE (BENS IMÓVEIS). AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. REQUISITOS DO ART. 932 DO CPC. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. - A concessão de liminar de interdito proibitório exige a comprovação da justa posse sobre o bem e do receio de injusta moléstia na posse, a teor do disposto no art. 932 do CPC, circunstâncias demonstradas no caso concreto. - A citação por edital é possível quando o réu encontra-se em lugar "ignorado, incerto ou inacessível", nos termos do art. 231, II, do CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70068460302, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 08/03/2016).

(TJ-RS - AI: 70068460302 RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Data de Julgamento: 08/03/2016, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/03/2016).

É possível constatar, portanto, as dificuldades enfrentadas pelo MMC em sua luta, e na formação de sua identidade a partir da afirmação de suas pautas. A aceitação do Judiciário em relação ao Interdito Proibitório, e conseqüentemente à retirada dos espaços de luta do MMC e de outros movimentos rurais, é um claro exemplo disso. A identidade das mulheres camponesas que atuam no movimento social, contudo, constrói-se a partir desses embates. Da mesma maneira que os cercamentos geraram conflitos que fizeram com que os povos ingleses desenvolvessem estratégias, bem como a partir da desigualdade na distribuição de terras os camponeses do MST se organizaram conforme o ativismo público, é por meio da falta de autonomia que as mulheres camponesas definem suas estratégias contra o patriarcado e as grandes empresas agroindustriais. Seus objetivos aqui esclarecidos, que foram desenvolvidos após anos de lutas no movimento, foram elementos de fortalecimento dessa identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a definição das especificidades da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foram realizadas três etapas. O primeiro capítulo consistiu em uma análise do movimento em todos os seus âmbitos. Primeiro, foi descrito o contexto histórico no qual se originou o MMC. O momento envolvia tanto um processo de industrialização no campo, o que afetava diretamente as camponesas, quanto um crescimento das organizações feministas nas cidades e no meio rural. Ocorreu, assim, a substituição de um complexo latifúndio/minifúndio por um complexo agroindustrial, bem como a mudança da relevância da terra-matéria, que se transferiu à terra-capital. O que ocorre, com a criação do complexo agroindustrial, é a subordinação do setor agrícola à indústria.

O processo é denominado “modernização conservadora”, porque gerou efeitos desastrosos. Como exemplos de consequências podemos citar o êxodo rural, a concentração fundiária, a desigualdade de renda, o aumento da exploração da força de trabalho em atividades agrícolas, o crescimento da taxa de exploração nas pequenas propriedades e a piora da qualidade de vida dos trabalhadores do campo. É nesse contexto que, na década de 80, surge o Movimento de Mulheres Camponesas, contrariamente à subordinação dos territórios e do sexo feminino ao capital industrial e financeiro. A escolha das mulheres do movimento em se autodenominar “camponesas” denota a resistência de um movimento contra-hegemônico, que vai de encontro à ordem rural imposta e que busca adquirir as características do campesinato tradicional de maneira a permanecer e resistir em seus territórios. O termo é resgatado com o objetivo de relembrar as ligas camponesas em seu enfrentamento ao sistema hegemônico no meio rural.

O movimento, ainda, surge em um período de desenvolvimento do feminismo. Isso ocorre por meio de acordos internacionais, que visibilizaram as questões das mulheres e deram relevância às suas pautas. No campo, isso se deu a partir da inserção das reivindicações das mulheres nos sindicatos, bem como em sua luta para participar desses espaços. Além disso, foram criados movimentos como o MMTRs no nordeste e no sul, a FETAG-RS, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o MMA-SC e a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. O MMC surgiu com o intuito de unificar os diversos movimentos de mulheres camponesas que se manifestavam no Brasil à época. Após considerar as origens do movimento e sua consolidação no país, em um segundo momento foi definida a

identidade das mulheres que o integram e sua atuação feminista, o que foi realizado a partir dos referenciais teóricos do feminismo interseccional e do Ecofeminismo.

Concluiu-se que o Ecofeminismo, em sua associação da mulher à natureza e à ecologia, não reduz a mulher a um papel secundário, mas lhe fornece meios de ascensão e autonomia. As vantagens de um distanciamento em relação à natureza representam um discurso do sistema capitalista, que é extremamente destrutivo para a vida e os ecossistemas. A simbiose entre as mulheres e a vida natural, em suas práticas de jardineiras, curandeiras, selecionadoras de sementes e agricultoras, faz com que as mulheres adquiram um conhecimento tradicional profundamente benéfico. Além disso, embora a relação entre as mulheres e a natureza exista, não é possível tratá-la de maneira essencialista, de modo que só é possível pensá-la como uma construção histórica e cultural, decorrente da divisão do trabalho entre o homem e a mulher.

Mesmo diante da perversidade de tal divisão, considera-se que ela foi formadora de um conhecimento essencial às mulheres no campo. Esses saberes consistem em um instrumento para a libertação feminina em relação à dominação patriarcal, e para sua emancipação dos processos destrutivos de modernização da agricultura e de formação da terra-capital que ocorrem no campo desde as décadas de 60 e 70. O Feminismo Camponês Popular, proposto pelo MMC, encontra-se diretamente relacionado ao Ecofeminismo. Suas pautas, desse modo, identificam-se no que se refere à autonomia das camponesas, ao acúmulo de conhecimento relativo a um projeto de agricultura camponesa que resiste ao agronegócio e às grandes empresas no campo, à solidariedade entre as mulheres do movimento e à participação nas lutas populares que enfrentam o capital e o patriarcado.

Compreender o feminismo e a atuação do MMC só é possível a partir da análise da identidade das mulheres que dele fazem parte. As propostas do movimento estão distantes de um feminismo burguês, que segue a lógica do capital e que abarca somente as mulheres brancas e inseridas na classe hegemônica. Para isso, considerou-se o feminismo interseccional para a rejeição da categoria universal “mulher”. Existem mulheres que vivem processos particulares de sofrimento, discriminação e opressão. A perspectiva interseccional, portanto, é essencial para que o feminismo não se afaste da realidade das mulheres camponesas. Estas fazem parte de um processo histórico formador de sua identidade, repleta de especificidades.

A teoria interseccional destaca a existência de vários eixos de subordinação, de modo que diferentes sistemas discriminatórios podem atingir determinados grupos. Os sistemas

múltiplos de subordinação, associados em torno de gênero, raça, classe, etnia, entre outros, definem identidades específicas, atingidas por opressões causadoras de sofrimento, vulnerabilidade e desempoderamento. Essa variedade de subordinações atinge as mulheres camponesas e foi comprovada por meio de fatores como o cuidado com os filhos, que lhes é imposto e as impede, muitas vezes, de participar dos espaços de luta. Além disso, as camponesas sofrem com a dependência econômica, a violência doméstica, a distância dos centros de apoio à mulher, de postos de saúde e de escolas. Sua proposta por um novo modelo de desenvolvimento no campo desafia o paradigma vigente, o que constrói sua identidade de resistência no campo e as torna alvo de uma exclusão por parte daqueles que comandam os processos de apropriação da terra pelo capital.

O trabalho das mulheres no meio rural é invisibilizado tanto pelas próprias pessoas que vivem no campo, em decorrência de sua condição de mulher, quanto pela sociedade como um todo, já que sua produção faz parte de um modelo alternativo de desenvolvimento rural. Além do mais, a mística que existe entre as mulheres do campo é um fator que pode tornar suas propostas invisíveis ou repletas de irracionalidade para os que buscam uma teoria feminista universal. Por fim, demonstrou-se que o movimento está repleto de mulheres negras e mulheres pobres, o que atesta uma vulnerabilidade maior ainda em relação à múltipla discriminação dirigida às suas integrantes. Em seguida, para um estudo mais aprofundado do movimento, o novo modelo de desenvolvimento rural proposto pelo MMC foi apresentado a partir de três pautas: a agroecologia, o cultivo das sementes crioulas e a defesa da soberania alimentar.

As pautas escolhidas demonstraram as particularidades do MMC em sua atuação, já que o movimento concilia a libertação e autonomia das camponesas a uma produção ecológica de alimentos. A agroecologia, primeira escolha que foi analisada, é uma prática contra-hegemônica que envolve não só uma questão técnica, mas componentes humanos e culturais, em respeito aos conhecimentos tradicionais daqueles que a praticam. Seu objetivo é o de construir um modelo de desenvolvimento de proteção ao meio ambiente e ao próprio ser humano. Sua prática está aliada à variabilidade de plantas e à biodiversidade, bem como ao combate à monocultura e ao fim da utilização de agrotóxicos e fertilizantes. A agroecologia tem como atores principais as camponesas e os camponeses. Sua execução está diretamente relacionada à reforma agrária, já que a estrutura agrária dos latifúndios, das monoculturas e do agronegócio é oposta à concretização das práticas agroecológicas.

A perpetuação das sementes crioulas, por outro lado, é um projeto que se insere na pauta agroecológica. São sementes melhoradas e adaptadas por agricultores e agricultoras por meio de conhecimentos implementados milenarmente pelos povos tradicionais do campo. São espécies de maior variabilidade e capacidade de adaptação ao meio ambiente, contrariamente aos cultivares híbridos e transgênicos, que dominam o mercado atual e que são desenvolvidos a partir de condições homogêneas e sistemas convencionais. As práticas agroecológicas e de preservação das sementes crioulas são lutas que fazem parte do projeto de produção de alimentos saudáveis reivindicado pelo Movimento de Mulheres Camponesas. A pauta, por isso, é fundamental para que seja consolidada a soberania alimentar.

A soberania alimentar é um projeto que se relaciona com as reivindicações do MMC, já que envolve eliminar a fome gerada pela política de *commodities*, produzir alimentos de qualidade, proteger o meio ambiente, respeitar a natureza, acabar com a exploração do trabalho rural e desvincular os interesses do país dos objetivos de grandes transnacionais. Conclui-se, desse modo, uma evidente preocupação do movimento com a soberania alimentar, já que suas pautas se coadunam com as perspectivas do projeto. No segundo capítulo, para compreender melhor as especificidades na atuação do Movimento de Mulheres Camponesas, foram utilizados três referenciais teóricos para interpretar suas estratégias.

O primeiro consistiu na Economia Moral dos Conflitos, teoria que foi exposta à luz das ações do MMC, o que comprovou que o movimento não age de forma desorganizada e irracional, mas a partir de estratégias pensadas conforme a organização da sociedade. Foram relatadas diversas ações contrárias à consolidação da propriedade absoluta na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, as quais não representavam aglomerações irracionais, mas estratégias sociais dos pequenos proprietários. Atestou-se, assim, que a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas não é impulsionada por uma força irracional, com o objetivo único de violar a ordem estabelecida na sociedade. Suas reivindicações se inserem em um contexto social, cultural e econômico que molda seus objetivos e protestos. O MMC, portanto, é um movimento disciplinadamente organizado e de estratégias claramente pensadas conforme a organização da sociedade e do direito. As ações e planos do movimento estão embasados em seu histórico de luta e em seu presente de opressão e busca por melhores condições para as mulheres camponesas.

Em um segundo momento, a partir da Teoria do Reconhecimento, foi possível identificar na atuação do MMC determinados padrões de reconhecimento: a estima social e o

reconhecimento jurídico. A valorização das práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas camponesas são exemplos de sua busca pela estima social. A proteção às sementes crioulas, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento rural, a agroecologia e a agricultura familiar são reivindicações que exemplificam o objetivo intrínseco do movimento em obter uma estima social. Somente a partir da valorização das particularidades e capacidades pertencentes às mulheres camponesas é possível que elas obtenham uma completa autoestima. Esses atributos fazem parte de tradições e conhecimentos milenares desenvolvidos por essas mulheres. Sua busca pelo reconhecimento na ordem jurídica, por outro lado, pode ser visualizada em sua reivindicação por direitos trabalhistas, em sua luta por políticas públicas e na militância contra a Reforma da Previdência. Essas pretensões têm como objetivo tornar as camponesas dignas da obtenção de um completo autorrespeito.

Por último, foi exposta a maneira pela qual as lutas por reconhecimento ocorrem de forma a dialogar com o Estado, como uma estratégia do MMC. As capacidades do MST em unir pressões sociais com negociações estatais são traduzidas em um ativismo público. Suas atividades não se fundavam apenas em suas sólidas crenças, mas em estratégias inovadoras, táticas e ações contenciosas contextualizadas pelas oportunidades políticas existentes. Concluiu-se, desse modo, que esse engajamento particular em conflitos sociais, o ativismo público, pode ser aplicado à atuação do MMC. Isso pode ser comprovado por meio da luta do movimento por direitos previdenciários, por acesso a políticas públicas, pelo combate à violência, pela efetivação de direitos já protegidos por lei, como a Lei Maria da Penha, pela documentação pessoal e profissional e pelo direito à saúde.

O próprio Feminismo Camponês Popular proposto pelo movimento tem como um de seus objetivos o reconhecimento institucional das camponesas como sujeitos da política agrária em face do Estado, o que demonstra sua relação dialógica com o mesmo. Como também foi exposto, a agroecologia e o uso das sementes crioulas são instrumentos para a consolidação da soberania alimentar. Possibilitar seu desenvolvimento envolve uma luta por políticas públicas, enfatizada diversas vezes pelo MMC. As estratégias de ação do Movimento de Mulheres Camponesas, desse modo, demonstram que o movimento, da mesma maneira que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu e se desenvolveu de maneira a dialogar com as estruturas estatais.

Ao final do capítulo dois, compreende-se que o Movimento de Mulheres Camponesas pode ser lido, separadamente, a partir das três perspectivas teóricas desenvolvidas, que se

complementam. Entende-se, contudo, que os três referenciais utilizados no segundo capítulo possuem um principal ponto em comum, essencial à análise do movimento social em questão. A intersecção entre a Economia Moral dos Conflitos, a Teoria do Reconhecimento e o Ativismo Público se dá no conflito. A partir dos três autores, conclui-se que a identidade se constrói a partir dos embates, das lutas travadas na atuação do movimento. A identidade das mulheres camponesas só pode ser constatada a partir desses conflitos.

Esses conflitos se destacam no terceiro capítulo, em que as especificidades da atuação do MMC foram evidenciadas no estado de Goiás. Primeiro, por isso, foi realizado um panorama da atuação das mulheres camponesas no estado, a partir de jornais da FETAEG e de veículos regionais de notícias. Conforme esse cenário, foi possível enxergar lutas pela produção de alimentos orgânicos, por políticas públicas, linhas de crédito, qualidade de vida, renda autônoma, alimentação saudável, empreendedorismo, autonomia socioeconômica, reforma agrária, segurança alimentar, saúde e combate à fome, à violência, à pobreza e à Reforma da Previdência. Concluiu-se que, dentro desse contexto e em defesa dessas propostas, o MMC começou a se organizar em Goiás a partir de 2009, conforme reportagem do Diário do Norte online, em 02 de maio de 2009.

Em um segundo momento, foi demonstrada a identidade formada pelo conflito, para que a análise das especificidades da atuação do MMC pudesse se concretizar. Isso porque, para definir a atuação do movimento, é essencial que a identidade de seus integrantes seja estabelecida. Para isso, então, o feminismo interseccional foi desenvolvido e aplicado à realidade camponesa da região. Foi demonstrado como as múltiplas subordinações sofridas pelas camponesas do MMC em Goiás são causadoras de conflitos formadores da identidade dessas mulheres. As condições de conflito existentes no estado foram visualizadas por meio de encontros do MMC, nos quais as camponesas destacam como determinadas políticas estatais afetam de maneira mais grave as mulheres rurais.

Situações como a falta de acesso ao crédito pelas camponesas, a precarização de sua saúde, a falta de educação e transporte, a ineficácia da reforma agrária e a contaminação das trabalhadoras por agrotóxicos são fatores que demonstram sua vulnerabilidade. A violência conferida às mulheres camponesas, em decorrência das distâncias e do isolamento em que vivem, é outro fator de opressão específica sofrida por elas. Além disso, ficou demonstrado como as mulheres indígenas estão inseridas no movimento em Goiás, de modo que são impactadas com ainda mais exclusões. No âmbito do trabalho, as mulheres camponesas também

sofrem múltiplas discriminações, o que fica evidente em assentamentos nos quais as assentadas têm dificuldades em reconhecer a importância de seu papel político e se posicionar de maneira a resistir no campo. Um dos exemplos retratou uma assentada que, por submissão a uma família patriarcal, possui dificuldades em reconhecer sua importância como trabalhadora rural.

Para a desconstrução da categoria “mulher” como universal, as mulheres camponesas em Goiás, na tentativa de possibilitar a realização de suas reivindicações, formaram espaços de luta e de exposição de seus conhecimentos. Esses espaços de conflito, formados a partir da consciência de que a mulher camponesa possui uma identidade que lhe é particular, colocam em evidência seus saberes e destacam sua oposição a diversos entendimentos hegemônicos no campo. São locais de construção da identidade das mulheres do MMC no estado. Por último, para caracterizar ainda mais as singularidades da atuação do movimento e identificar como essa atuação é originária de conflitos, as pautas da agroecologia, das sementes crioulas e da soberania alimentar foram analisadas no âmbito de Goiás. Isso porque essas reivindicações são matérias do Feminismo Camponês Popular, vertente feminista defendida pelo movimento que reúne a proposta de produzir alimentos saudáveis ao combate ao patriarcado.

O que se verificou, em Goiás, foi que o Feminismo Camponês Popular já se manifestou em diversos encontros do MMC, momentos em que as perspectivas do movimento no estado são colocadas em destaque e seus objetivos são desenvolvidos a partir das discussões das mulheres que colaboram com os debates. As experiências das mulheres que constituem o movimento e que participam dos encontros são essenciais à construção gradativa de um modelo feminista que abarque sua realidade de maneira integral. Por meio dos relatos que envolvem essas experiências do movimento no estado e em todo o país, concluiu-se que a agroecologia está vinculada ao projeto de soberania alimentar, já que a produção agroecológica é ideal para que as camponesas sejam capazes de produzir seu próprio alimento, o que ocorrerá a partir de um processo que respeite sua cultura e tradição. As sementes crioulas, da mesma maneira, estão ligadas à soberania alimentar e à agroecologia, já que são elementos que se inserem nas práticas agroecológicas.

Por meio de reivindicações do MMC em Goiás, como ocupações em rodovias e prédios públicos, verificou-se a importância da reforma agrária para os projetos do movimento. As pautas por soberania alimentar, agroecologia e seleção das sementes crioulas só são passíveis de realização por meio da reforma agrária. Enquanto muitas mulheres não tiverem acesso ao território, a luta pela agroecologia e pela soberania alimentar não será possível. Por essa razão,

a reforma agrária é um objetivo sempre presente nas reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas, porque constitui a base para que as mulheres camponesas possam lutar por pautas que possibilitem sua autonomia, libertação e desenvolvimento no meio rural.

Por último, as lutas e objetivos provenientes do Feminismo Camponês Popular, e que geram um conflito formador da identidade das camponesas, foram demonstradas por meio de julgados em tribunais. Os casos consistiram em embates entre o MMC e grandes companhias na região de Goiás. As ocupações na DuPont Pioneer ocorreram com o intuito de protestar contrariamente às sementes transgênicas colocadas no mercado pela empresa. Embora tratadas pela transnacional como mais vantajosas e produtivas, possuem diversas consequências negativas, como impactos à saúde humana e a dependência dos camponeses e camponesas em relação às empresas que as comercializam. Suas sementes geradoras de plantas estéreis e a necessidade de agrotóxicos específicos produzidos pelas mesmas corporações são fatores que demonstram como a autonomia das camponesas é afetada pelo mercado hegemônico de cultivares.

As sementes crioulas, por outro lado, selecionadas por várias gerações de famílias camponesas, possibilitam que essas famílias possam reproduzi-las e armazená-las, o que lhes confere autonomia durante os ciclos de semeadura e colheita. São, por isso, defendidas pelo MMC em suas ocupações. Os dois julgados são relativos ao MMC e à DuPont Pioneer, o que demonstra como o Feminismo Camponês Popular, em suas pautas, origina conflitos. Os enfrentamentos causados pelo movimento nem sempre são bem sucedidos, o que ficou demonstrado por um dos julgados, em que a decisão foi procedente em relação ao Interdito Proibitório requerido pela DuPont contra o MMC. São perceptíveis, desse modo, as dificuldades enfrentadas pelo MMC em sua luta e na formação de sua identidade a partir da afirmação de suas pautas.

Quais são, portanto, as especificidades da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas? O movimento é uma organização plural, que reúne mulheres de comunidades tradicionais, indígenas, mulheres negras, ribeirinhas, entre outras. Essa pluralidade intensifica os conflitos vividos em seu âmbito, já que aumenta as discriminações múltiplas sofridas pelas mulheres que dele fazem parte. Além disso, foi demonstrado que ser camponesa é gerador de um preconceito interseccional, por fatores que já foram aqui mencionados. Ser alvo de discriminações que vêm de diversos eixos é causador de conflitos, os quais formaram e ainda constroem a identidade das camponesas que fazem parte do MMC. Essa identidade se manifesta

na forma com a qual o movimento age em suas lutas, de modo que sua atuação é permeada por estratégias específicas, pautadas por padrões de reconhecimento e por um diálogo com as estruturas estatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Ângela. Sozinhas – A história de mulheres que sofrem violência no campo. Vídeo Reportagem. 07'40". **Diário Catarinense**: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8> Acesso em: 28/01/2018.

BONI, Valdete. O Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina e Sua Identidade (Eco)Feminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares> Acesso em: 01/11/2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Edições Selo Negro, 2011.

CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: _____. (Org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina; CINELLI, Catiane. A Construção do Feminismo e da Identidade Camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/site/anaisfg9> Acesso em 01/10/2015.

CONTE, Isaura Isabel. O Feminismo Camponês. **Le Monde Brasil Diplomatique**, 2007. Disponível em <http://diplomatique.org.br/o-feminismo-campones/> Acesso em: 09/12/2017.

CORREA, C., WEID, J.M. Variedades Crioulas na Lei de Sementes: avanços e impasses. In: **Agriculturas – experiências em agroecologia**. No 1, vol. 3, abril de 2006.

COSTA, Carmém Lúcia; SANTOS, Heliany Pereira dos; PAULA, Marise Vicente de. **Gênero, Educação e Trabalho**. Goiânia: UFG/CIAR; FUNAPE, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: **Estudos Feministas**. Ano 10, 1º Semestre, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Revista nº 18, abril, 2002.

DOCUMENTO BASES PARA O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. II Conferência Estadual de Política Para as Mulheres de Goiás. Governo de Goiás, Conselho Estadual da Mulher. Goiânia, 09/2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania Alimentar como Território. In: SCHWENDLER, S.F. & TÁRREGA, M.C.V.B. **Conflitos Agrários**. Seus sujeitos seus direitos. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. **Discours sur les Femmes Battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul**. Paris: Université Paris V, Sciences Humaines-Sorbonne, 1988.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16. Brasília, janeiro – abril de 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **Direito à Agroecologia**. A viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LINO, Janãine Daniela Pimentel. As Trabalhadoras da Italac Alimentos em Corumbáiba-GO: entre a emancipação e a precarização. In COSTA, C.L.; SANTOS, H.P. dos; PAULA, M.V.D. Orgs **Gênero, Educação e Trabalho**. UFG, Goiânia: UFG/SIAR; FUNAPE, 2013.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: Martins, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo Editora Hucitec, 1997.

MENEGHEL, S. N; MUELLER, B. COLLAZIOL, M. M. de Quadros. Repercussões da Lei Maria da Penha no Enfrentamento da Violência de Gênero. In. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 18, número 3, Rio de Janeiro, Mar. de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300015&script=sci_arttext Acesso em 05/05/2015.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: **cadernos pagu** (42), janeiro – junho de 2014.

Movimento dos Pequenos Agricultores. Audiência Pública debate Reforma da Previdência em Goiás. Portal Movimento dos Pequenos Agricultores. Disponível em <http://mpabrasil.org.br/audiencia-publica-debate-reforma-da-previdencia-em-goias/> Acesso em 02/12/2017.

MULLER, Geraldo. Indústria e agricultura no Brasil: do latifúndio-minifúndio ao CAI. & Formulações gerais sobre o CAI. & A agricultura Brasileira no CAI. In: MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

NAVARRO, Mina; COMPOSTO, Claudia. Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. Bajo Tierra Ediciones. In: **Feminismo y alternativas no capitalistas para la reproducción de la vida**. Claves para repensar lo común. Entrevista a Silvia Federici, Lucia Linsalata y Mina Lorena Navarro. México. 2014. Disponível em: <https://territoriosendisputa.wordpress.com/2015/08/22/territorios-en-disputa-despojo-capitalista-luchas-en-defensa-de-los-bienes-comunes-en-pdf/> Acesso em: 08/09/2016

OLDIGES, Monica Maria Tourinho. As Representações Sociais das Mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas sobre as Desigualdades Sociais e s Diversidades Socioculturais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares> Acesso em 01/11/2015.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. In: [HTTP://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7a06.pdf). Acessado em 09/06/2016.

PIMENTEL, Carolina Andréa Campos. Vozes Silenciadas: narrativas de sofrimento das mulheres em situação de violência afetivo-conjugal na região metropolitana de Goiânia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. **Dissertação de Mestrado**, 2016.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Violência e Gênero – A Construção da Mulher como Vítima e seus Reflexos no Poder Judiciário: A Lei Maria da Penha como um caso exemplar. In. KLEVENHUSSEN, Renata Braga (org). **Direito Público e Evolução Social**. 1ª Série. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, v.1.

ROSA, Silvânia Maria. A Participação da Mulher no Contexto da Política Agrária no Assentamento de Santa Marta – Mundo Novo – GO. In: COSTA, Carmem Lúcia; SANTOS, Heliany Pereira dos; PAULA, Marise Vicente de (orgs). **Gênero, Educação e Trabalho**. Goiânia: UFG/CIAR, FUNAPE, 2013. p. 175-191.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**. Transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote. A Participação Feminina na Agricultura Agroecológica: um estudo de caso. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. Disponível em:
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares> acesso em 01/11/2015.

SOUZA, S.D. Teoria, Teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. **Revista Mandrágora**, São Bernardo do Campo, n.06, p.57-64, dez. 2000.

TÁBOAS, Ísis D. M. Z. Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. Brasília, 2014. **Dissertação de Mestrado** – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília.

THOMPSON, E.P. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs). **Identidade e Diferença** - A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 07-72.

Periódicos:

ANZILAGO, Julciane Inês. MMC quer se organizar em Goiás. **Jornal Diário do Norte**. 02 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/mmc-quer-se-organizar-em-goias-3585> Acesso em: 01/12/2017.

Jornal da FETAEG, edição 121, 12/2015-01/2016.

Jornal da FETAEG, ano VI, edição 49, 05-06/2007.

Jornal da FETAEG, ano VI, edição 46, 02/2007.

Jornal da FETAEG, ano 14, número 124, mês 04/2016.

Jornal da FETAEG, ano 14, número 125, mês 08/2016.

Jornal da FETAEG, ano XV, edição 128, 01/2017.

Jornal da FETAEG, ano XV, edição 129, 02/2017.

Jornal da FETAEG, ano XV, edição 130, 03/2017.

Jornal da FETAEG, ano XV, edição 137, 10/2017.

Jornal Diário do Norte. Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/mmc-quer-se-organizar-em-goias-3585> Acesso em: 01/12/2017.

Jornal O Popular. 08/03/2004.

PACHECO, Iris. Camponeses ocupam a empresa de transgênicos DuPont, em Goiás. In **Portal do MST**. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/10/02/camponeses-ocupam-a-empresa-de-transgenicos-dupont-em-goias.html> Acesso em 05/12/2017.

Documentos do Portal do Movimento de Mulheres Camponesas:

AGROECOLOGIA, UMA ALTERNATIVA PARA A CONTINUIDADE DA VIDA. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_agroecologia.pdf Acesso em 15/07/2016.

CAMPONESAS PROMOVEDO SOBERANIA ALIMENTAR COM A DIVERSIDADE BRASILEIRA. Projeto MDS. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_projeto_MDS_2011_web.pdf Acesso em: 08/01/2017.

CARTILHA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. 2016. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sobre_reforma_da_previdencia_social-2016.pdf Acesso em: 15/07/2016.

NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS. In **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. 2004. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_documentacao.pdf Acesso em: 15/07/2016.

Movimento de Mulheres Camponesas. II Seminário Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/371> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Agricultura: agroecologia é o caminho. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/41> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Apoio aos povos indígenas do Brasil. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/155> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Camponesas para a soberania alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/36> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Contribuições das mulheres camponesas para a advocacia popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/385> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Em Goiás, mais de cinco mil camponeses ocupam estradas e prédios públicos. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/142> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Jornada Unitária de Lutas por Soberania Alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/143> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. MMC realiza III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/386> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Mobilizações do Dia Internacional da Mulher. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/162> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina realiza XIII Assembleia Estadual. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/387> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres Camponesas participam de Oficina para debater sobre Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/33> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres debatem impactos da Previdência em suas vidas. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/363> Acesso em 08/12/2017.

Movimento de Mulheres Camponesas. Rumo à construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno. Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/114> Acesso em 08/12/2017.

Portal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/> Acesso em: 10/07/2016.

SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS. In: **Portal Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf Acesso em: 15/07/2016.

Documentos Jurídicos:

TJ-DF 20160510039043 DF 0003850-22.2016.8.07.0005, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 25/10/2017, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/11/2017 . Pág.: 514/516.

TJ-RS - AI: 70068460302 RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Data de Julgamento: 08/03/2016, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/03/2016.

ANEXOS

ANEXO I

CARTILHAS

*Nenhuma
trabalhadora rural
sem documentos*



5ª Edição
Agosto de 2004

Publicação:

Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil

5ª Edição

Re-elaborada a partir das edições anteriores

Desenhos:

Daniel Salvador

Fotos:

Secretaria Nacional do MMC Brasil

Editoração:

MDA Comunicação

Impressão:

Gráfica Battistel

Apoio financeiro:

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Secretaria Nacional do MMC

Rua dos Andradas, 2832 - Bairro Boqueirão

99025-020 - Passo Fundo/RS

Fone/Fax: (54) 312 9683

secretaria@mmcbrasil.com.br



Apresentação

A conquista dos direitos e o reconhecimento da profissão têm sido uma luta permanente na vida da maioria das mulheres camponesas. É comum encontrar muitas mulheres trabalhadoras rurais que nascem, geram vidas e permanecem no anonimato, pois a sociedade lhes negou o direito de sequer ter seus documentos. Sem documentos, a mulher trabalhadora rural não existe para a sociedade. Ela não faz parte da lista de pessoas que precisam e devem ser protegidas e amparadas pelo Estado, seja através de políticas públicas, seja com a obtenção de direitos previdenciários.

***Sem documentação não somos consideradas pessoas!
Não somos reconhecidas como gente! Não somos identificadas
como seres humanos! Sem documentação não existe cidadania.***

Entretanto, nós do Movimento de Mulheres Camponesas, nunca aceitamos esta situação de injustiça e por isso lutamos constantemente, na certeza de que um dia viveremos num país onde não haverá mais nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos.

Fizemos até aqui muitas lutas para exercer cidadania e construir a nossa libertação. Esta já é a quinta edição da cartilha de estudo e debate sobre a importância da documentação em nossa vida. Temos necessidade de fazer com que cada vez mais, como mulheres trabalhadoras rurais, possamos despertar para a importância da luta e da mobilização como forma de garantir nossos direitos.

Esperamos que este material nos ajude a organizar as mulheres a lutarem para que todas tenham seus documentos.

***Fortalecer a luta, em defesa da vida!
Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil***

Orientações práticas para utilização da cartilha

As dirigentes e coordenadoras do Movimento de Mulheres Camponesas deverão preparar bem cada reunião. Isto significa que é necessário:

Preparar os encontros com antecedência.



Fazer a acolhida e a apresentação das participantes do grupo.

Preparar a mística, utilizar símbolos, recuperar a memória da luta.

Preparar bem e escolher os cantos de acordo com o assunto tratado. Não poderá ser qualquer canto, muito menos cantar de qualquer maneira. Os cantos deverão ser cantados no momento certo, como forma de reforçar nossa luta e animar nossos encontros.

Cada encontro deve ter uma coordenadora e uma responsável para fazer as anotações das decisões e encaminhamentos.

Todos os encontros deverão ter um bom encerramento, a fim de motivar as companheiras para que participem na próxima atividade.



A coordenadora deverá lembrar de marcar a data da próxima reunião, local do encontro e convites para que mais mulheres participem.

O mais importante é fazer destes encontros momentos de estudo, organização e fortalecimento de nossas lutas.

Nossos direitos têm história!

Dirigente: Companheiras! Muitas de nós sabem que, no final de década de 1970, nossas famílias agricultoras foram envolvidas pela proposta de implementação do Programa Revolução Verde. Esta proposta que tinha como finalidade modernizar a agricultura e dizia querer combater a fome, incentivou as famílias das mulheres camponesas a fazer financiamentos, comprar máquinas, equipamentos, sementes híbridas, agrotóxicos, entre outros. Envolvidas pela propaganda, muitas famílias se endividaram, perderam a terra, e assim foi acentuando-se o êxodo rural, deixando nossas famílias em situações precárias e desumanas.



Leitora 1: Só para se ter uma idéia! De acordo com alguns dados do IBGE de 2000, dos 170 milhões de brasileiros existentes, 18% moravam no meio rural, o equivalente a 83 milhões de brasileiros e 1 milhão e 600 mil pessoas concentravam a maior parte da renda, enquanto 111 milhões de pessoas tinham renda de até dois salários mínimos. Em 1994, havia no Brasil 30 milhões de brasileiros miseráveis e hoje, já passa de 53 milhões o número de pessoas que ganham menos de R\$ 80,00 por mês. Nos últimos quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso, 400 mil famílias de mulheres camponesas faliram.

Leitora 2: Eu lembro que no início dos anos 80, algumas mulheres já participavam das lutas dos agricultores em busca de uma vida mais digna na roça. Mas a gente não se dava conta da nossa condição como mulher e como trabalhadora rural. Aos poucos, começamos a conversar com as companheiras sobre as dificuldades de nossas famílias e também sobre a discriminação praticada contra as mulheres.

Leitora 3: Pois é! Em vários Estados do Brasil foi nesse período que começaram os debates em torno das questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais. Nesta época, a grande maioria das mulheres não tinha consciência dos seus direitos. Muitas de nós sequer sabiam que precisávamos de documentos para conseguir nossos direitos. Isso exigiu muita luta e muito sacrifício das mulheres trabalhadoras rurais. Nós começamos sair de casa, participar de reuniões, estudar a realidade. A cada encontro, aumentava o número de companheiras com o desejo de buscar soluções para enfrentar as dificuldades na agricultura e a discriminação enquanto mulher.

Para debater:

- 1) Como aconteceu essa luta em nosso Estado?
- 2) Como surgiu nosso movimento?
- 3) Quem lembra das primeiras reuniões, os debates, as lutas que fizemos?
- 4) Como foram as primeiras campanhas de documentação?
- 5) Como foi que conseguimos nossa documentação?
- 6) Tem alguma companheira aqui que ainda não tem seus documentos?

Leitora 4: Vamos analisar algumas conquistas importantes que obtivemos através de nossa luta:

Conquistamos o direito de sair de casa e pensar sobre o nosso destino, os rumos e significados de nossa vida.

O reconhecimento da profissão de Trabalhadora Rural.

O direito à Saúde Pública, garantido pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Direitos previdenciários, salário maternidade, aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, auxílio invalidez, pensão de viúva(o), auxílio reclusão.

Formação, capacitação, informação, conhecimento das relações sociais de gênero, do projeto de agricultura agroecológica, a luta de classes, valorização do próprio ser mulher.

Muitas mulheres fizeram seus documentos pessoais e profissionais.



Dirigente: No Brasil inteiro, nós mulheres trabalhadoras rurais, aos poucos, fomos entendendo que precisávamos:

Leitora 5: Lutar por vida digna para as mulheres, para nossas famílias e para toda a classe trabalhadora.

Leitora 6: Construir novas relações de igualdade entre mulheres e homens, entre culturas, gerações e com a natureza como um todo.

Leitora 7: Trabalhar para que as mulheres participem nas decisões da família e da sociedade, ocupando nosso espaço.

Leitora 8: Ter consciência de que a libertação da mulher e de nossas famílias é um processo que exige dedicação, garra, sacrifício, amor, responsabilidade e perseverança.

Leitora 9: Lutar sempre pelo fim de qualquer forma de violência e discriminação da mulher e de todo ser humano.

Leitora 10: Buscar construir uma nova sociedade a partir de experiências concretas na agricultura, rompendo com a cultura imposta de agrotóxicos, insumos, transgênicos...

Leitora 11: Priorizar a formação e capacitação da mulher agricultora.

Leitora 12: Firmar nossa identidade como mulher e como trabalhadora rural.

Dirigente: Neste sentido, no ano de 1994, fizemos a primeira Campanha de Documentação “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”. A partir deste primeiro encontro, vamos nos comprometer a dar continuidade a nossa luta para que todas as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil possam obter seus documentos pessoais e profissionais. Todas nós podemos fazer alguma coisa para melhorar nossa condição de vida e de cidadania.

Nosso compromisso:

1. Em nossa comunidade e município todas as mulheres trabalhadoras rurais e suas famílias já possuem seus documentos?
2. É possível conversar com as mulheres trabalhadoras rurais de nossa comunidade, para saber se todas têm documentos ou se estão encaminhando seus documentos?
3. Se ainda existem famílias que vivem no campo, sem a sua documentação, o que nós podemos fazer para ajudá-las?



Sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher**

Porque a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher**

Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher**

Na aliança operária e camponesa
Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participado sem medo de ser mulher

2º Encontro

Mulher trabalhadora rural

Na luta ocupamos nosso espaço!

Dirigente: Conforme estudamos no primeiro encontro, foi o acirramento da crise entre capital e trabalho, no início dos anos 80, que fez com que ressurgissem os movimentos populares no Brasil. Neste período, se intensificou a luta pela terra, por uma política agrícola em defesa da pequena propriedade e pela permanência das famílias agricultoras no campo.

Leitora 1: Neste cenário, de resgate dos direitos sociais e da cidadania, surgiram os movimentos e organizações de mulheres trabalhadoras rurais, que trouxeram a discussão sobre a situação específica da mulher do campo.



Encontro sobre a Campanha de Documentação

Leitora 2: A mulher trabalhadora sempre teve que lutar muito para obter o respeito e a consideração da sociedade, tanto na cidade como no campo.

Com o crescimento da indústria, na década de 30, a mulher urbana conseguiu entrar no mercado de trabalho. Até hoje, no entanto, ela ainda recebe salários inferiores ao dos homens. No campo, a mulher trabalha na lavoura desde muito cedo, mas foi só na década de 90 que conquistou o direito à aposentadoria e ao salário maternidade.

Leitora 3: Pois é! Foi a partir da experiência dos Movimentos de Mulheres, que de forma organizada trouxeram para o dia-a-dia das trabalhadoras a discussão e a luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais que, aos poucos, alguns resultados foram aparecendo:

Leitora 4:

Em 1991 conseguimos a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e aos 60 anos para os homens.

Em 1992 conquistamos o direito ao benefício por acidente de trabalho.

Em 1994 conquistamos o salário maternidade.

Leitora 1: Companheiras! Nós precisamos lembrar que o salário maternidade representa o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Com o salário maternidade, a produtora rural conquistou um novo direito, equiparando-se a trabalhadora que tem carteira assinada. Além dos quatro salários mínimos que a trabalhadora rural passou a ter direito, ela recuperou o significado e o valor da proteção à maternidade.

Com o salário maternidade são viabilizadas as condições mínimas para que a mulher dedique sua atenção ao filho(a) nos primeiros meses de vida, além de lhe permitir uma recuperação física até que possa retomar o trabalho.

Leitora 2:

Salário maternidade: essa conquista tem história!

As trabalhadoras rurais tiveram que exigir a garantia de seus direitos junto ao Ministério da Previdência.

1986 iniciaram as discussões das emendas populares para garantir os direitos das trabalhadoras rurais na Constituição Federal.

1987 e 1988 o salário maternidade é aprovado como um direito da mulher trabalhadora rural na nova Constituição o Federal.

1989 foi apresentado o primeiro Projeto de Lei na tentativa de regulamentar o salário maternidade, elaborado pelo então Deputado Federal Antônio Marangon (PT/RS).

1991 o Presidente Fernando Collor vetou o salário maternidade na Lei da Previdência Social.

1992 mulheres trabalhadoras rurais mobilizaram-se para pressionar a derrubada do veto do Presidente Collor, no Congresso Nacional. Em maio, a conjuntura política levou as trabalhadoras a uma nova mobilização, priorizando a luta pelo pagamento das aposentadorias rurais.

1993 a AIMTR-SUL intensificou a luta pelo salário maternidade, ressaltando a necessidade de apresentar um Projeto de Lei regulamentando esse direito. Uma comissão de mulheres foi para Brasília e tomou conhecimento da existência de vários projetos tratando do mesmo assunto. As propostas foram articuladas e transformadas num único projeto, que tramitou nas comissões da Câmara Federal.

Leitora 3: A Deputada Luci Choinaki (PT/SC) liderou o Projeto de Lei e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais organizaram mobilizações populares em sua defesa. O Projeto do Salário

Maternidade ficou parado na Comissão de Seguridade Social e Família, por posicionamento contrário do então Ministro da Previdência, Antônio Britto.

Leitora 4: A AIMTR-SUL organizou as bases com a finalidade de pressionar os deputados para darem andamento à aprovação do projeto. Os parlamentares receberam centenas de visitas, telegramas, correspondências e telefonemas, pedindo pelo andamento do projeto. O ministro Antônio Britto tentou atrasar a votação dizendo que a Previdência não tinha recursos para pagar o benefício.



1º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil marcou a unificação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais - Brasília/DF - 2004

Leitora 1: No dia 31 de agosto de 1993, apesar de ameaça do ministro, a Câmara de Deputados aprovou um requerimento para votação do Projeto do Salário Maternidade em regime de urgência urgentíssima. A mobilização das mulheres junto ao Presidente da Câmara e aos líderes partidários, além da ocupação das galerias e da panfletagem feita no Congresso, garantiu a aprovação do Projeto que foi enviado ao Senado.

Leitora 2: No dia 6 de dezembro de 1993, junto com o Ministro Antônio Britto, o Presidente Itamar Franco editou uma medida provisória alterando alguns artigos da Lei da Previdência, que contrariavam o Projeto do Salário Maternidade.

Leitora 3: Em 1994 o Projeto voltou à Câmara dos Deputados com algumas emendas feitas pelo Senado. Os deputados derrubaram as emendas, mantendo o projeto inicial, contrariando nossas expectativas.

Leitora 4: No dia 25 de março de 1994, pressionado pela intensa mobilização e pela comissão de mulheres que permanecia em Brasília, o Presidente da República sancionou o Projeto que cria o Salário Maternidade para a Mulher Trabalhadora Rural. A partir daí iniciou o processo de luta para a regulamentação da Lei da Previdência Social.

Leitora 1: Em maio de 1994 aconteceram audiências nas superintendências estaduais do INSS e no ministério da Previdência, reivindicando a regulamentação da Lei.

Leitora 2: No dia 25 de junho de 1994 encerrou-se o prazo de regulamentação da Previdência. Durante esse período aconteceram muitas mobilizações para pressionar o INSS a regulamentar a conquista.

Leitora 3: No dia 14 de julho de 1994 o salário maternidade foi regulamentado por decreto assinado pelo Presidente da República.

Dirigente: Companheiras, vocês perceberam quanta luta, quanta mobilização os movimentos de mulheres precisaram fazer para garantir o salário maternidade e a aposentadoria? Esta história de luta e conquistas deve permanecer no registro de nossas vidas e contada às futuras gerações. Junto com a luta do salário maternidade e da aposentadoria foi preciso assumir a luta pela documentação das trabalhadoras rurais. Pois sem documentos, nenhuma mulher trabalhadora rural teria acesso aos direitos conquistados.

A conquista dos direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria...) é resultado de muita luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais. Essa luta mostrou a necessidade do nosso movimento desenvolver a *Campanha Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos!*



Nosso compromisso:

1. A partir do compromisso assumido no primeiro encontro, que realidade descobrimos?
 - a. Quantas mulheres ainda não têm todos os documentos?
 - b. Quantas famílias já estão devidamente documentadas em nossa comunidade?
 - c. Quantas famílias vivem em nossa comunidade?
 - d. Como podemos intensificar a Campanha de Documentação?

Entrei na luta

Entrei na luta, da luta eu não fujo.
Pelos direitos, da luta eu não fujo.
Pela igualdade, da luta eu não fujo.
Pra construir uma nova sociedade.

A flor na terra desabrocha e floresce.
O sol aquece com seu brilho e esplendor.
Chegou o tempo de colher os nossos frutos
que juntas plantamos, regando com amor.

A mulher explorada da roça e da cidade
acredita sempre na sua força de união.
Se organiza reclamando seus direitos,
perde a vergonha, luta com fé e decisão.

Documentação

Mulheres Trabalhadoras Rurais exercendo cidadania!



Dirigente: Companheiras! Todas as trabalhadoras devem ter seus documentos pessoais e profissionais para fins de reconhecimento individual, profissional e também para encaminhamento de seus benefícios. Vamos conhecer melhor quais os documentos pessoais e profissionais que toda a mulher trabalhadora rural precisa ter para conseguir direitos e conquistar cidadania.

Leitora 1: Quais são os documentos pessoais e como consegui-los?

Leitora 2: A Certidão de Nascimento e Certidão de Casamento.

A Certidão de Nascimento é um documento muito importante para a nossa vida, pois comprova a nossa existência. É com ela que a pessoa é identificada. A Certidão de Nascimento é um documento necessário para obter a Carteira de Identidade, Título de Eleitora, entre outros. A Certidão de Casamento regulamenta a união conjugal.

Leitora 3: Como e onde encaminhar esses documentos?

Leitora 4: Para fazer a Certidão de Nascimento o pai ou a mãe deve registrar o nascimento do filho ou da filha no cartório, no prazo

máximo de 15 dias. O prazo aumenta para 30 dias caso a família resida a mais de 30Km do cartório mais próximo. O registro do nascimento é gratuito, garantido pela Lei nº 9465/07.07.97. O registro de nascimento fora do prazo só poderá ser feito com autorização do juiz e pagamento de uma multa (que poderá ser dispensada, dependendo do caso).

Leitora 1: Quais os documentos exigidos para fazer a Certidão de Nascimento? E para a Certidão de Casamento, quais os procedimentos?

Leitora 2: É muito simples. Para o registro de nascimento você deve levar ao cartório a identificação dos pais das crianças e o atestado do médico ou hospital. Para a Certidão de Casamento é necessário levar as certidões de nascimento do casal. Tanto para o registro de nascimento como para o de casamento são necessárias duas testemunhas.

Observação: quando acontece o casamento civil, a certidão de casamento substitui as certidões de nascimento do casal.



Leitora 3: Outro documento pessoal importante que temos é a **Carteira de Identidade**. Ela é nosso principal documento de identificação individual. Na Carteira de Identidade ou RG (Registro Geral) são colocadas nossas características próprias e exclusivas: nome, data de nascimento, nome dos pais, local de nascimento, impressão digital... Fazemos a carteira de identidade na Delegacia de Polícia ou no Instituto de Identificação. Para a emissão da Carteira de Identidade é preciso levar a Certidão de Nascimento e/ou Casamento e duas fotos 3x4.

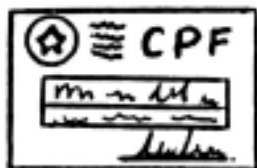
Leitora 4: Quando alguém lhe perguntar sobre qual é sua profissão, declare: sou trabalhadora rural, lavradora, agricultora...

Leitora 1: O **Título de Eleitora** é um documento fundamental como cidadã e pode ser feito quando a mulher completar 16 anos, sendo que aos 18 anos passa a ser um documento obrigatório.



Para encaminhar nosso Título de Eleitora devemos nos dirigir ao Fórum ou Cartório Eleitoral de nossa cidade, levando a Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento/Casamento.

Leitora 2: O **Cadastro de Pessoa Física (CPF)** serve para a



Receita Federal identificar a pessoa, sendo um documento solicitado para transações bancárias e de compra e venda. Para encaminhar o CPF devemos nos dirigir a um posto da Receita Federal, Banco do Brasil, Correio ou Sindicato de Trabalhadores Ru-

rais. É necessário levar a Carteira de Identidade ou a Certidão de Nascimento/Casamento ou ainda a Carteira de Trabalho.

Lembrem-se

- ▶ Se você ainda não possui nenhum documento não há motivos para se envergonhar, mas deve buscar o quanto antes o seu direito de ser documentada.
- ▶ A pessoa maior de 18 anos pode requerer pessoalmente seu registro de nascimento, com a presença de duas testemunhas.
- ▶ As pessoas que comprovarem que são pobres não precisam pagar multa para emitir a Certidão de Casamento ou qualquer outro documento. O cartório deve fornecê-lo de graça, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal.

Leitora 3: Os documentos profissionais são aqueles que comprovam a nossa profissão de trabalhadora rural e o tempo de atividade rural.

Leitora 4: O **Bloco de Notas de Produtora Rural** é um dos documentos mais importantes para comprovar a profissão de trabalhadora rural. É fundamental que o nome da mulher conste no carimbo do Bloco de Notas, entretanto, deve ficar claro que o Bloco de Notas de Produtor(a) Rural pode ser individual, tanto do homem, quanto da mulher acima dos 16 anos.



Para encaminhar o Bloco de Produtora:

- ⇒ Para **solicitar o Bloco de Produtora** é preciso levar seus documentos pessoais e a escritura ou contrato da terra. Se for contrato, o dono da terra deverá ir junto.
- ⇒ Dirigir-se ao **Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou a Prefeitura** para encaminhar o Bloco. Lá, os responsáveis vão dar um formulário para você preencher. Depois, a Prefeitura ou o Sindicato vai enviar este material para a Secretaria da Fazenda (antiga Exatoria ou Coletoria) onde será impresso o Bloco.
- ⇒ De **30 a 60 dias** o Bloco de Produtora estará pronto e você poderá ir buscá-lo. Quando terminar um bloco você deverá solicitar outro, levando o bloco antigo. O prazo para ficar pronto será bem menor.
- ⇒ A Secretaria da Fazenda é a repartição fiscal para a cobrança de impostos do seu município.

“Se o marido já tem o Bloco, mas não consta o nome da mulher, é só ir aos órgãos competentes e pedir para colocar também o seu nome. É um processo fácil e garante direitos à mulher”.



Pois é companheiras, poderíamos fazer a luta para que o Bloco de Notas incluía o nome de todos os membros da família acima de 16 anos, como já acontece no Rio Grande do Sul.



Em alguns lugares é difícil fazer o Bloco de Notas, os órgãos competentes não dão muita importância para isto, mas o **Bloco de Notas é um documento muito importante para garantir acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas.**



A implantação do Bloco de Notas permanece a critério de cada governo estadual, através da Secretaria da Fazenda. Por isso, a importância da organização das(os) trabalhadoras(es) rurais para exigir sua implantação em todo o Brasil.

Entre em contato com entidades que são aliadas às trabalhadoras (sindicatos de trabalhadores, igrejas, associações). Peça apoio, some forças.

Marque audiência com o Governo do Estado, com o Prefeito, com o Secretário da Fazenda e pressione para que garantam o Bloco de Notas para as trabalhadoras rurais.

Companheira, converse com várias mulheres, explique a importância de ter o Bloco, convide-a para luta. É através da organização e da tua luta que conquistamos nossos direitos.



Se os governos dos estados tiverem dúvidas de como fazer o Bloco de Notas, sugerir que busquem informações junto aos estados que já implementaram, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As companheiras do movimento podem fazer contato com a Secretaria Nacional do MMC ou diretamente com as companheiras dos estados que já têm o Bloco para solicitar as informações necessárias.

Leitora 4: O **Título da Terra** é um documento muito importante para as pequenas proprietárias e assentadas. O título de domínio e concessão de uso da terra deve estar em nome do homem ou da mulher, ou dos dois juntos, independente de estarem casados ou não (isso está escrito na Constituição Federal, art. 183, inciso 1º e art. 189, parágrafo único).



A partir de 1988 nós, mulheres, passamos a ter o direito ao Título da Terra. Mais uma conquista de nossa luta.

Devemos colocar o nome do casal, do homem e da mulher. É importante que a gente coloque nosso nome em documentos de posse ou de propriedade da terra, cadastro do INCRA, nas guias de pagamento

dos impostos... O Título da Terra é fundamental para o acesso ao crédito, assistência técnica e aposentadoria.

Leitora 1: O **Talão do INCRA** também é um documento para comprovar a profissão. Isto facilitará o encaminhamento do pedido de aposentadoria, licença maternidade e outros benefícios.



O título do INCRA é um documento importante e deve constar o nome do homem e da mulher, por isso o documento comprova o tempo de atividade rural e facilita a declaração do Sindicato e a homologação do INSS.

Leitora 2: O Contrato de Arrendamento, Parceria ou



Comodato são acertos feitos entre o proprietário da terra e o trabalhador ou trabalhadora, registrado em Cartório.

Se você trabalha como meeira, parceira, arrendatária é importante que seu nome seja incluído nos Contratos de Parceria ou Arrendamento. Mesmo que já tenha o nome do seu marido. Só assim você terá acesso aos benefícios da Previdência.



**Organize-se para
encaminhar
seus documentos!**

Nosso compromisso:

1. Verificar quantas mulheres trabalhadoras rurais conseguiram encaminhar os seus documentos durante o estudo da cartilha. Registrar os resultados no caderno do movimento de sua comunidade e/ou município.
2. Convidar as companheiras que encaminharam seus documentos para fazer uma confraternização festiva. Cada uma pode levar um prato de doces, salgados ou produtos da região (pipoca, castanha...). Cada companheira que faz seus documentos significa uma conquista a mais para a companheira e para o nosso movimento. Um dia chegaremos a grande conquista de não ter mais **nenhuma mulher trabalhadora sem documentos!**

Por uma nova mulher!

O trabalho da mulher é desenvolvido dentro de um quadro de total abandono da agricultura pelo poder público. É visível a falta de política agrícola, de Reforma Agrária...

A trabalhadora rural é submetida à sobrecarga de trabalho. Ela cuida da casa e da educação dos filhos e filhas, cuida da horta, trata os animais e trabalha na produção. Muitas vezes é a mulher sozinha quem garante a sobrevivência da família (vendendo verduras, ovos, leite, artesanato, quebrando coco...).

Com a responsabilidade de gerar, criar, educar os filhos e filhas e produzir, a mulher se preocupa com o futuro. É esse jeito de lutar e trabalhar que torna a mulher indispensável no processo de construção de um projeto popular de agricultura, que conduza a uma vida digna, com acesso ao lazer, à saúde, à educação e ao trabalho, passos fundamentais para a solidificação de uma sociedade justa e igualitária.

É para esta mulher guerreira, que mantém a família e leva adiante a organização popular, esta mulher que é o maior exemplo de cidadania para a nossa sociedade, que dedicamos esta cartilha.

Com direitos e com documentação!

Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil - 2004

Nossa história a gente faz

L.M. Antônio Gringo

Somos mulheres com toda ousadia
Que lutam por melhores dias, arando e cultivando o chão
Parcerias da fertilidade, vamos construindo a igualdade
Declarando guerra aos que nos dizem não
Mulher da roça unidas busquemos
A sociedade que tanto queremos
E esse dia chegará. Mostremos garra e o nosso jeito
De ser mulher e saber que os direitos
Para se ter é preciso buscar

Somos fortes, venceremos. Com esperança e com fé
Vigilantes, sempre alertas. Para o que der e vier
A bandeira que ostentamos é de justiça e de paz
Nós não queremos favores, nossa história a gente faz

Trabalhadora, mulher da roça, não desanima, não cai na fossa
Unidas vamos festejar. Com alegria mais uma vitória
Organizadas fazemos a história e um novo sol então irá brilhar
Um dia todos compreenderão, que a nossa luta é por terra e pão
Por mais justiça e direitos iguais
Do trabalho a gente se cansa, mas não finda a nossa esperança
E essa luta não morre jamais.

APRESENTAÇÃO

Companheiras Militantes do MMC!

"A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes!"

Com este espírito, nós do Movimento de Mulheres Camponesas da Região Sul, preparamos como subsídio para os grupos de base, a cartilha:



“SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS”

A cartilha está dividida em 6 encontros. Os temas refletem a importância das sementes em nossas vidas:

1º - SOMOS SEMENTES

2º - SOMOS SEMENTES, FAZEMOS PARTE DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

3º - SOMOS SEMENTES PARA A VIDA E NÃO PARA O LUCRO

4º - SOMOS SEMENTES DE VIDA E NÃO MERCADORIA PARA O CAPITALISMO

5º - SOMOS SEMENTES DE VIDA, DEVEMOS NOS MULTIPLICAR

6º - SOMOS SEMENTES DE VIDA PARA FORTALECER A RESISTÊNCIA DAS CAMPONESAS



Sugerimos para os grupos de base, com o auxílio deste material, organizar em sua comunidade uma **FESTA DAS SEMENTES**, com o objetivo de apresentar as experiências de recuperação das sementes, flores, frutos, ervas medicinais, entre outras que as mulheres vem fazendo, motivando a comunidade para entender e assumir a LUTA pela Soberania Alimentar.

As dirigentes deverão preparar bem os encontros. No final de cada reunião segue uma sugestão de compromisso a ser assumido pelo grupo. Em anexo: cantos, casamento das sementes... que poderão ser usados nos encontros.

Propomos também que ao finalizar o estudo da cartilha façam uma avaliação, anotem as respostas e enviem para as Secretarias Estaduais do Movimento de Mulheres Camponesas.

Um grande abraço a todas, fortalecendo a luta em defesa da vida!

1º ENCONTRO

“SOMOS SEMENTES”

“Nós, seres humanos, somos parte da Natureza”



Ambiente : Vários tipos de sementes colocadas ao redor da bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas.



Dirigente:

Companheiras, sejam todas bem vindas ao nosso encontro. Vamos pensar um pouco: Quem somos?

Pensem comigo: O processo de nossa vida é como uma semente! Podemos dizer que nós somos uma semente. Houve uma época que a maioria das pessoas não sabiam que a união do homem e da mulher gerava a vida. Com o passar do tempo essa realidade foi mudando. As pessoas foram aprendendo que através do ovário a mulher mensalmente libera um óvulo, que é uma parte da semente. O homem produz o líquido seminal que contém o espermatozóide. Quando mulher e homem se relacionam sexualmente o óvulo pode ser fecundado pelo espermatozóide e se torna uma semente completa gerando uma nova vida.

Leitora 1:

É com a geração da vida nova que a humanidade e a natureza vão perpetuando sua existência.

As plantas também se reproduzem. Na semente do milho, por exemplo, há os genes que conferem as características

de uma nova planta e as diferenciações sexuais próprias da espécie, assim como nas hortaliças, frutas, entre outras.

Leitora 2:

A vida humana se desenvolve no útero da mulher, é nele que a criança recebe os nutrientes necessários para seu crescimento e desenvolvimento. Da mesma forma, as plantas acolhidas no seio da terra, retiram do solo fértil, do ar e da água estes nutrientes.

Nós seres humanos, nascemos e garantimos nossa vida, relacinando-nos com a natureza.

Por isso, a vida nova que esta sendo gerada pela mãe e pela natureza, precisa de terra, ar limpo, água pura, alimentos sem venenos entre outros, para ter vida saudável.

Leitora 3:

Podemos perceber que há uma relação íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a natureza. Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso essa sensibilidade que as mulheres carregam em relação à natureza é tão visível e presente nas suas atitudes.

Esta proximidade faz com que chamemos a terra, a natureza e as mulheres de mães, revelando uma dimensão do lado feminino das mesmas.





PARA CONVERSAR

- 1 - *Como nós nos relacionamos com as sementes?*
- 2 - *Que outras semelhanças encontramos entre as mulheres e a natureza?*

Dirigente:

Nós, mulheres camponesas, temos a grande tarefa de manter esta relação de responsabilidade com as sementes e a geração de vida. Somos desafiadas a continuar semeando e cultivando: nossos filhos e filhas, cultivando outras espécies, bem como lutar pela preservação da natureza.



COMPROMISSO DE CASA

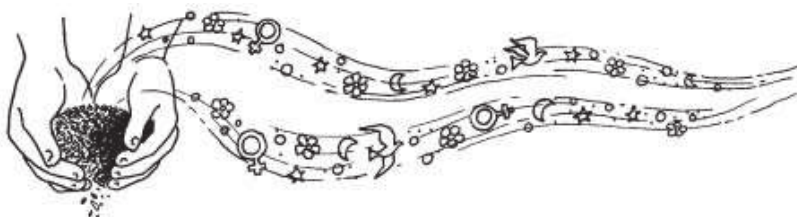
1 - Vamos resgatar nosso conhecimento:

- a) *Você sabe o que é semente crioula?*
- b) *Você conhece pessoas que produzem sementes crioulas na comunidade?*

c) *Qual o valor e reconhecimento que nós damos a essas pessoas?*

d) *Realizar uma visita para conhecer essas experiências.*

2 - *Se o grupo achar oportuno, organizar a troca de sementes para o próximo encontro.*



Sugestão de Mística

Dirigente:

Em círculo, cada uma vai olhar para seu corpo. Depois para a companheira ao lado. Vamos pensar: Nós estamos

neste planeta, neste ambiente porque temos uma missão a cumprir. Qual a nossa missão? Preservar ou destruir? A vida depende de nossa ação, de como nos relacionamos com o mundo, com a natureza e com as pessoas. De mãos dadas vamos ouvir a mensagem.

SEMEIA SEMPRE

No campo tu és uma semeadora.

Não podes fugir à responsabilidade de semear.

Não digas que o solo é árido, que não chove freqüentemente, que o sol queima, que a semente não serve.

Não é tua função julgar a terra e o tempo. Tua missão é semear e cuidar.

A semente é abundante! Um pensamento, um sorriso, um olhar de alento, uma palavra suave, um gesto de compreensão, um copo de água são mentes que germinam facilmente.

Não semeies descuidadamente como quem cumpre uma missão superficial ou forçada.

Semeia com interesse, com amor, com atenção, como quem encontrou nisso o motivo central de sua felicidade.

E, ao semear, não penses, quanto receberei em troca? Quanto demorará a colheita?

Recorda que não semeias para envaidecer-te, para receberes agradecimentos. Tu semeias, porque não podes viver sem dar, sem doar-te, porque não podes servir a Deus sem servir a todos(as)!

És dona de ti mesma, da vida e do universo! Tua semente, pois, não cairá no vazio, sem encontrar o solo fértil da organização, da luta daqueles que acreditam na vida.

Sem esperar recompensa, tu a receberás sem esperar riquezas, enriquecer-te-ás, sem contar com a colheita, tudo se multiplicará!

E com isso, porque tu semeias no Reino onde dar é receber, onde perder a vida é encontrá-la, onde gastar servindo é aumentar.

Semeia, semeia sempre, em todo o terreno, em todo o lugar a boa semente, com amor e interesse como se estivesses semeando o próprio coração.

2º ENCONTRO

**“SOMOS SEMENTES,
FAZEMOS PARTE DA HISTÓRIA DA
HUMANIDADE”**

“Um povo que perde o rumo de sua História
torna-se escravo e dependente.”



Ambiente : Sementes, materiais do Movimento, flores e outros.



Dirigente:

Sejam bem-vindas! Em círculo, vamos ouvir a mensagem:

FALANDO DE NÓS MESMAS.

(Sandor Sanches)

Onde pisa **UMA MULHER** há sentimento,
Onde pisam **DUAS MULHERES**, há determinação,
Onde pisam **TRÊS MULHERES**, a organização
nasce.

Mas quando **MAIS MULHERES** se juntam
e pisam na terra firme,
germina a esperança,
já é possível **PLANEJAR**
a **COLHEITA** da **SAFRA** de um **MUNDO NOVO.**

Leitora 1:

Na última reunião, conversamos sobre a importância de sermos sementes. Hoje, vamos continuar nossa conversa aprofundando e conhecendo melhor a história.

Dirigente:

Vamos iniciar contando como foi a visita às pessoas que cultivam sementes crioulas. O que cada uma sentiu ao conhecer essas experiências?

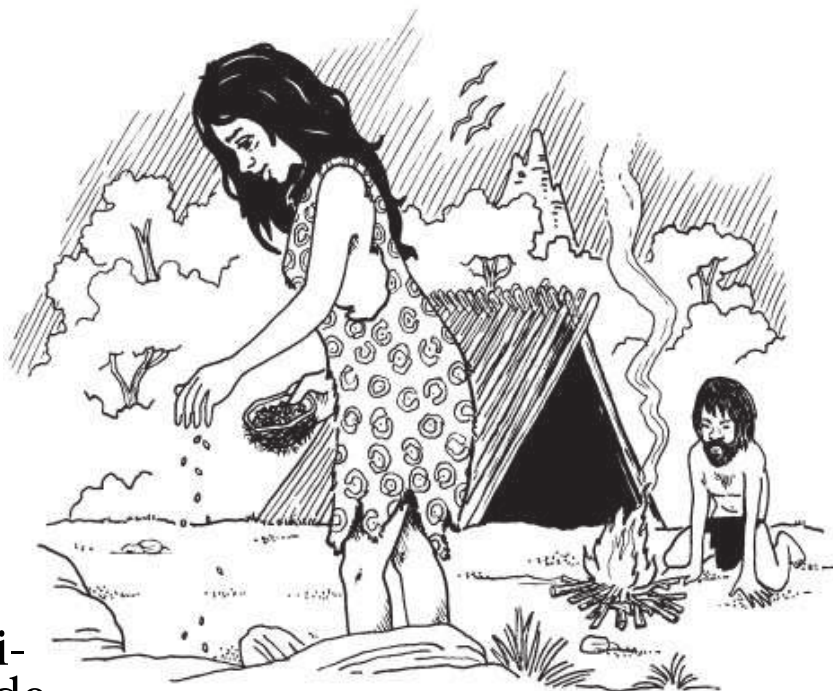
(Tempo para a partilha)

Leitora 2:

Tudo isto que estamos conversando faz parte de uma história de milhões de anos. O planeta terra, bem no início, era uma rocha firme que, com o passar do tempo, enfrentando os fenômenos da natureza: chuva, vento, frio, calor, foi criando as condições para o surgimento de vida. Assim, aos poucos foi nascendo e se desenvolvendo plantas e animais de todas as espécies, inclusive o ser humano. Neste sentido, a natureza continua num intenso processo de crescimento e transformação.

Leitora 3:

Neste período, os seres humanos se alimentavam principalmente de plantas, raízes e frutos. Com o passar do tempo desenvolveram o hábito de alimentarem-se com carnes e outros vegetais.



Os seres humanos, diante da necessidade de sobrevivência, desenvolveram a prática de coleta de alimentos, tarefa realizada principalmente pelas mulheres. São elas que pela observação vão percebendo que as sementes jogadas ao redor de suas moradas nascem, crescem e produzem frutos, facilitando a coleta.

É desta forma que se desenvolve a agricultura.

Este processo de observação também possibilitou que as mulheres fossem criando e desenvolvendo técnicas de coleta e armazenamento de sementes iniciando o cultivo das plantas. Usavam por exemplo: os aventais de bolso, sacolas, cestas, tuias de madeira, vasos de barro ou de pedra, também eram guardadas em lugares secos e ventilados... Quando chegava o período de plantio, muitas vezes observando as fases da lua, o clima e as estações do ano as sementes eram novamente lançadas a terra, as quais se reproduziam garantindo o alimento.

Leitora 2:

Era bonita a forma carinhosa e atenta, como as mulheres lidavam com as sementes. Inclusive, utilizavam estas como enfeites fazendo brincos, tiaras, cintos, colares... Os enfeites foram importantes para a preservação e multiplicação das espécies. Esta cultura se faz presente ainda hoje, pois muitas mulheres continuam fazendo seus enfeites com sementes.

Leitora 3:

Por ocasião de datas especiais, como o nascimento de uma criança ou casamento, tinha-se por costume levar presentes, como: produtos, frutas, mudas, flores, animais, sementes e ervas medicinais.

Outro costume era, antes das pessoas casarem, preparar uma boa horta e até um pouco de roçado para o sustento da nova família.

Leitora 1:

Nestes momentos de festas, de encontro, de visitas as famílias realizavam a troca dos produ-



tos visando o melhoramento genético e a preservação das espécies. Outro objetivo da troca era a garantia da diversidade e a qualidade dos alimentos para o consumo.



PARA CONVERSAR

- 1 - *Quem de nós produz sementes crioulas?*
- 2 - *Nós vivemos um tempo onde tudo é oferecido pronto. Que valor tem para nós a produção de sementes crioulas?*
(tempo para conversar)

Dirigente:

Nós mulheres, organizadas no MMC, precisamos saber que há mais de 10 mil anos antes de Cristo até os dias atuais as sementes foram cuidadas e espalhadas pelo mundo por mãos de mulheres e homens, a pé ou puxadas por animais, pelo ar ou pelas águas. As sementes foram fazendo seu caminho junto com o ser humano. Vejamos alguns exemplos:

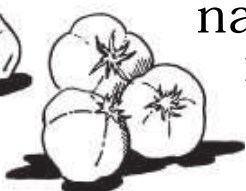


O **milho** é originário principalmente do México, foi trazido para a América do Sul e depois levado para a Europa.

A **soja** é originária da China. Dela foi extraído o primeiro antibiótico natural, 500 anos antes de Cristo.



A **batata** e o **tomate** são originários na Cordilheira dos Andes nas Américas e foram levados para a Europa;



A **mandioca** é originária da América do Sul, sendo o Brasil um dos maiores produtores.



A **uva** é originária da Ásia Menor e da Grécia e foi trazida para as Américas – Brasil.

O **arroz** é originário da Ásia e foi trazido para as Américas.



O **feijão** é originário do antigo Egito e da Grécia. Os povos antigos cultivavam o feijão como símbolo de resistência e vida.



Há sete mil anos antes de Cristo, o **trigo** era cultivado pelos povos primitivos da Babilônia e do Antigo Egito.



A **laranja** é originária da Ásia, levada para África e de lá para o mundo.

Com a contribuição dos povos indígenas, das camponesas e camponeses, as diferentes espécies de sementes e plantas, foram se adaptando aos diversos ambientes, climas e regiões fazendo parte do cardápio do povo.

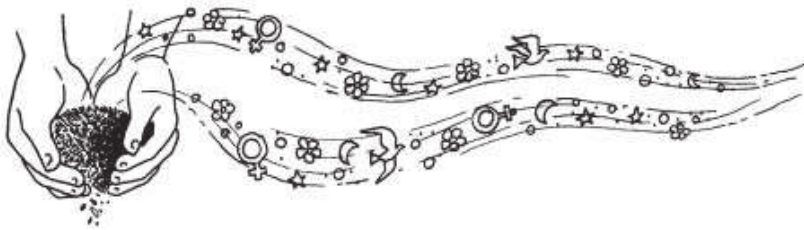




COMPROMISSO DE CASA

1 - Anotar os tipos de sementes, hortaliças, plantas medicinais e outras variedades que temos em casa. Trazer para trocar e socializar com as companheiras no próximo encontro.

2 - Fazer a brincadeira de amiga secreta entre o grupo e, como lembrança, presentear com sementes, mudas de ervas medicinais ou de flores, etc.



Sugestão de Mística

Dirigente:

Quem trouxe sementes pode segurar na mão.
Vamos olhar para as sementes e cantar:

“PÕE A SEMENTE NA TERRA”



3º ENCONTRO

**“SOMOS SEMENTES
PARA A VIDA E NÃO PARA O LUCRO”**

“A história do ser humano é a da luta contra a
escravidão”



Ambiente : Lembrancinha da amiga secreta, galho seco e verde, palavras como: revolução verde, adubos químicos, agrotóxicos, transgênicos, lucro, entre outros.



Dirigente:

Vamos olhar para as nossas mãos de mulheres trabalhadoras enquanto escutamos a mensagem:

MÃOS DE SEMEADORA

(Poema de Cora Coralina, com adaptação feita por Ana Elza)

Olha para estas mãos
De mulher agricultora,
Esforçadas mãos semeadoras.

Mãos que trazem as marcas do trabalho,
Muitas vezes sem trato e sem carinho.
Mãos que varrem e cozinham.

Lavam e estendem roupas nos varais.
Poupam e remendam.
Mãos calejadas e semeadoras

Íntimas do semear, do arroz e do feijão,

CARTILHA DE ESCLARECIMENTO CONTRA O ROUBO

DE DIREITOS BÁSICOS

NA PREPARAÇÃO DE UMA

“REFORMA DA
PREVIDÊNCIA”



REFORMA PREVIDENCIÁRIA E PERDA DE DIREITOS

Essa proposta faz parte do documento “Ponte para o Futuro”, elaborado pelo PMDB. O PMDB é o partido que assumiu, interinamente, o governo federal, quer dizer, de maneira provisória, mas que quer implantar no País mudanças que afetarão a vida dos brasileiros e brasileiras por muito tempo.

A Reforma da Previdência que esse governo interino quer para o Brasil traz a perda de muitos direitos para o trabalhador e a trabalhadora. O mais grave é que essa reforma prevê que se desvincule do salário mínimo os benefícios previdenciários. Isso significa que os benefícios ficarão menores que o salário mínimo.

Alguns dos benefícios previdenciários são as aposentadorias (por idade, por tempo de contribuição e por invalidez) e pensões, a licença maternidade, os auxílios em casos de desemprego, doença, morte e salário-família, por exemplo. Todos os benefícios previdenciários estão, atualmente, relacionados ao salário mínimo, como critério de piso. Todo o ano, quando o salário mínimo é reajustado, aumentado, os benefícios aumentam também.

Essa foi uma conquista da classe trabalhadora, que está agora ameaçada pela Reforma Previdenciária proposta pelo governo federal interino.

Essa não é a única perda. As ameaças aos direitos trabalhistas são maiores, prevê a idade única para aposentadoria, elevando a idade e acabando com as diferenças entre homens e mulheres e urbanos e rurais.

VOCÊ SABE O QUE ESTÁ EM JOGO COM A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA?

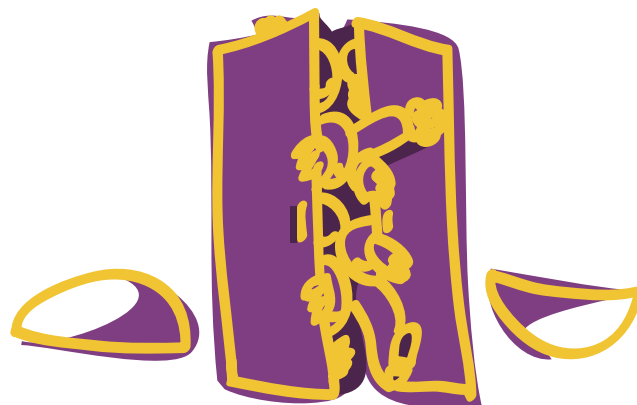
Muito se tem falado na televisão sobre corrupção, desvios de dinheiro em obras

públicas, contas no exterior etc. Mas quase nada se fala sobre o gigantesco assalto que está sendo planejado a um bem público, de direito garantido na Constituição, que é o direito social dos mais pobres às garantias da renda básica do salário mínimo, a que estão assegurados idosos, órfãos e viúvas (os), vinculados à Previdência Social, à Assistência social, e ao Seguro Desemprego. São 30 milhões de aposentadorias, pensões, pagamentos de seguro desemprego e outros benefícios previdenciários, todos no nível do salário mínimo (880 reais), que é estabelecido como “piso” previdenciário pelo Art. 201, parágrafo 2º da Constituição Federal.

Trama-se uma gigantesca “apropriação indevida”, nome jurídico do roubo social, com a seguinte encenação, diga-se de passagem, já anunciada no documento “Ponte para o Futuro - PMDB” (2015), mas cujo detalhamento é preciso conhecer, para fechar a porta da casa e botar os ladrões para correr.

ROUBO DO DINHEIRO DOS “ÓRFÃOS E DAS VIÚVAS”

A primeira proposta apresenta-se com uma linguagem pomposa, a da desvinculação do salário mínimo da Previdência e Assistência Social. Em fevereiro deste ano, o total de pagamentos vinculados ao salário mínimo era de 18,3 milhões de benefícios na Previdência Social (metade dos quais para a área rural), acrescidos de 3,9 milhões para a Assistência Social (BPC) e de um número ainda em aberto, mas crescente, de cerca de 7 milhões de benefícios no seguro



desemprego, que é também legalmente um benefício previdenciário, chegando a um total de 30,0 milhões de benefícios, que durante um ano geram uma despesa de 320,00 a 340,00 bilhões de reais, que passaram ao foco do olhar e da cobiça dos caçadores dos direitos dos pobres.

Se aprovada esta proposta, que depende de Emenda Constitucional de desvinculação, pelo atual Congresso Nacional, a porta estará aberta para o roubo do dinheiro dos “órfãos e das viúvas”.

O Ministério da Fazenda iria fixar, administrativamente, o novo “piso” previdenciário, que seria obviamente menor que 880 reais. Supondo que esse novo piso - inspirado no antigo FUNRURAL, instituído na época da ditadura militar pelo governo do general Medici- seja metade do salário mínimo (+ 440 reais), o dinheiro cairia pela metade nas mãos dos idosos, órfãos e viúvas(os) da Previdência e Assistência Social e sobraria a outra metade, ao redor de 160 a 170 bilhões para transferir aos donos da riqueza financeira. É preciso esclarecer que esta operação já está em curso, prestes a ser apresentada publicamente. Nesta fase, prepara-se o roubo organizado, com roupagens técnicas do “ajuste fiscal”, e, ao mesmo tempo, apela-se a uma certa desqualificação do público - que, na verdade, será o mais prejudicado, roubado, se essa proposta de reforma for aprovada - chamando-os de, “preguiçosos, indolentes, vagabundos, falsários, etc.”. Para essa desqualificação, não faltam convenientes e sistemáticas campanhas na televisão, nos rádios e jornais, unidos na tarefa desonesta de capturar o dinheiro dos pobres.

FIM DA PREVIDÊNCIA RURAL

A segunda proposta prometida (no Programa Econômico do PMDB) é a elevação da idade da aposentadoria para um teto muito alto - 65 ou 67 anos - e pretensamente único, sem distinção de homem, mulher, trabalhador rural ou

urbano. O argumento utilizado é que o envelhecimento crescente da população quebraria a Previdência. Essa justificativa é dessas meias verdades, escolhidas a dedo com propósitos parecidos aos da primeira proposta.

É importante ter também em mente que quando dizemos “meia verdade” para o argumento do envelhecimento da população, estamos admitindo que há um fator demográfico verdadeiro e outro falso na proposta da idade única.

Mas há uma parte verdadeira, qual seja a elevação da proporção de idosos na população (pessoas com 60 anos ou mais). Para isto temos que nos preparar, no campo político, para as conseqüências previdenciárias dessa situação no longo prazo (essa proporção tende a se elevar lentamente, mas de maneira firme nos próximos 40 anos).

Isso, junto com a desvinculação do salário mínimo, praticamente liquidaria com a Previdência Rural. Desconhecendo os diferenciais de jornadas de trabalho entre gêneros e entre atividades rurais e urbanas. Põe-se tudo no mesmo saco, para daí extrair recursos a serem remetidos para o “superávit primário” - a parte do orçamento da União que paga os juros da Dívida Pública (dinheiro acumulado que o Estado toma por empréstimo ao setor financeiro, a juros definidos pelo Banco Central) e também subsídios financeiros a vários setores, como por exemplo, ao agronegócio, as empresas de infra-estrutura, aos clientes do BNDES, e todos os programas de crédito que cobram juros abaixo da taxa básica do Banco Central.

Há outras medidas sendo analisadas, certamente também de caráter restritivo, mas essas duas são as mais graves. As duas teses - a desvinculação do salário mínimo e a desconsideração das diferenças das jornadas de homem e mulher e de trabalhadoras/es rurais e trabalhadoras/es urbanos, somente podem ser praticadas se o governo conseguir mudar a Constituição Federal, que, em seu Artigo 20, parágrafo 2º, vincula o salário mínimo ao piso de

benefício previdenciário; e no Artigo 202, parágrafo 7º, item II, trata dos diferenciais de gênero e de trabalho rural e urbano. E para mudar essas regras o governo precisaria mudar a Constituição, com todas as implicações que isto acarreta.

VOLTA DA MISÉRIA E POBREZA

É sabido que os pagamentos do INSS são uma importante fonte de renda pública. Correspondem a mais do que a arrecadação municipal somada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em cerca de 4 mil dos cerca 5.700 municípios brasileiros. A circulação local da renda previdenciária é crucial para alimentação dos pequenos comércios, pequenas agriculturas e micro empreendimentos na esmagadora maioria dos municípios etc. Cortar a Previdência no formato que está sendo proposto é, não apenas roubo de direito social dos mais pobres, mas também iniciativa para aprofundamento do desemprego nos pequenos e médios municípios.

COMO MANTER A PREVIDÊNCIA?

Há forte fundamentação técnica e política para barrar essa pretensa Reforma da Previdência. Faria sentido debater outra proposta, que comece por mudanças no sistema tributário, compatíveis com a provisão de recursos para garantir os direitos sociais em discussão. Há muitos vazamentos de recursos tributários, que, devidamente trazidos para o Orçamento da Seguridade Social, resolveriam o problema do financiamento. Exemplos são múltiplos: o agronegócio não paga imposto sobre os produtos para exportação; os capitalistas não pagam impostos sobre dividendos distribuídos, rebaixando sensivelmente os recolhimentos da “Contribuição sobre o Lucro Líquido” para a Seguridade Social; há muita sonegação da contribuição

previdenciária e ainda os empresários se beneficiam das inúmeras anistias fiscais, de maneira que há, efetivamente, espaço para reestruturar o orçamento federal.

Esclareça-se ainda, que, no final do ano de 2015, o Congresso Nacional aprovou nova regra de transição, cuja soma de idades e tempo de contribuição que iria de 95 a 100 anos (homens e mulheres), elevando, portanto, as idades de aposentadoria por tempo de contribuição, implicitamente, para 65 e 60 anos. Isto é opção à substituição da Lei do Fator Previdenciário (Lei aplicável apenas à Previdência Urbana, em vigor desde 1999, que restringe as aposentadorias por tempo de contribuição, diminuindo o valor do benefício para a faixa de idades de 55 a 65 anos).

DESMONTE DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Uma palavra ainda precisa ser dita sobre o anúncio no final da última semana (entre os dias 14 a 21 de junho), das medidas restritiva aos orçamentos da Saúde e da Educação, que supostamente ficariam congelados nos limites atuais, somente podendo crescer nos próximos anos pela inflação do ano anterior. O anúncio, sob a forma de Proposta de Emenda Constitucional, de limite do gasto orçamentário, restringiria todos os setores das políticas públicas, mas como não ficou completo no formato atual, dependerá de complementações “pós impeachment”, para efetivamente valer em 2017. Para tal o Ministro da Fazenda promete uma Emenda Constitucional com esse teor, revogando inúmeros dispositivos constitucionais vigentes. Mas até o presente. O que foi apresentado parece um ‘balão de ensaio’ para testar resistências. Igualmente não faz sentido perante as necessidades gritantes de recursos para o SUS e para a Educação Básica e Universitária. Precisamos ficar atentos e solidários às mobilizações que deverão ocorrer em torno desses temas.

NENHUM DIREITO A MENOS - A LUTA CONTINUA!!!

Neste contexto, nós movimentos populares do campo da Via Campesina Brasil e da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA populares do campo estamos atentos e mobilizados em defesa da seguridade social e da previdência pública universal e solidária, bem como da condição de seguradas e segurados especiais para as trabalhadoras e trabalhadores rurais e pescadoras e pescadores artesanais do Sistema Único de Saúde - SUS como direito de todos e dever do estado e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Exigimos a continuidade da Previdência Pública Universal e solidária que foi conquistada pela luta dos movimentos de mulheres trabalhadoras (es) do campo, que mobilizadas/os garantiram direitos como a Lei 8.212/91 que trata do custeio, e a Lei 8.213/91 que trata dos benefícios, disciplinando o regime geral da previdência social, também fazendo o enquadramento das/os trabalhadoras/es rurais. Conforme regulamentação, expressa nas alíneas "a",

"b" e "c" do parágrafo VII do Art. 12 da Lei 8.212/91, são considerados Segurados Especiais: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rural, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exercem essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo familiar. A Constituição Federal reconheceu a luta das trabalhadoras/es, quando tratou de forma diferente os urbanos e os rurais, garantindo assim, os princípios da universalidade e solidariedade da previdência os quais devem ser mantidos.



REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
ABRA
Fundada em 20 de setembro de 1967



O projeto de agricultura camponesa tem como princípios:

- ♀ Agroecologia.
- ♀ Considerar as sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, recuperando, preservando e multiplicando as sementes crioulas.
- ♀ Respeito ao ciclo natural da vida, cuidado com a natureza e preservação das matas e florestas.
- ♀ Conservação, preservação e multiplicação da biodiversidade, inclusive para possibilitar o auto-sustento e a renda.
- ♀ Proteção das nascentes, fontes, rios e recursos hídricos, com aproveitamento das águas das chuvas.
- ♀ Recuperação e manejo do solo de forma ecológica, com aproveitamento equilibrado dos recursos naturais existentes.
- ♀ Reforma agrária, com o fim do latifúndio e o estabelecimento de limite da propriedade de terra.
- ♀ Acesso e controle dos meios de produção, trabalho e consumo pelas camponesas e camponeses.
- ♀ Valorização e reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento de muitas gerações.
- ♀ Ciência e pesquisa a serviço da promoção da vida e do bem comum.
- ♀ Potencialização do bem-estar e do belo como forma de viver dignamente no campo.
- ♀ Mudança nas relações humanas, respeitando as diferenças, com o fim da violência, opressão, discriminação e dominação contra as mulheres e a classe trabalhadora.
- ♀ Fortalecimento da arte e da cultura camponesa.
- ♀ Soberania alimentar e autonomia para decidir sobre a produção.
- ♀ Valorização da agricultura camponesa com políticas públicas diferenciadas.

A vida acima de tudo!

A Prática da Agricultura Camponesa exige a mudança da agricultura química convencional, para a agroecológica. Isso leva à mudança de hábitos e costumes alimentares, de trabalho, de relações das pessoas entre si e delas com a natureza.

O Movimento de Mulheres Camponesas vem, de forma organizada e coletiva, estudando e desenvolvendo práticas a partir da agroecologia. Temos como missão a *libertação da mulher e a promoção da vida*, pois entendemos que *desenvolvimento e modernidade* significam *promoção e continuidade da vida para toda a humanidade*.

Não basta gerar e parir nossas filhas e filhos, é preciso promover e defender a vida do planeta. Todos os dias!



Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil

Fone/Fax: (54) 3312 9683
secretaria@mmcbrasil.com.br
www.mmcbrasil.com.br



Agroecologia uma alternativa para a continuidade da vida



A agricultura química

e suas conseqüências para a vida!

Desde os primórdios da humanidade foram as mulheres que, além de coletar os frutos da natureza para alimentar o grupo, aos poucos, começaram a semear, plantar e foram aprendendo a controlar a reprodução das espécies. A observação da natureza, o aperfeiçoamento das ferramentas, das formas de vestir e de se proteger, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura.

Precisamos resgatar o sentido da palavra **agricultura**, entendendo-a como a **arte**, a **cultura** de lidar com a terra. Isso significa, acima de tudo, recuperar o cuidado e o grande amor pela vida. A implantação do modelo capitalista transformou o jeito de fazer agricultura, que passou a ser subordinada ao capital e ao interesse constante de aumentar os lucros.

A exploração desenfreada dos recursos naturais (terra, água, ar, biodiversidade), juntamente com a exploração das pessoas (trabalhadoras e trabalhadores, especialmente mulheres, jovens, crianças, idosos, camponeses/as, indígenas, negros/as, pastores/as, pescadores/as, entre outros), está gerando uma grave crise econômica e social. Esta crise é uma ameaça a vida do planeta, causando o risco da própria extinção da espécie humana.

Ao devastar e destruir a natureza para dela tirar o lucro, o ser humano arranca da terra exatamente o que necessita para sobreviver, pois somente a terra e a natureza podem oferecer *gratuitamente* ao ser humano o que existe de mais nobre: *a possibilidade da vida*.

Nós somos parte da natureza!
Quando envenenamos a terra estamos envenenando o nosso próprio alimento. Quando tratamos a terra com respeito, estamos respeitando-nos mutuamente.

O modelo capitalista e patriarcal tem várias características, destacamos algumas:

- ★ Grandes áreas de terra e os meios de produção nas mãos de poucos.
- ★ Produção de monocultura direcionada ao agronegócio.
- ★ Uso intensivo de sementes híbridas e transgênicas, adubos químicos, venenos, herbicidas e inseticidas.
- ★ Desmonte e privatização do Estado.
- ★ Concentração de riquezas nas mãos de poucos.
- ★ Lucro valorizado acima da vida humana e da natureza.
- ★ Propaganda dos valores (consumismo, moda, individualismo, dependência/submissão...) que legitimam o capitalismo e o lucro como partes da sociedade perfeita, agindo com violência, repressão e agressão a quem pensa e age de forma diferente.



Agroecologia: princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral.

Lutamos por um Projeto de Agricultura Agroecológica

Agroecologia busca a harmonia nas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, produzindo e reproduzindo a vida, preservando e multiplicando a riqueza da biodiversidade. Optar por um projeto de agricultura camponesa agroecológica significa incorporar um novo modo de vida, ou seja, significa a *decisão* pela multiplicação e continuidade da vida.

A agroecologia não se resume simplesmente como "alternativa ou tradicional", como forma diferente de obter lucro ou ganhar dinheiro, pois isso, no campo, continuaria alimentando o sistema capitalista. A agroecologia se constitui em uma ferramenta estratégica *de resistência* das camponesas e camponeses e *de proposição* do nosso Projeto de Agricultura.

O futuro depende das nossas atitudes com a natureza, pois ela retribui o tratamento que recebe.



ESPINHEIRA SANTA: colher os frutos quando iniciar a abertura espontânea deixando na sombra até liberar as sementes. Pode por as sementes para germinar logo após serem colhidas em canteiros sombreados com substrato orgânico - argiloso. O transplante da muda em embalagem individual deve ser feita quando atingir quatro a cinco folhas. O transplante definitivo é feito depois de cinco a sete meses. A madeira pode ser usada para lenha e carvão e as folhas para fins medicinais principalmente para cura de males do estomago.

INGÁ: Colher os frutos diretamente da árvore quando iniciarem a abertura espontânea ou recolhe-los do chão logo após a queda, abrir as vagens manualmente retirando as sementes



envoltas pelo arilo branco, não deixa-las secar. Colocar as sementes para germinar imediatamente após a retirada das vagens em canteiros semisombrados contendo substrato orgânico argiloso. Transplantar para embalagens individuais quando atingirem de 4 a 5 folhas e depois de quatro a cinco meses fazer transplante definitivo. A madeira pode ser utilizada para lenha e carvão e também para caixotaria. Os frutos são consumidos pelos pássaros.

Essas são algumas espécies, com certeza tem muitas outras a serem recuperadas. É importante e necessário consorciar as plantas com diversas espécies em cada local.

Missão do M.M.C

Nossa missão é a libertação da mulher, construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica e a transformação da sociedade.

Está em nossas mãos realizar algumas experiências que possam recuperar o ambiente para deixarmos como herança as nossas filhas/os, netas/os um planeta saudável que permita os seres humanos viver em harmonia com a natureza.

Realização

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA - MMC/SC.
Rua Sete de Setembro, 2070 D
Bairro Presidente Médici
Caixa Postal 670
Cep: 89-806-150 - Chapecó/SC
Fone/Fax: (0xx49) 3322-2539
E-mail: aema@unochapeco.edu.br



Apoio



Mulheres preservam a Biodiversidade



PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS
PRESERVAR A NATUREZA
CUIDAR DA VIDA

Conceito

Biodiversidade é a variedade de vida existente no planeta terra. A diversidade de espécies da fauna (animais) da flora (vegetais) de fungos e microorganismos desempenham funções importantes nos ecossistemas.

O ser humano é parte da natureza. Foi crescendo e se desenvolvendo com ela. Diante da necessidade de sobrevivência os seres humanos desenvolveram a prática da coleta de alimentos. Foram as mulheres que ao longo da história tiveram um papel fundamental no cultivo das sementes crioulas, plantas medicinais e nativas. Através da observação percebendo que as sementes jogadas ao redor de suas moradas nasciam, cresciam, produziam frutos. Era mais fácil fazer a coleta nestes locais.

Aos poucos foram desenvolvendo técnicas de coleta e armazenamento de sementes e iniciando o cultivo de plantas. Para coleta usavam aventais de bolsos, sacolas, cestas, tuias de madeira, vasos de barro ou de pedra. Observando o processo da natureza foram entendendo a época de plantar, relacionando com a lua, o clima as estações do ano, garantindo assim a produção de alimentos.

Era bonita a forma carinhosa e atenta como as mulheres lidavam com as sementes. Inclusive utilizavam como enfeites fazendo brincos, tiaras, colares e outros.

Essa forma de cuidar da natureza foi criando uma forte relação entre as mulheres e as sementes, sendo que até hoje elas tem em suas mãos uma grande diversidade de sementes.

Neste sentido o Movimento de Mulheres Camponesas faz o debate da construção do projeto de agricultura camponesa baseado nos princípios da agroecologia. No qual o ser humano é parte, não tem o direito de ser dono, explorar e lucrar com os bens materiais.

Importância da Biodiversidade

A biodiversidade é importante para manter o equilíbrio ambiental e a saúde das espécies. Diante da degradação ambiental que estamos enfrentando como secas, enchentes, catástrofes, tornados, terremotos e outros se faz necessário mudar comportamentos, atitudes e hábitos. Isso exige repensar a forma em que os seres humanos se utilizam dos bens naturais. Vivemos numa sociedade em que os mesmos são usados pelo capital para enriquecer uma minoria que tem em seu poder os meios de produção destruindo sem dó nem piedade os bens que a natureza nos oferece para a nossa sobrevivência.

Como mulheres organizadas queremos cultivar, recuperar a biodiversidade enquanto possibilidade de vida. Está colocado para nós um grande desafio de recuperar a biodiversidade buscando no saber popular formas de cuidado e preservação da vida.

Nos desafiamos a recuperar algumas espécies de plantas nativas, fazendo nossa parte nesta tarefa que é de todas e todos.

Mãos à Obra

Podemos começar recuperando fontes, banhados em nossas unidades de produção. Para isso é importante vermos algumas plantas de fácil recuperação e crescimento rápido. Estas também podem ser utilizadas no consumo familiar como lenha, alimentos, remédios, essências e outros.

Alguns exemplos de espécies nativas, seu uso e procedimentos para coleta e produção de sementes:

CANAFISTULA: Podemos colher a semente diretamente da árvore quando as vagens estão amareladas. Secar no sol e esfregar manualmente até soltar a semente. Logo após de colhida pode ser colocada em um recipiente para germinação. As mudas levam de quatro a cinco meses para o transplante definitivo. Em dois anos podem atingir de cinco a seis metros. A madeira pode ser utilizada para construção civil e marcenarias.



CEDRO: A coleta dos frutos deve ser feita quando iniciam a abertura espontânea. Colocar no sol para completar a abertura e a liberação das sementes. Colocar as sementes para germinar logo após a colheita em canteiros semi sombreados contendo substrato argiloso. Depois de por a muda em saquinhos individuais demoram ainda entre 70 a 120 dias para o transplante definitivo. É uma madeira nobre e tem muitas utilidades.



Nos últimos anos, pesquisas e a própria experiência das camponesas revelam a importância da humanidade mudar hábitos alimentares e voltar a atenção ao cuidado e proteção dos recursos naturais como água, solo, plantas e as sementes, geradoras da vida. Na atualidade, o alimento tem a missão de gerar lucro, sendo chamado de alimento-mercadoria, com um valor atribuído pelo mercado e preparo para permanecer maior tempo nas prateleiras, até cumprir sua missão: a obtenção de lucro pelas grandes indústrias.

Do desequilíbrio alimentar advêm doenças como diabetes, doenças cardiovasculares, gastrintestinais, hipertensão, etc. Só um alimento saudável, produzido sem uso de agrotóxicos, com práticas agroecológicas e ética, valorizando o saber das camponesas e dos camponeses, diversificado e essencialmente natural e ecológico é capaz de contribuir no equilíbrio do corpo e mente.

Dona Severina, uma camponesa militante do MMC-AL, afirma que “o melhor para a saúde do nosso corpo é nosso alimento, porque ele é nosso remédio”, e bom mesmo é produzir de tudo um pouco. O alimento precisa ser promotor de saúde, baseado no modo de vida dos camponeses e das camponesas, com produção diversificada, sustentável e viva, tendo como origem o cuidado com a vida humana e da natureza.

Aparecida Mendonça Silva - Alagoas

A semente é o começo de tudo precisamos dela para ter soberania alimentar

Depois de cinco anos de luta para organizar mais de setenta grupos de mulheres em Santa Catarina, que resgatam, produzem e melhoram sementes crioulas de hortaliças, podemos dizer que está valendo a pena. Através da oficina, se valoriza mais o trabalho das camponesas, aumentando a auto-estima e a vontade de aperfeiçoar as práticas de produzir seus próprios alimentos.

Aprendemos, também, a cuidar da terra e da água, respeitando o ciclo natural das plantas e a biodiversidade. Existe em nossa região um grande número de pessoas com câncer. É assustador o desespero pela cura. Já estamos ajudando muitas pessoas através da alimentação saudável, compreendendo como o nosso organismo funciona, observamos quais os alimentos que são construtores de nossas células para ingerir. São muitas as mulheres que estão a fim de construir uma agricultura camponesa onde a técnica seja a agroecologia, a produção voltada para o auto-sustento e renda, e se valorize o trabalho da mulher.

Carmem Munarini - Santa Catarina

A saúde deve ser compreendida como sinônimo de vida.
Saúde não é negócio é direito nosso

Missão do MMC Brasil

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.



ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS
RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Secretaria da AMTR-SUL
Rua Sete de Setembro, 2070
Bairro Distrito Presidente Médice
89.806-150 - Chapecó - Sc

www.mmcbrasil.com.br

Apoio:

Ministério
da Saúde



Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida



MMC Brasil



Mulheres camponesas, em defesa da vida e da saúde

O Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil — é um movimento organizado, composto e dirigido por camponesas de diversos estados do Brasil. Com mais de 20 anos de história, o movimento organizou as camponesas para lutarem pelo reconhecimento da profissão, pela previdência pública e universal, por saúde pública e integral, pelo acesso à documentação pessoal e profissional e por políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura a partir das pequenas/os agricultoras/es.

A luta por saúde está diretamente relacionada com muitas questões que o MMC defende, organiza e discute com a sociedade. Entendemos que nosso trabalho com agroecologia, sementes crioulas, plantas medicinais e reeducação alimentar são elementos que contribuem decisivamente para termos mais vida e isso é oportunar mais saúde para homens e mulheres, no campo e na cidade.

Precisamos romper o pensamento que condiciona saúde ao fato de não ter doenças. Saúde é o conjunto de situações que nos possibilitam ter equilíbrio mental, físico, material, comunitário... Por isso lutar por terra, moradia, direitos sociais e uma outra proposta de agricultura está no horizonte de garantir mais saúde.

Não podemos deixar de refletir sobre o peso econômico que a saúde possui. Basta observarmos a quantidade de farmácias, clínicas, remédios, ofertas de serviços e planos de saúde, todos com elevados custos financeiros. Podemos dizer que a saúde se tornou um ótimo negócio para as grandes empresas, principalmente as transnacionais farmacêuticas. Um exemplo: a Novartis, uma empresa transnacional associada, fabrica ao mesmo tempo sementes híbridas, pesticidas (venenos químicos para as plantas) e

remédios para as pessoas. É uma cadeia que busca extrair o máximo de lucro, sem importar-se com os efeitos destes produtos.

Portanto, discutir saúde é discutir sobre política, economia, sociedade e, principalmente, sobre a luta da classe trabalhadora por condições dignas de vida. É essencial fortalecermos a luta por políticas públicas de saúde, cobrando a implementação completa do Sistema Único de Saúde – SUS, em nossos municípios, denunciando irregularidades, fazendo valer nossos direitos, assegurados inclusive na constituição federal, mas também construindo uma outra base para a saúde, que integre desde os alimentos saudáveis até os processos curativos de doenças.

A partir destas afirmações é que o MMC Brasil está desenvolvendo este trabalho sobre saúde, para o qual este folder foi elaborado, a fim de levar sempre mais informações para as camponesas, suas famílias, comunidades, organizações... Também estamos realizando estudos nos estados onde o movimento está organizado. Entre os temas estudados estão: plantas medicinais, sementes crioulas, reeducação alimentar, sistema público de saúde e políticas públicas. O debate também aprofunda nossa proposta de agricultura camponesa e agroecológica. O trabalho de base é uma das nossas metas principais, sendo que as experiências concretas dos temas citados estão acontecendo onde as camponesas vivem, ou seja, nos grupos de base e organizações comunitárias ligadas ao MMC.

É importante ressaltar que este trabalho é seqüência de outras atividades já desenvolvidas e não temos a pretensão de ser as únicas, mas sim, potencializar o conhecimento popular que as camponesas e camponesas possuem. Esta é a melhor forma de recuperarmos e colocarmos este conhecimento a serviço do povo, pois caso contrário, ele será usado, privatizado e vendido por empresas capitalistas. Reafirmamos: **“Saúde não é negócio, é um direito nosso!”**

O MMC se caracteriza por ser feminista, camponês e pertencente à classe trabalhadora. A luta pela libertação das mulheres, a produção de alimentos saudáveis e a organização social, concretizam estas características.

Passos para garantir os direitos do SUS (Sistema Único de Saúde)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais ou por entidades a ele vinculadas. O SUS foi conquistado pelo povo e está consolidado na Constituição, garantindo atendimento universal, igualitário e integral para todas as pessoas, seja nas unidades de saúde, ambulatórios, laboratórios, clínicas, hospitais, instituições privadas contratadas... sem que nada seja cobrado. Esse atendimento já foi pago pela cidadã e cidadão, através das contribuições sociais e dos impostos arrecadados pelo governo.

O que fazer para garantir o atendimento?

- ➔ Sempre que você ou alguém de sua família necessitar de atendimento, procure primeiro o posto de saúde mais próximo. No posto de Saúde você não deve pagar nada pelo atendimento prestado.
- ➔ Em caso de emergência, vá ao Pronto Socorro mais próximo, em seu município. Ali você deverá ser atendida(o) pelo médico de plantão. Todo hospital conveniado com o SUS deve ter Pronto Socorro ou atendimento de Emergência, com plantão 24 horas, sem cobrar nada do usuário.
- ➔ O médico que você for consultar é responsável pela solicitação de exames ou qualquer outra necessidade. Você não deve pagar nada por qualquer procedimento solicitado pelo médico (exames, ultra-sonografia, raio-x, tomografia...), você deve levar tudo que o médico solicitar para a Secretaria de Saúde providenciar.
- ➔ Se você precisar de atendimento no hospital e necessitar ficar em observação, você tem o direito de ser atendida(o) sem pagar nada.
- ➔ Caso o paciente necessitar de internação, ficará na enfermaria (ou quarto coletivo). Esta é a acomodação garantida pelo SUS. Todo atendimento deve ser pela AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e você não pagará nada. Mesmo quando não houver leito na enfermaria, o hospital é responsável por internar o paciente, sem a necessidade de pagamento de qualquer diferença (Portaria nº 13, de 01/04/1997).
- ➔ Se o paciente necessitar de um tratamento especializado, que não tem no município, seja hospitalar ou não, os profissionais e a Secretaria da Saúde têm obrigação de encaminhar para um Hospital Regional, acompanhado da AIH. A Secretaria da Saúde também é responsável pelo transporte.

O que fazer quando houver dificuldades de atendimento?

Se o hospital ou médico recusar o atendimento, devemos ir até a Delegacia de Polícia ou Promotoria, junto com algumas testemunhas, e fazer uma denúncia de omissão de socorro. É importante você saber que quem assina o convênio com o SUS é o hospital e a Secretaria Municipal de Saúde, portanto, todos os profissionais que ali trabalham, inclusive o médico e anestesista, não podem cobrar pelo atendimento prestado.

Se você for vítima de cobranças ilegais ou qualquer outra irregularidade saiba como se defender e denunciar:

- ❖ Consiga uma testemunha (não pode ser alguém da família).
- ❖ Não aceite pressão do tipo prender receitas e documentos.
- ❖ Quando você tiver dúvidas ou for obrigado(a) a pagar, faça o pagamento com cheque pré-datado e nominal.
- ❖ Em qualquer situação, exija recibo que conste o tipo de procedimento que foi prestado. Não aceite recibo que diga que é doação ou contribuição espontânea.
- ❖ O procedimento seguinte é fazer a denúncia, se possível por escrito ao Promotor. Também é possível denunciar na Delegacia de Polícia de seu município, mas este procedimento é mais demorado.
- ❖ Você também pode utilizar o Disque Saúde para fazer sua denúncia, pelo telefone **0800 611997** ou ainda ligar para os telefones regionais.

Saiba também que:

Nos Hospitais conveniados com o SUS, toda gestante em processo de parto tem direito de acompanhante, sem pagar nada. Lei Federal 11.108 de 07/04/2005.

O SUS é seguro. Vamos exigir qualidade no atendimento. Qualquer negligência deve ser denunciada num dos locais citados. Faça sua parte!

Receitas e Dicas

1 Elixir da Mulher

Indicação: problemas de ovário, útero, menstruações desreguladas, corrimentos.

Composição: tinturas de açoita-cavalo, agoniada, caroba, espinheira santa, ipê-roxo e tansagem. **No norte:** angico, babosa, carajirú, tabacurana (folha), suenha (casca).

2 Elixir dos Vermes

Indicações: todos os tipos de vermes (ameba, etc).

Composição: tinturas de alho, arruda, cebola, erva-de-santa-maria (mentruz), hortelã, losna, semente de mamão. **No norte:** alho, arruda, cebola (cabeça), cipó d'alho, erva-de-santa-maria (mentruz) e hortelã.

3 Tapioca

Conhecida também como “tapiquinha”, é feita de goma (polvilho). Uma pequena quantidade de goma é colocada na frigideira quente que, espalhada, fica igual a uma panqueca, depois fica a critério de quem faz: molhada com leite de coco ralado, tapioca na manteiga, com coco ralado, tapioca solteira, casada, com leite condensado, fina, grossa... pronta para tomar com café.

Da tapioca se faz a goma do tacacá, a farinha, o beiju, a palma de pão, a tapioca, o mingau de tapioca, a farinha de tapioca, seca, farinha d'água.

E do que se faz a tapioca? Retira-se ralando a mandioca espremendo no tipiti* para tirar o suco. Desse suco, separa-se a borra que vira tapioca e a água que vira tucupi, ingrediente para o tacacá, o cozido, a pimenta, o jambú, carne de caça, peixe tamuatá e outros.

* Palavra formada do vocabulário Tupi-Guarani - *tipi* significa espremer e *ti* significa sumo líquido. Esse objeto serve para espremer o sumo da mandioca. É feito com a tala de arumã, planta típica da floresta amazônica.

4 Repelentes de Pernilongos

Ingredientes: camomila, alecrim, eucalipto cheiroso, cipreste, grama seca.

Modo de preparo: Tinturar tudo. Colocar cera de abelha. Dar uma fervida. Fazer uma vela. Acender meia hora antes de dormir e depois apagá-la.



5 Biofertilizante de urina de vaca

Ingredientes: Urina de vaca que esteja produzindo leite.

Modo de preparo: Recolher a urina da vaca e armazenar por no mínimo 10 dias em vasilha de plástico tampada. Quanto mais tempo deixar a urina em repouso, melhor fica. Usar 500 ml de urina em 50 litros de água e pulverizar as plantas.

Também pode ser usada a urina de cabra que esteja produzindo leite. Somente muda a dosagem: 500 ml de urina para 100 litros de água. Ambas servem como adubo foliar, uréia e também para controlar cochinilhas, ácaros, olho de pomba e outros.

6 Vinho Fortificante

Indicações: combate fraqueza e cansaço contínuo.

Ingredientes: 2 litros de vinho tinto; 1 colher (de sopa) de canela em rama; 1 colher (de sopa) de cravo-da-índia; 8 xícaras de açúcar mascavo.

Maneira de preparar: juntar todos os ingredientes e ferver em panela de ferro até ficar na quantidade de 1 litro.

7 Sabonete de Própolis

Indicações: Anti-séptico, antimicrobiano, antiinflamatório e antimicótico.

Ingredientes: ½ kg de sabão de glicerina; 100 gramas (10 colheres de sopa) de própolis seca e moída.

Maneira de preparar: Moer a própolis (seca) no liquidificador, peneirando-a para aproveitar somente o pó. Derreter o sabão em banho-maria. Acrescentar a própolis moída. Mexer bem e colocar em formas para secar.

Desafios para as mulheres camponesas na luta pela saúde e por um projeto de agricultura camponesa e agroecológico

Fazer do seu espaço de produção um lugar bom de viver, tendo toda a diversidade possível de plantas, animais, frutas, flores. Tornar o ambiente bonito, pois isso nos motiva o sentimento de pertença a este espaço e também nos permite pensar com mais clareza sobre o que vamos produzir, como produzir, como comercializar.

Lutar por políticas públicas de habitação, transporte, educação, saneamento, créditos adequados e comercialização para que elas sejam suporte no desenvolvimento da agricultura que queremos.

Dividir o poder das decisões com todos e todas que vivem neste espaço, onde jovens e mulheres se tornam sujeitos das decisões.

Ser coerente com o que falamos. Se acreditamos nas plantas medicinais, nas sementes crioulas, na produção agroecológica, precisamos praticar isso no dia-a-dia e não nos deixarmos levar pelas propagandas do agronegócio, das comidas enlatadas, dos químicos, das farmácias.

Nossos conhecimentos precisam crescer cada vez mais, tanto o conhecimento prático, quanto o conhecimento teórico, os conhecimentos gerais sobre tudo o que nos rodeia. Portanto, estudar, ler, conversar, fazer experimentos na produção, compreender as informações que nos chegam... tudo vai somando para construirmos conhecimento.

A luta por saúde pública é uma luta política que precisa ser feita no dia-a-dia, reivindicando nossos direitos, exigindo atendimento eficiente, fazendo valer o que está inclusive na constituição do nosso país. Portanto, saúde não é negócio, é um direito nosso e não é favor de ninguém.

Também é importante afirmar que essas mudanças que propomos exige a participação direta nas lutas das trabalhadoras/es, ou seja, a classe trabalhadora, afim de que haja mudanças profundas na estrutura de nosso país, pois sem estas mudanças não conseguiremos que todas as pessoas tenham acesso a uma vida justa, digna e feliz.

Participando do Plantando Saúde aprendi a conhecer as plantas. Eu nem imaginava que tantos inços são ervas medicinais que servem para fazer elixires, que curam muitas doenças. Também foi muito importante aprender a cuidar e usar estas ervas.

Quando participei foi muito difícil, porque eu andava muito fraca, estava com depressão e, além de tudo, eu não sabia escrever bem, lia mal, era muito tímida, tinha vergonha de ler em público... mas aos poucos fui perdendo a vergonha.

O que eu aprendi com o Plantando Saúde é inesquecível. Eu valorizo o movimento por ter me acompanhado, foi a minha recuperação. Fui operada do estômago, retiraram um tumor maligno, mas tinha muito mais que poderiam estourar a qualquer momento. Eu não sabia, mas estava sensível e achava que não ia superar, vencer esta batalha. Enquanto estávamos aprendendo a fazer os elixires, a companheira Rafinha mandava o medicamento pelo correio para fazer o tratamento e, aos poucos, fui melhorando. Eu sentia que estava tendo resultado positivo. Começaram a me incentivar a continuar lutando por esse caminho. Este curso me deu um sonho de vencer aos poucos esta batalha, porque precisam muito de mim. Aos que me procuram, sempre falo que tem que fazer os exames para saber certo o sintoma e aí sim tratar a doença. Sabendo usar as ervas medicinais, como o chá, elixir, tintura para fazer pomada, creme, xarope... é possível ter resultados muito positivos. É muito bom ter experiência!

Olga Blink - Rio Grande do Sul

Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis

Objetivo geral

Tornar visível o grande potencial de produção de alimentos que a Agricultura Camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres neste processo e sensibilizar a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida.

Dentre os objetivos específicos, podemos citar:

Ressignificar os saberes e as práticas milenares de conhecimentos das mulheres e dos povos do campo e da floresta.

Mostrar para a sociedade que é possível produzir alimentos saudáveis e cuidar da biodiversidade, através do desenvolvimento de práticas de agroecologia, de recuperação de matas ciliares, mananciais de água, plantas medicinais, matas nativas e sementes.

Potencializar a produção agroecológica e diversificada de alimentos saudáveis tanto para o auto-consumo das famílias camponesas, quanto para o mercado e acesso ao público urbano.

Avançar na construção da consciência relacionada à importância da soberania alimentar para os povos e especialmente para o povo brasileiro.

Construir alternativas de geração de renda para as mulheres e famílias camponesas.



Caráter da campanha

A campanha tem caráter ampliado, abrangendo várias dimensões:

Dimensão política: propor ações nas várias áreas das políticas públicas.

Dimensão ambiental: debater sobre a crise de civilização que a humanidade está atravessando e a necessidade de retomar o cuidado com a vida.

Dimensão ética, cultural e feminista: estimular valores e princípios, construindo novas relações humanas e com a natureza; novas relações de poder que superem todas as formas autoritárias, patriarcais e discriminatórias.

Dimensão das mudanças cotidianas: vivenciar práticas no cotidiano das mulheres e famílias camponesas, construindo um projeto popular de agricultura camponesa, valorizando quem trabalha, a natureza e produzindo para o bem da humanidade.

Dimensão econômica e social: construir mecanismos e instrumentos de viabilização e potencialização da agricultura camponesa, com a produção de alimentos saudáveis, cuidado com a vida e o ambiente e geração de renda no campo e na cidade. Potencialização de redes solidárias de trabalho e consumo. Valorização e valorização do trabalho feminino e ações de combate à fome e à miséria no campo e na cidade. Fortalecimento da soberania alimentar e da autonomia das mulheres.

Algumas metas da campanha

- Produção de alimentos saudáveis e diversificados.
- Recursos públicos para a produção ecológica de alimentos.
- Preservação da natureza e recuperação da biodiversidade.
- Reconhecimento e valorização do trabalho da mulher.
- Melhoria na infra-estrutura das propriedades: construção de cisternas, saneamento, energia...
- Ressignificação da cultura e valores camponeses.
- Assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura camponesa ecológica.

Concepções de saúde no Brasil

Nos últimos cem anos, o Brasil experimentou várias concepções de saúde, quase sempre visando vantagens político-econômicas de um pequeno grupo. Por exemplo, até os anos 1960 os serviços de saúde eram feitos sob o “modelo-sanitarista-campanhista”, realizado através de campanhas de saneamento nas cidades que garantiam as exportações das economias agrícolas. Após este período, com o decair da agricultura e o aumento do número de assalariados, necessitava-se de um atendimento médico previdenciário, uma medicina para a força do trabalho, pois o adoecimento dos empregados traria prejuízo às empresas. Este também era um modelo privatista-assistencialista, ou seja, modelos centrados no econômico e não na cidadania, na universalidade, na igualdade.

Nos anos 1980, inicia-se uma fase de participação social nas políticas públicas de saúde. Isso foi possível a partir da nova Constituição Federal e da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que envolveu governo, movimento sanitarista e movimentos sociais populares - que começaram a ser organizados nesta década, entre eles, o MMC.

Foi elaborado um Sistema Único de Saúde (SUS), observando-se a necessidade de um sistema igualitário, acessível a todos(as) e de acordo com as necessidades de saúde de cada pessoa (universal, integral e equitativo). O SUS foi implantado no início dos anos 1990, com novas leis que definiam sua descentralização (responsabilidade também dos estados e municípios), de acordo com a situação de saúde de cada localidade (Lei 8.080-90). O sistema também passou a contar com a participação popular (Lei 8.142-90), para isso criaram-se os Conselhos de Saúde (municipais, estaduais e nacional), com a participação de usuários e servidores, para debater, questionar e buscar soluções

aos problemas de saúde. Também foi implantado o Programa de Saúde da Família (PSF) nesta mesma década, para ampliar a cobertura populacional em saúde. As equipes que atuam até os dias atuais são formadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS).

Mas, se os Agentes Comunitários de Saúde não contam com capacitação, informações educativas e de auxílio, se os médicos e enfermeiros(as) são formados no modelo biomédico (para curar), como estas equipes vão se engajar em um dado território, conhecê-lo e criar um vínculo com a comunidade?

Se estamos em um país onde saúde é entendida como ausência de doenças e criamos um Sistema Único de Saúde para que todos possam usufruir (e não apenas quem não pode pagar um plano de saúde), por que ainda não funciona? Por muitos motivos: saúde não é igual à ausência de doenças, mas sim o bem estar biológico-psicológico e social (bio-psico-social). Este novo conceito de saúde, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde, afirma que cada ser humano deve ter um trabalho, um lar pra viver, desfrutar de lazer, segurança, educação, higiene ambiental. As pessoas devem viver em um meio de harmonia, ter acesso a informações e lutar por um ambiente saudável, sem poluição.

Assim nos damos conta que a saúde não depende somente da área da saúde, mas está interligada à secretaria de educação, de obras (saneamento, energia, lixos),



transporte, agricultura, etc. Isso significa um trabalho intersetorial, de co-responsabilidade entre o usuário e os servidores. Os servidores precisam contar com uma formação bio-psico-social desde a universidade, ou com cursos de pós-graduação, tendo em conta que o ser humano é um usuário ou um paciente e não um cliente. Que ele tem uma cultura e costumes que devem ser respeitados e compreendidos.

Não se pode ignorar o poder de cura das plantas, das benzedoiras e das orações, pois por muito tempo foi a única solução com que os povos contavam.

Também precisamos lembrar que muitos dos atuais medicamentos são fruto do estudo de plantas que já eram usadas. Claro que por serem processados e por terem diferentes apresentações, são oferecidos a um preço absurdo, mas temos que entender que este sempre foi o objetivo: explorar a população que precisa dos remédios. Se esta é uma área onde se lida com o emocional do ser humano, não lhes parece que a usam muito bem para o enriquecimento de um pequeno grupo de laboratórios e doutores?

Acredito que a saúde no Brasil e no mundo seria muito mais barata se realmente fosse interesse dos governantes e dos profissionais, trabalhando com a

concepção de que saúde entra pela boca com uma boa alimentação (natural, saudável e completa diariamente); se ao inverso de realizarmos campanhas, realizássemos um trabalho constante de promoção de saúde, orientando sobre riscos de certos hábitos



tóxicos (as diferentes drogas e alimentações artificiais, por exemplo), condutas desprotegidas (como exposições a certos tóxicos, doenças sexuais, etc.), trabalhássemos prevenindo que pessoas com doenças crônicas (hipertensão, diabetes, asma...) tivessem complicações, buscando melhorar ao máximo sua qualidade de vida e inserção na comunidade, assim como atividades na e com a terceira idade, produzindo assim sentido à vida, e garantindo respeito na sociedade.

Não abandonemos nossas hortas com verduras e legumes, nossos chás caseiros e nossa alimentação orgânica. Como não somos mercadoria, nosso corpo não pode ser negociado nem comercializado. Por isso, exigimos e lutamos por nossos direitos de usuários e cumprimos com nossos deveres de cidadãos e servidores, pelo funcionamento e respeito do SUS.

Rosemeri Krefta (Médica formada em Cuba, Pós-graduanda em Saúde da Família e Comunidade)

No estado do Acre realizamos experiência com saúde natural. Fazemos estudos e troca de experiências com pessoas e a comunidade, tais como experiências com chás, xarope, cataplasma, com plantas e terra, limpeza de ouvido, etc., além do plantio de plantas medicinais. Estudamos a cura pela semelhança (homeopatia). Curas concretas: hepatite, pressão alta, verrugas, furúnculos, bronquites, verminose, esgotamento, menopausa, desnutrição e outros.

A importância de se trabalhar com plantas medicinais e com a homeopatia é o fato de alcançarmos com ela uma cura completa. Os tratamentos naturais permitem que o próprio organismo se fortaleça e combata a doença. Os tratamentos químicos, ao mesmo tempo em que combatem uma doença, provocam outras, porque são agressivos ao organismo.

Angelina Carvalho - Acre



Para defender a soberania, temos a tarefa de “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”.

Vem aí mais um material da Associação Nacional de Mulheres Camponesas. Esse folder que ora apresentamos tem como objetivo a formação continuada das mulheres militantes, que na sua luta cotidiana buscam a defesa da vida através da preservação da biodiversidade.

Para a Associação Nacional de Mulheres Camponesas que realiza parceria com o Movimento de Mulheres Camponesas, o cuidado pela capacitação e articulação de suas integrantes é prioridade, pois se tem consciência que a busca pela construção de uma sociedade justa, equilibrada, humanizada e igualitária de concepções e disputa de ideias, sendo muitas vezes necessário mobilizar, e ir para a rua.

O relato das companheiras, através das entrevistas, é expressão da organização e da efetivação do trabalho junto às mulheres do campo. A cada relato percebe-se a alegria, a autonomia e a satisfação da produção voltada para o auto-sustento do núcleo familiar, como também para a comercialização.



A valorização do trabalho da mulher camponesa cada vez mais é visível em nossa sociedade. Porém, muito temos a fazer, pois as forças que destroem, continuam ceifando vidas e destruindo a natureza, provocando dor e insegurança na vida dos camponeses e das camponesas. O poema a seguir reproduz e identifica a situação do modelo capitalista que nos cerca, impedindo a construção uma nação soberania:

Mortes do modelo

As correntes que fazem árvores caírem estão presas a uma engrenagem.

As bombas que sugam incansavelmente as águas dos rios também estão presas à mesma engrenagem.

Os venenos que poluem as terras poluem para a mesma engrenagem.

As balas que ceifam vidas partem desta engrenagem.

E que engrenagem é essa que derruba árvores, que suga os rios, que polui as terras e que ceifa vidas?

Que engrenagem é essa que mutila sonhos, que nos rasga o ventre e que nos impede de viver?

Que engrenagem é essa que tritura povos e encharca a terra com o nosso sangue?

Que engrenagem é essa que faz a Terra chorar em pranto?

É o modelo que concentra terras, que concentra águas e destrói vidas!

É o modelo do monocultivo, da pecuária e das madeiras!

É o modelo dos agrotóxicos, da indiferença e da motosserra!

É o modelo do latifúndio, do agronegócio e das transnacionais!

É o modelo das carvoarias, do trabalho escravo, dos canaviais!

É o modelo dos grandes projetos para o capital!

Plácido Júnior, integrante da CPT – Regional NE II.

Mas isto nos provoca e nos reanima para continuar defendendo a soberania e afirmando que temos a tarefa de “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”.

Produção:

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
MULHERES CAMPONESAS - ANMC**

Secretaria da ANMC
Rua Uruguai, 905 - Apto. 21
Centro

99010-110 - Passo Fundo RS

www.mmcbrazil.com.br

Apoio:



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



Camponesas promovendo soberania alimentar
com a diversidade brasileira



Mulheres camponesas defendem a biodiversidade e a produção agroecológica

Este material tem o intuito de partilhar com vocês, companheiras e companheiros, entrevistas realizadas em alguns dos Estados em que as mulheres estão organizadas. São experiências de Sergipe, Amazonas, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Paraná e Santa Catarina. A defesa da biodiversidade e da produção agroecológica se faz presente por todos os estados e segue o princípio da efetivação de uma soberania e segurança alimentar e nutricional segundo a sabedoria popular.

Sou Ednalva Souza dos Santos, tenho 53 anos, resido no município Povoado Betume-Neópolis/SE. Meus pais e toda a minha família viveram e vivem como agricultores no município de Pedra Furada - Cícero Dantas/Bahia. Muito cedo, já com 2 anos de idade em diante já tínhamos como brinquedo a enxada. Sua finalidade é de aprender a pegar pelo menos no instrumento de trabalho. Sempre ajudei meus pais na lida do campo.

Aos 6 anos eu ajudava meus pais a quebrar a mandioca para levar até a casa de farinha e com 12 anos eu já tinha o pedaço de terra na roça para me manter, ou seja, para comprar roupas a partir daquilo que conseguia produzir.

Residi com minha família até os 14 anos, depois fui viver em Sergipe, onde casei e passei a trabalhar na rizicultura, uma lavoura muito

difícil. Aos 16 anos tive meu primeiro filho, hoje sou mãe de 8 filhos. Atualmente vivemos meu esposo e eu e dois netos e continuamos a lida como camponesas.

O MMC me trouxe coragem de me expressar, dar minha opinião, de resgatar minha cultura, ou seja, minha identidade. Através das oficinas, realizadas pela técnica Maria Calvacante, integrante do MMC, trouxe um despertar para as plantas medicinais, a produção agroecológica e o resgate das sementes crioulas.

Minha preocupação é que tenhamos uma alimentação saudável, para viver melhor e com mais qualidade. Nossa produção é de hortaliças, mandioca, feijão, milho e melancia e banana. Tudo sem agrotóxico, porque os agrotóxicos são como, se nós engolíssemos uma bomba, causando várias doenças. Devido ao uso de venenos meu filho, depois de 8 anos vem sentindo as conseqüências com as doenças que surgem em seu organismo.

Alegro-me diante da fartura da produção sinto satisfação e desejo enorme de poder partilhar com outras pessoas a nossa soberania alimentar. Na maioria das atividades o compromisso é da mulher, contribuindo de 100%, no preparo da terra e no lançar as sementes. Gostaria de dizer que apesar de meus 53 anos gostaria de ter mais saúde, força e disposição para plantar e cuidar ainda mais da terra. Pois, o que se planta, se colhe.

Ednalva Souza dos Santos
53 anos
Povoado Betume-Neópolis/SE

Meu nome é Maria Luciene dos Santos, tenho 48 anos, resido no assentamento do município de Branquinha/AL, há 15 anos. Sou filha de agricultores, trabalhei com minha família até as 14 anos no campo. Fui para cidade e aos 18 anos me casei com Cícero, meu companheiro até hoje o qual sempre trabalhou na roça. Temos 6 filhos, o último é adotado e é um menino especial.

Nosso núcleo familiar atualmente é formado de 5 pessoas. Tenho a alegria de minha mãe viver conosco, ela tem 69 é uma camponesa que me ajuda no dia a dia e que dá exemplo de campesinato. Antes de fazer parte do MMC, trabalhei no sindicato do município, onde contribuí na formação de uma comissão de mulheres dentro do sindicato, hoje só participo do MMC.

Quando conheci o MMC em 2004, mudei muito o meu modo de pensar, claro, eu já tinha uma certa bagagem de conhecimento, mas o movimento contribuiu na luta pela autonomia, no maior cuidado com o meio ambiente e principalmente com o processo de formação, pude identificar o quanto o agronegócio prioriza o lucro e não se importa com a vida das pessoas e do planeta.

A participação no movimento tem contribuído na minha vida e de meu companheiro, pois ele tem mudado a forma de pensar e de cultivar a terra. Hoje, priorizamos a produção agroecológica e a diversidade de alimentos, pois acredito que uma alimentação saudável garante mais saúde e vida para minha família e das pessoas que adquirem nossos produtos na feira.

Em nosso pedaço de chão, cuidamos e cultivamos de tudo um pouco, como: ervas medicinais,

Aos 55 anos, Maria Mendes dos Santos possui um vasto currículo de militância sócio-política. Mas o seu maior orgulho continua sendo o trabalho diversificado de produção vinculada ao campo. Reside na comunidade rural de Pedra Grande, a 7 quilômetros da sede de Pindaí, Maria se destaca no beneficiamento de frutas nativas, junto com outras mulheres da redondeza. Pindaí fica a quase 800 quilômetros de Salvador.

A fruta de maior destaque é um umbu, pois tem muito na região e se adapta facilmente a ambientes

Maria Luciene dos Santos
48 anos
Branquinha/AL



frutas, legumes, aves, suínos entre outros. Tudo isso para nosso consumo e para a comercialização na feira. Neste sentido não usamos agrotóxicos, pois é uma droga perigosa que está provocando muitas doenças e que pode colocar em risco a própria existência humana.

Com a nossa produção me alegro muito, mas ao mesmo tempo, penso nas pessoas que não tem nada, que passam fome, pois isso acontecia comigo antes de ter a terra para produzir.

Preparo a terra com carinho, colocando folhas, adubo orgânico e outros produtos naturais, mas quando a terra é fértil não precisa colocar nada.

Nossa luta, nossa organização ou movimento deve continuar, ou seja, temos muito ainda a conquistar nas questões de soberania alimentar, na produção diversificada e na campanha contra o uso de agrotóxicos. Minha preocupação é em relação às sementes, nossa região sempre usou muito veneno e hoje, sentimos dificuldade de cultivar o feijão, o milho e outros. Percebo que as sementes têm dificuldade na hora da germinação. O que tem nos ajudado é o plantio no sistema agrofloresta.

Participo de uma feira agroecológica, organizada pelo MMC desde 2007. A feira é uma organização que tem dado certo, ela acontece uma vez por semana no município de Messias/AL.

Muitas coisas mudaram na minha vida, posso afirmar que sou uma camponesa feliz por fazer parte do MMC e de contribuir com outras mulheres a pensar diferente, olhar diferente a realidade e viver diferente para fazer a diferença. Companheiras, um abraço!

com pouca água. Mas também se aproveitam outras como siriguela, manga e acerola. Com frutas na mão, Maria produz doce, geléia, suco e polpa. Essa produção é vendida em feiras de economia solidária, eventos e exposições.

Esse trabalho Maria realiza sozinha ou com outras mulheres, a depender da qualidade de frutas disponíveis. Os grupos se reúnem periodicamente para o trabalho coletivo. O resultado é repartido igualmente para todas, às vezes antes outras depois que o produto é vendido.

Maria Mendes dos Santos
55 anos
Pindaí/BA

“Na época do fruto, as mulheres se juntam para produzir e depois dividem o resultado” – comenta.

Todos os alimentos são produzidos seguindo cuidados com a higiene. O objetivo é garantir a qualidade de cada produto. Após o processamento tudo é devidamente condicionado potes e garrafas de vidro. Também há o cuidado para a produção de rótulos que identificam o conteúdo e sua validade.

Além do beneficiamento de frutos, Maria e sua família também produzem em sua pequena terra: feijão, milho, mandioca e hortaliças para o próprio consumo; palma para alimentar os animais; e cria alguns animais como porco e galinha. Outra fonte de renda é a apicultura. O beneficiamento das frutas e a produção agrícola são fontes importantes de renda para a família e ajudam a completar os recursos vindos de outros trabalhos. “Sempre plantei e vou continuar plantando” - revela.

Em 1986 que Maria Mendes ingressou no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A partir desse movimento, Maria e suas companheiras iniciaram o trabalho de beneficiamento das frutas. O Movimento é organizado em rede nos níveis nacional, estadual e municipal. Na região, as experiências de maior destaque estão no município de Caetitê e Riacho Santana. Nesse locais, segundo Maria, os grupos organizados de mulheres já negociam a venda de seus produtos para o abastecimento da merenda escolar.

Além da atuação no MMC, Maria tem passagem em outras organizações de luta social. Já atuou como mobilizadora da pastoral da Criança. No sindicato dos trabalhadores Rurais de Pindaí ocupou cargos de diretoria, inclusive a presidência. Além disso, também presidiu a associação da comunidade.

Maria reconhece que é difícil conciliar o trabalho produtivo com a militância sócio-política, mas diz que não há razão para fazer uma coisa sem a outra. Por isso, nunca parou de plantar. “O movimento é uma das razões para plantar mais; é movimento de mulheres camponesas, o nome já diz que a gente tem que ter relação com a terra” – ressalta. Hoje Maria já não ocupa cargos de grande liderança. “Se um faz sozinho, os outros se acomodam. Então temos que dar espaço para outros; para eles se virarem também” – reflete como uma líder consciente de seu papel. Apesar disso, nunca se afastou nem do trabalho no campo, nem das atividades sócio-políticas.



Lucimar Margarete Roman
48 anos
São José do Cedro/SC

Meu nome é Lucimar, sou filha de agricultores, nasci em São José do Cedro, sempre trabalhei na agricultura e tenho três filhos.

Faço parte do MMC e ele tem contribuído no despertar para um novo projeto de vida. Tive oportunidade de participar de formações para adquirir novos conhecimentos dos direitos das mulheres camponesas. O Movimento tem me ajudado na formação e na informação sobre a importância da produção agroecológica, como cuidar da terra, com adubação verde, controle de insetos. Outra prioridade é o conhecimento das plantas medicinais, quais são as plantas amigas e inimigas e que é possível fazer o consórcio das plantas.

A diversidade de alimentos é importante para termos mais saúde, pois o nosso organismo precisa de diversas vitaminas e proteínas que tem nos cereais, sementes, raízes, folhas de hortaliças e frutas.

Nós procuramos produzir um pouco de tudo como: frutas, legumes, hortaliças, aves, suínos e bovinos e seus derivados. Tudo isso é para o sustento da família e para comercialização. Nossos produtos são orgânicos, livres de veneno e produtos químicos. São saudáveis e fazem bem a saúde. O uso de agrotóxicos é um assassinato a natureza, poluindo os rios e nascentes, acabando com o controle natural, pois a natureza é soberana e ela mesma faz seu controle. Para uma boa produção é necessário o cultivo do solo, por isso utilizamos adubação verde.

Onde tem produção orgânica à participação da mulher é maior, ela percebe a necessidade de uma alimentação saudável. Sinto-me realizada com o trabalho camponês quando percebo que há fartura para partilhar com a família e com as companheiras. Percebo ainda que há necessidade da ampliação da produção orgânica e que nós mulheres camponesas, temos que nos encorajar nessa luta e mostrar o que sentimos em relação à produção química, que está destruindo nossa alimentação e vai acabar nos envenenando por completo, enfim, vai destruir toda espécie de vida existente no planeta.

A produção agroecológica é essencial para a saúde, melhora a qualidade de vida e a alimentação é mais saborosa

Meu nome é Valeria Henkes Marcolini, tenho 51 anos, resido na Comunidade Linha Esperança, município de Terra Nova do Norte-MT. Sou natural do Rio Grande do Sul, mas me criei no estado do Paraná, aos 20 anos fui com a família para o Mato Grosso, com a promessa de que aqui teria uma vida melhor. Meus pais, sempre viveram da terra, passaram a viver na cidade, por motivos de doença, pois no campo o acesso à saúde pública é mais difícil.

Valeria Henkes Marcolini
51 anos
Terra Nova do Norte/MT

Fui para o norte do estado, onde me casei e tive meu primeiro filho Edson, hoje com 27 anos. Logo nos mudamos para Várzea Grande cidade vizinha da Capital, lá nasceram Edna que tem 24 anos e Jefferson com 18 anos.

Quando eu morava na cidade sempre cultivei o sonho de voltar a morar no sítio. Em 2004 consegui comprar uma terrinha no município de Terra Nova do Norte.

O MMC me ajudou muito. Antes eu tinha vergonha de falar em público, hoje me sinto mais à vontade, conheci muita gente, fiz muitas amizades. Na convivência com as companheiras tive a oportunidade de conhecer as mais diversas histórias de vida. A partir das formações do MMC, aprendi a fazer receitas de caldas, inseticidas, a troca de semente e a troca de mudas. A

socialização de experiências é fundamental para o trabalho no campo. Tive a oportunidade, através das oficinas de artesanato, de aprender a fazer diversos artesanatos, que hoje embelezam minha casa.

O MMC ajudou a lembrar aos camponeses que pra produzir não há necessidade de uso de agrotóxicos. Antigamente não precisava usar veneno, porque que agora precisa. Introduziram isso na cabeça dos agricultores, sabemos, porém, que não estão pensando na saúde dos camponeses, mas no lucro que terão com a comercialização dos venenos. Com o movimento reaprendemos a cultivar sem o uso de agrotóxicos. Aprendi muitas receitas, modos de cultivar e de cuidar da terra. Vemos que não é difícil, nem impossível, que da certo. Apesar do companheiro dizer que não daria certo.

O objetivo principal é o sustento da família, quando há grande quantidade de um produto comercializo. Nossa produção se baseia em frutas, legumes, apicultura, carnes e variados do leite. Minha maior alegria é poder dividir a produção com os vizinhos.

Na preparação da terra, para o plantio, utilizo adubo orgânico, adubo folhar que eu mesma preparo, busco terra do mato. Quanto as semente, procuro utilizar sementes crioulas, mas sinto dificuldade na conservação das mesmas.

A partir de minha participação no MMC, conheci muitas pessoas, construí verdadeiras amizades, conheci outros lugares e principalmente, aprendi a me valorizar como mulher camponesa. Gosto muito de participar do movimento.

Nós só queremos ter condições de vida em abundância neste planeta!

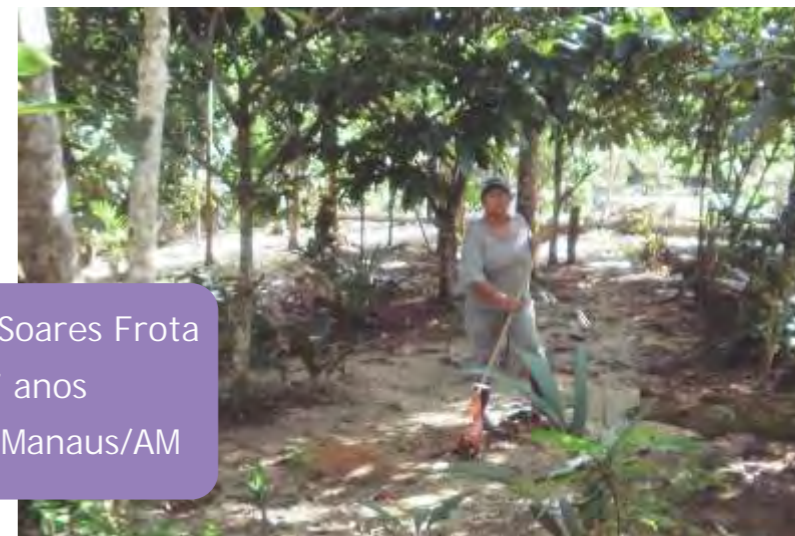
Meu nome é Ivaneide Soares Frota, tenho 57 anos, resido na estrada do Brasileirinho, Km 08 – Uberê – Manaus Amazonas. Sou filha de camponês, tenho 4 filhos e trabalho até hoje na agricultura. Atualmente vivemos meu esposo e eu na área rural, os filhos/as moram na cidade e possuem outra forma de trabalho.

Conheci o MMC por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Fiz a primeira formação através do projeto “planta medicinal”, que aconteceu em dois encontros estaduais. A partir desses encontros desencadeou-se um processo de trabalho com as mulheres da região. Através das formações adquiro maior conhecimento de meus direitos, percebo com maior clareza as situações de exploração e ainda posso ajudar as mulheres da minha comunidade. De fato o MMC despertou em mim mais vontade de viver.

Em relação à produção agroecológica, costumo falar que sempre produzimos nossos alimentos dessa forma, pelo fato de não utilizar produtos químicos que venham a causar mal à nossa saúde e ao meio ambiente. Agora, é claro que eu não tinha esse entendimento. O MMC contribuiu muito através das formações sobre agroecologia, soberania alimentar... Hoje até as nossas galinhas são agroecológicas...! (Risos).

Acredito que a diversidade de alimentos não é só importante para a nossa saúde, como é fundamental para a saúde da terra. Imagina você ver a sua mesa com várias opções de alimentos, e sua roça com várias opções de produtos; eu me sinto orgulhosa em ver a mesa farta e com diversidade de alimentos. É importante ressaltar que quem produz seu próprio alimento pode escolher o que quer comer. Uma roça com produtos diversificados contribui para uma melhor comercialização e o rendimento econômico é maior. Penso que a agricultura familiar, na produção de alimentos saudáveis, desempenha uma função importante para toda a sociedade, pois alimentos saudáveis tem por consequência uma vida mais saudável. Precisamos acreditar mais na produção agroecológica, através do incentivo aos pequenos agricultores.

Na nossa propriedade, trabalhamos com diversidade de frutas, legumes, criação de frangos e ervas medicinais. São alimentos saudáveis, pois não usamos nenhum tipo de agrotóxico. Os agrotóxi-



Ivaneide Soares Frota
57 anos
Uberê - Manaus/AM

cos foram a pior invenção do homem no mundo. Eles, os agrotóxicos, são pragas, são doenças...! Além de estarem matando os seres humanos estão destruindo a terra, a água, ou melhor, estão matando a natureza.

Meu Deus! Quando vejo fartura na produção, sinto uma felicidade tão grande, minha vida se enche de alegria. Se tivermos fartura na produção é porque o nosso trabalho foi bem feito e isso nos enche de orgulho, afinal, é o fruto do nosso trabalho. Por isso, afirmo que alimentos frescos e saudáveis resultam em uma boa alimentação e uma boa saúde.

As mulheres são fundamentais no processo de organização da produção agroecológica. A mulher cuida do espaço produtivo com toda dedicação porque sabe, que a partir dele, o sustento familiar estará garantido.

Na preparação da terra para o plantio utilizo adubos orgânicos, fertilizantes naturais... Com relação às sementes sempre seleciono as melhores para utilizar no próximo plantio. Uma das grandes dificuldades que enfrentamos em nossa região, são as práticas de queimadas. É um desafio que precisamos, com urgência, superar.

Procuro trabalhar sem gerar grandes impactos ambientais e tento colocar a minha produção no mercado com preços que valorizem o meu trabalho, mas esse é um fator que não está nada fácil. Para finalizar gostaria de dizer que se os nossos governantes olhassem com maior comprometimento os pequenos produtores, oferecendo assistência técnica, financiamentos compatíveis com a realidade, espaço de comercialização. Desta forma, teríamos menos pessoas migrando para a cidade.



Somos protagonistas da nossa história



Meu nome é Sandra Marli da Rocha Rodrigues, tenho 32 anos, pertencço ao município de Bom Jesus do Sul, Paraná. Sou filha de Ivo e Nilda da Rocha de família camponesa. Vivi até os 18 anos no campo, do qual saí para estudar, pois não havia possibilidade de cursar o ensino médio no interior. Morei dois anos em Salgado Filho, onde me casei com Jandir Rodrigues. Mudamos para Medianeira, em busca de trabalho, mas nós tínhamos como projeto de vida voltar para o campo para trabalhar na terra. Como o meu companheiro trabalhava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira, mantivemos um vínculo com a agricultura.

Em 2001 conheci a OMTR (Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais) do Paraná e também a ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais), comecei a participar das reuniões e cursos de formação, onde me auxiliou no debate sobre a agricultura e agroecologia. Foi aí então que nossa intenção de voltar para o campo tornou-se cada vez mais forte. Participamos intensamente do processo de unificação do movimento autônomo que consolidou o MMC-Brasil, em 2004.

Começamos a concretizar nosso projeto de retornar às raízes em 2005 após o nascimento de nossa filha Assucena. Com o desejo de

poder proporcionar uma vida mais saudável para nossa família, mudamos para o interior de Bom Jesus do Sul, onde conseguimos comprar uma pequena área de terra, na qual começamos a pôr em prática os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação do MMC, em parceria com outros movimentos e entidades. Vivemos em três na nossa unidade de produção e vida familiar camponesa.

Através da militância no MMC aprendi que somos protagonistas de nossa história. Pude entender a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que permeiam nossas vidas e famílias, bem como, a exploração das mulheres e da classe trabalhadora na sociedade capitalista patriarcal em que vivemos.

O MMC ajudou muito, pois foi através dele que compreendi a importância da produção agroecológica, não só para nós seres humanos, mas também para a preservação da biodiversidade. A diversificação da produção é muito importante, porque além de garantir uma alimentação de maior valor nutritivo, também nos dá mais independência do mercado, ou seja, contribui para nossa autonomia econômica.

A recuperação do solo e o cuidado com a produção de alimentos estão entre os objetivos que fundamentam nossa vida. Estamos em processo de implementação de uma agrofloresta, que aumentará significativamente a diversidade da produção e o equilíbrio do meio ambiente. Essa implementação se dará através da ASSESOAR (Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural), que é uma parceira no debate e nas práticas agroecológicas.

Em nosso pedaço de chão produzimos hortaliças, legumes, cheiro verde, plantas medicinais, feijão, mandioca, milho, frutas, leite e derivados; consumimos do que produzimos, e comercializamos o excedente. No caso dos

derivados do leite, produzimos queijo, manteiga e doce, somente para o consumo da família, comercializando apenas leite e nata.

A relação entre a produção e a saúde é muito grande, pois temos consciência de como foram cultivados os alimentos que são a base de nossa alimentação, primando pelo consumo de produtos saudáveis e pelo equilíbrio da natureza. Usamos homeopatas, nas plantas, nos animais e para a família toda.

O uso de agrotóxicos além de causar diversos problemas à saúde, contaminação das plantas, da terra e da água, causa desequilíbrio no ambiente e dependência das empresas transnacionais, que iludem os/as camponeses/as com a promessa de mais lucro. Eles não revelam que os prejuízos causados aos seres humanos e ao planeta, são, na maioria das vezes, irreversíveis, não compensando o possível lucro gerado.

Sabemos que a agricultura familiar camponesa precisa manter a juventude no campo para a continuidade da produção de alimentos saudáveis com os princípios da agroecologia, por isso precisamos reconstruir a identidade de camponesa, valorizando a produção diversificada e saudável.

As mulheres têm um papel importante na produção agroecológica, no cuidado com as sementes, no preparo de insumos orgânicos, na preservação da biodiversidade, na preparação dos alimentos. Nosso desafio é tirar da invisibilidade essa contribuição histórica das mulheres e resgatar o valor social do trabalho feminino, além de potencializar a participação das mulheres na comercialização dos produtos, fator em que a opinião feminina ainda é pouco reconhecida.

Em nosso empreendimento agroecológico, preparamos a terra com produtos orgânicos, cobertura verde, compostagens, pó de pedra, cinza e algumas homeopatas. Usamos semen-

Sandra Marli da Rocha Rodrigues

32 anos

Bom Jesus do Sul/PR

O maior sentimento é de satisfação e alegria, porque além de produzir para o nosso consumo, estamos oferecendo para os/as consumidores/as alimentos saudáveis, que vão contribuir na promoção da saúde.

tes crioulas e da Bionatur, sendo que um dos limites é a dificuldade de autosuficiência da unidade de produção familiar na produção de sementes, sendo necessário comprar as mesmas. Também fazemos a peletização das sementes em casa o que contribui para a sanidade da semente e das plantas após a germinação, diminuindo assim o ataque de doenças e de insetos.

Penso que a soberania alimentar passa pela diversidade da produção, pelo incentivo, principalmente por parte do poder público, à produção agroecológica, pelas feiras diretas, pelas redes de comercialização, pela valorização dos produtos locais e regionais, dos costumes e hábitos alimentares dos povos.

Nós precisamos urgentemente rever nossa relação com a mãe Terra, que já não aguenta mais tanta exploração. Precisamos fortalecer as lutas por novas relações entre as pessoas e destas com a natureza, forjando, na prática cotidiana, a transformação da sociedade.



ANEXO II

REPORTAGENS



Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Apoio aos povos indígenas do Brasil

Nós, mulheres representantes de 20 estados da Federação, em reunião da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres CamponesasMMC em Luziânia – Goiás, entre os dias 10 a 12 de dezembro de 2013, acompanhamos com enorme preocupação e indignação mais um ato genocida e de violência contra os povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Trata-se da instalação da Comissão de análise e aprovação da PEC 215, que transfere a regularização dos territórios e terras coletivas, bem como a decisão sobre unidades de conservação do poder executivo para o Congresso Nacional, no qual objetiva a concentração das terras e o saque dos territórios.

A partir do nosso compromisso com a vida, a justiça e a pluralidade do nosso país, consideramos essa decisão não apenas um retrocesso absurdo, mas um atentado criminoso contra a vida e direitos das populações indígenas e tradicionais, a natureza e a Mãe Terra.

Ao repudiarmos essa decisão do Congresso, queremos também denunciar as demais ações e decisões que demonstram a clara intenção de rasgar a constituição e retroceder nos direitos sociais conquistados pela luta organizada pelos povos deste país. Entendemos que o atual modelo desenvolvimentista que impulsiona os grandes projetos de infraestrutura, tais como, as hidrelétricas de Belo Monte, Girau e tantas outras, o livre acesso e exploração dos territórios pelas mineradoras e o avanço das fronteiras do agronegócio, levando a desterritorialização, empobrecimento e massacre das populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas...

Vivemos um momento de enorme preocupação pelos rumos do nosso país, especialmente com relação à terra e os conflitos gerados pela disputa dos territórios. Nós mulheres camponesas sabemos muito bem o que isso significa. Por isso, diante de mais esses genocídios anunciados, em especial os mais de **5.000 mil indígenas Guarani e Kaiowá do TEKOKHA YVY KATU – Mato Grosso do Sul**, e que denunciaram no dia de hoje ao mundo que vão continuar lutando pelo direito de permanecer em seus territórios até a morte. Queremos deixar o nosso total apoio e solidariedade e nos unir ao grito pelo direito aos territórios na luta incondicional pela vida e do Bem Viver dos povos indígenas.

Responsabilizamos o Estado brasileiro, pela situação de violência, mortes e genocídio que poderão advir das recentes decisões contra o direito dos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Esperamos que o governo brasileiro tenha a consciência da gravidade da situação que os povos indígenas são submetidos neste momento.

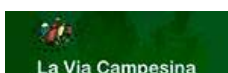
Fazemos um apelo aos poderes constituídos neste país e aos organismos internacionais para que atuem com justiça e garantam o direito dos povos indígenas aos seus territórios para que possam viver com dignidade.

**Fortalecer a luta em Defesa da Vida
Todos os dias !!!**

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil
Luziânia - Goiás, 12 de dezembro de 2013



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Contribuições das mulheres camponesas para a advocacia popular

Por Ísis Taboas



Rosângela Piovesani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), estudante de Direito na Universidade Federal de Goiás (UFG), turma Fidel Castro, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foi uma das convidadas a compor a mesa sobre advocacia popular feminista do **22º Encontro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP)** que ocorreu de 6 a 10 de setembro de 2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

Rosângela fez um resgate histórico sobre as lutas feministas e as conquistas populares por direitos à documentação pessoal, à terra, ao registro da terra em nome das mulheres e ao reconhecimento da violência contra mulheres como violação aos direitos humanos. A estudante convidada debateu assuntos jurídicos e políticos atuais, tais como a perda

de direitos que as mulheres camponesas sofrerão caso a Reforma da Previdência (PEC 287/16) seja aprovada.

Hoje, com 55 anos de idade, Rosângela tem acesso à Universidade e pode contribuir com a UFG trazendo, para o espaço acadêmico, suas experiências e saberes acumulados em décadas de lutas travadas no Movimento de Mulheres Camponesas e na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina). Além disso, Rosângela, dentro do espaço acadêmico, pode acessar ferramentas teóricas que a UFG disponibiliza às/aos estudantes e qualificar ainda mais a luta das mulheres camponesas brasileiras.

Graças ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), as vidas de muitas/os jovens e adultas/os têm sido transformadas, as universidades têm sido ocupadas pelo povo e a educação tem sido um direito alcançado pelas famílias da Reforma Agrária. Porém, com os cortes das verbas destinadas ao Programa, o governo golpista ameaça a continuidade dos estudos das turmas do PRONERA. Com o estrangulamento financeiro, as mulheres e homens que hoje pintam de povo as universidades federais serão compulsoriamente alijadas do ensino superior, terão, mais uma vez, seus sonhos roubados. O horizonte que se apresenta para as famílias da reforma agrária é a luta contra o governo golpista e os cortes na educação.

FORA TEMER! CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO!



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Em Goiás, mais de cinco mil camponeses ocupam estradas e prédios públicos

Milhares de camponesas e camponeses de diversas organizações camponesas realizam, desde as primeiras horas da manhã desta quarta-feira (16), mobilizações em todo o estado de Goiás. As ações fazem parte do Levante Unitário de Lutas do Campo, realizado de 14 a 18 de outubro em todo o Brasil. Nos últimos anos, as lutas e mobilizações dos movimentos sociais do campo têm ocorrido de forma unificada para pressionar o Estado brasileiro em uma maior dimensão.

A pauta unitária reivindica: permanência das famílias no campo; qualidade de vida; renda; direitos iguais para mulheres e homens; produção de alimentos saudáveis; e reforma agrária. Durante o ano as organizações do campo realizaram lutas com marchas, ocupações de órgãos públicos e de estradas. Houve avanços, mas eles não foram o suficiente, por isso as ações continuam e serão intensificadas nesta semana. Confira as ocupações que estão sendo realizadas:

Estradas

As BRs 060 em Jataí e 070 em Aragarças estão ocupadas por milhares de camponeses. A GO 164, que liga Mozarlândia a Nova Crixás está fechada por mais de 300 pessoas, formando 5km de congestionamento de carros e caminhões.

Goiânia

Em Goiânia, mais de três mil camponeses do Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), ocupam, desde as 6 horas da manhã desta quarta-feira (16), os prédios da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e da Superintendência Federal da Agricultura. Às 10:30 será realizado um ato na Sefaz com participação do membro da direção nacional do MST, João Pedro Stédile.

Brasília

Desde a manhã de hoje, organizações do campo ocupam o Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em Brasília. O objetivo da mobilização é reivindicar que o governo promova desapropriação de terras para a Reforma Agrária, institua uma política econômica de crédito para os camponeses e encontre uma solução definitiva das dívidas.

Contato para entrevistas

Mobilização na Sefaz

Valdir Misnerovicz (direção nacional do MST) 62 81918381 / 62 96240649

Sandra Alves (direção nacional do MCP) 64 92012726 / 64 81125736

Wender Ferreira (direção nacional do MCP) 64 99847307

Marina Muniz (assessora de comunicação do MCP) 62 99263572

Mobilização no Mapa

Jessica Britto (direção nacional do MCP) 62 99916221 / 62 81629147



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil



Leia e assine o Jornal
BRASILDIFATO



Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

II SEMINÁRIO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil



O Movimento de Mulheres Camponesas, envolvidas pela mística feminista e pela jornada do 8 de março, realiza nos dias 21 e 22 de março, o II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular no Centro de Formação Vicente Canas, Luziânia, GO. Participam desse momento organizações do Paraguai, Chile e Moçambique. Bem como movimentos sociais e feministas do campo e da cidade do Brasil e a coordenação nacional do MMC.

O seminário tem como objetivo acumular formulações políticas, teóricas e práticas do Feminismo Camponês e Popular que as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas vêm construindo nos mais de 30 anos de movimento, juntamente com elementos que também estão sendo construídos nos demais movimentos e na CLOC e Via Campesina Internacional.

Para nós do MMC o feminismo camponês e popular é parte orgânica do processo organizativo da vida concreta das mulheres do campo; indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, sem-terra, extrativistas, agricultoras e a diversidade camponesa.

Nesse momento de retrocessos para a classe trabalhadora, de ofensiva do capital sobre nossos corpos, nossos territórios e bens naturais, de aprofundamento do golpe no Brasil é preciso acumular forças para seguir na luta por um projeto de transformação social internacionalista, socialista e feminista.

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ SOCIALISMO!





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Jornada Unitária de Lutas por Soberania Alimentar



Camponeses ocupam Ministério da Agricultura em jornada de lutas

Movimentos sociais do campo ocuparam o Ministério da Agricultura em Brasília na manhã desta quarta-feira (16), em Brasília. O objetivo da mobilização é reivindicar que o governo promova desapropriação de terras para a Reforma Agrária, institua uma política econômica de crédito para os camponeses e encontre uma solução definitiva das dívidas. [Leia mais](#)

Em Brasília Camponeses ocupam Ministério da Agricultura

Movimentos sociais do campo ocuparam o Ministério da Agricultura em Brasília na manhã desta quarta-feira (16), em Brasília. O objetivo da mobilização é reivindicar a desapropriação de terras para a Reforma Agrária, uma política econômica de crédito para os camponeses e uma solução definitiva para as dívidas. [Leia mais](#)

Em Brasília Movimento de Pescadores ocupa Ministério da Pesca

No início da tarde de hoje (16/10), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e outros movimentos da Via Campesina ocupam a sede do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em Brasília. O objetivo é reivindicar a efetivação dos direitos desses povos e denunciar as irregularidades que cercam o processo de privatização das águas públicas no país. [Leia mais](#)

Em Goiânia movimentos do campo ocupam Secretaria da Fazenda

Três mil camponeses e camponesas ocupam, em Goiânia, desde as 6 horas da manhã de hoje (16), os prédios da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e da Superintendência Federal da Agricultura. A mobilização é realizada pelo Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e integra o Levante Unitário de Lutas do Campo, realizado de 14 a 18 de outubro em todo o Brasil. [Leia mais](#)

Em audiência, Governo promete discutir leilão do pré-sal e questões do campo

Em audiência realizada na tarde de hoje (16), no Ministério da Agricultura, em Brasília, com a presença do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, do Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, movimentos sociais e sindicais acertaram outras duas audiências com o governo, que serão realizadas amanhã (17). [Leia mais](#)

Na BA a Via Campesina ocupa CODEVASF em Juazeiro

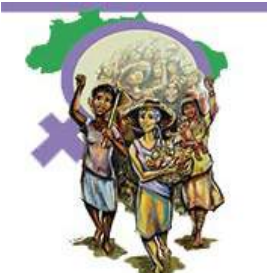
Na manhã de hoje (16/10), cerca de seis mil camponeses e camponesas da Via Campesina (MPA, MST, MAB, entre outros) ocuparam a sede da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), na cidade de Juazeiro. [Leia mais](#)

No CE a Via Campesina marcha até a sede do governo, em Fortaleza

Hoje (16), cerca de 800 agricultores do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram marcha até a sede do Governo do Estado, em Fortaleza. [Leia mais](#)

Via Campesina ocupa sede regional do Ministério da Fazenda no RS

Os movimentos sociais que integram a Via Campesina permanecem acampados em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Porto Alegre desde ontem (15). Na manhã de hoje, o acampamento ganhou reforço dos trabalhadores urbanos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e das Centrais Sindicais que ocuparam a sede regional do Ministério da Fazenda, na Avenida Loureiro da Silva. Até o momento os trabalhos desses órgãos permanecem paralisados. [Leia mais](#)



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil



Movimentos prestam solidariedade à trabalhadores da Petrobrás, em SC

Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento Sem Terra (MST) estão desde ontem (15), fazendo uma série de ações na grande Florianópolis, em Santa Catarina. A mobilização faz parte de uma jornada nacional de lutas que tem por objetivo pressionar por novas áreas para a Reforma Agrária, renegociação de dívidas, nova modalidade de crédito e também fazer o debate público cobrando do governo federal o cancelamento do leilão do campo de Libra, na área do pré-sal, previsto para o próximo dia 21. [Leia mais](#)

Ocupação permanece no Departamento de Produção Mineral, em MG

Cerca de 250 atingidos por barragens ocuparam ontem (15), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Após reunião com o superintendente do DNPM, Celso Luiz Garcia, a ocupação permanecerá sem tempo determinado. “Acho legítima a luta dos movimentos, apesar de estarem impedindo o funcionamento de trabalho no departamento, mas entendo que ações como essa são necessárias”, afirmou Garcia. O superintendente relatou ainda que o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, já estava ciente da ocupação às sete horas de ontem. [Leia mais](#)

Atingidos por Baixo Iguaçu realizam debate sobre direitos

Desde o início desta quarta-feira (16), mais de 500 atingidos pelo projeto da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu se reúnem na Igreja Matriz do município de Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Paraná, para debater sobre casos de violações de direitos na implantação de barragens, além de pensar estratégias organizativas de outras regiões que podem ser incorporados no local. [Leia mais](#)

Organizações trancam rodovias contra privatização do pré-sal

O leilão do campo de Libra, localizado na Bacia de Campos, previsto para acontecer no próximo dia 21 está mobilizando diversas organizações populares e sindicais em diversos estados brasileiros. Com aulas públicas, protestos e panfletagens, os movimentos e sindicatos alertam a população sobre a ameaça que a privatização do petróleo representa à soberania nacional e cobram do governo federal o cancelamento do leilão. [Leia mais](#)

Em SP o MST faz protestos em seis municípios

Nesta quarta-feira (16), o MST realizou protestos nos municípios de Ribeirão Preto, Sandovalina, Iaras, Piracicaba, Andradina e Restinga, estado de São Paulo. [Leia mais](#)

No PR MST participa de jornada por reforma agrária

Nessa quarta-feira (16), cerca de 500 pessoas dos assentamentos e acampamentos do MST da região norte e noroeste do estado, pastorais, sindicatos, e sociedade civil, estão mobilizados em frente a empresa brasileira de produtos agroquímicos, Nortox S.A, localizada no distrito de Aricanduva, em Arapongas, BR 369, no Km 195. [Leia mais](#)

No ES MPA distribui dez toneladas de alimentos para famílias de vitória

Mais de duas mil e quinhentos trabalhadores e trabalhadoras se reuniram hoje (16) em frente ao Walmart, num ato de celebração contra o agronegócio e o mercado agro alimentar no ato mais de mil famílias carentes receberam cestas de alimentos produzidas pelo campesinato capixaba. [Leia mais](#)

Na PB MST realiza marcha e ocupa Incra em João Pessoa

Após percorrer 50 quilômetros a pé sob sol intenso, cerca de 2.500 integrantes do MST chegaram ontem (15/10) a João Pessoa para reivindicar a desapropriação de terras aos governos federal e estadual. Eles saíram do assentamento Wanderley Caixe, em Caaporã, localizada na divisa da Paraíba com Pernambuco, e enfrentaram cerca de oito horas de caminhada na rodovia. [Leia mais](#)

MAB entrega carta aos trabalhadores do DNPM, em MG

As famílias atingidas que fazem parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entregaram nesta tarde de quarta, carta aos trabalhadores do Departamento Nacional de Produção Mineral. Na carta, os atingidos agradecem o entendimento das reivindicações do MAB por parte dos trabalhadores e pedem apoio para a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e para a anulação do leilão do campo de Libra. [Leia mais](#)

Integram a Jornada Unitária de Lutas por Soberania Alimentar as seguintes organizações: CONTAG, FETRAF, MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, VIA CAMPESINA



Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Mobilizações do Dia Internacional da Mulher

As atividades do 8 de março de 2014 no estado de Goiás foi realizado em Uruaçu GO com a participação das mulheres do MST, MMC, MAB, CPT com a participação de 60 mulheres.

No dia 06 realizou-se análise de conjuntura trazendo os elementos que estão presentes na sociedade e que influencia na realidade e na vida das mulheres camponesas.

A noite a em articulação da Via Campesina e a Faculdade Serra da Mesa (FASEM) no auditório Jorge Gabriel Moisés, evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher. O Simpósio “**Os Desafios Contemporâneos no Estado de Goiás em Relação às políticas para Mulheres**” reuniu alunos, professores e representantes da sociedade Civil . O Dia Internacional da Mulher é celebrado em 08 de março.

“Nosso objetivo é discutir a relevância da mulher na sociedade e, ao mesmo tempo, promover um olhar atento as políticas públicas voltadas para as mulheres.”

Uma das palestrantes da noite, a professora Ana Lúcia, do Centro de Formação de Educação Popular Eldorado do Carajás, abordou a temática sobre gênero e classe, fazendo um contraponto histórico do comportamento da mulher na sociedade desde o sistema feudal até os dias atuais.

“É com o surgimento do capitalismo que a mulher é colocada como figura responsável unicamente por gerar filhos e cuidar de assuntos da casa”, disse.

Já a representante da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), Dila Rezende, abordou as recentes conquistas das mulheres na sociedade, como a lei Maria da Penha.

Movimentos Sociais

O evento contou ainda com a participação de mulheres da Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa.

Mulheres Homenageadas

A programação reservou ainda espaço para homenagear mulheres que se destacaram por sua atuação no meio social. “ Procuramos através destas mulheres, mães, educadores, expoentes, homenagear todas as outras mulheres da nossa sociedade”.

Organização

O Simpósio *Os Desafios Contemporâneos no Estado de Goiás em Relação às políticas para Mulheres* foi organizado em conjunto pela Diretoria Acadêmica, Sheila Santos , Coordenação de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação Luciane Gelatti e contou com a colaboração das professoras Julciane Anzilago e Ivani Pereira da Costa

O evento contou ainda com o apoio da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA).

No dia 07 de março trabalhamos o tema saúde da mulher com roda de conversa trazendo os elementos de como são tratados historicamente a vidas das mulheres em se tratando da saúde.

Ainda discutimos os temas:

- Da formação dos comitês do Plebiscito Popular da Constituinte;
- Da campanha da fraternidade que trata do tráfico humano principalmente de mulheres;

As atividades contaram com momentos reflexivos de mística e homenagem as mulheres.

Julciane Inês Anzilago



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina realiza XIII Assembleia Estadual



Nos dias 21 e 22 de outubro de 2017, nós, do **Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina – MMC/SC**, realizamos a XIII Assembleia Estadual, no município de Pinhalzinho (SC), com a presença de mais de 400 mulheres vindas das 13 regionais onde o movimento se articula no estado. O tema do encontro foi o **"Feminismo Camponês"** que, de acordo com Catiane Cinelli, da Coordenação Nacional do MMC, vem sendo construído a partir da experiência, da vida e da luta das mulheres camponesas. "Nós, mulheres organizadas, é que construímos o nosso feminismo nesses 34 anos de história do Movimento, afirmando-o como uma mística de resistência e de enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado, o que anima e fortalece as mulheres na luta pela emancipação e transformação da sociedade". Já o lema do encontro, **"Mulher e Agroecologia no campo e na cidade"**, reafirmou a luta e a resistência ao modelo do agronegócio, pautando a agroecologia como projeto de vida e de sociedade, propondo novas relações de respeito entre os seres humanos e destes com a natureza.

O primeiro dia de Assembleia foi marcado pelas diversas experiências apresentadas pelas mulheres camponesas do MMC. As mesas de debate mostraram que essas experiências, além de se fundamentarem em diferentes aspectos de um processo histórico em curso, e no atual contexto de golpe vivido em nosso País, constroem novos elementos relacionados à concepção de agroecologia. Elementos esses que são fortalecidos enquanto modo de vida e ciência, ao mesmo tempo que propõem alternativas de vida, de renda, de relações sociais e de gênero, políticas, econômicas e ideológicas.

As jovens camponesas também se fizeram presente nos debates, como a camponesa Elisabel Basso que, aos 14 anos de idade, vive a agroecologia junto a sua mãe, Maria Leci Basso, da regional de Concórdia (SC), tendo ambas aprendido a agroecologia nos espaços de formação do MMC. Todas as falas foram de mulheres camponesas que vivem, na sua unidade de produção, a mudança que propõem ao mundo. "Tem-se, nesses debates, novas formulações que nascem da vida e são fundamentadas pelas experiências feministas e camponesas que seguem em construção no MMC e que encontram, na agroecologia, uma sustentação para a luta", afirma Justina Cima, dirigente estadual do MMC.



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil



No segundo dia do encontro, as mulheres camponesas apresentaram o teatro "Feminismo Camponês" que, através da arte, trouxe presente a luta e vida das mulheres organizadas no MMC. Em seguida, realizou-se a terceira mesa de debate tendo como tema central o "Papel da Direção e os desafios", com a presença de várias dirigentes do MMC. Ivanete Zambon, da Regional de Maravilha (SC), destacou o desafio daquela ser a primeira vez que ela falava para um público tão grande de mulheres. "Estou superando mais um desafio que é medo de falar em público; e o MMC possibilita isso, pois ser dirigente significa superar limites diariamente". Noeli Welter Taborda, da Direção Nacional do MMC, afirmou que "ser dirigente nos remete, nos diferentes espaços que atuamos, sempre ter presente que somos camponesas e feministas, porque lutamos por um projeto de sociedade, de libertação e emancipação das mulheres, de vida digna, de igualdade e respeito entre homens e mulheres e destes com a natureza. Um projeto que é contrário ao projeto de morte do capitalismo e do patriarcado".

Esse debate salienta que somos muitas dirigentes espalhadas pelo estado, e que nos diferentes lugares onde atuamos precisamos ter presente, como um dos grandes desafios, a necessidade de fortalecer a nossa organização, a luta pelos nossos direitos e a construção da unidade junto aos movimentos populares do campo e da cidade, pastorais sociais e sindicatos das trabalhadoras e trabalhadores.



Durante os dois dias da Assembleia também realizamos a "**I Assembleia das Crianças Camponesas**", com a participação de 40 crianças filhas/os e netas/os das mulheres do MMC, vindas de todas as regiões do estado. Foi um espaço para compartilhar a luta das camponesas e aprender mais sobre o movimento, quando as crianças reafirmaram uma vontade de participar e fortalecer a vida política das mães e avós, além de entender o que elas fazem na vida e luta cotidiana.

"Ficamos felizes que nossas mães e avós vão à luta, porque ir à luta significa que, além de corajosas, essas mulheres nos deixam em casa para ir em busca de nossos direitos porque elas nos amam," relatou Cristiane, de 9 anos de São José do Cedro (SC).

Durante a XIII Assembleia Estadual aconteceu também uma "**Mostra de Produção Camponesa**" que deu visibilidade à produção dos quintais produtivos e ao trabalho das mulheres, com a participação efetiva da maioria das regionais. Artesanatos, sementes crioulas, plantas medicinais, pães, chimias, compotas caseiras foram alguns dos produtos trazidos pelas camponesas.

Participaram da XIII Assembleia as companheiras do MMTU (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas), do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), do coletivo PJR/PJMP (Pastoral da Juventude Rural e Pastoral da Juventude do Meio Popular) da PJ (Pastoral da Juventude), lideranças de diferentes Pastorais e da Igreja, da Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e da UNOCHAPECO, além de muitas lideranças políticas e mandatos populares que constroem a luta junto com as mulheres e homens da classe trabalhadora.



Encerramos a XIII Assembleia com um documento final que reafirma nossa missão, nossos princípios e valores e mostra um profundo compromisso do MMC com a causa das mulheres trabalhadoras e da classe trabalhadora como um todo para construir um projeto de sociedade, um projeto de nação.

A realização da Assembleia foi resultado de um bonito trabalho realizado pelas mulheres camponesas nos municípios, regionais e no estado. A mesma foi muito positiva, as mulheres reafirmaram a necessidade de cuidado das pessoas e da natureza como um todo.

Fortalecer a Luta em Defesa da Vida! Todos os Dias!

A Providência é nossa! Ninguém tira ela da Roça!





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Mulheres Camponesas participam de Oficina para debater sobre Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar

Esta é a 1ª oficina do Projeto intitulado “Produção de Alimentos Saudáveis Gerando Soberania e Segurança Alimentar” o qual visa a implementação da “Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis”, que tem por objetivo o resgate de práticas de produção agroecológica, comercialização feminista e solidária, viabilizando com isso a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação saudável e de qualidade.

Através das oficinas de capacitação estas camponesas têm acompanhamento técnico na produção de alimentos saudáveis. Podemos destacar práticas como: a conscientização para o não uso de agrotóxicos e sim por um produção agroecologica, o resgate e a conservação das sementes crioulas, o aproveitamento e reaproveitamento de alimentos típicos de cada região, a capacitação acerca da preservação, a recuperação da biodiversidade local, além da visibilidade e valorização do trabalho das mulheres camponesas.

As oficinas acontecem em 21 estados brasileiros.

Confira imagens de alguns estados: [GO](#) - [MG](#) - [RS](#) - [SC](#) - [MT](#)

“Produzir Alimentos Saudáveis, Cuidar da Vida e da Natureza”



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil





Movimento de Mulheres Camponesas

[QUEM SOMOS](#)
[HISTÓRIA](#)
[MISSÃO](#)
[ORGANIZAÇÃO](#)
[LUTAS](#)
[DOWNLOAD](#)
[CONTATO](#)
[Início](#)

Rumo á construção e afirmação do MMC no Distrito Federal e entorno

“As mulheres camponesas se organizando para lutar por seus direitos e melhores as condições de produção e de vida no campo..”



Neste sábado, 13 de abril se reuniram no Assentamento Pe. Jovencio, Município Pe. Bernardo, estado de Goiás, mais de 40 mulheres deste assentamento e de outros dois assentamentos vizinhos, Santa Helena e Vereda II, com o objetivo de conhecer mais o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, visto que um primeiro acercamento se realizou no I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas, realizado no Parque da Cidade em Brasília de 18 a 21 se fevereiro, este encontro também permitiu realizar um intercambio de conhecimentos sobre a organização social e produtiva das mulheres camponesas, conhecer as lutas

históricas das mulheres por seus direitos e a situação das mulheres no campo hoje, em especial das mulheres assentadas.

Para a atividade foi convidada a Diretora Nacional de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, Mirane Costa, do SINPAF (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário), que acompanhou a reunião e contribui no debate relacionado a saúde da mulher, enfatizando a necessidade de condições dignas de vida, de trabalho e de uma alimentação saudável como pilares fundamentais para lograr uma saúde integral das mulheres e de todos os trabalhadores camponeses, ela também colocou o Sindicato a disposição das camponesas neste momento inicial de debates e organização. “Queremos estar junto destas trabalhadoras que sentiram a necessidade de, como mulheres, ir a luta nos pleitos pela efetivação da reforma agrária pela melhoria das condições de vida de suas famílias como reflexo do trabalho coletivo”, destacou Mirane.

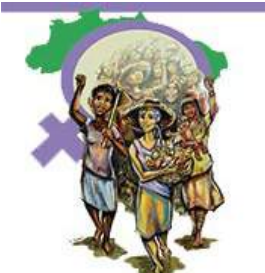
Marcia Piovizani, militante do MMC de Brasília, apresentou seu projeto de pesquisa em conjunto com a Universidade Nacional de Brasília (UNB), projeto Vidas Paralelas, que tem por objetivo levar as comunidades meios de comunicação que facilitarão o trabalho e acesso das mulheres a informações, além de permitir dar visibilidade ao trabalho das mulheres e de sua vida cotidiana, sua cultura e suas formas de vida. As mulheres dos três assentamentos serão beneficiadas por este projeto, recebendo equipamentos de comunicação de uso coletivo como pontos de internet, computadores, telefones e câmeras fotográficas e filmadoras, como meio de aproximar as mesmas as tecnologias que lhes podem beneficiar para sua organização e trabalho.



Em nome do MMC Rosângela Piovisani, dirigente nacional, relatou a história de organização e de luta do movimento no Brasil, e a importância e a necessidade do surgimento de um movimento feminista e autônomo de mulheres camponesas. “A organização feminina no Brasil surgiu da necessidade das mulheres terem um espaço em que elas pudessem falar das suas percepções e necessidades, para ganhar força nas proposições a serem feitas dentro das próprias organizações e, posteriormente, para os governos como políticas públicas”, explicou a dirigente.

Ela ainda pontuou alguns dos principais debates que hoje o MMC encampa no país, destacando a violência doméstica, a valorização do trabalho e produção das mulheres na agricultura, a preservação das sementes, a soberania alimentar da família e o espaço da mulher na organização da produção.

Logo do dialogo e intercambio de conhecimentos as mulheres camponesas colocarão suas percepções e expectativas em relação a organização das mulheres e do MMC, dos temas levantados como a agricultura familiar e a reforma agrária entre outras políticas publicas destinadas a agricultura camponesa. A camponesa do assentamento Santa Helena, Edimárcia, relatou que os problemas enfrentados vão desde o acesso ao crédito pelas famílias e, em especial, pelas mulheres até a saúde da mulher. “Não se faz reforma agrária jogando as famílias em um pedaço de terra. Quem não tem uma enxada para carpir tão pouco terá condições



1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil



de fazer a terra produzir e ter as suas necessidades básicas garantidas”, afirmou Edimárcia. Ela denunciou o uso abusivo de agrotóxicos pelas fazendas vizinhas sobre as nascentes de água que abastecem os assentamentos. “Mulheres estão em depressão e necessitando de tratamento, além de abortos que já aconteceram pela contaminação da água”, afirmou a dirigente. Outras mulheres também levantaram os problemas que enfrentam em seu cotidiano, como a falta de transporte nos assentamentos para se deslocar para a cidade facilitando o acesso a saúde, educação e para o escoamento da produção, a falta de energia elétrica, ainda que os assentamentos tenham mais de 10 anos de constituição, falta de água de qualidade para consumo humano e para a irrigação dos cultivos para aumentar a produção de alimentos, a entrada das drogas e o risco que isto representa para os jovens e as jovens dos assentamentos, assim como o crescente êxodo dos mesmos do campo rumo aos grandes centros urbanos e as permanentes ameaças sofridas por dirigentes das associações por grupos contrários a organização das famílias e das mulheres assentadas,

Por fim, as mulheres se mostraram muito agradecidas pela presença do MMC e dispostas em dar continuidade a este processo de construção do MMC- DF e entorno, comprometendo-se em realizar novos encontros para formação e capacitação das mulheres, uma das pautadas levantadas como primordial pelas próprias mulheres camponesas. Neste sentido, se agendou uma reunião com as mulheres lideranças dos 3 assentamentos para o dia 25 de abril ,com o objetivo de construir a pauta de atividades e encontros com as mulheres a partir das necessidades identificadas pelas mesmas.

Esta atividade permitiu reafirmar a necessidade da organização das mulheres camponesas para lutar por seus direitos e pelo fortalecimento da agricultura camponesa no Brasil.

Por Iridiani Seibert

Fotos: Marcia Cordeiro

